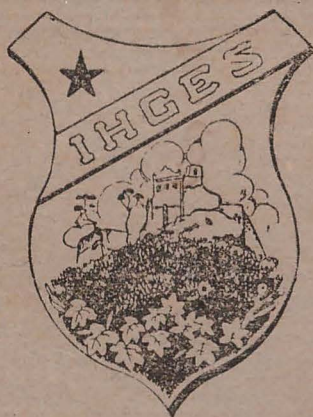


ANO 1958

N.º 18

Revista
Do
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
Do
Espírito Santo

(Fundado em 12 de junho de 1916)



Vitória — Estado do Espírito Santo

ANO 1958

N.º 18

Revista

Do

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Do

Espírito Santo

(Fundado em 12 de junho de 1916)



Vitória — Estado do Espírito Santo

SUMARIO

Estudos e ensaios

Estudo sociológico de uma comunidade — Cachoeiro de Itapemirim
— Renato José Costa Pacheco.

Discursos

Posse do consócio Prof. Ivo Amâncio de Oliveira

Posse do consócio Prof. Guilherme Santos Neves

Posse do consócio Desembargador Cândido Marinho

E eles eram assim... (discursos) Prof. Nelson Abel de Almeida
(orador oficial do IHGES)

Registro

Estatutos do IHGES

Advertência

Cachoeiro de Itapemirim

ensaio de sociologia urbana.

PREFÁCIO E AGRADECIMENTO

Este é estudo preliminar sôbre uma cidade em transição da fase pré-industrial para a industrial, de cuja estrutura social tentou dar-se notícia.

No lugar próprio, da introdução, perfilamos as razões que nos levaram à seleção de Cachoeiro de Itapemirim, a princesa do sul no Estado do Espírito Santo, para empreender êste projeto.

Registemos, aqui, apenas o fato de o pesquisador ter acesso à cidade estudada, cujo exame, do ponto de vista das ciências sociais, não fôra ainda feito, e daria material para sugerir uma série de hipóteses de trabalho, roteiro para pesquisa futura, que viesse juntar nosso esforço ao dos que se dedicam aos problemas cada vez mais atuais de urbanização.

Há que agradecer, e muito, a todos os que, direta ou indiretamente, auxiliaram o autor dêste ensaio em sua elaboração. Um trabalho de pesquisa, é, de certa forma, obra coletiva, que se não realiza sem múltiplos apôios.

Mesmo correndo o risco de pecar por omissão, o A. não pode deixar de, públicamente, fazer alguns agradecimentos especiais.

A Capes, que concedeu bolsa de estudos que permitiu ao A. a conclusão de seu curso pós-graduado em Sociologia e Antropologia.

Ao Diretor da Escola de Sociologia e Política, Dr. Cyro Berlinck, aos professores e assistentes de pesquisa desta Escola, de quem recebeu valiosos subsídios, e mui especialmente aos professores Dr. Donald Pierson, A. R. Muller e Fernando Altenfelder Silva.

Em Vitória, o Prof. Guilherme Santos Neves e o Des. Eurípedes Queiros do Valle puseram a sua disposição livros raros sôbre o Espírito Santo. As alunas Nara Saletto da Costa, Maria Dulce Mesquita, (que apresentou também relatório

sobre vestuário e suas implicações sociais), Maria Helena Pires Duarte e Lunici Costa auxiliaram, e muito, na coleta de dados históricos. O engenheiro Luiz Derenzi redigiu um relato especial de suas recordações do Cachoeiro de 1932.

Em Cachoeiro de Itapemirim, a quem não agradecer? Ao povo da cidade, e, mui especialmente, aos jornalistas Newton Braga — o grande Newton — e Solimar de Oliveira; a Walter Monte Mor, Agente de Estatística; aos professores Wilson Lopes de Rezende, Deusdedit Batista, Edmar Mendes Baião e Pedro Herkenhoff; a esta admirável professora D. Zilma Coelho Pinto, à assistente social Maria de Lourdes Campos, tão cônica de seus deveres; ao historiador J. Amorim; a Ormando Moraes, bancário e fotógrafo amador; a Lastene Soares, ex-aluno que o acompanhou em parte de suas andanças, e aojongueiro Zacarias Emiliano da Silva. A citação não é completa, e deveria ser, no mínimo, de duas centenas de pessoas, que foram mais diretos informantes.

As repartições públicas, bancos, casas de comércio, escolas, tôdas as instituições procuradas não só em Cachoeiro como em Vitória, foram, com raras exceções, prestimosas informantes.

A paciência e boa vontade de Tilda, sua espôsa e de Heloisa Helena, sua sobrinha, deve o A. o trabalho datilográfico.

Porém êle, e sômente êle, é o responsável pelas inúmeras falhas que, é o primeiro a dizer, surgem à primeira vista, e serão se possível, sanadas, com a crítica amiga dos leitores.

São Paulo, Agôsto de 1956.

Vitória, Dezembro de 1956.

Renato José Costa Pacheco

INTRODUÇÃO

Os cientistas sociais têm, cada vez mais, dado ênfase aos estudos da cidade. A crescente urbanização do mundo, facilitada e apressada pela industrialização dos últimos 200 anos, torna a cidade objeto de estudo obrigatório, em tôdas as partes do mundo. Assim, à primeira revolução urbano-agrária de alguns milênios, junta-se a atual revolução urbano-tecnológica.

Por outro lado, desnecessário é repetir aqui a dificuldade do estudo da cidade quer por seu tamanho e complexidade, as rápidas e imprevisíveis mudanças quando em período de crescimento e sua mobilidade e diversificação da população. (1). Neste romper, nos propomos todavia, ligeiras considerações sobre conceito de cidade, porque estudá-la, as diferenças fundamentais entre as cidades pré-industriais e as industriais, e o crescimento das cidades.

CONCEITO DE CIDADE

Como definir, de início, cidade? Problema ainda não solucionado. As simples conceituações legal (cidade no Brasil é sede de município) estatística (como nos Estados Unidos) ou da geografia não satisfazem ao estudioso da sociologia urbana.

Desde que, em 1940, Wirth publicou seu célebre artigo sobre "Urbanismo como modo de vida" tem-se procurado ver na cidade uma "cultura" especial. Esta perspectiva leva a admitir a cidade como "centro de iniciação e controle da vida econômica, política e cultural que atraiu para a sua órbita as mais remotas partes do mundo, e entrelaçou diversas áreas, povos e atividades num cosmos" (2).

Porém, se levarmos em conta a atração da cidade sobre a vida social das áreas rurais que a cercam, veremos que estamos frente a processo ainda em princípio que, tudo leva a crer, anulará as diferenças funcionais ora existentes entre rural e urbano. Naquelas, diz Willcox (3) "a agricultura é, presumivelmente, a única ocupação."

(1) Ernest W. Burgess, *The urban community*, Chicago 1926.

(2) Wirth Lewis — "Urbanismo como modo de vida" Recentemente, nova dimensão foi adicionada ao "insight" de Wirth. Morris Ascebrod escreve (in *American Sociological Review*, Fevereiro de 1956, vol. 21 n.º. 1, pp 13. 18, "Urban struture and social participation" a este propósito: "The more traditional view emphasizes the impersonality of relationships in the urban community, the wide importante of formal and secondary group association, and the decline of the kinship group.

"Urbanism reconsidered: A comparative study of local areas in a metropolis" — Scott Greer p. 19-25.

Such studies approach (. de Donald Foley) the propositions that urban society is functionally rather thow spetially organized and that urbanites are mobile, anonymous and lacking in identification with their local area.

(3) Walther P. Willcox, citado por Bergel, *Urban Sociology*.

Assim, para fins de nosso estudo, aceitamos a definição, hoje clássica, de cidade como "a relatively large, dense and permanent settlement of socially heterogeneous individuals". (4)

IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA CIDADE

Em recente artigo, Davis nos dá as quatro razões que, a seu vêr, atraem a atenção dos sociólogos para o estudo dos fenômenos urbanos: "Primeiro, porque tais fenômenos são relativamente recentes na história humana; segundo, porque o urbanismo representa uma mudança revolucionária no padrão total da vida social; terceira porque uma vez estabelecidas, as cidades tendem a tornar-se centros de poder e influência sobre toda a sociedade, não importando quão agrícola ou rural ela possa ser, e finalmente porque o processo de urbanização está ainda ocorrendo. Muitos dos problemas com ele associados não estão resolvidos e, conseqüentemente, sua direção futura e potencialidades estão ainda incertos" (5).

Para nós a quarta razão seria por si só um incentivo a que os cientistas sociais voltassem suas vistas para um processo a cujo desenrolar estão assistindo, em íntima conexão com a intensa mudança social concomitante, que tem sido considerada problema fundamental de pesquisas nos últimos tempos.

Se a cultura forneceu ao homem em meio artificial que, unido ao geográfico, tornou-lhe mais fácil a existência, a cidade tem fornecido um meio geográfico também artificial, que é lícito considerar diferente do rural, não só quantitativo, porém qualitativamente.

Em outras palavras, o indivíduo socializado ou enculturado em meio urbano isto é o cidadão, ou urbanita, como se tem chamado últimamente por influência da língua inglesa, difere radicalmente do socializado em meio rural, e, assim sendo, qualquer mudança de meio exige processo de aculturação comum aos migrantes.

CIDADES PRÉ-INDUSTRIAIS E CIDADES INDUSTRIAIS

Outro ponto diz respeito às cidades pré-industriais em contraste com aquelas industriais. Só muito recentemente os sociólogos que se dedicam a problemas de urbanização se deram conta das diferenças fundamentais que separam os dois tipos de cidade. A este propósito, o caso brasileiro, e de muitos dos chamados países sub-desenvolvidos é particularmente interessante, porque a maioria de suas cidades se filia ao primeiro grupo, enquanto que boa parte delas se encontra numa fase de início de industrialização e bem poucas se encontram numa fase totalmente industrial.

Falando acerca dos Ioruba (6), Bascon pontua que é "importante distinguir entre cidades industriais e não industriais. Onde a industrialização ocorreu produziu uma espécie e grau de especialização que são desconhecidos nas sociedades não industriais". A mesma assertiva é feita por Sjöberg (7) ao lembrar que, embora certos elementos estruturais sejam universais em todos os centros urbanos, em sua forma a cidade pré-industrial é fundamentalmente diferente da comunidade industrial.

(4) Wirth, citado.

(5) K. Davis, "The origin and growth of urbanization..."

(6) William Bascon, "Urbanization among Youruba", in AJS, vol LX, n.

5.

(7) Gideon Sjöberg, "The preindustrial city", AJS, vol LX, n.º 5, março de 1955.

Entre as características aceitas por este último autor para a cidade pré-industrial são particularmente relevantes para o caso brasileiro:

1.º — sua estrutura conservadora, entregue à direção de uma pequena elite letrada;

2.º — a existência de uma religião dominante, nada obstante a existência de grupos minoritários divergentes, e

3.º — a técnica didática de memorizar, mais do que avaliar e ter iniciativa, mesmo em instituições de ensino superior.

Por outro lado, na cidade pré-industrial parece usual a forma de família extensa, que se mantém mesmo em fase de industrialização. A este propósito, estudando Leopoldville, no Congo Belga, Comhaire informa que este tipo de família que não é usualmente ligado ao urbanismo, tem ali uma boa possibilidade de sobrevivência por longo tempo (8).

CRESCIMENTO DAS CIDADES

A propósito do crescimento das cidades tem sido aceito que, em geral, decorre da migração rural (9), ou da urbanização das áreas rurais, em torno da cidade. No caso da América Latina, Ralph Beals lembra que não tem havido a urbanização dos campos, e sim o despovoamento destes em benefício da cidade, com o aparecimento de problemas sérios de produção de alimentos e matérias primas. E, pergunta: — "Is this a temporary effect? Will it be duplicated elsewhere? Will the urbanization of the country-side occur as a later phase of industrialization?" (10) São perguntas a que só o futuro poderá responder, conquanto pesquisas em diversas cidades possam apressar o entendimento dos problemas a elas ligados.

O CASO ESPÍRITO-SANTENSE; A PRESENTE PESQUISA; IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA ESTRUTURA SOCIAL

Em estudo antigo já observara Lynn Smith que, "no sul de Minas Gerais e São Paulo a sede do município está se tornando rapidamente o centro econômico e social de todas as várias comunidades e vizinhanças dentro de seus limites" (11). O certo é que hoje se poderia dizer que ultrapassando seus limites administrativos as sedes de certos municípios em que a urbanização tem sido mais rápida, estão se tornando, no Brasil, o centro econômico e social de múltiplas comunidades e vizinhanças em sua esfera de influência que tende a dilatar-se.

No caso especial de Cachoeiro de Itapemirim, que estudamos, cumpre observar que a cidade se encontra em zona em que a população em geral decresceu de 1940 para 1950. Porém "Cachoeiro de Itapemirim teve um acréscimo de 1.120 correspondente a 7.575 habitantes. Para uma zona que diminui de população é um número relativamente grande. Mas, se tivermos em conta o fenômeno universal do êxodo dos campos e a procura das cidades pelo homem do campo em busca das facilidades de assistência social localizada nos centros urbanos e dos melhores salários aí encon-

(8) J. Comhaire, "Some aspects of urbanization in the Belgian Congo. AJS, — Vol LXII, n.º 1, Julho de 1956.

(9) Kingsley Davis — op. cit, p. 435. Vide também Martin H. Neumeyer, *Social Problems and the Changing Society*, N. York, 1953, p. 84.

(10) Ralph L. Beals, "Urbanism, urbanization and acculturation. AA, LIII, 1951, Janeiro — março, pp. 1-10.

(11) T. Lynn Smith, "Estrutura do "grupo de localidade" do Brasil, in Donald Pierson, org. — *Estudos de ecologia Humana*, tomo I. São Paulo, 1948, p. 512.

trados, não nos surpreenderá essa evolução cachoeirana. Os 7.575 novos habitantes se encontram na própria cidade de Cachoeiro de Itapemirim, onde se desenvolve o pequeno mas único parque industrial do Estado." (12).

O Espírito Santo, entre Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, fazendo face ao Oceano Atlântico, é o segundo menor Estado do Brasil.

Não tem, juntamente com o sul da Bahia, características especiais que o tornem, como querem alguns, uma região cultural à parte no contexto brasileiro (13). Pertence culturalmente à região sul cafeeira. A região norte e noroeste do rio Doce, mantida, até recentemente isolada, em virtude primeiro dos ataques dos índios botucudos e depois da existência das últimas florestas tropicais da Costa Atlântica, integra-se nos últimos 20 anos, na mesma região cultural.

É, ainda, hoje, mais rural que urbano. Segundo o Recenseamento de 1950, seus 6 municípios mais urbanizados eram:

1.º — Vitória, a capital,	com a porcentagem de	82,120;
2.º — Cariacica	" " "	29,420;
3.º — Espírito Santo,	" " "	26,620;
4.º — São José do Calçado,	" " "	22,620;
5.º — Cachoeiro de Itapemirim,"	" " "	21,120;
6.º — Serra,	" " "	21,0420;

Nosso problema era o estudo dos efeitos da vida citadina sobre a estrutura social em um dos municípios deste Estado. Isto nos levou à seleção da cidade a ser estudada. Excluímos a Capital pela dificuldade que seu estudo nos traria, e, conseqüentemente, os municípios de Cariacica, Espírito Santo e Serra que pertencem a sua área metropolitana. São José do Calçado também foi excluído, pois uma de suas vilas, pertence, ecológicamente, ao Estado do Rio, conforme acentuara Lamego Filho: "Bom Jesus aos poucos se desenvolvia, no ponto terminal da linha (da estrada de ferro) com um centro urbano centralizador não só da própria freguesia, como também de vasta faixa capixaba. Como prova cabal temos hoje um povoado na margem esquerda (Bom Jesus do Norte no Município de Calçado), crescido com a aglutinação de elementos espirito-santenses, que apenas continua a cidade fluminense na outra margem." (os parênteses explicativos são meus) (14).

A cidade, cuja estrutura social íamos estudar, estava escolhida: era Cachoeiro de Itapemirim.

POSTULADOS TEÓRICOS. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

Entendemos aqui estrutura social na acepção que lhe dá Evans Pritchard, de combinação organizada de grupos, ou como "a configuração da organização interna de qualquer grupo social" (15).

Em sua *Social Anthropology*, Londres 1951 Evans-Pritchard contorna

(12) Cícero Moraes, *O Paralelo 20* passa no Espírito Santo, Vitória, 1953, p. 21

(13) Veja-se a este propósito, Preston J. James — "The cultural regions", in *Brazil, Portrait of half a continent*, organizado por T. Lynn Smith e Alexander Marchant. N. York, 1951, p. 91.

(14) Alberto Ribeiro Lamego — *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro, 1955, p. 233.

(15) Cf. *Dictionary of Sociology*, org. por H. P. Fairchild, Nova York, 1944. Veja-se também, tradução castelhana, México, 1949, p. 114.

o controvertido problema de definir estrutura social. Lembra o A. que as pessoas podem fazer predições, antecipar acontecimentos e conduzir suas vidas em harmonia com seus companheiros, porque cada sociedade tem uma forma ou padrão, o qual nos permite falar dela como sistema, ou estrutura, dentro do qual e de acordo com ela, seus membros vivem sua vida.

Uma estrutura social total, isto é a estrutura total de determinada sociedade é composta de um número de estruturas subsidiárias, ou sistemas (econômicos, parentesco, religioso, e político) dentro dos quais as atividades sociais são organizadas em instituições, como casamento, família, mercados. A parte que as instituições têm na manutenção da estrutura é chamada de função. Em estudo anterior (*The Nuer — A description of the modes of livelihood and political institutions of a Nilotic People, Oxford 1940*) não se furta, na conclusão teórica, o autor britânico cujo conceito seguimos, de definir estrutura social que são “as relações entre grupos que tem um alto grau de consistência e constância; uma combinação organizada de grupos. Assim, as relações estruturais são as relações entre os grupos que formam um sistema. Grupo são pessoas que se consideram uma unidade distinta em relação a outras unidades e são, deste modo consideradas pelos membros destas outras unidades, e que têm obrigações recíprocas em virtude de sua filiação ao grupo.”

Em recente artigo Gurvitch (16) procura conceituar estrutura, por estar persuadido de que, apesar do mau uso que se tem dado ao conceito, ele corresponde a necessidades reais da análise sociológica atual. Além de criticar os pontos de vista contraditórios de M. Fortes e Murdock — que defendem o estudo quantitativo das estruturas — dos que se reportam às estruturas econômicas, à “linguística” estrutural, aos ecólogos e a Levy Strauss, in *Anthropology to-day*, expende uma série de observações teóricas que não fogem à concepção de Evans-Pritchard, e das quais as mais importantes procuramos seguir neste ensaio, a saber:

1.º) — A estrutura social faz parte do fenômeno social total. Alguns, como as formas de sociabilidade, não têm estrutura. Só existe em escala macro-sociológica (tribos, cidades, impérios, nações sociedades internacionais...)

2.º) — As estruturas sociais são configurações e ambientes conjuntos em marcha postos em relevo e concretizados configurações, ambientes, totalidades concretas e móveis, que dão pontos de referência empírica à tese de que o todo é irreduzível, em sociologia, a seus elementos participantes, porém que o mesmo todo simultaneamente, não pode subsistir sem eles, movendo-se ambos em conjunto.

3.º) — São pontos importantes de uma estrutura social:

a) — multiplicidade de hierarquias que, com frequência se encontram em tensão, senão em competição;

b) — seu equilíbrio manifesto, e, simultaneamente precário, que demanda esforços e atos sempre renovados;

c) — a consciência coletiva desta multiplicidade de hierarquias e de seu equilíbrio precário.

d) — a armadura que cimenta este equilíbrio a fim de combater

(16) A. R. Muller “Sobre paradigma em antropologia social”, in *Sociologia*, vol. IX, n.º 3, 1947. Veja-se também, do mesmo autor, a introdução metodológica a *A study of the social organization of Indian Tribes in South America*, Oxford 1941 Georges Gurvitch — “El concepto de estrutura social”, in *Revista Mexicana de Sociologia*, Ano XVII, n.ºs. 2 e 3, Maio — Dezembro, 1955 — pp. 209/343.

sua precariedade.

4.º) — Em face do desenvolvimento anterior pode concluir-se que “tôda estrutura social é um equilíbrio precário, por refazer-se sempre em um esforço renovado, entre uma multiplicidade de hierarquias, no seio de um fenômeno social total de caráter macro-sociológico do qual a mesma não representa senão um setor ou aspecto: equilíbrio entre hierarquias específicas dos níveis de profundidade das formas de sociabilidade, das regulamentações sociais, das temporalidades, das colorações do mental, dos modos de divisão do trabalho, e da acumulação, e, em certos casos, dos agrupamentos funcionais, das classes sociais, e de suas organizações. Este equilíbrio de hierarquias mútuas está armado e cimentado em particular por modelos, sinais símbolos, papéis sociais, regulares e habituais, valores e idéias, em síntese, pelas obras culturais que são próprias destas estruturas, e, se são globais (pois existem estruturas parciais, ou sistemas como as chama Pritchard) por uma civilização inteira que as ultrapassa e em que participam, por sua vez como forças criadoras e beneficiárias.

E, conclui achando o conceito ponto de partida e não conclusão, na investigação sociológica atual, cuja sorte depende de não quantificar (mania da presente sociologia nos Estados Unidos) e sim da aliança entre sociologia, história, etnologia, economia, e não no domínio da estatística.

Foi o que integralmente procuramos fazer neste livro. Assim, buscamos responder ao estudar um grupo cidadão, à pergunta: qual a configuração, como se apresenta uma cidade espirito-santense, ainda não estudada do ponto de vista das ciências sociais, a que tínhamos acesso?

A resposta aqui está — buscamos ajudar a esclarecer, com uma pequena contribuição que fôsse, o problema da urbanização, no Brasil.

Valemo-nos, primeiramente, da bibliografia existente sobre a cidade, e muito especialmente:

1. *Minha terra e meu município* de Antônio Marins — Rio de Janeiro, 1920, 231 págs. O autor, vereador municipal em Cachoeiro e deputado estadual, além de dissertar sobre a história do Espírito Santo, no capítulo primeiro de sua obra, descreve, com pormenores, muitos dos quais até então inéditos, a evolução histórica de Cachoeiro de Itapemirim e seus distritos. O estudo sobre a gente antiga e primeiras casas comerciais, que não analisamos, dá excelente visão da família senhorial cachoeirense, no século passado. Por outro lado, valeram-nos os dados que o autor fornece sobre o Cachoeiro de 1918, ano em que terminou de escrever sua obra.

2. *Município do Cachoeiro de Itapemirim (Suas terras, suas leis, seu progresso, sua gente)*, organizado por Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro, Rio de Janeiro, 1928, 583 págs. O autor, secretário da Prefeitura Municipal, conseguiu autorização do então prefeito, Coronel Francisco Alves de Athayde, para organizar a obra. Diz êle, a páginas 5; ...“sem trabalhos desta natureza, na ignorância da anatomia e fisiologia das células administrativas mais simples, que são os distritos e os municípios, da sua atividade, economia e possibilidades várias, não se pode fazer uma idéia, aproximada sequer, do Estado ou do País”..., numa valorização dos trabalhos de micro-sociologia. A obra, conquanto pequena pela apresentação não muito metódica, é rico repositório de dados sobre Cachoeiro em fase de progresso, que iria sofrer repentina paralização com a crise de 1930, que se avizinhava, quando de sua publicação.

3. *Cachoeiro de Itapemirim, Ensaio de Monografia, Geo-Histórico-Estatística*, edição do Departamento Estadual de Estatística, Vitória, 1947, 167 páginas — Trabalho de equipe, que, completando os anteriores na parte geo-histórica, é fundamental no levantamento da situação geral da cidade, no período de 1941, a 1945, mercê de suas estatísticas. Este trabalho, con-

forme declara o Dr. Armando Duarte Rabello, então diretor-geral do D.E.E., contou com a colaboração do escritor Newton Braga, que no ano anterior publicara *Histórias de Cachoeiro*, o mais bem escrito livro sobre a história da cidade.

Porém, além do levantamento à base das obras disponíveis, e para verificação de dados e levantamentos de novos, servimo-nos também de:

1. Coleções do jornal "O Cachoeirano", para o período de 1881-1905;
2. Mensagens dos Presidentes do Estado de 1909 a 1953;
3. Ligeiro trabalho de campo, realizado no mês de Julho de 1956 de que damos, a seguir, os mais importantes passos.

Na coleta de dados usou-se o esquema (que se mostrou fecundo) proposto por A.R. Muller (16a), porém na sua apresentação fugimos a cancel-tuação de *sistemas sociais específicos*, embora o leitor afeito a esse tratamento do mundo social possa ver facilmente quão influenciado por ele está a presente monografia.

As limitações de tempo de pesquisa obrigam, muitas vezes, a uma apresentação meramente descritiva dos fatos. Em verdade, o pesquisador esteve no campo de 3 a 26 de Julho de 1956, com duas saídas intermediárias de 1 e 2 dias para uma visão de fora da unidade estudada. Durante a estada na cidade as observações sistemáticas empreendidas se desenvolviam de 8 da manhã às 22 horas, e pelo menos duas vezes, além da meia noite.

Passáramos 8 a 10 vezes antes em Cachoeiro, porém nossa permanência na cidade não fôra além de 2 horas, exceto em uma das vezes em que dormimos em um de seus hotéis. Não conhecíamos, portanto, a cidade. Nossa introdução nela se fez através de cachoeirenses a que conhecêramos em Vitória. Na primeira fase do trabalho foram úteis os conselhos de Munford (17).

Foram realizadas 215 entrevistas informais; 2 domingos foram gastos em observação de massas; alguns passos para seleção de elementos para levantamento de histórias de vida — como, por exemplo, a tomada de histórias parciais — foram dados; as informações de caráter oficial foram conseguidas através de questionários adrede preparados; o formulário construído para ser usado com operários não pôde — por absoluta falta de meios — ser usado; a observação sempre que possível foi participante. Acreditamos ter-nos valido da maior parte da bibliografia existente sobre Cachoeiro, embora não tivéssemos podido fazer uso mais amplo dos jornais que, desde 1866, se editam na cidade, grande parte dos quais conservados na Biblioteca Municipal local.

Foi feito diário de pesquisa, porém, a impossibilidade financeira de fichar o material assim coletado deu-lhe, ao ser elaborado, certa falta de unidade, certa incoerência que destoa do método monográfico, de que se procurou fazer uso, acrescido, sempre que possível e onde havia dados históricos de comparações da cidade, no presente e no passado, e de informações sobre a distribuição espacial de seus indivíduos, grupos e instituições.

(16a) Vide nota nº 16.

(17) Vide "Importance of survey" in Lewis Munford — *The culture of cities*, N. York, 1938 — pp. 505/506.

I — A CIDADE

1. DESCRIÇÃO GERAL

“Esta pintura, na parede, foi feita por um louco. Quando ela foi inaugurada todo mundo riu. Era em 1935. — Onde já se viu avião perto do Itabira? E, precisamente um mês depois os aviões, que o insano vira em sua imaginação, começaram a sobrevoar a cidade. E depois disto, milhares de aviões cruzaram o Itabira...”

(cf. relato do Diretor do Asilo).

E, em 1956, que vê o aviador que sobrevoa Cachoeiro do Itapemirim? Vê o casario, de costas para o rio, galgando os morros.

Vê o Itapemirim, poeticamente descrito por Newton Braga: “vem apressado para Cachoeiro, desviando-se dos impecilhos, buscando o caminho mais fácil. Vem pela cidade abaixo, em grandes curvas caprichosas, rasgando-se contra as pedras, contra as ilhas verdes. Detem-se um pouco, quase lago, a epiderme arrepiada pela brisa que sopra em rumo contrário ao seu. Multiplica-se entre os pilares da ponte e segue, nervoso e rápido de um lado, preguiçosamente de outro lado das ilhas que se sucedem. Espraia-se, depois, com ar sério de quem tem obrigações a cumprir, certa pressa de quem está fora de horas. Está a cidade ficando para trás; as ilhas, as pedras, as lavadeiras, os tiradores de areia de seu leito...” (1)

Vamos acompanhar o aviador em seu voo na direção leste-oeste, subindo o rio.

Aqui uma ponte de cimento armado, inaugurada em 1955, une as duas margens do rio que faz uma curva para a esquerda.

Do lado norte estamos em área que poderíamos chamar de rurubana. Um campo de futebol do Olímpico, ruas não calçadas que a inauguração recente da ponte vai povoando de casas modestas. Animais pastando. É o bairro de São Bento, sede de 2 grandes cerâmicas, 1 serraria e 1 cortume, cujo limite é o ribeirão Santana do Itabira. Com o calçamento, feito em 1928, começa Coronel Borges, rua e bairro do mesmo nome, também residencial média com apenas uma indústria de curtimento de couro, e pequeno comércio. O final da curva do rio dá início à rua Moreira, com a Fábrica de Cimento, 1 marcenaria, 1 fábrica de vassouras e outra de massas alimentícias e biscoitos, o cemitério único, subindo o morro, a Igreja do Senhor dos Passos, matriz até 1949, e o Colégio Estadual “Muniz Freire”, e adiante o Ateneu Cachoeirense; no primeiro, recentemente, se inaugurou uma piscina, atração local. Era o antigo coração da vila, no século XIX. Enquanto a rua Moreira zona residencial, acompanha o rio, galgam o morro ruas transversais em que há a Serraria Industrial e mais três marcenarias e uma fábrica de massas alimentícias e biscoitos. No alto do morro o corte de pedra da saída, desde 1910, dos trilhos da Leopoldina para Vitória, que a cidade não conseguia ultrapassar. A Parada Serraria Industrial com um desvio para esta e para a Fábrica de Cimentos, aí se situa, em frente à Delegacia de Polícia e Cadeia, e ao lado do Parque de Exposições Pecuárias (que dá nome ao Morro da Exposição também chamado Independência), e da entrada do Cabo aéreo que conduz matéria

(1) Newton Braga — Histórias do Cachoeiro, Cachoeiro de Itapemirim, 1946, p. 55.

prima para a fábrica de cimento. Acompanhando os trilhos da E.F. e descendo a Avenida Monte Castelo (ex-rua Maracujá) passamos pelo Ginásio das Irmãs (Jesus Cristo Rei) e damos em uma praça onde há a sede dos Vicentinos, provisoriamente Casa Paroquial, e onde se constroí um novo cinema à margem do rio.

Do lado sul (que não é assim chamado pelos moradores da cidade) a área é rururbana. As ruas não são calçadas. É o bairro de Arariguaba, zona residencial média em que se situam também o campo do Cachoeiro F.C., dois cortumes, e uma cerâmica e uma fábrica de móveis e o matedouro, cuja proximidade leva à indústria caseira de linguça, e o depósito de cargas e saída da cidade dos trilhos da E.F.I. Com o calçamento começa o bairro de Baiminas (Bahia e Minas) antigo pôrto, e onde, com a rua Dr. Deolindo, começa a via que, por cerca de 6 quilômetros, com nomes diversos segue beira-rio até o extremo-oeste da cidade. É zona residencial, onde há 2 cerâmicas, uma fábrica de sabão, uma torrefação de café e uma de industrialização de carnes e derivados. O morro do Amaral, ao sul, juntamente ao Morro da Palha é zona residencial pobre, famosa por seus 7 "centros" de pomba. O córrego do Amarelos, em cujas margens há a zona residencial do Arapiranga e que com a estrada para Safra, que dá saída para Rio e Vitória, uniu-se com o povoado de Amarelos, hoje zona urbana residencial, e sede de 2 serrarias, dá início à rua 25 de Março, primeira rua calçada da cidade, em 1894, outrora um grande pântano de águas lodosas (2). Seu primeiro trecho é bairro estritamente residencial, médio e alto, onde se situam as sedes do Centro Operário, da Casa do Estudante, da Maçonaria, e onde só uma fábrica de bebidas e uma oficina mecânica para automóveis se notam. Do lado do morro, a E.F.I. deixa a margem do rio e contorna a cidade. É o Sumaré, sede do campo do Estrela, que constroí agora o seu estádio. Paralela à rua 25 de Março uma parte da rua Costa Pereira, beijando o morro, em cujas vizinhanças se situam 3 padarias, 2 serrarias e uma fábrica de balas. No alto do morro a Santa Casa de Misericórdia, construção cogumelica, e o Sanatório Samuel Libânio, para tuberculosos. A rua D. Joana que começa no Largo de São João ou do Mercado, sede de um jornal e cartório e um templo batista, liga as duas ruas paralelas.

Aqui uma ponte de cimento armado, inaugurada em 1954, liga as duas margens do rio. É a ponte Fernando de Abreu, que veio substituir a ponte Municipal, de ferro, velha de 70 anos que, interdita, ao lado se encontra a aguardar um fim qualquer, que não se sabe bem qual seja.

A Avenida Pinheiro Júnior, continuação da rua Moreira dá início ao que já é chamado Aquidaban, antiga fazenda das proximidades. Zona residencial de beira-rio, alguns armazéns e uma cooperativa perto da ponte, com 2 marcenarias, e acompanhada, paralelamente pela linha férrea de Leopoldina. Além-trilhos o bairro do Ibitiquara, o conjunto residencial dos ferroviários e a sede de Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro, construída em um antigo charco e hoje cercada por quatro ruas, fruto do esforço épico da idealização da campanha. A estrada de ferro passa sobre um viaduto e entra na ponte metálica sobre o rio. A rua passa sobre o viaduto. Nela uma pouca de residências, em uma das quais está sediada a Estação de 3.^a Classe do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, a cujo cargo estão as anotações, 3 vezes por dia, da temperatura e demais dados climáticos locais. Este trecho como

(2) Antônio Marins, op. cit. pag. 196.

que sofre a influência negativa da vizinhança da outra margem que é o "coração" da cidade. É que o morro foi obstáculo intransponível à época em que a cidade se desenvolvia, e não teve a sorte de ver os trilhos chegarem primeiro a seu lado, que seria, portanto, logicamente o indicado para a Estação da cidade, em torno da qual se concentrou o sub-centro comercial da cidade, como veremos a seguir.

Continua a rua 25 de março, no outro lado do rio, já agora em pleno "centro" da cidade, constituído em sua maioria de "sobrados". Casas comerciais, em sobrados, ou prédios de 3 ou 4 andares, construções dos últimos 10 anos, repartições públicas (a Prefeitura Municipal, o Imposto sobre a renda, o I.A.P.I., os Estabelecimentos de Ensino Alfredo Herkenhoff, o Conservatório de Música, 3 alfaiatarias, o Salão do Forum e 2 Cartórios. Ao fazer esquina com a rua Barão do Itapemirim, ingreme ladeira, que vai dar na Costa Pereira, nos fundos da Nova Matriz inicia-se a praça arborizada Jerônimo Monteiro, centro comercial varejista da cidade; os dois monumentos (busto de Jerônimo Monteiro e obelisco aos expedicionários), e uma Nossa Senhora, os melhores bares, cafés e restaurantes, casas de modas e fazendas e bijouterias, de rádios, farmácias, barbearias, relojoarias, engraxates, pipoqueiro, fábrica de calçados, livraria e tipografia, um jornal, repartições públicas, (a Casa da Câmara e Forum na velha Casa de Zézinho Barão). Grupo Escolar, Correios e Telégrafos, hotel, Centro Telefônico, ponto final dos ônibus agência de navegação aérea, consultórios de médicos, dentistas e advogados, um cinema, postos de gasolina e apartamentos, em geral dos donos do prédio, que, comerciantes, não se querem separar de suas lojas. É o local do "footing" noturno, e onde os amigos se encontram. As ruas que dão no Morro de São João são ocupadas pelas residências da "alta", com uma fábrica de produtos químicos, a sede da Cia. de Força Elétrica e do Caçadores Carnavalescos Clube, Igreja Adventista e Centro Espírita. Mais ao alto do morro, Goiraquicaba e Reservatório D'água do Recanto. Descendo o morro, e além-trilhos de Itapemirim, um loteamento dos Machado, antiga Chácara da Tijuca, com 12 alqueires mineiros, cerca de 1.200 lotes, com área para escola, Igreja, albergue do Centro Espírita e aumento da Santa Casa. 1/5 da área está reservada para logradouros havendo uma avenida de 24 ms de largura, 2 de 15 ms, e as demais ruas de 10 ms, largura esta exigida pela Municipalidade. Já foram vendidos, a prestações, 1001 lotes dos quais apenas um para morador de fora da cidade. O acidentado da área leva a crer que só pessoas de recursos venham a nela construir. Voltando à Praça Jerônimo Monteiro pelos trilhos da estrada de ferro, passamos pelo Pôsto de Puericultura da L.B.A., e o Jardim da Infância além do novo Mercadinho. Duas ruas paralelas deixam a Praça acompanhando o rio: a Siqueira Lima, onde, na década de 20 foram construídos alguns "palacetes" residenciais e onde se localizam 3 oficinas mecânicas e que logo termina na rua 7 de setembro ou rua da Rádio, uma travessa que do rio alcança a Rua Capitão Deslandes. Esta é continuação do comércio varejista, e escritórios, além de residências nos sobrados da Jerônimo Monteiro, centro bancário, sede de escritórios, um hotel, duas alfaiatarias e uma ligação entre as zonas leste e oeste, no lado sul da cidade.

Aqui, a ponte de ferro da Leopoldina, inaugurada em 1910, liga, de novo os dois eixos da cidade. Em 1949 foi construída uma passagem lateral para pedestres, que veio pôr fim aos sustos frequentes dos "apressados" que, nada obstante a proibição, teimavam em passar sobre os trilhos sendo, não raro, surpreendidos pelos trens.

Começa a rua Samuel Levy, continuação beira-rio das ruas Coronel Borges Moreira e Pereira Junior, que se estenderá até os limites da cidade.

Pequeno comércio, com armazéns de secos e molhados e bares. É o Aquidaban, propriamente dito, há 20 anos uma fazenda, loteada e vendida a Cr\$ 400,00 o lote, em prestações de Cr\$ 20,00, na época. Sobem o morro as primeiras ruas, em sua maioria com nomes indígenas: Araxá, Guarani. É o bairro mais densamente povoado da cidade: zona residencial proletária, como dizem os cachoeirenses.

A rua Capitão Deslandes, no lado sul, esbarra com os trilhos. Na cabeça da ponte, um edifício de colunas à grega, é o moderno cinema local, que se estende sobre o rio. A cidade acompanhou os trilhos, da Leopoldina, com que se encontram, logo, os da Itapemirim, que ali finaliza. É a Estação, circundada, ao sul, em anfiteatro de morros residenciais.

Hoteis, casas de comércio mais modestas que o do centro, ali a dois passos, prontas a desaparecer com a invasão das vitrinas modernas, ao lado do rio, e mais armazéns, bares, 2 tipografias, uma alfaiataria, 2 mercearias, e 3 fábricas de artefatos de couro. Do outro lado os grandes armazéns de café e a sede social do Leopoldina F.C. Defronte à estação duas ruas, a Coronel Francisco Braga e a Professor Quintiliano, formando uma ilha também com hotéis, casas de comércio e um cinema, onde há uma pequena praça arborizada. De seu encontro sai uma rua (refúgio noturno da boemia) que dá no rio.

Aqui, em 1933, foi inaugurada a Ponte Governador Bley, ponte de cimento, como o povo a chama, em parte, responsável pelo desenvolvimento urbano da antiga fazenda do lado norte.

Na rua Samuel Levy 3 padarias, 3 mercearias e perto da ponte, uma feira permanente em que as tropas de burros deixam seus produtos. É a área florescente do protestantismo local: na esquina, em terreno ora em demanda, vai ser erguido um templo metodista, outro batista, outro pentecostal, e desagregado deste um da Irmandade dos Verdadeiros Cristãos. No alto morro uma Igreja Católica, e em torno casas de operários, nas ruas de nomes indígenas: Perecis, Acre, Jurua, Tapajós, Peruá, Arati, Aimorés, Guaicuru. Aqui e ali casas de prostituição, muito bem vigiadas, as quais guardam um silêncio rigoroso para que a Polícia tolerante não as persiga. Logo que cessa o calçamento da rua Samuel Levy, uma pequena ladeira leva à ponte de madeira que conduz à Ilha da Luz. Mais para oeste, empoeiradas ruas, e casas novas dão notícia do Novo Aquidaban, loteamento recente, sem água, luz e esgotos, que mostra a área por onde vai estender-se a cidade no caminho do Monte Líbano e da Nova Fábrica de Cimento.

Começa o Guandu, do outro lado, continuando o comércio agora também atacadista, na rua Bernardo Horta. A Leopoldina tem aí sua oficina de reparos, logo depois da Estação, de onde partem duas linhas, formando um V: a que, pela rua, acompanha o rio e vai para Minas Gerais, e a Linha do Rio, que demanda o sul. Subindo o morro, até o Isolamento e o campo de Futebol do Leopoldina a rua Basílio Pimenta, eixo da Basiléia, até pouco tempo, zona de prostituição, que a valorização dos terrenos expulsou mas não totalmente, para a periferia da cidade, transformando as "pensões alegres" em respeitáveis hotéis. Acompanhando a Linha do Rio casas de operários, nos buracos Quente, do Urubu e do Sapo. Penitenciária (onde nos começos do século ia construir-se uma) até o Zumbi, e o Noventa (Quilômetro 490) da E.F., extremo sul da cidade. No morro de Santo Antônio uma Igreja do mesmo nome, o Roupeiro de Santa Rita e um Grupo Escolar. Paralela a Bernardo Horta, ligada a esta pela Eugênio Amorim e próximo ao rio a rua Lafaiete Bernardes nas quais se situam o templo, em construção, da 1.ª Igreja Batista "o maior templo Batista do Estado", uma lavandaria e tinturaria e uma fábrica de ladrilhos. A rua Bernardo

Horta e adjacências é o maior núcleo industrial da cidade: até o extremo sudoeste da cidade 8 marcenarias, 6 oficinas mecânicas, 2 padarias, a fábrica de tecidos, que ocupa um quarteirão, 1 alfaiataria, 1 usina de laticínios, 1 torrefação de café e moinho de fubá, 1 fábrica de bebidas, 1 fábrica de balas, 1 indústria de artefatos de couros. Demandando o Aeroporto a Avenida Santos Neves, onde se situa o Centro de Saúde, o Laboratório Regional de Análises e o Santuário Nossa Senhora da Consolação, que se constrói; ao sul da rua Bernardo Horta um novo loteamento, e, subindo o morro a Vila Fica, área rururbana, de urbanização recente, que vai unir-se, em um novo loteamento, à Estrada do Aeroporto, no Noventa, onde se localiza a recém inaugurada pista para corridas de cavalos. Um pequeno claro existe depois da rua Bernardo Horta e da Praça da Ilha da Luz, ponto final de 2 linhas urbanas de ônibus. Nesta, bares e um tiro ao alvo. A seguir, acompanhando a linha do trem, mais acima, na rua Maurílio Coelho (ex-Araçatiba) a última zona residencial (invadida por casas de prostituição) até Cachoeira Grande, Valão antigas fazendas. Aí a estrada para Castelo e Alegre, e para Minas. Uma precária ponte de madeira liga a Rua Bernardo Horta à Ilha da Luz.

Nesta ilha (chamada antes Boa Esperança, e assim batizada pelo Bispo D. Fernando, quando ali se inaugurou em 1903, a primeira usina elétrica do Estado e 3.^a do Brasil (3) em 1903, e que hoje não mais existe), e que tem 313.870 m² de perímetro, se situam a estação de tratamento de água e usina elevatória para as caixas do Aquidaban e do recanto, uma célebre fábrica de pios de caça, e moinho de fubá, a estação transmissora da rádio local, e um parque, que, se tratado seria, como já o foi, recanto aprazível de fuga ao verão. Ela é o limite extremo oeste da cidade que, inquieta, procura expandir-se para todos os lados, em todas as direções.

Eis aí o que se viu, num vôo rápido sobre a cidade.

Nela há 216 logradouros públicos, dos quais 70 calçados com paralelepípedos, 147 iluminados a luz elétrica, 180 abastecidos de água e 120 de esgotos.

Pela lei municipal n.º 191, as áreas urbanas e suburbanas do distrito da sede deste Município são as seguintes:

a) — Área Urbana;

Começa na confluência do Córrego Sant'Ana do Itabira com o rio Itapemirim, no bairro Coronel Borges;

Segue em linha reta, normal ao rio Itapemirim e atravessa-o, e a baixada de sua margem direita, até o pé do morro;

Segue pelo pé do morro, passando pelos fundos da praça de Esporte do Cachoeiro F.C., até a antiga estrada sobre o corte da E.F. Itapemirim;

Segue pela referida estrada até o ramal da Estação de João Pessoa, da E.F. Itapemirim;

Segue por este até a rede transmissora de energia elétrica da substituição da Cia. C.B.F.E. para Marapé;

Por esta até o espigão do morro do Valiate;

Segue pelo espigão até o corte de pedra da estrada Cachoeiro-Safra, próximo ao Valiate;

Segue em linha reta, atravessando a rodovia e o córrego Amarelo, até a interseção do espigão do morro Sumaré com o alinhamento da praça de esporte — do Estrela do Norte F.C., na rua Araçaty;

Por este alinhamento até a E.F. Itapemirim;

(3) Maria Stella de Novaes "Um bispo Missionário", Vitória, 1951. p. 138.

Por esta até a rede distribuidora de água para Bahia e Minas.

Por esta até o reservatório do bairro Recanto.

Pela estrada do Reservatório até a rua Basílio Pimenta;

Por esta até a rua Coronel Alípio Gomes de Moraes;

Por esta até a rua 13 de Maio;

Por esta até o valo de divisa da Agro Predial S.A.;

Desce pelo prolongamento do valo até a linha do Rio da E.F.

Leopoldina;

Por esta até a Penitenciária, inclusive;

Pela divisa desta até a rua Otão Marins;

Por esta até a Avenida Jones dos Santos Neves;

Por esta até a Avenida Mucury;

Por esta até a rua Araçatiba;

Por esta até o Km 481 do ramal de Coutinho, da E.F. Leopoldina;

Daí seguem em linha reta até o cruzamento da rua Samuel Levy e

Parecis;

Por esta até a rua Anacleto Ramos;

Por esta até o Córrego;

Por este, subindo, até a rua Mario Imperial;

Por esta e seu prolongamento até a rua Octávio Corrêa, no bairro

Ibitiquara;

Por esta, subindo até o valo;

Seguem em linha reta até o cruzamento da rua Eduardo Gomes e

Theotonio Machado;

Por esta até o cabo aéreo da Fábrica de Cimento;

Segue em linha reta até o cruzamento da rua da Jaqueira com o Valo;

Por este até a linha de força elétrica de Cachoeira Alta para subestação da Companhia Central Brasileira de Força Elétrica no Corte Grande; por esta rede elétrica até a rua Novaes Mello; por esta, descendo até o ramal da estrada de ferro da Fábrica de Cimento Barbará; por este ramal a rua D. Fernando; por esta até a rua da Costa; por esta até a rua Moreira; por esta e pela rua Coronel Borges até a bifurcação da estrada da Nova Aurora com a de Itapoama; por esta até o pontilhão sobre o córrego Sant'Ana do Itabira; por este até a sua confluência com o rio Itapemirim, ponto inicial desta descrição.

OBSERVAÇÃO: nas ruas divisórias da zona urbana, fica compreendida no perímetro urbano uma faixa paralela, de 50 metros de largura a contar da linha de fachada para os fundos.

b) — área suburbana:

Começa na Pedra do Colégio, na margem direita do rio Itapemirim; segue pelo divisor de águas dos mananciais que vertem para o rio Itapemirim até as vertentes do córrego Amarelo; segue pelo divisor desta vertente até a autovia Cachoeiro-Safra, na garganta da Jaqueira; segue por uma linha paralela, a 200 metros da estrada do Amarelo, até a serraria de Domingos Cinoto; segue em linha reta, normal à estrada do Amarelo, atravessando-a até a distância de 200 metros; segue por uma linha paralela, a 200 metros à esquerda das seguintes estradas: Amarelo, Jones dos Santos Neves, Basiléia, E.F. Leopoldina e Avenida Jones dos Santos Neves até o Aeroporto; segue pela esquerda, contornando o Aeroporto, por uma linha quebrada, paralela, a 200 metros do Aeroporto, até a rodovia Cachoeiro. Muqui; segue por uma linha reta de 200 metros normal a rodovia Muqui; segue por uma linha paralela à rodovia de Muqui até o rio Itapemirim, no Valão; segue por uma linha paralela à rodovia de Muqui até o espigão do Morro fronteiro à Barra do Valão, na margem esquerda; segue pelo espigão do morro, até o cabo aéreo; segue por este até a estrada do Bairro

dos Ferroviários; segue por uma linha normal ao cabo aéreo, atravessando o córrego Aquidaban até o espigão divisor de suas águas com as do córrego Sant'Ana do Itabira; segue por este espigão até o ramal de Vitória da E.F. Leopoldina; segue em linha reta, atravessando o córrego Sant'Ana do Itabira até o alto do morro fronteiro a sede da Fazenda Sant'Ana do Itabira; segue pelo alto deste morro até o córrego Urtiga; segue por uma linha reta, normal ao córrego até a distância de 100 metros; segue por uma linha paralela, a 100 metros do córrego Urtiga e da margem do rio Itapemirim, até o ponto fronteiro a Pedra do Colégio, na margem esquerda do rio; segue em linha reta até a Pedra do Colégio, ponto inicial desta descrição.

Estes os limites administrativos, urbanos e suburbanos da cidade, hoje não coincidentes com os limites reais, que já os ultrapassaram.

Dentro destes limites, o número de prédios, na zona urbana, em 1945, era de 2.601 e em 1955 crescera a 2.800; porém o crescimento maior de construções se verificou na zona suburbana: para 612 edificações em 1945 havia 2.200 em 1955. A grande maioria das construções é de alvenaria, havendo, na zona urbana, apenas 70 casas de madeira e 130 mistas.

As casas construídas à beira-rio dão-lhe fundos, e são, em geral, sobre estacas, de madeira (as mais antigas) ou de cimento armado. Alguns se aproveitam do desnível para construção de porões residenciais, quasi sempre, "sub-standards". Não há cais, atualmente, uma vez que cessou a navegação fluvial.

O ciclo diário de vida na área central começa às 5 da manhã quando os primeiros bares e padarias abrem. Empregadinhas domésticas passam em busca do pão. As seis, partem os primeiros ônibus e trens. As oito uma sirene que se repete às 12 e 18 horas, dá sinal ao comércio para abrir se bem que algumas casas já o fizeram, pouco antes. Daí até às 12 horas o movimento de carros e pedestres é intenso. Pela hora do almoço cai um pouco. Depois volta a intensificar-se até às 18 quando fecha o comércio. Na Praça Jerônimo Monteiro e mais adiante perto da estação, durante todo o dia, garotos vendem jornais, engraxam sapatos ao meio da rua, e solicitam malas para carregar. De quando em vez, um boi desgarrado põe em pânico o "centro" e serve de alegre comentário. Aos domingos, de manhã, pequenos grupos se formam, após das missas; de tarde, o movimento é mínimo, e os bares fecham para só reabrir à noite; muitos habitantes estão no futebol, ou em visita a fazendas e povoações das vizinhanças.

Entre 18 e 19 horas a população está em casa: mantém-se a praxe de conversa em família, em torno da mesa do jantar.

À noite, pequenos grupos conversam, de pé ou sentados nos bancos, na Jerônimo Monteiro. É famoso o Banco dos Velhinhos, oferta de uma firma local "a seus velhos amigos", em que todas as noites, salvo de chuva ou "vento sul", se sentam de 19 às 20 horas 4 ou 5 dos mais velhos habitantes da cidade, a conversar sobre política, finanças, e a cidade.

Os cachoeirenses, em suas conversas, se proclamam, frequentemente, "bairristas"; dão a sua cidade o título de "princesa do sul"; mantêm tradicional rivalidade com Vitória, capital do Estado. Ultimamente, o surpreendente progresso de Colatina, "a princesa do norte", (sobre Colatina vide Kalervo Oberg, *The health and sanitation projects of the Serviço Especial de Saúde Pública in Colatina, Espírito Santo, Brazil, and in Cameta, Pará, Brazil*. (São Paulo, 1951) fez com que a rivalidade cachoeirense se desviasse, um pouco, para a cidade riodoceana que tem diversos pontos de semelhança histórico-geográficas com Cachoeiro. A este propósito, muito significava a nota que abaixo transcrevemos, em jornal cachoeirense:

“COLATINA PROGRIDE

Prédios já servidos com elevadores

A cidade de Colatina, nossa co-irmã, vive sua maior era de progresso

Enquanto nós ainda não iniciamos o sistema de incorporações, tão usual nos grandes centros, Colatina já está realizando. Ainda agora nosso amigo e assinante, Sr. Antônio Benevenuto, acaba de contratar uma obra que compreende 8 pavimentos a rua Alexandre Calmon, a qual foi planejada e realizada pela incorporação. A referida obra, que será um dos maiores prédios da progressista cidade, contará com dois elevadores.

Entrevistando o empreiteiro, que se mudará para ali enquanto realiza a obra, tivemos conhecimento que outras grandes obras estão sendo planejadas.

Colatina está, assim, na vanguarda das cidades capixabas, no que concerne à arquitetura moderna”.

(*Correio do Sul*, n. 2822, ano XXIX, 31 de julho de 1956).

Aos sábados, domingos e feriados o movimento aí é intenso, e vai até às 22 horas. Nos dias de semana, às 20 horas os grupos quase que se dispersam: dirigem-se ao cinema, reuniões de associações religiosas ou desportivas.

Pelas 22 horas, os que saem dos cinemas dão um rápido movimento ao “centro” que logo finda. As 22,30 os bares fecham e os últimos ônibus urbanos trafegam: quem os perdeu e mora longe terá de ir para casa a pé ou de “carro de praça”.

Cessa o movimento. A cidade dorme. Terminou a faina diária. O silêncio só é perturbado por um motorista de aluguel que canta, ou uma ou outra prostituta não confinada em “pensão” que cruza as ruas em busca de “trabalho de araque” ou de “muquira” como dizem. Na rua Virgínia perto da ponte, grupos boêmios conseguem chegar às primeiras horas da madrugada. Mas, raramente, vêem o sol raiar. Também a vida noturna ganha outra força aos sábados, especialmente quando há bailes nos principais clubes do centro.

Este, em suas linhas mais gerais, o movimento de um dia no centro de Cachoeiro, em situação normal, que se pode enquadrar em um “continuum” que tem seu limite extremo mínimo durante o verão, e máximo na semana final de junho, quando se realizam as tradicionais festas de Cachoeiro.

CONCLUSÃO

Tentemos definir, finalmente, Cachoeiro de Itapemirim.

A cidade é hoje linear, de eixo leste-oeste, atravessada pelo rio Itapemirim. As ruas são estreitas, e, em certas horas do dia, insuficientes para o tráfego de veículos.

Seu núcleo primitivo foi no “lado norte”.

As estações e linhas de estradas de ferro levaram-no para o lado sul que, como se depreende da descrição feita, é-lhe o centro comercial. A ponte Bley deu novo impulso ao “lado norte” na área do Aquidaban.

A estrada asfaltada para Safra a leva para os Amarelos. Os morros impediam seu maior crescimento, o que está sobrepujado pelas máquinas modernas usadas em novos loteamentos, os quais lhe dão as linhas gerais de expansão: o novo Aquidaban encaminhando a cidade em direção à nova fábrica de cimento; o Machado tendendo a ligá-la, de novo, com o asfalto; em breve, atêrro fará com que os carros que vêm da Safra penetrem na cidade pelo Machado, o que significará declínio para os Amarelos. Vê-se claramente que o fato de Cachoeiro ter surgido em terraço fluvial fez com que seu crescimento acompanhasse o curso do rio, tornando a cidade longitudinal, com traçado linear.

Cachoeiro é assim uma cidade regional (18), multifuncional, atuando como centro de comércio, transportes, produção, saúde, educativo e recreacional. Sua esfera de influência se estende a todo o sul do Espírito Santo. Sua superfície ainda não está medida. Sua população está definida dentro da sede municipal, o que não é satisfatório (19). Sua altitude é de 29 metros, no "centro" até 40 metros, nos "morros". A temperatura máxima é de 40° C, mínima de 10° C, e média anual de 24,5° C. O regime de chuvas, em 1955, teve sua mínima de 0,6 mm em 30 de Junho, e máxima de 221,8 em 31 de dezembro, sendo as precipitações pluviométricas entre 600 e 1.300 mm e a umidade média relativa de 75,9%. Os ventos que, subindo o rio, refrescam a cidade, têm a velocidade média de 0,8m por segundo. Suas coordenadas geográficas são 20°51'05",45 de latitude sul e 41°03'53" de longitude oeste, ficando, em relação à Capital do Estado, à distância, em linha reta, de 100 Km, no rumo sudoeste.

QUADRO N.º 1: — ASPECTOS POPULACIONAIS

População da Sede Municipal *

	Total	Homens	Mulheres
1940	36.599	17.889	18.610
1950	43.846	21.754	22.092

População estimada da cidade

1940	19.208	—	—
1950	24.021	—	—
1955	35.000	—	—

Taxa de natalidade — 5,028

Taxa de mortalidade — 1,71

Taxa de natalidade infantil — 81,29%

Densidade demográfica — 53,80 por Km².

9,411% da população do Estado

Na sede, em 1954

677 casamentos

3924 nascidos vivos

1042 óbitos

319 óbitos de menores de um ano

* Dados fornecidos pelo IBGE.

(18) O conceito está usado conforme definido em Willems, Emílio, *Dicionário de Sociologia*, Porto Alegre, 1950, pg. 23.

(19) Vide quadro anexo.

II RAIZES NO PASSADO

O estudo da evolução histórica da cidade de Cachoeiro de Itapemirim deve ser feito levando em consideração o vale em que ela está situada, e seu povoamento.

As mais antigas referências dos cronistas seiscentistas dão ao Itapemirim a designação de Itapemiri ou Iapemirim. Assim está em Gabriel Soares de Souza, bem como em Jean de Lery (1).

Diversamente da colonização do hoje Estado do Espírito Santo, as primeiras tentativas de povoamento da região se deram, não no litoral, na foz do Rio, e sim na região das Minas do Castelo, nas cabeceiras de um seu afluente.

Segundo tudo indica, missionários jesuítas, sabedores da existência de ouro a oeste de sua aldeia de Rerigiba, fundaram, em 1625, a Aldeia dos Montes, com o objetivo também de catequizar os índios ruri e botocudo, que viviam em toda a extensão da Capitania. É ponto, todavia, controverso. Silva Netto, em fins do século passado, aventou a hipótese de que os jesuítas exploraram estas minas desde a fundação da Rerigiba (hoje Anchieta), em 1565, o que parece confirmado pela informação dos agostinianos, que se não encontra em nenhum outro historiador da fundação da citada Aldeia dos Montes, e na alusão que faz o Pe. Serafim Leite à união de índios e jesuítas em 1701 para o descobrimento de minas de ouro (2).

Não temos, no entanto, dados que nos esclareçam sobre as verdadeiras origens de Castelo, aos menos com base nas fontes a que pudemos recorrer. O certo é que desde meados do século XVII uma população mineira habitava a 30 ou 50 quilômetros da cidade cuja história pretendemos traçar.

Em 1702 a nomeação do cabo de entrada Coronel Francisco Monteiro de Moraes para o descobrimento de minas de ouro e outras, decorrente de um seu oferecimento espontâneo dá início, segundo Daemon, às lavras de ouro no Espírito Santo, a que Antonil se referiria em 1711 (3), cuja exploração fôra proibida, no ano anterior por D. João V, "sob pena de degredo para Angola e confisco de bens" (4), ordenação porém não cumprida, pois que, em 1751, Domingo Corrêa da Silveira é nomeado Capitão de todo o distrito das minas de Santana do Castelo, com o fito de pôr côbro às lutas frequentes entre os *bandeirantes* que ali estacionavam e entre estes e os indígenas. Havia, nesta época, os arraiais da Barra do Castelo ou Duas Barras, Caxixe (Povoação), Ribeirão do Meio (Prata) e Batatal (Arraial Velho) e Salgado.

A Aldeia dos Montes desde 1710 fôra erigida em Paróquia, que em 1754 se transferiu para a Aldeia do Caxixe ou para o Arraial Velho ou talvez para a Barra do Castelo, segundo informam respectivamente a Crônica Agostiniana, Daemon e o Major Silva Netto, nas obras citadas, abrangendo, no entanto, todos os arraiais, sob a invocação de Nossa Senhora da

(1) Gabriel Soares de Souza — Tratado Descritivo... p. 80; Jean de Lery... p. 70. O Pe. Serafim Leite conseguiu referências, de 1558, de prisão de franceses, na foz do Itapemirim (História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio, 1938).

(2) Major Joaquim José Gomes da Silva Netto — "História das mais importantes minas de ouro do Estado do Espírito Santo", in R.I.H.G.B., Tomo LV, parte IV, Rio de Janeiro, 1893, "Cronica de la Provincia de Santo Tomás de Vilanueva de Andalucia de Padres Agustinos Recoletos en su restauración" — Deo da Primeira — 1899-1909. Granada, 1920, e Serafim Leite, S. J. — História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio, 1945, vol. VI, p. 144.

(3) Antonil

(4) A. Marins, op. cit., p. 94.

Conceição das Minas do Castelo, lembrando sua anterior filiação à Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari. No mesmo ano de 1754 Pedro Bueno e Balthazar Caetano Carneiro fundaram um engenho de açúcar, próximo à foz do rio, onde já havia, fundado em data incerta, outro engenho de propriedade de Domingos de Freitas Bueno Caxanga, e onde, ao mesmo tempo, se erguia uma Capela de Nossa Senhora do Amparo. Iniciava-se, assim, o povoamento do Baixo Itapemirim, até então velhacouto de escravos fugidos, que ali faziam seus quilombos (em 1710 Euzébio Gonçalves era nomeado Capitão do Mato desde o Caraipe — Jacareipe — até o Iramirim — Itapemirim) e ao sul do qual havia a florescente fazenda jesuítica de Muribeca, com sua Igreja de Nossa Senhora das Neves, único remanescente atual da colonização antiga de entre — Itabapoana e Itapemirim.

O decréscimo de produção das minas, e os sucessivos ataques dos puri e, posteriormente, botocudo fizeram com que os moradores destas aldeias do Castelo as abandonassem, provavelmente a partir de 1765 até 1819, dirigindo-se para Minas Gerais a oeste, onde fundaram o arraial de Cuieté, ou para a vila do Itapemirim, em direção do mar.

Em 1771 as imagens, ornamentos e batistério da Igreja de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo, que neste ano, perde o título de Matriz, foram transferidas para a Capela de Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim que, desde 1764 fôra elevada a Paróquia. No entanto, a imagem de São Benedito, cuja Irmandade seria criada em 1776 só em 1810 viria para Itapemirim.

A respeito das Minas, um depoimento de 1808 diz que elas “em outro tempo foram mui frequentadas e nelas havia grande povoação e igreja; o ouro é de 24 quilates; desamparam-se pelas incursões dos gentios bárbaros mas hoje se principiam a trabalhar com bastante concorrência”, (5), o que passou despercebido à maioria dos historiadores do sul do Espírito Santo, que se referem ao abandono total das Minas do Castelo, nos fins do século XVIII, (6), pois provavelmente só o ataque dos botocudos em 1819, é que faria com que os remanescentes da antiga população se refugassem em Itapemirim (7).

Em 27 de junho de 1815 Itapemirim é elevada a vila, abrangendo o Município, todo o sul do atual Estado do Espírito Santo. Visitando-a nos anos seguintes Maximiliano e Saint Hilaire não lhe notam progresso, referindo-se êste ao açúcar branco que se produzia em seus arredores, vendido a 2\$000 a arroba (8). Estava a região ainda no ciclo açucareiro litorâneo do primeiro século da colonização: “o primeiro *cachoeiro* dêste rio (Itapemirim) dista da vila 6 léguas; e nele se acha estabelecido um quartel da parte do Sul, guarnecido com um inferior e 30 soldados do corpo de pedestres (9). Suas margens até o quartel estão povoadas de grandes fazendas, com 9 engenhos reais e uma engenhoca coberta de sape, denominados Areia, Cardoso, Cotia, Boa Vista, Barra Seca, Passo Grande, Paineira e São Gregório da Ribeira” (10).

No mesmo ano de 1815, “chegou a Itapemirim, vinda da cidade de Mariana pela trilha feita pelo alferes João do Monte, uma tropa com 12

(5) Desembargador Luiz Thomaz de Navarro — op. cit., p. 438

(6) Em 1817 já era informação veiculada por Aires de Casal, in *Corografia lica*, São Paulo, 1943, tomo II, p. 46.

(7) Silva Netto, op. cit., p. 218.

(8) Maximiliano... p. 130 e Saint Hilaire... p. 50. Veja-se também Mário Aristides Freire, *A Capitania do Espírito Santo*, Vitória 1945, p. 148.

(9) Este quartel estava, pois, localizado na área da cidade, cujo primeiro centro, no entanto, surgiria na margem direita do rio (lado Norte).

(10) Francisco Alberto Rubim, op. cit., p. 182. 10 — (em cima).

bestas, carregadas com 45 arrobas de toucinho, 40 ditas de carne seca e 18 rolos de tabaco de fumo" (11).

Em 1816 as minas do Castelo chamam, de novo, a atenção dos Governantes: carta régia de 4 de dezembro, diz Daemon, ordena ao "Governador desta Capitania a conveniência de adiantar os exames, descoberta e lavra de lavra de ouro nas minas de Santana no Castelo" (12). Neste mesmo ano, ou provavelmente no anterior, introduziu-se no território do Espírito Santo, ao norte, nas matas do Rio Doce, café, cuja produção teria e tem tanta importância na economia estadual e, mui especialmente na área que estamos estudando (13).

Ou porque as minas do Castelo estivessem exauridas, ou por causa dos continuados ataques de índios, o certo é que esta ordenação real não surtiu efeito. A nova colonização do Vale do Itapemirim se fazia, lentamente, através de fazendas açucareiras às margens do rio.

A esta época eram senhores rurais mais importantes o paulista Joaquim Marcelino da Silva Lima, futuro Barão de Itapemirim, que se casara, em 1802, com filha do antigo morador Capitão José Tavares de Brum, dono do lado sul do rio, e o Tenente Coronel Heliodoro Gomes Pinheiro, da família Areia, possuidor do lado norte (14).

Foi com Joaquim Marcelino que, em 1820, se entendeu Manoel José Esteves de Lima, desbravador das matas do sul do Espírito Santo, natural da aldeia de Bordeiro, em Riba de Mouros, Portugal, e fazendeiro em Mariana, M.G. (15), o qual com 72 mineiros abriu fazendas e estradas na região, sementes do futuro núcleo urbano.

De 1820 a 1845 os produtos locais eram transportados diretamente para Itapemirim, não havendo, ainda, o entreposto nos primeiros "cachoeiros" do rio que se tornaria cidade. As terras da região são, pelos presidentes de província, descritas como ubérrimas, mas os continuados ataques dos botocudos e puri, em 1825, 1827 e anos seguintes, dificultam-lhe os desbravamentos.

Em 1846 regista-se o aparecimento das primeiras casas comerciais que formariam, pela Lei Provincial n.º 11 de 16 de julho de 1856, a Freguesia de São Pedro do Cachoeiro (16). Para isto, talvez, tenha contribuído a pacificação dos índios, reunidos no ano anterior, por Joaquim Marcelino,

(11) Francisco Alberto Rubim, "Memória Estatística da Província do Espírito Santo, no ano de 1817", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XIX, pag. 301, Rio de Janeiro, 1900.

(12) Basílio Daemon, op. cit., pag. 235.

(13) Afonso de Taunay, in *História do Café no Brasil*, vol. III, Rio de Janeiro, 1939, pag. 289, correlaciona o desenvolvimento da cultura cafeeira, no Estado, e decadência da produção açucareira, e dá os seguintes informes quanto à exportação de café espírito-santense:

1.	De 1839 a 1842	—	por volta de 400 arrobas;
2.	De 1847 a 1850	—	" " " 20.000 arrobas;
3.	De 1853 a 1856	—	" " " 100.000 arrobas;
4.	De 1860	—	" " " 200.000 arrobas;
5.	Em 1870	—	" " " 500.000 arrobas;

(14) A rivalidade existente entre Limas e Areias mereceria um estudo à parte.

(15) Antônio Marins, op. cit., pp. 120-124.

(16) O nome "Cachoeiro" — Como vimos Rubim registra o vocábulo *Cachoeiro* em 1817. Conquanto não se possa determinar a origem da forma masculina, não é lícito chamá-la de termo regional do Espírito Santo, como o faz o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Alberto Lamego registra a vila do Cachoeiro, no Estado do Rio: — "No Muriaé, frei Jaques e Frei Paulo em 1672 sobem até Cachoeiro e ali fundam uma aldeia indígena de vida curta" (atual Cardoso Moreira), in *O Homem e a Serra*, Rio de Janeiro, 1950, pp. 224 e 229. Parece, pois, ter sido vocábulo usado no Espírito Santo e Rio de Janeiro durante o período colonial. Vide também F. Eugênio de Assis — "Cachoeiro de Itapemirim", in *A Gazeta de Vitria* de 19.8.56.

no Aldeamento Imperial Affonsino.

Contudo, a fluidez das regiões pioneiras é a nota dominante no quarto de século subsequente. O bacharel Antônio Thomaz de Gody, Chefe de Polícia da Província a partir de 30-10-1850, toma providências a fim de acabar com os bandos de salteadores e assassinos que vagavam pela província, especialmente no município de Itapemirim, onde se acoitava o maior número de delinquentes (17). Há, nesta época, um afã de construir obras novas: a ponte sobre o rio Muqui e a estrada de 48 quilômetros de Cachoeiro e Itapemirim são, quando presidente da Província Olímpio Carneiro Viriato Catão, construídas entre julho de 1857 e abril de 1858, e novas estradas, no alto Itapemirim, em 1860, ao tempo da presidência Leão Velloso; “em Itapemirim (acentua Taunay), é que se notava enorme movimento em seus magníficos sertões de terras ubérrimas do Cachoeiro, Alegre, Veado. Para ali corriam numerosíssimos mineiros e fluminenses (18).

A vila foi começada, diz, “O Cachoeirano” (edição de 1881) principalmente por pessoas dadas ao comércio e à lavoura, vindas das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O 1.º negociante que se estabeleceu aqui foi o Dr. Cypriano da França Horta e o 1.º fazendeiro o Capitão Pedro Dias do Prado, que muito concorreu para a emigração de diversos amigos e parentes seus” (19).

Mas, mesmo assim, era núcleo urbano embrionário que não chamava a atenção. Hartt que viajou pela região em 1865/66 (20) não se reporta à desde 23-11-1864 vila, em que havia padre, escola e médico: “Algumas milhas abaixo do Itapemirim os terrenos terciários afastam-se da praia, e são francamente desnudados em ambas as margens do rio. O Itapemirim é um rio bem maior que o Itabapoana. Nasce próximo à fronteira de Minas Gerais, a oeste de Vitória, atrás da Serra do Pombal, e tem um curso de cerca de 80 milhas. É pouco profundo em seu curso inferior e de pouca importância. Há uma extensa planície aluvial que se estende até o rio, no lado sul, algumas milhas acima da cidade (Barra do Itapemirim), em parte pertencendo à fazenda do Barão Itapemirim; esta extensão de terra é muito fértil e considerável parte dela é cultivada para a produção do açúcar. Há algumas fazendas para além do rio. A de Muqui, pertencente ao Barão está construída em uma colina de gnaís.

As serras aproximam-se da costa em direção norte, e nas vizinhanças do Itapemirim são muito altas, apresentando as mesmas peculiaridades topográficas que no sul. Cerca de 20 milhas a oeste da cidade de Itapemirim e ao sul do rio está um pico muito notável e irregular chamado o Frade e poucas milhas a nordeste, vê-se um grupo de agulhas que apresentam aparências extremamente estranhas, quando vistas de certa direção, parecendo às vezes os dedos de uma mão gigante erguida contra o céu. Algumas destas agulhas têm pelo menos 3.000 pés de altura. Toda a região situada por trás delas, mesmo além dos limites da província é muito montanhosa e composta de gnaís. Informaram-me de que acorre ferro especular nas serras de Itapemirim, mas não tive meios de verificar a informação. Seguem-se dados históricos sobre as minas de Castelo, baseados no citado Dicionário de Cesar Marques. A transcrição foi feita

(17) Daemon, Basílio, op. cit., pag. 236.

(18) Afonso de Taunay — *História do Café no Brasil*, vol. III, Rio de Janeiro, 1939, pag. 304.

(19) De um relatório dos Drs. Deolindo José Vieira Maciel, Manuel Leite de Novaes Mello e Eugênio Aurélio Brandão do Valle.

(20) Charles Frederick Hartt, *Geologia e Geografia física do Brasil*, S. Paulo 1941, pp. 82 e 83.

integralmente para que se verifique que, conquanto referências sejam feitas à topografia local, como às agulhas do Itabira, e o morro do Frade (mais tarde o Frade e a Freira, designação que se deu ao monte menor ao pé daquele) nada diz o pesquisador norte-americano sobre a *florescente vila* o que levanta a suspeita de que ela não fôsse, à época, tão florescente, e sim incipiente, pois que senão não escaparia à argúcia do viajante. Ao que parece o desenvolvimento maior da vila se deu nos 20 anos que antecederam à república.

Acompanhemos sua evolução neste período, com base, sempre que não houver informação em contrário, no jornal *O Cachoeirano*, que, porisso, não será especialmente citado.

Nos meses de verão eram (e ainda o são) frequentes as enchentes do rio que punham em polvorosa a população da cidade: as estradas ficavam intransitáveis, muitas famílias abandonavam suas residências. Daemon cita como as maiores as de 1862, 1866 que subiram do nível da rua 30 a 50 centímetros, e a grande enchente de 1873, em que, da noite de 21 à de 22 de Março, o rio inundou as ruas da vila, com enormes prejuizos para os armazéns e casas, pois que subiu 14 metros de seu estado natural. Nova inundação entre 25 e 26 de janeiro de 1875 com dois e três metros d'água nas ruas, maior, nos prejuizos causados, do que todas as anteriores. Em 1882, 1886 (15 a 20 de dezembro) 1907 (16 para 17 de janeiro), 1933 (30 de dezembro) 1937 e 1956 (dezembro) o rio de novo transbordou de seu leito. Em 1933, diz Newton Braga, "o rio subiu cinco metros e trinta centímetros de seu nível médio, aumentando de 1.220 metros cúbicos por segundo a vazão de suas águas, sendo a inundação marcada por dramáticas ocorrências: vários desabamentos de casas, mortes por afogamento, centenas de mudanças, prejuizos de grande vulto.

E nos meses secos, de junho a setembro, eram frequentes as epidemias. Daemon regista a de varíola, em setembro de 1868, ano em que morava no Cachoeiro, com patético comentário (p. 384/385). Em 1871, em meados do ano, grassam as "terríveis epidemias de câmaras de sangue e febres perniciosas, fazendo inúmeras vítimas, a ponto de alguns cemitérios não poderem conter os cadáveres dos epidêmicos", epidemias que se estendem às vizinhas vilas do Alegre, Veado, Calçado e Itabapoana. Em maio de 1883 registam-se febres de mau caráter, que se repetiram em 66 e 68, atribuídas, em março d'este ano "ao lamaçal que persiste nas ruas". Em 1893 é registada epidemia de cólera em toda a região; já desta vez um médico local considera-a originária da Hospedaria de Imigrantes, tendo como causas predisponentes a má alimentação, e péssima água, o tempo quente e úmido, a falta de higiene pública e privada; releva notar que a moléstia atacou exclusivamente indivíduos das classes pobres.

A consciência urbana existe e se denota através de uma série de queixas e sugestões que fazem os jornais da época: estação telegráfica ligando a vila à Barra do Itapemirim, necessidade de pontes, fios de comunicação, (estrada de ferro), engenho central. As tropas eram os meios de comunicação *para cima* e a navegação a vapor, *para baixo*, segundo as expressões de então. Sobre a navegação há constante noticiário: "O Sr. Simão Rodriguez Soares, tendo sempre em mira melhorar a empresa a seu cargo, pretende inaugurar um novo vaporzinho, o "3 de Abril". Ou "O empresário desta navegação previne ao público de que achando-se o rio muito seco; enquanto assim se conservar, fica alterada a hora de partida". Estas secas eram frequentes e em junho e julho de 1885 tornou impraticável o serviço.

Em 1881 autoriza a Câmara a construção de uma Estrada de Ferro que não se efetivou. Autorizações do governo estadual para exploração de

estradas de ferro são frequentes, mas não usadas. A travessia do rio, feita em canoas, passa a ser feita em ponte de ferro, cuja construção iniciada em 1885 só seria terminada em 11-6-1887, cobrando-se pedágio pelo seu uso até 1920. Neste mesmo ano o Capitão Henrique Deslandes que fôra o pioneiro da navegação a vapor, inaugura a 1.^a ferrovia, já agora sob a direção do barão de Matosinhos: a 16 de setembro parte o 1.^o trem, indo até Pombal, hoje Rive.

A consciência urbana é que se rebela, já em 81, “contra” a grande quantidade de cães que vagam pelas ruas desta vila em horas mortas da noite, proibindo assim o livre trânsito das pessoas. “A reclamação era dirigida ao fiscal da Freguezia, e os reclamantes “esperavam ser atendidos”. Ou quando anuncia o aparecimento de uma onça no lado norte desta vila. Ou ainda sobre porcos soltos pelas ruas, os quais não eram apreendidos pelo fiscal porque, segundo sua própria afirmativa “não há remédio senão ter certas considerações...”

Reclamações tão continuadas que obrigariam em 1885, o fiscal da vila a ameaçar recolher todos os animais que vagam pelas ruas ao curral de Conselho, com a multa de 15\$000 de conformidade com o Código de Porturas. Mas que de nada adiantaria, pois em 12 de fevereiro de 1888, cães, porcos e cabritos, continuavam a vagar pelas ruas, ou porcos em 1892, ou 40 cachorros em 1893, ou porcos, cabritos e cães em 1895.

De resto os reclamos se estendiam a outros setores: “falta de professor público e delegado literário; Juiz de Paz em exercício (“3.^o Juiz de Paz — Onde mora? Onde dá os despachos às partes? No mato? No morro? *Ubi? interpela um interessado*), coletor efetivo de rendas gerais, inspetores de quarteirão, estradas em que os matos crescem e os atoleiros são tantos que mesmo pagando o tributo de 50 réis por saco de café os fazendeiros perdem os seus burros e cafés. A iluminação de ruas já se fazia, com 24 lâmpadas belgas desde janeiro de 1887, exceto nas noites de lua, o calçamento de ruas é pela primeira vez pedido em 1888, em virtude do estado pantanoso em que se encontravam as ruas. Há necessidade de para-raios.

Os primeiros trechos de calçamento, a pedras, são inaugurados apenas na República, em 12.5-1894 (24).

A cidade se firmava, também, em sua função de prover diversão não só a seus habitantes mas especialmente aos da zona rural.

Em 1881 as comédias em voga eram *Manda quem pode* e *O diabo a quatro* levadas à cena aos sábados, a pedido de diversas pessoas desta vila. Os moradores do lado do sul tinham, nas canoas de travessia, passagem franca para assistirem ao espetáculo. De vez em quando, um prestidigitador, como este Antônio Joaquim de Melo, naturalmente ventríloquo, pois prometia a presença do boneco Manoel Gostoso, e que garantia às Exmas. Famílias a existência de bancadas e divisão para homens e senhoras (25).

As representações teatrais eram frequentes: em 1882 o drama *Helena*, embora tenha agradado plenamente, não teve grande concorrência, por causa do mau tempo.

O Carnaval era festejado esporadicamente. Em 1882 há festejos. No

(21) Basílio Daemon, op. cit. p. 405.

(23) Newton Braga, op. cit., pp. 56/57.

(23) Basílio Daemon, op. cit., pag.

(24) Marins op. cit., p. 173.

(25) Os trabalhos deste Mágico que se apresentam diversas vezes ao público local, no domingo, 8 de maio de 1881, obedeceram a variado programa.

(26) Realmente a frequência era mais alta nesta época do que em 1956.

ano seguinte alguns foliões saíram à rua logo pela manhã e à tarde já era grande o reboleio. No 3.º dia à tarde as ruas ficaram cheias de mascarados e “houveram algumas críticas chistosas”. Alguns mascarados promoveram desordens entrando em estabelecimentos, abrindo as gavetas e carregando o dinheiro. Outros corriam atrás das quitandeiras tomando-lhes os doces. Anos houve em que seus festejos se realizaram em épocas diversas da tradicionalmente aceita.

Eram festas, de resto, semelhantes às do 7 de Setembro.

As festas religiosas (São Sebastião, São Benedito, Reis, São João, do Divino Espírito Santo) de vésperas, ladainhas, missa cantada, procissão te-deums e festas profanas: o trepa-moleque (novidade em 1881), leilão de prendas, quermesses, e às vezes um fogo artificial “pequeno, porém vistoso”, “bandas de música, e, nas festas juninas, fogueiras, jogos e danças, bem como Boi Pintadinho e Visita de Reis, nas festas do ciclo do Natal. Só no começo do século XX apareceriam festas frequentes em louvir da SS. Virgem Maria Auxiliadora, como se deu em 27-7-1902.

Há diversas bandas de música, a principal das quais a Guarani sempre em situação precária, morrendo e renascendo.

É da mesma época a criação do grêmio Cachoeirense (10-6-1883), sociedade bibliotecária, com 1.115 volumes à disposição dos sócios, e que à partir de 4-2-1885 manteria aulas noturnas gratuitas, para extinguir-se em 1908 passando seu patrimônio à Loja Maçônica local. Surgiu como fruto da consciência de alguns intelectuais de que “nada temos aqui para distração, tenhamos livros ao menos”. E, “breve o povo encontrará livros em abundância e as classes menos favorecidas de fortuna, aulas noturnas gratuitas, (1.ªs letras, português, geometria e escrituração mercantil), para sua instrução”.

Mas, distração havia: o bilhar, anunciava: “quem quiser se divertir vá ao bilhar...” quase em frente à tipografia, com bilhar, gamão, damas, e brevemente o dominó. E de quando em vez havia uma corrida de cavalos, como, em uma manhã de junho de 1883, o páreo entre os cavalos Grifo e Coquete, com a aposta de quinhentos mil réis. Ou em 20 de março de 1886, na raia do Norte, os cavalos Liden, Wampa, Figurão e Sanhaçu com o prêmio de duzentos mil réis, cujos entusiastas tentaram criar, em maio de 1888, o *Prado Cachoeirense*, “sociedade para orientar esta diversão agradável e incitar a criação de animais de boa raça”, sem êxito, contudo.

Em 1883, a 21 de junho, foram exibidas em Cachoeiro, após uma representação dramática, pelos Srs. Correa e Baldrine, as primeiras projeções fixas: “quadros pela projeção da luz elétrica”, em número de 35, reproduzidos” por uma máquina premiada na Exposição de Filadélfia.

De quando em quando um circo aporta à vila: em 1885 o “Equestre e Ginástico” apresentando o Rei do Ar, o Sr. Leopoldo no Aéreo Volante, na escada incompreensível e grandes pantomimas: O Boticário na Roça. O Marquês e o Sapateiro, o Barbeiro de Sevilha, e o Dom Perlon ou a fábrica de gargalhadas.

Em 1888 a Traviata e Miguel, o operário são levadas à cena pelo Sr. Lessa com elogios gerais, pontificando este empresário durante os meses de janeiro a março tendo à frente da companhia a atriz Ludgéria Lessa.

Em 1895 é o circo Vassourense que tem agrado e conseguido “enchentes regulares”; neste mesmo ano “moços da sociedade” ensaiam a apresentação de um espetáculo dramático.

Preterdem os Srs. Gonçalves & Cruz, m 1885, fabricar cerveja que em clima cáldo como o da vila não é um vício e sim uma necessidade. E Cachoeirano alvitra que “estabelecidos juntos ao Largo da Matriz é provável que tenham a lembrança de obter da Ilustríssima Câmara Muni-

cipal consentimento para o conveniente beneficiamento daquele largo, a fim de oferecerem ao público um agradável recreio e melhor fazerem suas vendas a varejo.

A inquietação social nestes anos é demonstrada pelos constantes levantes e fugas de escravos, o que a criação de um fundo de emancipação não solucionou, nada obstante libertações periódicas de escravos (17 em 1881 por 13x662\$214). Isto era fruto do trabalho da Comissão local, a cuja frente estavam João Paulo Ferreira Rios e Leopoldo Cunha, da "Sociedade Abolicionista da Escravatura do Espírito Santo" fundada em Vitória em 17-10-1869.

Mesmo antes da abolição há constantes anúncios solicitando o concurso do braço livre: cozinheiros, apanhadores de café, e incentivo à vinda de imigrantes.

As constantes perturbações da ordem, malgrado a existência de um destacamento local de polícia, também demonstram esta inquietação: aqui são "brigas de mulher que em altas vozes proferem nomes *bonitos*..." Ali são larápios que "*modestamente* vão aqui fazendo profissão de roubo". Em 29-11-1881, é o destacamento que "encartucha as armas para repelir qualquer intimação por parte do delegado e segue viagem para o Itapemirim deixando em completo abandono a cadeia com 2 presos, um dos quais cumprindo sentença".

A propaganda republicana só tomara forma com a criação, em 23-5-1887, do primeiro clube republicano do Estado, o qual, em setembro do ano seguinte convocaria, na cidade, o 1.º Congresso Republicano Provincial, a que compareceriam representantes de Vitória, Cachoeiro, Conceição do Muqui, Alegre, Rio Pardo, São Pedro de Itabapoana, São José do Calçado, e Castelo, os quais, como se vê, com exceção da Capital — Vitória — eram os municípios cafeicultores do sul do Estado.

Em Cachoeiro, como em outras partes do Brasil, o movimento republicano se não confundia com o da abolição da escravatura.

São frequentes as fugas de escravos, crimes a eles atribuídos e pelo menos um levante.

Esta revolta se deu em outubro de 1866, na fazenda da Safra, ainda hoje existente, e onde nasce pequeno núcleo urbano em intercruzamento de estradas de rodagem. Pertencia a fazenda à viúva D. Josefa Conto. Daemon (27) afirmando que a revolta causou horrível pânico às vilas de Itapemirim e Cachoeiro, descreve-a: "tendo a 31 do dito mês sido ferido gravemente o Feitor da mesma fazenda, que, achando-se à noite deitado em um quarto, foi atacado por dois escravos que saltando a janela descarregaram sobre Guilherme Johnson (o feitor) um golpe de foice sobre a região frontal com o que despertara Johnson. Depois de grande luta os escravos fugiram pela mesma janela por que haviam entrado, tendo o dito Guilherme saltado também a janela e prendido um dos escravos, apesar de bastante ferido, não sendo vencido por eles". E prossegue seu relato o cronista contemporâneo dos fatos: "Continuando sublevada a escravatura da mesma fazenda, parte dela fugida e outra, conquanto sossegada aparentemente, tramava secretamente contra a vida de muitos; apesar das providências tomadas pelas autoridades, e entre elas pelo então Delegado Dr. Pires de Amorim, é ainda barbaramente assassinado pelos ditos escravos o lavrador Antônio de Jesus Lacerda, que prestara-se com outros cidadãos a contê-los, e a apreender aqueles que, achando-se fugidos causavam terror à população, sendo portanto vítima de sua dedicação".

A revolta prossegue no ano seguinte: vinte e um são os rebeldes. A 28 de abril assassinam José Fernandes Anchieta, na fazenda União, vizinha à Safra; a 1 de maio enforcam o pardo Joaquim, com o látego de um relho, mostrando o corpo de delito ter sido o mesmo arrastado ao lugar do crime; a 30 de maio foi ferido gravemente Frederico Pinto Saraiva, quebrando-se-lhe uma perna. Daemon não conta como terminou a rebelião mas parece que ela prosseguiu intermitentemente, pois que a 20 de janeiro de 1873 “desenvolve-se um grande incêndio nos canaviais da fazenda de Safra, desconfiando-se ser posto o fogo pelos escravos da mesma fazenda; os prejuizos causados não foram pequenos, e se o fogo não fôsse atalhado em tempo se comunicaria aos cafezais e às matas”.

Nada obstante êstes sobressaltos, ou em virtude dêles, o comércio floresce, nestes 20 anos que estamos considerando fundamentais a urbanização local. João Rios edita a 1.º de julho de 1866, *O Itabira* primeiro jornal local “literário, agrícola comercial e noticioso”, defensor da política conservadora, redigido por Daemon, que se tornou “violento pelas polémicas que teve de sustentar”; passando a publicar-se, desaparecido êste, *O Estandarte*, à partir de 5-4-1868, e desde 26-6-1877 *O Cachoeirano* que viveria até 1924.

Os anúncios são significativos:

“Quem vende chitas finas, bonitas e firmes a 500 e 400 réis o metro? É o João Marques.

Que lindas cambraias Pompadour vende o João Marques a 700 réis o metro!!!”

Ou

“*Padaria das famílias* — Nesta padaria, ao lado norte desta vila, encontra-se sempre o verdadeiro pão Francês, roscas varão, pão doce, biscoitos, roscas secas, etc. etc. O proprietário dêste estabelecimento conta com a valiosa proteção pública garantindo os seus trabalhos.”

Ou ainda

PPSIU!...

Onde é?...

que se vende armarinho muito barato, perfumarias, banhas, pomadas, tudo muito cheiroso, bem como laranginha X PTO? É na casa do Rosário (lado norte)”.
E mais:

A Casa da Barateza. Convido às famílias económicas a prevenirem-se de artigos de fazendas, armarinho, perfumarias, modas, calçados, molhados e muitos outros artigos que recebi ultimamente. Aproveitem as pechinchas, tudo por pouco dinheiro... Querendo-se receber um meigo sorriso é comprar uma linda caixinha de setim com superior perfumaria e muitos outros objetos para presentes na Casa da Barateza que ouvirá em seguida: *Je vous remerci mon cheri*. Só examinando com atenção é que se pode compreender que a Casa da Barateza é a única que convém a quem quer fazer economia, porque limita-se a ganhar pouco para vender muito. Francisco Marques de Carvalho Braga”. O mesmo que anunciava em 85. *Barateza sem igual: Queimando tudo pela insignificância por que vende* Ver para crer. Exmas. Senhoras encontrarão lindíssimos fichús de seda; “chics” chales de malhas de lã 1\$500 (valem o dobro)..... dedais de prata só próprios aos dedos das Sinhazinhas a 500 réis (!!!).

Samuel Levy & Cia. chamam, em 1888, a atenção dos fregueses para os artigos modernos chegados da Córte: fazendas, vestidinhos, palitós moderníssimos.

Que alterações viria trazer a República à florescente vila?

Tornou-a, a 26-10-1889, cidade, velha aspiração local. Mas seu pro-

gresso rápido é prérepblicano e continuou até fins do século.

A alteração mais importante na fisionomia urbana foi o predomínio da parte sul, desde a inauguração da ferrovia, sobre a parte norte, núcleo original do centro urbano.

Em 1892 possuía 7 ruas e travessas e 4 praças com 500 casas que abrigavam 3.000 pessoas, prosseguindo as construções em outros pontos da cidade, que se orgulhava, também, de melhoramentos inexistentes em outros pontos do Estado: ponte de ferro sobre o Itapemirim, 1.^a estrada de ferro, importante usina para café, com capacidade de beneficiar 300 arrobas diariamente, escritório de imigração, 3 trapiches de importação, e exportação, duas estações telegráficas, palacete sede da Intendência e Cadeia Pública, Mercado Municipal, iluminação pelo sistema belga, agência do correio, 2 igrejas, 1 cemitério, escolas públicas e particulares, inclusive internatos, biblioteca, escritório de agrimensura, 2 farmácias, 2 padarias, 3 hotéis, fábrica de cerveja, um barbeiro, 2 ourivesarias e relojarias. 2 salões de bilhares, oficinas de calçado, 3 médicos, 5 cartórios e 5 advogados, fábricas de tijolos e telhas, moinhos para fubá e café, muitas casas comerciais, gabinete de fotografia, arte dentária, destacamento de segurança pública. E, em projeto: calçamento de ruas principais, canalização de água potável, esgoto e luz elétrica.

No entanto, as maiores alterações viriam com o maior contato com o resto do mundo, fruto não do nosso governo, mas do comércio, que se nota através da leitura dos jornais da época.

Também os primeiros clubes de danças se firmam: o Caçadores Carnavalescos Clube, ainda hoje existente, a Sociedade União Operário (promotora de maviosos e ternos zé-pereiras), o Grupo Crítico, a Sociedade Musical Recreio — Cachoeirense o Clube Tiradentes dominam os festejos de carnaval e cívicos (24 de abril, 13 de maio, 7 de setembro, 15 de novembro), em princípios deste século.

Em outubro de 1902 inaugura-se a luz elétrica na cidade.

Por volta de 1910 Cachoeiro era, em embrião, a cidade que é hoje; basta que lhe acrescentemos o crescente desenvolvimento dos transportes rodoviários e aeroviário. Eis porque, forçando a temporalidade, encerramos aqui esta análise das raízes que prendem esta cidade ao passado.

III — FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

1. *Evolução Econômica*

Cachoeiro surgiu de um quartel contra os índios puris, como vimos. Mas o povoado só cresceria depois que os primeiros trapiches se erguessem à margem do rio.

Límite máximo da navegabilidade do Itapemirim, Cachoeiro era o pórtio em que a produção extrativa e agrícola, trazida pelas tropas de burros, se avolumava, aguardando as sumacas, pranchas e barcos, a remo e vela, que trariam os produtos manufaturados da corte.

A situação perdurou durante todo o século XIX. Aos poucos, aos fazendeiros, em geral eles mesmos comerciantes, se juntou uma população urbana, em que, ao lado dos operários de metais, madeiras, tecidos, edificações, couros e peles, encontrávamos o padre, o médico, o farmacêutico, o juiz, e seus indispensáveis auxiliares os notários e escrivães, os oficiais de justiça e advogados. Eram as profissões citadinas que surgiam para servir ao fazendeiro.

Em 1876, inaugurou-se a navegação a vapor ligando o Cachoeiro à Barra. “Rio abaixo, diz Newton Braga, a viagem durava cerca de oito

horas, levando-se, na volta, de dez a doze horas...” (1) Porém a navegação a vapor não modificou a estrutura econômica da cidade — apenas acelerou-lhe o ritmo de trabalho — continuando o eixo Cachoeiro-Barra a ser o único praticado para o escoamento do que se produzia. Cachoeiro continuava a depender da Barra, que, em crescendo seu antigo povoado e freguezia, também prosperava. Os ricos comerciantes da Barra do Itapemirim não vislumbravam que a cena ia rapidamente alterar-se.

Não havia indústrias, ainda. É a Câmara que, em 1882, “responde informando que, neste Município não há indústria fabril, e que na indústria agrícola, há máquinas de fabricar açúcar e preparar café, cujas qualidades e condições a Câmara não pode determinar.” (2)

Em 1887, inaugurou-se a primeira estrada de ferro do Espírito Santo. Ia de Cachoeiro a Rive (então Pombal) com um ramal para Castelo, e era como que um meio de sobrepassar os cachoeiros do Itapemirim. As relações de comércio prosseguiram as mesmas das primeiras tropas de burro do século XIX, embora o movimento na cidade tivesse decrescido em virtude do desenvolvimento das vilas de meio e fim de linha.

Em 1903, a Estrada de Ferro Leopoldina Railway completou a ligação ferroviária Santo Eduardo, no Estado do Rio, Cachoeiro, em virtude de autorização que lhe fôra dada em 1898.

A ligação ferroviária à Capital da República foi agente importante de mudanças sócio-econômicas. No mesmo ano, inaugurava-se a usina de energia elétrica na Ilha da Luz.

A cidade amadurecia para os empreendimentos industriais. Porém o comércio e especialmente o café monopolizava a atenção dos proprietários e capitalistas locais. Mister se fez que um filho de Cachoeiro, alçado ao posto de Presidente do Estado, fizesse a cidade palco da primeira e única experiência de indústria planejada no Espírito Santo.

É o seguinte o depoimento do Presidente Jerônimo Monteiro: “Contratou o governo com a firma inglesa Henry Rodgers & Co. a fundação de uma fábrica de tecidos em Cachoeiro de Itapemirim, com o intuito de fomentar o desenvolvimento industrial, e com o Dr. Augusto Ramos para a fundação de uma usina de grande capacidade para o fabrico de açúcar, de uma fábrica de cimento, de uma de papel e de outra de óleos, e de uma serraria no Vale do Itapemirim. Todos estes estabelecimentos do Itapemirim movidos por eletricidade, fornecida por uma grande usina hidroelétrica, fundada no Vale do Fruteiras, e situadas na fértil zona do Sul do Estado, onde o transporte é fácil, o solo ubérrimo, o calcário inesgotável e a madeira abundante poderão servir muito à lavoura, proporcionar larga fonte de rendas ao Estado e aos particulares e reanimar toda aquela vasta região que já foi próspera e que ultimamente estava quase condenada ao abandono. Posteriormente foi organizada a Companhia Industrial do Espírito Santo que adquiriu os referidos contratos e as obras já iniciadas, indenizando o Estado de todas as despesas, com esse grande e importante empreendimento. Todas estas fábricas do Vale do Itapemirim poderão ser inauguradas no ano corrente (1912)”. E mais adiante informa: “As fábricas de Cachoeiro de Itapemirim, hoje pertencentes todas à Companhia Industrial do Espírito Santo vêm abrir, certamente, um campo vastíssimo de trabalho no Sul do Estado e proporcionar ao lavrador o ensejo de explorar, com vantagem, várias culturas novas de altas remu-

(1) Newton Braga — **Histórias de Cachoeiro**, Cachoeiro de Itapemirim, — 1946, p. 34.

(2) Apud Domingos Ubaldo, op. cit., p. 80

nerações. Destas resultarão os naturais proventos, que trazem ao particular situação de folga e de agradável bem estar e fazem, ao mesmo tempo, aparecer a renda para o capital empregado, nas terras outrora tão desvalorizadas naquela zona. Estas fábricas vêm permitir o aproveitamento e a valorização de muitas riquezas que ali jaziam desconhecidas e abandonadas. Vêm fazer a reanimação geral de toda uma população, o levantamento de uma região que, dotadas dos melhores elementos de vida e de progresso, estava, entretanto, condenada à morte pelo entorpecimento e pela apatia de suas forças. O capital empregado nestas grandes fábricas terá forte remuneração, e, em breve, dispensará os auxílios indiretos, que lhe dá o Governo" (4). No mesmo ano era aberta "uma agência bancária para pequenos empréstimos a lavradores," e foram construídas "algumas boas e largas estradas de rodagem, estando outras em construção e convergindo todas para aquele centro de indústrias," segundo a mesma fonte.

A citação é longa, porém significativa pois mostra:

1.º — que a região estava em crise, após a cultura cafeeira intensiva de quase um século;

2.º — que as medidas tomadas para iniciar atividades industriais vinham favorecer à lavoura.

Parece, em verdade, que um sópro de ânimo percorreu a economia local. A receita estadual no município que, em 1909 e 1910 não chegara aos 74.000\$000 (setenta e quatro contos), em 1911 ascendeu a pouco mais de 90.000\$000 (noventa contos).

As fábricas de cimento, óleos e papel que, em 1912, estavam prontas para produzir, ficaram longos anos à espera de "obras complementares"; as de tecidos, serraria e açúcar (esta no município de Itapemirim, porém que sempre gravitou na esfera de influência de Cachoeiro) começaram, de pronto a produzir, a primeira sob regime de arrendamento que até hoje se mantém e que se estendeu às demais. As de óleos e papel nunca chegaram a produzir. A de cimento produziu intermitentemente, entre 1925 e 1927 e, segundo um cronista mordaz, foi pelo então Interventor Federal reaberta em 1936: "Trá-lo aqui a inauguração da Fábrica de Cimento. Re-inauguração pela 3.ª vez" (5).

Em 1925/26, as estradas de rodagem cuja construção se iniciara 15 anos antes, começaram a substituir os trilhos de tropas de burros. O transporte rodoviário chegou à cidade, e uma sociedade anônima se fundou para construir uma estrada de rodagem, cuja concessão lhe dera o Estado em 1927. Eram, então, 18 as estradas do município, consideradas de 3.ª ordem. Em 1928, Domingos Ubaldo (6) relata: "O anseio de vencer distância, por meio de automóveis, é tal que, um Ford, n.º 69, dirigido pelo chauffeur Benedito Rocha, tendo como ajudante Pedro Goulart, fez a viagem desta cidade ao Rio de Janeiro, conseguindo percorrer o seguinte trajeto: Cachoeiro de Itapemirim — Muqui — Itabapoana — Bom Jesus — Itaperuna — Lage — Miracema — Paraquena — Recreio — Catagazes — Leopoldina — São João Nepomuceno — Rio Novo — Juiz de Fora — Entre Rios — Petrópolis — Rio de Janeiro." E observa: "Bastou o calçamento da cidade do Cachoeiro para que, de um ano para outro, surgissem automóveis de quase todas as marcas na cidade. Existem 25 automóveis, na maioria do fabricante Ford; 15 auto-caminhões; 3 auto-ônibus; 12 carros diversos; 1 charrete e 45 carroças." Como se vê os veículos automotores

(4) Jerônimo Monteiro — *Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912*. Vitória, 1913, pp 407/408 e 488.

(5) Fernando de Abreu — *Crepusculo*, Rio de Janeiro, 1937, p. 335.

(6) Domingos Ubaldo — *op. cit.*, p. 129.

serviam, então, mais ao luxo ostensivo do que ao transporte da produção. Agências de automóveis e bombas de gasolina se incorporaram à paisagem urbana. Um deputado, falando na "urbanização dos campos", frase que pede de empréstimo a Atilio Vivacqua, diz ao Presidente da Assembléia: "Se V. Excia. visitar municípios como os de Muqui, Calçado, São Pedro ou Alegre — verá que entusiasmo não é o que ora lá se observa, ante as largas possibilidades de vida que a viação automóvel vai criando". (7)

A crise de 29 refletiu-se, intensamente, na vida da cidade. Aquela certeza descuidada de progresso tornou-se dúvida. A década de 30 se não foi de retrocesso, foi de estagnação. Um simples exemplo demonstra isto: os bondes elétricos da cidade inaugurados em 1925, foram suprimidos em 1936. A guerra (39-45) veio agravar certos setores econômicos.

Assim é que, em 1941 havia 7 linhas regulares de auto-ônibus em tráfego, número que se reduziu a 5, em 1943, a 3, no ano seguinte e a 2 em 1945.

A alta do café, subsequente à guerra deu à cidade nova era de progresso. O climax seria em 1949. São deste período a construção dos primeiros prédios de 3 e 4 andares, a inauguração da estação de rádio, o início de novos empreendimentos industriais. Na zona rural, plantaram-se 800.000 mil novos pés de café.

Porém, a seca que se iniciou em 1949, a partir de 1954, iria de novo pesar na vida urbana. Em 1956 "o café xoxou" e de 60 quilos em côco, os lavradores só conseguem 2 quilos pilados.

A cidade continua presa ao café. Dêle depende seu desenvolvimento econômico. Paulatinamente as indústrias vão lhe tomando o lugar. Os tecidos de algodão e o cimento estão alcançando, em valor da produção, o café beneficiado, situação única em todo o Estado.

Quando Cachoeiro se libertará definitivamente do café — amigo e algoz — e que alterações isto trará em sua estrutura econômica? Talvez, se persistir a presente situação, isto ocorrerá na próxima década.

2. Produção

a) agricultura e pecuária

Embora fuja a nossos propósitos o exame do meio rural do município de Cachoeiro de Itapemirim, não nos podemos furtar a uma análise de sua agricultura e pecuária, cuja produção é relevante para a vida da cidade.

São lavouras importantes, no município as do café, milho, cana de açúcar, algodão, feijão e mandioca. A agenda anual do trabalho agrícola, levantada em 1947 (8) e que se mantém exceto quanto ao café, que modificamos, é a do Quadro 2 anexo.

Verifica-se que agôsto é o mês em que se fazem queimas para a maioria das lavouras, cuja colheita será feita principalmente de abril a junho; o período julho e setembro é conhecido como entre-safrá.

As propriedades agrícolas são predominantemente até 50 hectares. Segundo levantamento da Agência Municipal de Estatística há

(7) Fernando de Abreu — Farrapos — Discursos parlamentares de crítica social, Rio de Janeiro, 1929. pp. 211 e 213.

(8) — Cf. D. E. Estatística — Cachoeiro de Itapemirim — Ensaio de Monografia Geo-histórico-estatística. Vitória 1947 pp. 161/162.

Até 10 hectares	567 propriedades
De mais de 10 hectares até 50	1.465 propriedades
De mais de 50 hectares até 100	319 propriedades
De mais de 100 hectares até 500	176 propriedades
De mais de 500 hectares até 1.000	11 propriedades
De mais de 1.000	5 propriedades
Total	2.543 propriedades

Entre as maiores fazendas estão a São Luiz, Oriente, Floresta, Morro Grande, São Joaquim, Córrego Alto, Bananal, Monte Líbano, e as das Usinas Amapá e São Miguel. Um alqueire mineiro (48.400 metros) de pasto é vendido, em geral, por 30 a 40 mil cruzeiros; se há “mantimentos” plantados atingem preços a partir de 70 mil cruzeiros.

Os dados que, a seguir, apresentamos, ligeiramente atualizados constituem parte de resposta da Agência local de Estatística ao inquérito municipal promovido, em 1952, pela Comissão Nacional de Política Agrária (9).

As terras arrendadas no município o são, em geral para a criação. As parcerias usadas no município são a meia, para o café, terça ou quarta para cereais, bananeiras e mandiôcas, e quinto para o algodão. Os assalariados são, em geral, chamados de “jornaleiros”, e recebem, em média Cr\$ 35,00 diários, a seco, isto é sem casa e comida. Cada turma de jornaleiros conta com a direção de um “capataz” ou “feitor”, subordinado ao administrador.

Na criação há funções especiais como a de “campeiro”, que ordenha e cuida do gado, “acertador” o que amansa animais e “carreiro” a cujo cargo está a direção do carro de boi. Tropas de animais, quando existem, estão a cargo de “tropeiros”.

Os instrumentos de trabalho são as enxadas, foices, enxadões, podão, alfange, machados e cavadeiras. A mecanização e o uso de arados são incipientes e dificultados pelo solo acidificado, de parte do município.

As mulheres cabem, os serviços de capina e roçagem, além dos domésticos. Os homens cuidam dos demais que-fazeres agrícolas. Na colheita há trabalho grupal de homens, mulheres e crianças.

As técnicas agrícolas são as tradicionais. Apenas 5 agrônomos e 3 veterinários prestam assistência às 2.543 propriedades agrícolas do município. Não há, em geral, adubação exceto “com adubo de curral” nem rotação de lavouras. Pastagens ou capoeiras substituem as terras que caem de produção, o que se acentua de ano para ano. Há 92 máquinas de beneficiamento, 68 para café, 23 para arroz e 1 para algodão.

Os criadores se dedicam especialmente ao gado vacum para leite, suínos, aves e equinos. A produção do leite é industrializada na cidade, parte encaminhada ao consumo local, de Vitória e da Capital Federal.

A produção agrícola, segundo estimativa da Agência do I.B.G.E., em 1955 foi de 5.600.000 litros de leite, 680.000 dúzias de ovos, 41.000 sacas de milho, 27.500 sacas de arroz, 8.500 sacas de feijão, 215.000 arrobas de café, 30.000 arrobas de algodão em rama, 53.200 toneladas de cana de açúcar, 12.000 toneladas de mandiôca, 150.000 cachos de bananas, 25.000 centos de laranjas e, em menor quantidade abacate, caqui, côco da Bahia, figo, limão, manga, marmelo e uva. O rebanho do município contava com 67.500 bovinos, 8.200 equinos, 10.500 muare, 61.000 suínos, 12.000 ovinos e caprinos, 350.000 aves diversas, o que torna o município o mais impor-

(9) Agradecemos ao Sr. Walter Monte Mor a permissão de utilizar os dados por ele levantados.

tante centro de criação do Estado, só ultrapassado pelo município de Itapemirim em número de equinos, e pelo de Colatina no número de cabeças de suínos (10).

b) *produção extrativa*

As principais indústrias extrativas em Cachoeiro são as de pedras para construção, areia, pescado e madeiras em toros e lenha. Não temos dados quantitativos recentes sobre a produção neste setor.

A extração de pedras britadas, que se faz no meio do rio, ou nas pedreiras em torno da cidade, é serviço em sua maioria feminino. Os homens trabalham com a marreta, quebrando os blocos maiores. Cada pedra tem um patrão que vende o "monte" (1 m³) a Cr\$ 100,00 ou Cr\$ 120,00. Cada quebradora pode quebrar de 8 a 10 latas de querosene, por dia, ganhando Cr\$ 1,50 por lata. Seu trabalho é feito com uma "marretinha" e uma "barraquinha", feita com bambus em tripé; esteiras e um saco de estopa, a protegem dos raios do sol.

A apanha de areia é feita com uma lata afunilada no fundo do rio, havendo 3 "portos de areia" no perímetro urbano. Um bote grande pode apanhar 42 latas de uma vez. Um bom "tirador" de areia pode tirar até 7 metros cúbicos por dia que são vendidos a Cr\$ 12,00 o metro.

A pesca no rio é realizada por cerca de 20 profissionais, e um número muito grande de amadores. Os profissionais preferem pescar de bote e tarrafa, mas usam-se, também redes, anzóis e puçá, para lagostas. A pesca é feita dentro dos limites da cidade, e um pescador informou que "talvez seja porque os bichos fiquem cevados, por causa dos esgotos, não sei..." De setembro a dezembro é a ocasião da "cema" quando começam as águas, é o calor, o verão, e um pescador pode conseguir uma arroba diária. No frio, isto é, de fevereiro a setembro pescam-se de 5 a 10 quilos por dia. Os peixes atualmente pescados são o robalo, a "cruvina" e a tainha quira, que vem do mar, e grumatã, piaú, cascudo, piaba ou lambari, do próprio rio, os quais dão mais no "frio". (11) Um robalo é vendido a Cr\$ 40,00 o quilo, e uma tainha a Cr\$ 30,00.

As madeiras do município estão em vias de extinção. Em 25 anos, 13 serrarias na cidade e vizinhanças cerraram suas atividades. Ainda há, de madeiras de lei de 1.^a garapa, ipês, massaranduba, roxinho e peroba rosa, e de 2.^a angelim, araca, aderne, bicuiba, canelas, caingá, cobi, capaiiba, guapeba, jequitibá, jatobá, mirindiba, pequiá, pau doce, perotinga quaiti, tapinhoã, timbuiba rosa e vinagreira. Inexistem as outroras comuns árvores de araribá, cacunda de espinho, caixeta, cerejeira, carne de vaca, coração de negro, cangerana, folha larga, gonçalo alves, guarajuba, gurubu, jibatão, louro, macanaiba, merindiba, óleo, oiticica, orelha de onça, sucupira, sebastião de arruda, urucurana e vinhático. A produção continuada de dormentes, os cortes para lenha e carvão, para toros e as queimadas devastaram as matas do município. Em torno da cidade, de longe em longe, no meio dos pastos, encontra-se um pau d'alho. A consciência do problema do deflorestamento já era aguda, em 1928. (12)

(10) Comparações levantadas com base no Anuário Estatístico do Esp. Santo, n.º 2, 1956, p. 62. Edição do D.E.E.

(11) Em 1928 havia mais — do mar a pratipena e o acará; do rio a piabanha, de 5 a 6 quilos, ticupa e jacunda, apud Domingos Ubaldo, op. cit. p. 49.

(12) No citado livro de Domingos Ubaldo, veja-se o capítulo sobre "Vestimenta das Terras".

c) *produção industrial*

Cachoeiro é o maior centro industrial do Espírito Santo: 21% do valor total da produção estadual vêm desta cidade.

O quadro anexo n.º 3 — nos dá para o ano de 1953, as principais características das indústrias do município, e maioria das quais situadas na cidade.

A produção, segundo estimativa da Agência do I.B.G.E., em 1955, incluiu 75.000 quilos de manteiga, 95.000 quilos de creme, 200.000 litros de aguardente, 1 milhão de quilos de açúcar cristal, 2 milhões de quilo de fubá, 2,5 milhões de metros de tecidos de algodão, 2 mil metros de seda, 350 mil sacos de cimento, 5 mil toneladas de cal mineral, 500 toneladas de sabão.

A produção de derivados do leite decorre, em grande parte, da existência de uma Cooperativa local de produtores.

A produção de aguardente e açúcar é realizada por duas usinas maiores, e alambiques, fora da cidade. Há uma Cooperativa de Plantadores de Cana, que não tem atingido os seus objetivos. Até 1935 a produção açucareira era complementada pelo chamado açúcar de forma. Um informante diz: "Antigamente colocava-se o caldo numa tacha; quando estava num certo ponto (era preciso saber tirar o ponto) botava-se num cocho, muito graduado. Tinha que bater até esfriar. Depois vinha por cima do açúcar uma esteira ou um tábua ou uma ramagem para proteger do barro que punha em cima. Ficava 15 a 20 dias escorrendo o melado, tratado por nome de mel de tanque. Depois ficava-se "sugando" o barro e estas esteiras por meio de picaretas e enxadão, para cortar êle e tirar o açúcar mascavinho. Eu mesmo já plantei, fiz o engenho, fiz o caldo. Era 30 cruzeiros o saco de 60 quilos ou 400 ou 500 reis o quilo. Depois a ditadura de Getúlio acabou com tudo... (13)

A produção de tecidos é feita na Fábrica construída em 1912 pelo Estado e arrendada, desde 1918. As máquinas obsoletas fazem-se sentir na produção e consequentemente, nas relações operários-patrão. A indústria sucessivamente retirou-lhes, sob alegações várias, um "clube", um restaurante e assistência médico-dentária-farmacêutica. Mantém uma pequena creche, um posto de fornecimento de gêneros de primeira necessidade, a preço de custo, e 20 casas anexas à fábrica, alugadas entre Cr\$ 80,00 e Cr\$ 200,00 mensais. O recente aumento do salário mínimo levou a fábrica a dispensar o pessoal de tarefa, com aumento de número de teares para alguns operários, porém, acreditava-se que, com o protesto do Sindicato, parte dos 50 ou 60 dispensados, a maioria do sexo feminino, voltaria ao trabalho. O problema da fábrica é, talvez, de modernização de suas máquinas, com o que inclusive a produção local de algodão em rama, muito reduzida por motivo de pragas e do baixo preço que o produto alcança, tenderá a aumentar.

A produção de cimento é a grande esperança da população local. As formações arqueanas possuem abundantes jazidas de calcário, correspondentes à província metalogênica da Serra do Mar, as quais, em Monte Líbano, perto de Cachoeiro, são de calcita muito pura (14). A fábrica da cidade, que recebe a matéria prima através de um cabo aéreo de 3 qui-

(13) Refere-se à intervenção do Instituto do Açúcar e do Alcool junto ao pequeno produtor. O processo era o mesmo no começo do século, conforme se lê em Maria Stella de Novaes, op. cit., p. 32.

(14) Vide José Teixeira de Oliveira — *História do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, 1951.

lômetros, produz, em média, 1.500 sacos de 42 ou 50 quilos, por dia, com 12 operários, em 3 turnos diários. Todos os operários de um turno foram entrevistados, e, nada obstante a pequena amostra (6% do total de 200) as seguintes hipóteses podem ser levantadas:

1.^o — a maioria dos operários tinha ocupação rural anteriormente ao ingresso na fábrica;

2.^o — a maioria dos operários está na fábrica há mais de 10 anos;

3.^o — a maioria dos operários não tem cursos técnicos, nem primário; os alfabetizados o foram depois de seu ingresso na fábrica;

4.^o — a maioria dos operários tem mais de 30 anos, é casada, com famílias de 3 a 5 filhos, em escolas primárias e secundárias, pois deseja vê-los "formados";

5.^o — a maioria dos operários ganha o salário mínimo e faz horas extraordinárias aos domingos e feriados. Os "forneiros" ganham, excepcionalmente, mais.

A fábrica fornece aos operários gêneros de primeira necessidade a preços de custo, e diversões (cinema e futebol). Atualmente a mesma empresa arrendatária (a fábrica pertence ao Estado) está construindo, fora da cidade, mais próxima às jazidas nova fábrica, com capacidade inicial de produzir 14.000 sacos diários, e posteriormente até 28.000 sacos diários de cimento.

A produção de eletricidade da cidade é deficiente. A voltagem é 220/127. A capacidade das duas usinas geradoras é de 4.000 Kw, porém a produção real é de 1.800 Kw na usina hidroelétrica de Fruteiras (cuja construção data do começo do século) e 700 em motor diesel elétrico, recém instalado, na cidade, havendo 6.000 consumidores, com uma demanda de 3.000 Kw.

Do artesanato local merece especial menção uma indústria doméstica e familiar de pios de caça, que, na cidade, é proclamada como a "única na América do Sul". Foi criada por Maurílio Coelho, falecido em 1955 aos 85 anos, e segundo declarações suas a uma revista local "Não, eu não conhecia nenhuma indústria no gênero. Era marceneiro, gostava de caçar, fazia uns piozinhos de taquara. Os amigos viam, encomendavam um, outro. A fábrica foi nascendo" (15). Seis dos seus 10 filhos prosseguem a indústria paterna. Os pios de 35 variedades diferentes, são feitos de jacarandá e seu preço varia de Cr\$ 45,00 a Cr\$ 220,00 cada um.

O estudo, em 1952, do padrão de vida dos operários de Cachoeiro, embora este deva ter-se alterado, com a elevação do salário mínimo em maio de 1954 de Cr\$ 800,00 para Cr\$ 1.800,00 e em agosto de 1956 para Cr\$ 2.800,00 mensais, deu-nos os seguintes resultados, de certa forma, ainda significativos:

"Segundo dados divulgados em Sinopse Preliminar pela Comissão Nacional de Bem-Estar Social, pode-se formar uma idéia do padrão-de-vida da família operária de Cachoeiro de Itapemirim. A pesquisa estendeu-se às famílias operárias de 3 a 8 componentes, cujos chefes exerciam a ocupação principal nos estabelecimentos industriais de certa importância, existentes na Cidade. Das 177 famílias do tipo normal (núcleo integrado por homem e mulher unidos conjugalmente e com um filho pelo menos), foram consideradas 46, num total de 234 pessoas presentes (46 chefes, 46 cônjuges, 126 filhos e 16 classificados como parentes, agregados ou hóspedes). Segundo o número de componentes, essas famílias distribuíam-se do se-

(15) "Lição de trabalho de uma família" in. Cachoeiro de Itapemirim, um município em revista, 1952, p. 25.

guinte modo: 14 de 4 pessoas, 12 de 5 pessoas e 10 de 6 pessoas; as famílias de 3, 7 e 8 pessoas eram, em conjunto, em número de 10.

Considerando-se as 181 pessoas que poderiam estar alfabetizadas, verifica-se que 104 (ou seja, 57%) sabiam ler e escrever e 77 (ou seja, 43%) não sabiam nem ler nem escrever.

Das 46 habitações, 36 eram de alvenaria, 5 de madeira e 1 de outros materiais. 22 casas tinham água encanada; 28, luz elétrica; 20, esgoto; 10 possuíam fossas precárias. Nenhuma tinha gás.

Com relação ao regime de ocupação, verificou-se que 11 casas eram próprias, 22 alugadas e 13 gratuitas.

No que diz respeito às utilidades existentes, das 46 famílias pesquisadas 14 possuíam rádios, 1 possuía filtro e 19 possuíam máquinas de costura.

Nas habitações pesquisadas, serviam como dormitórios, além de 82 quartos, 7 outras dependências. O número médio de pessoas por quarto era de 2,84 e, por leito, 1,14.

Os valores médios dos recursos e das despesas por família foram, respectivamente: 1.422 e 1.401 cruzeiros, e, por pessoa, 281 e 277 cruzeiros.

Contudo, analisando-se esses valores médios segundo o número de componentes, observa-se que nas pequenas famílias os valores das despesas superaram os dos recursos, enquanto que nas maiores se verificou o contrário.

A maior parcela do valor dos recursos resultou dos rendimentos provenientes do trabalho: para o conjunto de todas as famílias essa parcela correspondia a 93%. A distribuição dos rendimentos provenientes do trabalho, dos membros da família, segundo sua condição no domicílio, revela que a participação do rendimento do chefe, no total da família de 4 componentes, foi de 84%; essa participação vai decrescendo nas famílias maiores até atingir 40% na família de 7 componentes. A participação dos filhos segue marcha inversa: de 2% na família de 4 componentes vai crescendo até atingir 58% na de 7 componentes.

Os resultados das indagações pertinentes ao montante das despesas das famílias demonstram que os gastos com alimentação e habitação oneram pesadamente os orçamentos: 55,1% e 13,5% respectivamente.

O restante das despesas assim se discrimina: vestuário 4,3%; previdência, seguros 4,3%; artigos de limpeza 3,9%; fumo e bebidas 3,8%; assistência médico-farmacêutica 3,5%; pagamento de dívidas 1,6%; educação 0,7%; diversões 0,6%; outras despesas culturais 0,2% e outras despesas 8,5%." (16)

As indústrias locais não se utilizam dos recursos modernos da propaganda, e quando o fazem é, segundo um informante, "por favor, pois vendem tudo o que produzem..."

d) *produção caseira*

Há uma intensa produção caseira, especialmente no ramo de alimentos e vestuário, não computada estatisticamente, a cargo das mulheres, como chega ao orçamento doméstico.

Na indústria de alimentação existem doceiras e preparadoras de frios, que trabalham o ano todo para os bares, e festas de casamento e aniversário. Um "doceiro" é particularmente famoso pelos "bolos de noivas" que

(16) Cachociro de Itapemirim — monografia publicada pelo IBGE, S. D. pp. 15/16.

faz sendo comentado um que fez recentemente para o casamento da filha de um dos homens mais ricos da cidade, que era igual ao que a revista "O Cruzeiro" publicou, do casamento da rainha Izabel II, da Inglaterra.

As costureiras, que em 1878, para uma população feminina de 1966 eram 346, são ainda hoje em grande número na cidade. "Costurar para fora" pode dar grande prestígio. Um "vestido de rua" é cobrado, pelo feitiço, de Cr\$ 400,00 a Cr\$ 500,00 e um "vestido de baile" ou "de noiva" Cr\$ 3.000,00. As bordadeiras cobram de Cr\$ 2.000,00 a Cr\$ 3.000,00 por um lençol, e dão aulas particulares de Cr\$ 70,00 a Cr\$ 100,00 por mês por pessoa.

"Lavar roupa para fora" também é fonte de receita extra, e para algumas o único meio de subsistência. As lavadeiras do rio — decantadas pelo poeta Newton Braga (17) — cerca de 200, ganham de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 400,00 mensais por "trouxa", isto é pelo serviço de uma família, e as peças sofrem as operações de lavar, ensaboar, bater, enxaguar, espremer, secar e passar. Logo que podem lavar num "tanque" em casa, elas o fazem, e pelo menos duas gozam de prestígio, na cidade, "porque têm um processo secreto (o qual uma aprendeu quando empregada da outra) de deixar um terno de homem brilhando."

3. Consumo

Os consumidores de Cachoeiro são servidos por 690 casas comerciais. O quadro abaixo dá-lhes as principais características:

Atividade	Estabelecimentos
Armazéns de secos e molhados (empórios)	611
Casas exportadoras	15
Farmácias	29
Lojas de louças e ferragens	8
Lojas de tecidos	22
Livrarias	5
Padarias	43
Sapatarias	40

Há ainda um mercado municipal, uma feira permanente na entrada de Basiléia, ambos no lado sul (o do lado norte encontra-se abandonado), um mercadinho tipo "americano", quitandas e vendedores ambulantes que se postam, em geral, nas cabeças das pontes Municipal e "Governador Bley". Há uma Cooperativa de Consumo dos Bancários e Funcionários Públicos que serve a, aproximadamente, 300 dos seus 350 cooperados, vendendo-lhes cerca de Cr\$ 500.000,00 mensais. As demais instituições que são chamadas "cooperativas de consumo" são postos de revenda de fábricas locais.

O comércio é próspero (vide justiça) e procura seguir os padrões

(17) Lirismo perdido.

do Rio de Janeiro, havendo entre os comerciantes maior receptividade à publicidade que entre os industriais. Muitas das firmas locais têm filiais nas cidades vizinhas e pelo menos duas as tem no Rio de Janeiro.

a) *alimentação*

Trinta hotéis e pensões fornecem hospedagem, com diárias que variam de Cr\$ 60,00 a Cr\$ 200,00.

Os preços médios dos gêneros, por quilo, em 1946, 1954 e julho de 1956, e no pôsto de venda de uma indústria local no mesmo mês de julho de 1956:

Gênero	1946 (1)	1954 (1)	1956 (2)	Posto Venda (2)
Açúcar	3,60	6,40	12,00	9,40
Arroz	3,00	12,80	14,00	—
Banha	12,00	40,00	55,00	46,00
Batata Inglesa	2,50	8,70	10,00	—
Café em pó	—	46,80	44,00	37,00
Carne Verde	7,00	24,90	40,00	—
Charque	13,30	31,60	48,00	—
Farinha de mandioca	1,80	5,10	8,00	—
Feijão	1,60	4,50	12,00	10,50
Ovos	5,80	16,30	30,00	—
Sal	1,80	2,70	6,00	4,20
Toucinho	9,40	31,40	35,00	—

(1) Dados fornecidos pelo D. E. E.
(2) Levantamento do autor

No mercado as verduras eram vendidas, em julho de 1956, aos seguintes preços médios:

Abóbora	Cr\$ 4,00 o quilo
Abóbora d'agua	6,00 " "
Agrião	2,00 o maço
Aipim	4,00 o quilo
Alface	1,00 o pé
Batata Doce	4,00 o quilo
Bringela	5,00 " "
Cebolinha	5,00 o maço
Cenoura	12,00 o quilo
Chicórea	1,50 o pé
Couve	1,00 o maço
Couve-flór	14,00 o quilo
Espinafre	1,00 o maço
Giló	9,00 o quilo
Pepino	10,00 o "

Pimentão	5,00 o quilo
Taioaba	0,50 o maço
Tomate	6,00 o quilo
Repolho	6,00 o "
Vagem	10,00 " "
Xuxu	4,00 " "

Outros produtos encontrados, no mercado, eram vendidos aos seguintes preços:

Banana	Cr\$ 3,00 a dúzia
Cajá-manga	0,50 cada
Camarão seco	20,00 o quilo
Feijão caboclinho	12,00 " "
Galinha	45,00 cada
Laranja comum	15,00 o cento e Cr\$ 3,00 a dúzia
Laranja mexerica	3,00 a dúzia
Lima	10,00 a dúzia
Peixe seco (manjuba)	12,00 o quilo
Peixe seco (pescadinho ou cruvina)	20,00 o quilo
Rapadura	8,00 " "

Os preços variam muito. Os que tem a sua horta podem vender mais barato que os revendedores. Um informante disse que seu preço era mais razoável, "porque eu colho quase tudo isto..." Os produtos vêm das roças próximas na Ortiga, Amarelos, Tijuca, Itabira e Frade. Peixe e camarões secos vêm de Lúma.

Não havia à época da pesquisa, tabelamento, que foi implantado pela Comap (Comissão Municipal de Abastecimento e Preços) com viva repercussão entre os revendedores que alegaram "não terem tabela para comprar..."

Muitas casas, possuíam horta própria, um pequeno galinheiro e árvores frutíferas no quintal para complementar a dieta.

Entre outubro e fevereiro, por causa do verão, há dificuldades de verduras, na cidade, as quais, muitas vezes vêm de caminhões do mercado da Capital Federal.

O gado é abatido no Matadouro Municipal; cada açougueiro abate suas próprias rezes. Em média são abatidos 15 bois e 2 porcos por dia. Também de outubro a fevereiro há uma quebra no abate, tendo em vista que, uma parte da população está na "praia".

O horário de refeições é café — entre 6 e 8 da manhã; almoço — de 11 às 13 horas e jantar de 17 às 19 horas. Em geral, de manhã, toma-se café com pão e manteiga; ao almoço e jantar feijão, arroz, angu, carne de boi ou porco, e, quando há, verduras; ao jantar sopa também. A sobremesa é de doces, frutas, sendo particularmente apreciados os pudins e o chamado arroz doce (18). Aos domingos há preferência para aves em vez de carne de gado. Como bebida, além da água, são preferidas a cerveja e o guaraná. As refeições são cozinhadas, em geral, em fogões à lenha, sendo recente a introdução de fogões a gás engarrafado.

(18) Fernando de Abreu, in *Crepusculos*, Rio de Janeiro, 1937, se refere ao arroz doce, à moda de Minas. Fala também em toucinho de Minas — (pp. 21 e 26).

b) *vestuário*

Os alfaiates e costureiras de Cachoeiro suprem as necessidades do morador, quanto ao vestuário. Ultimamente, porém, apareceram as primeiras vendas de roupas feitas, para homens, de uma fábrica no Rio de Janeiro. As mulheres, todavia, ainda continuam a fazer os seus vestidos, ou mandar fazê-los localmente; de raro em raro, e para ocasiões especiais, costumam mandar fazê-los, quando podem, também na Capital Federal.

Em geral, durante o dia, o ano inteiro, os homens usam calça e camisa ou blusão apenas, ou calça, camisa e paletó. O uso da gravata se restringe aos mais velhos, ou os que, sendo jovens, tenham certa função pública tais como diretor de colégio, tabelião, e outras. À noite o uso de terno e gravata é generalizado. Entre as mulheres é difundido o uso de saia e blusa para o diário. Distinguem-se dos vestidos “de sair” e dos de “baile”. Quando bate o “vento sul” e a temperatura baixa até 16 — 16° C, tôdas se agasalham, e não são raros os capotes de peles que se vêm em uso.

Q U A D R O N.º 3

Indústria	N.º de Estab.	Capital em Cr\$ 1.000,00	N.º de Operários	Potência Disponível (HP)
Mecânica	2	368	9	25
Madeiras	54	8.299	412	1.427
Borracha	1	14	1	789
Química e farmac.	4	398	11	1,5
Textil	3	862	397	653
Vestuário, calçado e toucador	17	606	53	26
Alimentação	75	20.048	225	585
Bebidas e estimulantes ..	20	4.671	67	339
Construção civil	7	6.909	170	1,5
Eletricidade (*)	6	77	58	3.634
Gráfica	4	1.171	44	16
Outras	31	4.955	370	942
Beneficiamento	70	5.933	5.443	1.231
Total	294	54.311	2.260	9.670

(*) — Exclusive o capital de uma empresa por não existir na sede do Município a informação.

Fonte: Agência local do IBGE.

4. *Capital*

a) *Propriedade imobiliária*

Não temos dados para avaliar o valor da propriedade imobiliária da cidade. Com o surto inflacionário, valorizaram-se os imóveis locais.

Q U A D R O N.º 2
Calendário Agrícola

Nome dos Distritos em que se processa a lavoura	Épocas principais		
	Queimadas	Preparo da terra	Semeadura
Sede, Pacotuba, Conduru	Agosto	ARROZ Agosto	Setembro
Todos	Janeiro	CAFÉ —	Agt.º/Dez.º (1.ª plantação)
Sede, Pacotuba, Jaciguá Marapé	Agosto	CANA DE AÇUCAR Fevereiro	Setembro
Sede, Pacotuba, Jaciguá Marapé	Fevereiro	CANA DE AÇUCAR Fevereiro	(2.ª plantação) Março
Todos	Fevereiro	FEIJÃO Fevereiro	(1.ª plantação) Março
Todos	Agosto	FEIJÃO Agosto	(2.ª plantação) Setembro
Sede e Marapé	Agosto	MANDIOCA Agosto	Outubro (1.ª plantação)
Todos	Agosto	MILHO Agosto	Setembro (2.ª plantação)
Todos	Fevereiro	MILHO Fevereiro	Abril

Os alugueis de casa variam desde Cr\$ 80,00 (a operários de uma fábrica) a Cr\$ 3.000,00. Em média, estariam eles na casa dos Cr\$ 900,00. Deve acrescentar-se que, novos loteamentos, cujas vendas são feitas a prestações, e a facilidade de aquisição de material de construção fabricado ou extraído localmente (areia, cimento, barro, tijolos, telhas e peças de madeira) fazem com que se torne um desejo geral a posse de "casa própria" o que não é muito difícil de se conseguir. Uma estimativa local dá a 1/4 das casas valores até Cr\$ 100.000,00; a metade entre Cr\$ 100.000,00 e Cr\$ 400.000,00 e as restantes de Cr\$ 400.000,00 até 3 milhões de cruzeiros.

No centro um pequeno terreno de 300 m2 pode ser vendido por um milhão de cruzeiros. Nas zonas periféricas este valor oscila entre Cr\$ 30.000,00 e Cr\$ 50.000,00.

b) *Rendimentos públicos*

Foram as seguintes as arrecadações em 1953-1956 em todo o município, porém a maior parte das quais oriunda da cidade

	1953 Cr\$	1954 Cr\$	1955 Cr\$	1956 Cr\$
Municipais	7.785.802,00	8.074.335,10	11.586.395,40	10.000.000,00
Estaduais	36.257.820,00	37.470.305,40	47.316.305,80	—
Federais	16.791.900,10	18.364.517,50	—	—

Os rendimentos municipais decorrem, em grande parte, dos 4.625 contribuintes do imposto predial, e, em menor grau de outros impostos (1.383 contribuintes do imposto de indústria e profissões) e taxas; os orçamentos têm sido equilibrados.

Os rendimentos estaduais são devidos, principalmente, ao imposto de vendas e consignações, e atinge seu ponto máximo nos meses de julho e agosto, em virtude do escoamento de café.

c) *Outros dados sobre capital monetário*

A estimativa da Agência do IBGE para o valor total da produção do município foi de 360 milhões de cruzeiros, em 1955.

O número de sociedades anônimas é pequeno, e sua criação e manutenção é considerada, na cidade, um negócio de família.

Onze agências ou corretores de seguros operam, na cidade, em todos os ramos. O capital segurado em uma delas, em seguros de acidentes pessoais, incêndio e acidentes de trabalho ascende a 40 milhões de cruzeiros.

Há na cidade 6 agências bancárias (1 sediada na cidade) 1 agência da caixa econômica federal. Estas agências se instalaram a partir de 1938. O Banco local, foi fundado em 1929, como estabelecimento bancário tipo

Luzzatti, e em 1947 se transformou em sociedade anônima; o capital é de 6 milhões de cruzeiros, estando em cogitações sua elevação para 20 milhões. A entrada de novos acionistas em 1947 tem dado nova vida a este banco, que pretende abrir agências nos municípios desprovidos de bancos, e em outros bairros da cidade, sendo considerada boa a sua situação presente.

O quadro anexo nos dá o valor dos empréstimos e depósitos nas agências bancárias locais.

A análise deste quadro nos mostra que os bancos 3, 4 e 5, e especialmente estes dois últimos, estão desservindo à população local, pois que, não resta dúvida, atuam como agentes de evasão dos rendimentos do município para outras regiões.

O Banco do Brasil S/A tem, em Cachoeiro, sede de zona, que abrange os municípios de Itapemirim, Rio Novo, Anchieta, Castelo. Muniz Freire e Iconha.

5.) *Transportes e comunicações*

Cachoeiro de Itapemirim é o mais importante centro ferroviário e rodoviário do interior do Espírito Santo. (19)

a) *transportes ferroviários*

Os transportes ferroviários que, ao serem implantados transformaram a fisionomia urbana de Cachoeiro, hoje perdem terreno na competição que lhes movem as rodovias cada vez melhores, nos últimos 25 anos.

A cidade é servida por duas ferrovias, uma das quais nela sediada.

A Estrada de Ferro Leopoldina, hoje encampada ao acervo do Governo Federal, liga Cachoeiro a Vitória no norte, à Capital Federal no sul, e a Carangola, Minas Gerais no oeste, linha de que parte um ramal para o município de Castelo. Seu material rolante é antigo, e sente falta principalmente de locomotivas.

O número de passageiros transportados de Cachoeiro foi, em 1954, de 76.555 em primeira classe, e 79.003 em 2.^a, e em 1955 de 69.437 em primeira classe, e 73.511 em 2.^a, havendo decréscimo, portanto.

A tonelagem de cargas em 1954 foi 27.067 e em 1955 de 32.937; a de encomendas foi de 1.481 em 1954 e 1.361, em 1955. A maior parte das cargas foi de café, cimento e madeira, para o interior, isto é, para a Capital do Estado.

O fato de ser Cachoeiro sede do 7.^o distrito de Tráfego da E.F. Leopoldina, que abrange a Leopoldina no E. Santo, dá-lhe importância no sistema ferroviário estadual, reunindo, na cidade, 347 "ferroviários", designação genérica que dão aos empregados da Leopoldina, além de cerca de 200 aposentados da Estrada, mantidos pela respectiva Caixa de Aposentadoria e Pensões.

A E.F. Itapemirim, pertencente ao Governo do Estado, liga Cachoeiro ao Pôrto do Itapemirim e à "praia" (Marataizes) Esta ferrovia é deficitária; em 1955 de Cr\$ 2.468.000,00 (dois milhões quatrocentos e sessenta

(19) A explicação no-la dá Cícero de Moraes: As vias de transportes (no Espírito Santo) rodearam o maciço sem atravessá-lo... Uma das consequências dessa contemporização foi o estabelecimento de um nó rodoviário no sul do Estado, localizado em Cachoeiro de Itapemirim, que centraliza o movimento antes de encaminhá-lo ao pôrto de Vitória ou ao do Rio de Janeiro (in Diretrizes do Plano Rodoviário do Espírito Santo, Vitória, 1953, p. 7).

QUADRO N.º 5

Movimento de empréstimos e depósitos dos Bancos situa
no quarto trimestre de 1955 e no primeiro e segundo

VALOR (Cr\$)

Bancos	1955			
	4.º TRIMESTRE		1.º TRIMESTRE	
	Empréstimos	Depósitos	Empréstimos	Depósitos
1	39 127 630	29 528 630	38 440 988	30 004 61
2	121 201 469	33 850 982	137 114 806	55 606 01
3	27 429 437	31 744 584	24 793 187	32 920 84
4	32 638 506	52 903 734	31 864 723	57 265 76
5	5 267 977	28 571 454	6 385 098	35 941 88
6	12 948 914	10 376 282	14 850 677	10 821 03
Total	238 613 933	186 975 666	253 449 479	222 560 16

Fonte:— Secção de Estatística Econômica e Financeira do D.E.E.

e oito mil cruzeiros) que será maior, em 1956, em virtude da elevação de salários.

O n.º de passageiros transportados, em 1954, foi de 36.658 em 1.ª classe, e 89.009 em 2.ª, com a queda brutal, em 1955, para 18.723 em 1.ª classe e 71.191 em 2.ª, atribuída à construção de melhor rodovia para Marataizes.

A tonelagem de cargas, em 1955, foi de 4.000, e para bagagens e encomendas, 807. Isto em cruzeiros dá uma anomalia na receita: enquanto é geral que a receita de cargas e encomendas seja maior que a de passageiros, na E.F.I. verificou-se o contrário — em 1954, a receita de passagens foi de Cr\$ 800.000,00, de cargas Cr\$ 550.000,00 e de encomendas Cr\$ 108.000,00.

Deve observar-se que, enquanto em 1946 os fretes de café foram de cerca de um milhão de cruzeiros, em 1955 eles baixaram a Cr\$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito cruzeiros) (sic), o mesmo ocorrendo com as madeiras, que davam um frete anual de cerca de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e atualmente não chegam a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) anuais. Isto se explica pela falta de navegação de cabotagem, que a criação da Comissão de Marinha Mercante durante a 2.ª Guerra Mundial veio agravar, e, conseqüentemente, com o quase abandono do porto de Itapemirim.

Acredita-se que o Governo Estadual entregará a estrada à Leopoldina, ou a arrendará, havendo, para isto, segundo consta, interesse da firma que está construindo a nova fábrica de cimento, que, desde já está a braços com o problema futuro do escoamento de sua produção.

b) transportes rodoviários

De acôrdo com o registro de veículos da Recebedoria Regional do Estado, há, em Cachoeiro, 260 caminhões, 180 caminhonetes, 144 automóveis particulares e 54 de aluguel, 41 auto-ônibus ou micro-ônibus, 16 furgões, 28 motocicletas, 30 carros oficiais (10 jipes, 5 caminhões, 4 basculantes, 11 caminhonetes) e 5 carroças.

Oito empresas transportadoras (6 do Rio de Janeiro, 1 de São Paulo e 1 local) operam na cidade, sendo que uma transportou para Cachoeiro, de 1/1/1956 a 7/7/1956 317.952Kg., quantidade que é equivalente às demais e dá uma média anual de 4.500 toneladas; o mês máximo para o transporte de cargas em caminhões é o de junho, em virtude da safra e da Festa de Cachoeiro, a 29.

Há 3 linhas urbanas de ônibus, 8 linhas municipais para Marapé, Flecheiras, Itaoca, Burarama, São José de Fruteiras, Tijuca e Gironde e Aeroporto.

Diariamente saem de Cachoeiro 4 ônibus para Vitória, 4 para Castelo, 2 para Guaçu, 2 para Muqui, 1 para Guarapari, 1 para Alegre, 3 para Itapemirim, (sendo 2 para Marataizes), 1 para Muniz Freire, 1 para Bom Jesus do Norte, 1 para Campos (Est. do Rio), 1 para Rio Novo do Sul, 2 para São José das Torres (Mimoso). Com licenças especiais da Polícia Rodoviária e principalmente no verão, caminhões fazem transportes de passageiros para excursões religiosas, recreativas e desportivas. Últimamente o número de famílias da zona rural que, em caminhões, deixam o município em demanda às zonas pioneiras do norte do Estado é grande; assim em janeiro último, em 15 licenças, 4 eram para este fim, chamados localmente, à semelhança de condução de que se servem os retirantes nordestinos, de “paus de arara”.

c) *transportes aéreos*

O Aeroporto local, inaugurado em 1954, fica no chamado Campo de São Felipe, a 6 Km da cidade. Sua pista é de 1.200 x 150 m, e se encontra encravada entre dois morros, o que dificulta as operações de aterrissagem e levantamento de voo. Inicialmente três empresas aéreas pousavam na cidade, porém, atualmente, só a NAB o faz, exceto às quartas e domingos. As linhas são para o Rio, com escala em Itaperuna, e para Vitória. Em 1955, segundo estimativa da agência da Companhia foram transportados pela empresa para Cachoeiro 7.804 passageiros e 20.000 quilos de carga.

d) *Comunicações*

A cidade é servida por serviço de correio desde 1859 e por telégrafo desde 1889. Conta atualmente com uma Agência Postal Telegráfica, localizada na Praça Jerônimo Monteiro, a que servem 88 funcionários, e cujo movimento em 1955 foi o seguinte:

Registrados com valor expedidos	8.173
Registrados sem valor expedidos	91.228
Registrados com valor recebidos	29.989
Registrados sem valor recebidos	288.347
Correspondência ordinária expedida	4.503.880
Correspondência ordinária recebida	4.121.126
Telegramas recebidos	86.475
Telegramas expedidos	96.691

As estradas de ferro têm serviços telefônico e telegráfico particulares, e a empresa aérea o possui radio-telegráfico.

O serviço telefônico local é feito por uma empresa estadual, a magneto, havendo atualmente 162 assinantes, dos quais apenas 3 localizados no "lado norte" da cidade. Está em vias de inauguração o serviço automático.

Existem na cidade dois jornais, o "Correio do Sul", fundado em 1928, bi-semanário e "O Arauto", tri-semanário, com edições de cerca de 2.000 exemplares, versando especialmente assuntos de interesse local. Editam-se também, periodicamente, os boletins do Centro de Saúde, do Caçadores Carnavalescos Clube e do Rotary Clube Local. A estação local de radiodifusão, transmite na frequência de 1.210 Kcs, com a potência de 1 Kw e o prefixo ZYL9.

III — ESTRUTURA SOCIAL

1. *A família*

A família, em Cachoeiro, é, em geral, extensa, sempre que possível grupal, e, só em poucos casos conjugal (1). Esta situação corresponde à transição por que passa a família na cidade.

No passado a família era, preferentemente, grupal. Casar na fazenda de *Fulano*, significava casar com uma das filhas do fazendeiro e ir morar com eles. A introdução de colonos italianos, no século XIX, veio reforçar a situação.

Ainda hoje os pais preferem que seus filhos casados morem ao pé

(1) Os conceitos aqui tomados o são como aparecem em "The family in Brazil", por Donald Pierson, in *Marriage and family living*. Vol. XVI, No. 4, November, 1954, pp. 308-314.

de si patrilocalmente. Todavia, dificuldades econômicas fazem que este tipo de família, embora observado, venha rareando.

Contudo, os laços de parentesco, característicos da família extensa, são muito fortes ainda. O sistema de parentesco é o luso-brasileiro, havendo forte tendência patrilineal: em geral os filhos só assinam seu nome completo em documentos importantes, e o nome usado é o do pai.

O controle que a família exerce, inclusive na vida pública, é intenso. Os pais esperam que os filhos continuem, como sucessores, à testa de seus negócios, e mesmo herdem seus empregos públicos; laços de parentesco são invocados para conseguir empregos e outras vantagens.

O ideal ainda hoje é o da família grande. São incomuns os casos de limitação de filhos cuja técnica só é conhecida na chamada "classe alta". Um livreiro informou que os que compram livros a este respeito "desejam saber qual o dia de maior fecundidade". Em média as famílias têm de 3 a 5 filhos.

O nascimento de uma criança é considerado uma bênção dos céus. "A 'cegonha' chegou aqui..." "A chegada do meu filho..." "Apareceu um garotinho..." "Ganhei um nenem..." foram expressões encontradas em cartas que comunicavam nascimentos. Após o nascimento a mãe deve ficar, durante 40 dias, em resguardo, sendo particularmente aconselhável que se alimente de canja de galinha, neste período. É uma praxe o recém-nascido ser visitado pelos amigos da família, que lhe oferecem presentes (talco, sabonetes ou roupinhas), chamados "uma lembrancinha". O enxoval da criança deve ser feito pela própria mãe, costume que uma organização assistencial está implantando mesmo nas classes economicamente menos favorecidas. Uma informante declarou: "Uma mãe espera o 'nenem' com a maior riqueza possível. Berço enfeitado, quarto preparado, doces para as visitas..." Esta visita inicial prossegue pela vida em fora nas festas de aniversário de criança, e no casamento. A mesma informante aduziu: "Em aniversário de criança não sei de onde aparece tanto menino..." Casamentos são as melhores festas: doces, salgados, muitas bebidas...

As relações marido-espósa são feitas em pé de igualdade. A superioridade do marido rapidamente desapareceu. Nada obstante isto, não são inusitados, nas zonas periféricas, os espancamentos de mulheres, por seus maridos. A expectativa é que a mulher seja boa dona de casa, cuide dos filhos, sirva à mesa. Poucas espósas trabalham fora do lar, e, quando o fazem é como professoras ou funcionárias públicas, trabalhando apenas meio expediente. Mesmo as que, quando solteiras, são empregadas em fábricas, em geral procuram deixar o serviço após o casamento. A creche da fábrica de tecidos tem, no entanto, três camas, que parece fixar o limite socialmente tolerável das "casadas" que trabalham como operárias. Dois casos foram registrados em que o marido "vive às custas da esposa", mas isto não se dá sem forte sanção negativa.

As relações pais-filhos são carinhosas, especialmente quando os filhos estão pequenos o que se expressa, através, dos pronomes no diminutivo que acompanham o indivíduo a vida toda. Os pais devem orgulhar-se dos filhos. Bater nos meninos, em geral, função materna, é, universalmente, na cidade, adotado como método disciplinar. Expressões como: "Eu te dou umas palmadas..." ou "Eu te quebro as costas com o cabo da vassoura" foram ouvidas, e a maior intensidade do castigo está na razão inversa do grupo de status a que pertence a criança.

As relações filhos-pais são de respeito. É mantido o velho tratamento "senhor e senhora" para os pais e avós. Uma senhora só passou a chamar o pai de você depois do casamento. Os filhos pedem a bênção aos pais, tios e avós, porém sem resposta por parte destes.

As relações de compadres vêm perdendo a força que antigamente possuíam. No entanto, entre pessoas pobres é comum invocar o compadrio com pessoas importantes do lugar.

O namôro nem sempre é considerado preparativo para o casamento. Namorar é, em muitos casos, considerado mera diversão, e se procura copiar o padrão de namôro do Rio de Janeiro. Aqui se refere também o grupo de status a que a pessoa pertence. O rapaz que namora uma “empregadinha” sofre sanção das moças da “sociedade”, que ficam até “uma semana sem falar com êle”.

A moça quando quer namorar um rapaz torna-se amiga da irmã dêle. Se êle não tem irmã, o namôro começa por “apresentação”, em um baile, num passeio, ou “na praça”. A existência de uma população flu-tuante, em geral formada de viajantes comerciais, dá uma margem de escolha maior às moças que, muitas vêzes “dão o bôlo” em seus namorados, isto é namoram ora um, ora outro sendo um geralmente, de fora. Igualmente há rapazes que namoram duas moças ao mesmo tempo. Descoberto o duplo namôro pode haver uma acomodação, um rompimento, e, menos incomum, conflito. “Outro dia, relata, uma informante, dois rapazes, no clube, foram aos “tabefes”, dizem que por ciúme...”

Quando a família sabe alguma coisa que desabone a conduta da moça ou do rapaz, faz pressão para que o namôro não continue. Mas são os namorados que têm a palavra final: “quando êles querem casam mesmo...” Os pais também não fazem muito gôsto quando os filhos desejam casar com membros de religião que não a sua, e muito menos quando brancos, vêm os filhos a namorar mulatas e mesmo pretos.

A respeito do namôro com moças de classes menos favorecidas, um informante relatou: “Estas moças inexperientes que descem dos morros, para trabalhar, são muito solicitadas. As que se recusam são chamadas de “metidas”. Outras se tornam “namoradeiras” e dão certas facilidades não permitindo que os rapazes avancem demais. São chamadas “galinhas”. As outras, em minoria, menos espertas, se prostituem após o primeiro filho. Recentemente aconteceu isto com duas empregadinhas do “cafezinho em pé...”

Relações pré-nupciais são frequentes. Quando os namorados são da mesma “classe” o casamento é, em geral, realizado, à pressa. Em caso contrário, a regra é a acomodação, não sendo, apesar disto, raros os casos levados ao conhecimento da autoridade policial. (vide polícia)

O prazo considerado “bom” de namôro e noivado é de dois anos, durante o qual a noiva prepara seu enxoval. Espera-se que a moça que trabalha deixe o emprêgo após do enlace, que, em geral é feito no civil quanto no religioso. São dias preferidos para o casamento as 3.ªs, 5.ªs e sábados, e há restrições aos casamentos em agôsto, especialmente em ano bissexto. Assim é que, no último 28 de julho realizaram-se, na cidade 10 casamentos.

Mas, não é pequeno o número de “amigados”, sem levar em conta o grupo de status, porém, em sua maioria nos grupos economicamente menos favorecidos. Logo depois de sua fundação o Serviço Social da Indústria (SESI) promoveu a realização de 160 casamentos, de pessoas que já viviam maritalmente, alguns há muitos anos.

As relações extra-maritais são mais frequentes por parte do homem. Isto não quer dizer que não as haja por parte de mulheres. Há alguns anos era comum o homem, principalmente se ocupasse posição de liderança, ter uma segunda mulher em casa de meretrizes. Esta situação não perdura

o que talvez possa ser explicado pela facilidade hoje de viajar à Capital Federal, onde são mais amplas possibilidades de satisfação do chamado "complexo de varijidade". O marido enganado, nas camadas menos favorecidas, ainda reage segundo a expectativa clássica: atira nos infieis se os pega em flagrante. Na "sociedade", disse um informante, não transparece nada. Tudo que acontece é muito oculto." Porém nos poucos casos anotados de adultério da mulher, nesta situação, houve acomodação.

Uma situação em que a solidariedade familiar se faz sentir mais forte é nos casos de doença e morte. Nas doenças dá-se inclusive auxílio monetário. Nos enterros é praxe o acompanhamento. As regras de luto prescrevem luto fechado de 6 meses para pais, aliviando depois. Algumas famílias exigem um ano de luto fechado, o que é particularmente esperado de uma viúva. Há famílias que põem luto em caso de morte de irmãos, de 3 meses fechado e de 3 meses aliviado. O luto fechado consta de vestido ou terno preto; o aliviado é com vestido de "pois" preto e branco, listadinho, ou, para os homens, um fumo na lapela. Estas praxes têm sofrido modificações e abandono, dependendo da religião e da situação econômica da pessoa.

2. RELIGIÃO

Os cultos que, em Cachoeiro, contam com maior número de adeptos são a Igreja Católica Apostólica Romana, seguida de diversas seitas evangélicas e espíritas.

a) *Catolicismo*

Tendo a povoação se formado no século XIX ao tempo em que, no Brasil, a Igreja era ligada ao Estado, segundo informa Cesar Augusto Marques (op. cit., p. 21) em 1878 todos os 3.893 habitantes da Paróquia eram católicos. Naquele tempo, como hoje, era difícil saber qual o número de católicos genuínos, em contraposição aos puramente nominais.

A 16 de julho de 1856, faz um século, foi a povoação elevada a Freguesia com o nome de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, através de Lei Provincial n.º 11 daquela data; o provimento canônico ocorreu em setembro de 1858, com a nomeação do vigário da freguesia, Padre Francisco de Assis Pereira Gomes. Desde 1856, no entanto, o Padre Manoel Leite de Sampaio Mello já celebrava a primeira missa local, num armazém do Barão de Itapemirim. Este mesmo padre Melo dirigiria a paróquia de 1860 a 1892. Em 1864 construiu o fazendeiro Antônio Francisco Moreira a primeira Igreja local no lado norte e que não mais existe. Uma capela particular dedicada a Nosso Senhor dos Passos, também no lado norte, da família Monteiro, viria a transformar-se em 1884 na Igreja Matriz de São Pedro, Apóstolo, situação que se manteria até 1949, ano em que se inaugurou a nova matriz, no lado sul, cujas obras iniciadas em 1925 e paralizadas até 1940, foram nesse ano reiniciadas.

Atualmente a área urbana da cidade está dividida em duas paróquias: São Pedro, com duas igrejas e 33 capelas, e Nossa Senhora da Consolação com 2 igrejas, 21 capelas e um Santuário — Matriz em construção. Esta divisão se fez tomando como limite a linha férrea da Leopoldina dividindo a cidade em leste e oeste. A paróquia única desde 1923 esteve sob a direção dos padres agostinianos; sua divisão, em 1955, foi motivo de certos

ciumes por parte destes (1) ainda mais que a paróquia leste se tornou Vigaría Forânea (abrangendo também as paróquias de Muqui, Castelo, Conceição do Castelo, Itapemirim, Rio Novo e Iconha) com perspectiva de se tornar sede episcopal da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim.

Cada paróquia conta com 3 padres e são as seguintes as associações religiosas a elas subordinadas: Paróquia de Nossa Senhora da Consolação — Aparecida da Oração do Coração de Jesus; Congregação Mariana; Filhas de Maria; Liga Católica Jesus, Maria, José e Cruzada Eucarística Infantil, com cerca de 1.000 associados. Paróquia de São Pedro: Apostolado da Oração; Filhas de Maria; Congregação Mariana (masculina e feminina); Associação Nossa Senhora Auxiliadora; Associação de Santa Rita (para as empregadas domésticas); Liga Católica Jesus, Maria, José e Cruzada Eucarística Infantil, com cerca de 1.600 associados.

Em 1955 a Paróquia de São Pedro Apóstolo realizou 873 batizados, 43.000 comunhões, 112 casamentos, 71 extremas-unções, 35 encomendações e 8 procissões, enquanto que a Paróquia de Nossa Senhora da Consolação realizou 1.266 batizados, 35.450 comunhões, 154 casamentos, 31 extremas-unções, 10 encomendações e 4 procissões. Interessante notar que não houve crismas em ambas as paróquias. Os dias santos que são feriados municipais são: Corpus Christi (50 dias depois da Páscoa), São Pedro (29 de junho), Todos os Santos (1 de novembro), Finados (2 de novembro) e Natal (25 de Dezembro).

Desenvolve-se agora na cidade a Campanha Pró-Diocese que visa levantar 8 milhões de cruzeiros para construção do Palácio Episcopal, Seminário Diocesano, Catedral do Bispado e outras obras indispensáveis a sua instalação. Já houve contribuições, individuais, até de 100 mil cruzeiros, bem como subscrição de Títulos de Compromisso de Cr\$ 5.000,00 pagáveis em 24 prestações, o que demonstra o interesse dos moradores em ver sua cidade sede do Bispado do Sul do Espírito Santo.

Aliás, nada obstante o crescente número de protestantes e espíritas, nota-se um "revival" católico na cidade, especialmente entre os jovens pertencentes à Congregação Mariana. A atenção a eles dispensada por um dos padres da Paróquia oeste fez com que um dos líderes religiosos leigos informasse que os adultos da mesma Congregação estão descontentes, porque o ensinamento para os meninos é dado também e conjuntamente para os maiores. Sobre este fortalecimento do catolicismo uma informante disse: "Em Cachoeiro o catolicismo tem melhorado muito. Antes a maior festa era o 24 de junho, na Maçonaria. Depois os padres proibiram e as moças deixaram de ir. Hoje não há mais esta festa..." Do ponto de vista da vocação religiosa, no entanto, a situação é diversa; uma freira declara: "Em Cachoeiro não há muitas vocações. Cachoeiro é uma cidade livre..." (2)

A cidade é Casa Matriz da Congregação das Irmãs de "Jesus na Santíssima Eucaristia", fundada a 10 de Outubro de 1927. As 155 irmãs de uma só classe, se obrigam a votos simples de pobreza, obediência e castidade e se consagram a Cristo Rei, à Virgem Imaculada e a Jesus na Santíssima Eucaristia. A esfera de influência da Ordem já ultrapassa os limites estaduais. Assim é que das 20 casas montadas pela Ordem, 2 se

(1) Recente procissão de São Cristovão realizada por uma paróquia percorreu a cidade, com automóveis. O Santuário do lado este pretende ser também melhor que a Matriz leste.

(2) A atitude de alguns católicos fervorosos leva a esta interpretação. Um líder leigo rezou brincando: "Com Deus me deito, com Deus me levanto. Eu de um lado, a negra no canto." Outro contou anedota em que as personagens eram santos da Igreja.

situam em Cachoeiro de Itapemirim, 6 em outros municípios do Estado, 4 no Distrito Federal, 3 no Estado do Rio de Janeiro e 5 em Minas Gerais nas cidades de Vitória, Espírito Santo, Colatina, Marilândia, Distrito Federal, Campos, Bom Jesus do Itabaptonana, Itaperuna, Belo Horizonte e Montes Claros, dedicando-se 3 estabelecimentos ao ensino, 12 à assistência hospitalar, 2 a pensionistas, 1 a orfanato, 1 a restaurante e 1 a noviciado de irmãs.

A Igreja Católica conta ainda com a colaboração de associações de assistência social, que patrocinam distribuições a pobres, bem como do Núcleo Regional do SESI que, anualmente, em maio, patrocina a Páscoa dos “operários, industriários e patrões” com a média de 1.000 comparecimentos.

b) *Protestantes*

A existência de protestantes em Cachoeiro é averiguada a partir de 1893 (3) e mais decisivamente, desde 1902 por influência de um engenheiro da Estrada de Ferro Leopoldina Railway e posteriormente da Missão Batista de Vitória. É de 1909 a fundação da 1.^a Igreja Batista, com 17 membros. Em 1929 havia 139 membros, ano em que se organizou a 2.^a Igreja Batista. Atualmente há 4 Igrejas Batistas na cidade. A dissidência que há 5 anos lavra no Campo Batista do Estado, dividindo-o nas Convenções Espírito-Santense (cuja 40.^a Convenção se reuniu de 5 a 8 de julho último no Templo da 1.^a Igreja) e Capixaba também se reflete entre os membros das Igrejas Batistas Cachoeirenses.

Em 1927 foi organizada a Igreja Evangélica Presbiteriana de Cachoeiro. Faz 20 anos iniciou-se o trabalho dos Adventistas, os quais com a chegada, há um ano, de um pastor paulista, com experiência missionária na Amazônia têm conseguido considerável progresso, havendo sido, neste período, realizados 50 batizados de adultos convertidos. De data mais recente é a pregação metodista e pentecostal (Assembléia de Deus). Uma dissidência destes últimos, criou, em 1953, a Irmandade dos Verdadeiros Cristãos que conta atualmente com 10 membros.

O último grupo evangélico que se instalou foi o Reino das Testemunhas de Jeová, cujo trabalho de proselitismo recém-começou.

O trabalho evangélico é florescente, na cidade, através de escolas dominicais, cultos (inclusive na principal praça local) e um pastor entrevistado associou seu êxito ao apelo que faz à “pobreza”, isto é aos pobres locais.

c) *Espiritismo*

Se bem que a primeira associação espírita da cidade date de 1913, é lícito afirmar-se que a existência de “kardecistas” ou adeptos de cultos afro-brasileiros remonta ao século passado. (4) Mesmo hoje muitos dos “umbandistas” entrevistados se dizem católicos, igreja cujos mandamentos seguem concomitantemente com práticas que genericamente poderíamos

(3) Em junho de 1893, noticiava “o Cachoeirano” a chegada do 1.^o Pastor Protestante.

(4) Em 25 de março de 1883, *O Cachoeirano* noticiava: “Pembas ou cangerós? — A Polícia no dia 18 do corrente, prendeu o escravo Pedro José em casa de Julia Ursucino onde se apresentara como curador de feitiço para curar Julia. A autoridade em sua diligência descobriu em flagrante na prisão do referido escravo um S. Antonio peregrino, uma toalha, uma garrafa de aguardente, algumas raízes de mato e giz em pedra.

enfeixar neste tópico.

Embora só haja 5 Centros Espíritas legalmente constituídos, um dos quais se considera o mais importante, conseguimos anotar a existência de 60 “centros” destinados a práticas espiritualistas, a saber 25 centros de “pemba”, onde baixam “caboclos”, 16 espíritas kardecistas, 8 de umbanda, 4 linha de Exu, 2 esotéricos e 1 Centro Redentorista, localizados, em sua maioria, nas zonas periféricas da cidade, com reuniões quase sempre, às quartas e sábados.

Nos quatro “centro” que visitamos pudemos averiguar que, a par da função religiosa propriamente dita, o período que antecede às práticas, o qual às vezes, se prolonga por uma ou duas horas, preenche uma função de participação e solidariedade sociais, com trocas de informações, notícias, impressões que não observamos em outros cultos.

O desenvolvimento do espiritismo local se deveu em grande parte à orientação de Jerônimo Ribeiro, fundador da primeira Associação espírita Beneficente e Instrutiva, que hoje tem o seu nome, o qual é também dado a um dos centros locais, que está vivamente interessado na divulgação da doutrina através de cursos e conferências. Um destes cursos considerado pelos adeptos de suma importância é o do estudo das obras ditas pelo espírito de André Luis, como prefácio ao estudo das obras de André Luis. Por outro lado, uma das mais importantes famílias locais está ligada a um dos centros, o que lhe dá certo prestígio.

Perseguições policiais têm ocorrido nas chamadas casas de “baixo espiritismo” sempre que há reclamações da vizinhança contra o barulho que decorre de suas práticas, que se prolongam, às vezes, até de madrugada. Acautelando-se contra isto os membros de tais centros têm adotado a prática de registrá-los em Cartório de Títulos e Documentos, o que lhes dá personalidade civil, e, conseqüentemente, direito à livre reunião.

d) *Relações interreligiosas*

Protestantes e espíritas se ignoram mutuamente. Alguns espíritas se acautelam contra os pentecostais cujas práticas identificam com as suas próprias.

Todavia, em geral, o cachoeirense, no tocante à religião, está no ponto de inquietação propício ao aparecimento de novos grupos religiosos.

Donde, o maior zelo dos líderes católicos em combater os protestantes, e, ao menos nas Missões, os espíritas.

Em Sermão sobre a Parábola da Alvore Boa e da Árvore Má (Domingo, 8 de julho), um padre identificou a árvore má “com as seitas heréticas que não têm unidade de doutrina nem liderança.”

As relações entre as diversas seitas protestantes, embora competitivas, são cordiais, exceto no que toca ao intercasamento que é proibido em uma das seitas, a dos pentecostais.

Certas praxes ligadas à religião católica, como, por exemplo, ter um Crucifixo ou oratório (embora não licenciados) são comuns, e se estendem, pelo menos em relação ao Crucifixo, a repartições públicas e até a um bar local.

Aspectos da religião em Cachoeiro mereceriam estudo mais pormenorizado, que a míngua de tempo não nos permitiu fazer, entre os quais de interesse primordial os cultos afro-brasileiros, indígenas e aspectos de sincretismo religioso.

3. LEALDADE

Neste capítulo vamos estudar as instituições urbanas que visam
a) a mútua assistência ou o desenvolvimento do companheirismo entre seus membros e

b) aquelas cujo objetivo é prestar assistência aos habitantes necessitados da cidade a qualquer título.

a) instituições de defesa e desenvolvimento de companheirismo.

A Loja Maçônica "Fraternidade e Luz" foi fundada em 1898, quando seus membros fundadores, pelos elevados graus que possuíam, já deviam ser anteriormente maçons. A instituição, que conta atualmente com 250 membros, é sediada em edifício que até bem pouco tempo era um dos melhores da cidade, na rua 25 de Março, onde se situam também a Biblioteca e a Escola mantidas pela Loja. As relações com a Maçonaria são descritas pela historiadora Maria Stella de Novaes: "No meio culto de Cachoeiro, predominava a influência da "Fraternidade e Luz". Se, em Vitória "religião era coisa para mulher", em Cachoeiro, a maçonaria arregimentava os homens, para o combate sistemático à Igreja Católica" (op. cit., p. 121). No entanto, é a mesma autora que informa que em junho de 1902, o 1.º Bispo espiritosantense, D. Fernando, filho de Cachoeiro, ao visitar sua Cidade Natal, foi saudado pelo maçom (1) Bernardo Horta, que falou em nome da associação Nossa Senhora Auxiliadora, diretor do *Cachoeirano* e inteligência de escol, a quem coube, dias mais tarde, entregar ao Bispo o presente que lhe ofertava o povo local (op. cit. pp. 119/120). O cisma da Maçonaria Brasileira talvez tenha enfraquecido a Loja local, e o crescimento constante do protestantismo fez com que a Igreja Católica, nos últimos anos, não tenha dirigido mais ataques a esta instituição.

O Centro Operário e de Proteção Mútua é instituição fundada em 1907, "para elevação moral e conquista dos direitos da classe operária de Cachoeiro de Itapemirim". Aos que se diziam *classe operária* se juntaram desde logo figuras de prestígio no comércio e política e o C.O.P.M. tem, precipuamente, dentro de suas finalidades, auxiliado seus associados doentes ou inválidos, a família dos associados falecidos, com ajuda para o funeral e legado, além de fornecer-lhes ensino primário, de corte e costura, biblioteca e assistência médica e farmacêutica.

Em 1928 fundou-se a Sociedade Rural de Cachoeiro de Itapemirim, de pouca duração. Hoje existe, por força da lei 8.127 de 24/10/45 regulamentada pelo decreto 19.882/45, uma Associação Rural de funcionamento precário. A Associação Comercial, com sede bem instalada em edifício central, conta com cerca de 200 associados, porém só encontra força coesiva quando a "classe" se acha à frente de algum problema comum que demanda ação conjugada, como a recente atuação dos fiscais da COAP.

O movimento sindical é incipiente. Dos sindicatos locais nenhum tem sede, nem própria, nem alugada. O mais antigo do Estado é o Sindicato local dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário, cuja carta do Departamento Nacional do Trabalho, sob n.º 14.768, do 3.º grupo, foi concedida em 1941; conta com 200 sócios a que presta assistência jurídica e funerária, sendo considerado o mais eficiente sindicato da cidade. Os demais sindicatos são os dos "Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem", de 1954, dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e do Alcool,

(1) Vide Alberto Stange Jr. Discurso de Posse Proferido na Academia Espírito Santense de Letras, p. 13 Vitória, 1942. Este discurso traça a biografia deste republicano histórico espírito-santense.

em organização, e que embora tenha sede em Cachoeiro, tem sua base no vizinho município Itapemirim, e os patronais de Logistas e do Comércio Varejista. Sindicatos com delegacias ou agências na cidade são os de Empregados do Comércio, Bancários, Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos, Trabalhadores na Indústria de Panificação, Bares e similares, todos com sede em Vitória, e dos Trabalhadores de Transporte Ferroviário da Leopoldina, com sede no Rio de Janeiro. Certas relações paternalísticas entre patrões e empregados, que procuram resolver as questões "com o coração" não encorajam o desenvolvimento sindical.

Em 1937, fundou-se o Rotary Clube local, ligado ao Rotary Internacional, com sede em Chicago, Estados Unidos da América do Norte, que conta hoje com 42 sócios recrutados entre os comerciantes, industriais e profissionais liberais da cidade.

b) *instituições de auxílio*

O SESI e o SESC mantêm agências locais. O Serviço Social da Indústria instalou na cidade seu Núcleo Regional, em 1951, o qual conta atualmente com cerca de 8.000 beneficiários, a que fornece ensino, assistência social, serviços próprios médico-dentário e farmacêutico e jurídico. Após a instalação do SESI, indústrias locais que possuíam "serviços sociais" suprimiram-nos. O Serviço Social do Comércio, em proporções mais modestas que o anterior, mantém, desde 1949, o Posto 2 do Espírito Santo, que conta com 1.476 beneficiários, prestando-lhes serviços dentários, médicos e de laboratórios de análises, nos consultórios dos profissionais a que os encaminha.

Produtos da iniciativa privada local existem ainda instituições de assistência social.

A "Sociedade de Amparo aos Menores" mantém o Patronato Monte Líbano, fundado em 1951, orfanato para meninos que abriga 80 órfãos e delinquentes juvenis encaminhados pelas autoridades. Ocupa prédio moderno, nos terrenos da antiga fazenda do mesmo nome, porém suas oficinas aguardam máquinas para desenvolver o ensino técnico entre os internos.

A "Associação Espírita Beneficente Jerônimo Ribeiro" mantém o Asilo Deus, Cristo e Caridade, fundado em 1918, orfanato para meninas que abriga 40 órfãs. Durante muitos anos a associação manteve um asilo para alienados mentais, cujos doentes foram transferidos, em 1950, para a Capital do Estado.

As Igrejas Evangélicas através de seus Caixas de Assistência prestam auxílio a seus membros necessitados, e, pelo menos a 1.^a Igreja Batista pretende estender este auxílio a toda a coletividade cachoeirense indistintamente.

A Sociedade São Vicente de Paulo, fundada em 1932, e filiada à organização mais ampla de âmbito internacional, além de fornecer assistência religiosa a seus próprios membros, presta auxílio a pobres da cidade. Possui sede própria, que também é, por empréstimo, a Casa Paroquial da Matriz de São Pedro de Cachoeiro, e suas atividades estão divididas em 5 Conferências: Santo Agostinho, S. Thomaz de Vila Nova (1934), S. Sebastião, Nossa Senhora da Conceição (1940), Nossa Senhora das Graças (1947), Congregados, desde 1939, no Conselho Particular Vicentino.

A "Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância" além do Jardim da Infância (vide ensino) tem em construção uma maternidade e creche.

O "Roupeiro de Santa Rita de Cássia" provê os pobres de roupa e cobertores durante o inverno.

A "Sociedade de Assistência aos Lázaros", filiada a uma organização nacional, encaminha a esta as contribuições que consegue angariar.

Em planejamento existem a Sociedade de Proteção e Assistência à Velhice Desamparada, que se propõe a construir um albergue, e a "Sociedade de Assistência aos Necessitados", que conta já com 100 sócios e cujos objetivos são amparar os mendigos da cidade, impedir a entrada de pedintes das cidades vizinhas, acabar com os falsos mendigos (2 ou 3 "pobres" são proprietários) e fornecer aos comerciantes do centro que dão, em média, 200 cruzeiros de esmolas por mês, especialmente aos sábados, um cartão de identificação que os desobrigue de dar esmolas.

A Mocidade Espírita "Jerônimo Ribeiro" mantém a Campanha do Quilo "Pedro da Rocha Costa" que, em 1955, arrecadou e distribuiu 8.632 quilos de gêneros alimentícios às famílias fichadas.

4. SAÚDE

Cachoeiro de Itapemirim é o maior centro médico do sul do Estado. É sede do 2.º distrito sanitário, composto dos municípios de Itapemirim, Iconha, Anchieta, Itapoama, Castelo e Cach.º de Itapemirim, cobrindo 1/8 da superfície total do Estado e 1/5 de sua população.

Há na cidade 20 farmácias, 17 farmacêuticos, 25 médicos, 33 dentistas, 92 auxiliares de saúde, e segundo a opinião de uma informante "médico aqui enriquece porque dá muita doença." A esta opinião pode aduzir-se a existência de farmácias particulares, como as do SESI (Serviço Social da Indústria), do CAASCI (Campanha de Alfabetização e Assistência), do COPM (Centro Operário de Proteção Mútua) e do Centro Espírita Jerônimo Ribeiro, as quais suplementam as demais.

O serviço de filtração e cloração da água, com capacidade para 3.000 litros diários, é municipal, e já se torna insuficiente para a demanda, havendo falta nos meses de verão.

O serviço de esgotos, municipal, é deficiente. A situação se mantém a mesma de 1932: "Esgotos precários. Não há um emissário coletor despejando em local adequado. Os esgotos, em ramúsculos, terminam na barranca do rio, rochoso, alimentando poças, deixadas pelas águas, onde fervilham germes e mosquitos que martirizam os habitantes próximos." (1) Hoje as poças do rio são desinfetadas, periodicamente, com petróleo.

A limpeza das ruas se faz no centro e bairros adjacentes. A coleta do lixo segue o mesmo princípio. Porém, em todas as encostas de morros, e nas barrancas do rio há abundância de detritos jogados das casas, às ruas, inclusive nas proximidades do "centro", o que atrai urubus, que andam, em certas ruas, sem temer os transeuntes.

a) Serviços de Saúde

Dêstes o mais importante é o Centro de Saúde, localizado em prédio próprio e amplo, na saída da cidade para o Aeroporto. Tem serviços especiais de higiene pré-natal, infantil, pré-escolar, lactário, higiene escolar, doenças transmissíveis agudas, higiene dentária, oftalmologia, oto-rino-

(1) Luiz Derenzi — Cachoeiro de Itapemirim — Recordação de 1932, ms. em poder do Autor.

laringologia, doenças venéreas, serviço de tuberculose, raio X, exames e inspeções de saúde, polícia e engenharia sanitárias, de enfermagem e de lepra, além de órgãos administrativos, para o que conta com 15 médicos, 5 dentistas, 4 visitadoras sanitárias, 9 guardas sanitários, 2 instrutores sanitários, 25 atendentes, 1 auxiliar de radiologia, 1 engenheiro, 2 desenhistas, 1 encarregado de lactário, 1 operador cinematográfico, 3 escripturários datilógrafos, 1 contínuo e 6 serventes, todos funcionários públicos estaduais. Anexo ao Centro funciona o Laboratório regional "Arlindo de Assis" cujos serviços são os de sorologia da sífilis, exames de água e leite de abastecimento local, exames de escarro, urina, sangue e fezes, para o que conta com 1 médico, 6 auxiliares de laboratório, 1 atendente e 2 serventes, também funcionários estaduais. O Centro de Saúde edita, ainda, o boletim *Este mês* de divulgação de preceitos sanitários e informações sobre seus serviços.

Conta a cidade com 2 hospitais, a Santa Casa de Misericórdia e o Sanatório "Samuel Libânio" e um Pôsto de Puericultura mantido pela Legião Brasileira de Assistência, 8 laboratórios particulares de análises, e o Instituto Pasteur que, desde 1932, fabrica vacinas anti-rábicas pelo processo Formi.

A Santa Casa, fundada em 1900 com o nome de Associação de Beneficência Cachoeirense e sucessora da Casa de Caridade de 1897, dispõe de 139 leitos e tem o monopólio dos serviços funerários da cidade. No ano de 1955 atendeu a 1.234 doentes que pagaram, e 720 gratuitos. Para execução dos serviços conta com 14 médicos, não de tempo integral, 10 enfermeiros e a supervisão, desde 1929, das religiosas locais. Verbas federais, estaduais e municipais, atualmente com pagamento atrasado, ajudam a manter a sociedade civil, que se vale também da renda dos quartos, cuja diária varia entre Cr\$ 80,00 e Cr\$ 260,00 e do serviço funerário.

O Sanatório "Samuel Libânio", inaugurado em 1945, nos fundos da Santa Casa, serve a 37 tuberculosos, a maioria do próprio município de Cachoeiro (17 em dezembro de 1955). Presentemente, segundo informa um jornal da cidade (2), o Sanatório está na iminência de fechar, em virtude de lhe faltar o auxílio anual de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) a não ser que o Governo Estadual suplemente o seu próprio auxílio de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros). A tuberculose problema que, em 1903 já era enfrentado por uma Liga contra a tuberculose, a qual, em 1904, inaugurava pavilhão próprio para seu tratamento, e que em 1918 e 1928, era responsável pelo maior número de mortes, o que causava tristeza aos cronistas da terra (3) — já não ocupa o 1.º lugar de então, como veremos adiante.

O SESI e o SESC também fornecem a seus beneficiários serviços de saúde. O primeiro, em maior extensão, possui serviços próprios de clínica médica, cirurgia e ginecologia, pediatria, radiologia, fisioterapia, curativos e injeções, gabinete dentário e pequena farmácia.

b) Morte e doenças mais comuns

Foram causas de mortes verificadas, em 1955:

Asfixia	4
Anemia	8

(2) Correio do Sul, edição de 7-8-56, 1.ª página.

(3) Antônio Marins, op. cit., p. 79 e Domingos Ubaldo, op. cit., p.

Anoxemia	8
Arterio-esclerose	11
Angios	8
Bronquite asmática	2
Caquexia	17
Colapso	12
Cancer	6
Choque	6
Dispepsia	12
Distrofia	15
Derrame cerebral	5
Debilidade	9
Desinteria amebiana	7
Eclampsia	4
Edema do pulmão	7
Embolia cerebral	2
Feto	4
Fratura do cranio	4
Gastro-interite	8
Gangrena	3
Hemorragia	19
Hernia estrangulada	2
Hepatite	3
Impaludismo	2
Infarto do miocardio	7
Intoxicação	5
Insuficiência cardíaca	46
Nefro-esclerose	2
Meningite	5
Pneumonia	21
Prematuridade	8
Parto prolongado	2
Poliomielite	2
Queimaduras	2
Reumatismo	2
Sarampo	3
Sífilis	4
Septicemia	3
Toxicose	16
Tetano	10
Tuberculose	16
Uremia	15
Sem assist. médica	156
Outras causas	88

Por aí se vê que a maioria dos mortos não contaram com assistência, sendo elevado o número de mortes por afecções pulmonares (tuberculose e pneumonia) cardíacas e correlatas (insuficiências, colapsos, arterio-escleroses, enfartos), bem como intoxicações alimentares e outras.

As doenças transmissíveis mais comuns, antes do tratamento da água, eram o tifo e a disenteria. A última epidemia de tifo ocorreu no Carnaval de 1955, época em que foram aplicadas 18.000 vacinas. Na época de frio

há muita coqueluche, varicela e gripes. Nas crianças os vermes são frequentes, e, depois do tratamento, quando se submetem a novo exame, estão, outra vez, com vermes, o que se atribui a falta de uso de calçados, pelas crianças de todos os níveis econômicos.

a) *Medicina de "folk"*

Ao lado da medicina oficial, acadêmica, persiste a de "folk".

A farmacopéia popular local inclui estomacais (macaé e hortelã), diuréticos (a salsaparrilha e a abóbora, aquele quente e este frio), antigripais (erva-cidreira e assa-peixe, que também corta febre), para afecções hepáticas (erva-tostão) e cicatrizantes (bálsamo, cuja folha cozida é bom para reumatismo). Os remédios da flora medicinal são vendidos, segundo um informante, por "um turco", do Morro de Santo Antônio.

Os inúmeros "centros" espíritas locais (vide religião) também exercem funções médicas, porém, estão receitando, em geral, remédios de farmácia, como, *verbi gratia*, urodonal, capivarina e topaiuna, o que deu origem à crença entre alguns médicos locais, de que os "receitadores" estão mancomunados com os donos de farmácia. A seguinte anedota local é significativa: "Um dono de centro que estava associado a um farmacêutico receitava uma dúzia de vidros "grandes" do remédio X. Mas para que surtisse efeito era necessário o paciente enterrasse outra dúzia "grande" do mesmo remédio".

O nascimento é, em geral, assistido por "curiosas" das quais há 101 registradas, e 88 em atividade, as quais cobram entre Cr\$ 300,00 e Cr\$ 600,00, dependendo da situação econômica da parturiente, ou prestam serviço de graça quando essa é muito pobre. Uma amostra colhida nas fichas do Centro de Saúde permite afirmar que as "curiosas" são, em sua maioria, maiores de 40 anos, analfabetas, e predominantemente pretas ou pardas.

5. ENSINO

Razões expostas anteriormente não permitiram ao pesquisador um levantamento sistemático sobre educação informal, na cidade estudada, razão por que os dados que se seguem dizem respeito mais à educação formal.

O ensino é dado nos níveis pré-primário, primária e médio, através de um Jardim de Infância, 4 Grupos Escolares estaduais e inúmeras escolas isoladas, anexas e de ensino supletivo, três estabelecimentos de ensino ginasial, três de formação de professores primários, dois de ensino técnico de contabilidade, e nenhum de ensino superior.

a) *ensino pré-primário*

O Jardim de Infância, obra de que se orgulham os cachoeirenses, foi construído e é mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e Infância, fruto do esforço do gerente de uma das agências bancárias locais. Concluído em 1951, suas atividades só foram iniciadas em janeiro de 1953.

Admite alunos de 3 a 6 anos de idade, vindos de famílias de todos os níveis econômicos. A matrícula que, em 1953, foi de 360 crianças subiu em 1956 a 500, que se repartem por dois turnos: de 7,30 às 11,30 e de 13,30 às 17 horas, exceto 30 crianças, selecionadas por uma assistente social que o frequentam em regime de semi-internato. 36 servidores dirigem as atividades das crianças, as quais são mantidos pela Associação ou pelo Governo do Estado.

Presta o Jardim serviço médico-dentário, fornece merendas às crianças, e oportunidade de recreação, com jogos de salão e externos, tais como balanços, escorregos e banhos de piscina.

As instalações do jardim, situadas na área central, porém não movimentada da cidade constam de um prédio com 3 salas para atividades internas, salões de repouso e representações, cozinha, gabinete médico e dentário, instalações sanitárias para crianças e salas da diretoria e secretaria e de área ajardinada em três planos com brinquedos, uma piscina, um tanque.

Também, no jardim, estão situadas gaiolas para pássaros e outros animais, formando um pequeno jardim zoológico: tartarugas, coelhos, cabras, faisões, pavões, gansos, papagaios, periquitos australianos, irerês ou marrequinhos do mato, jacus e as seguintes árvores angico, goiabeira, pinheiro, chorão, ficos e castanheira. Além do gramado há roseiras, espadas de São Jorge e samambaias.

É, como dissemos, com orgulho que os cachoeirenses se referem ao Jardim de Infância da cidade.

— “O Sr. já visitou o Jardim de Infância?” é pergunta frequente. — “É o melhor do Estado,” também comumente se ouve. E muitos se reportam ao zelo do fundador da obra em mantê-la sempre em ordem (na ocasião em que a visitamos os banheiros estavam em reforma, e os brinquedos em pintura) ou à beleza das 21 “jardineiras”, designação que recebem as professoras pré-primárias a quem compete a guarda das crianças. Estas, em geral, percebendo apenas Cr\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos cruzeiros) de salário mensal fazem de seu posto um estágio “enquanto arranjam casamento”. Uma informante declarou que elas estão ali porque “precisam e que as conversas das moças dizem respeito, quase sempre, a namôro”.

Uma pergunta que também se faz frequentemente é se o tratamento dispensado às crianças no estabelecimento não pode agravar a situação de desorganização familiar em que alguns vivem. A solução que, no momento se dá, é a referida de reter um pequeno grupo durante todo o dia.

Outras instituições também dispõem de jardins de infância, como o Atlético Clube Ita e um dos ginásios locais, porém sem instalações apropriadas.

b) *ensino primário*

Quatro grupos escolares mantidos pelo Estado ministram o ensino primário, com a matrícula média, no corrente ano, de 700 alunos, em 2 e 3 turnos, além de 7 escolas isoladas na área urbana.

Os grupos escolares, um dos quais de recente criação e sem prédio próprio, servem por sua localização, respectivamente à população escolar do centro, de Coronel Borges, do Morro de S. Antônio e vizinhanças e do Aquidabã. Mantém cursos noturnos de educação popular.

A organização dos grupos e escolas depende de determinações do governo estadual, bem como sua manutenção. Um dos grupos, por exemplo, tinha quase todas as suas vidraças externas quebradas, cujo reparo deve ser autorizado na Capital.

Os alunos dos 3 grupos mais antigos são cordialmente rivais. Assim trocam os seguintes apelidos: Burro Magro, Galinha Gorda e Queijo azêdo, respectivamente os que frequentam o Bernardino Monteiro, Graça Guárdia

e Quintiliano de Azevedo nomes que prestam homenagens a figuras importantes da história local. (1)

Em adição às escolas públicas, outras instituições mantêm cursos primários, chamados "particulares", gratuitos ou não. Entre estas, o Centro Operário de Proteção Mútua, a Loja Maçônica Fraternidade e Luz, a Escola Regimental do Tiro de Guerra, as 1.^{as} e 2.^{as} Igrejas Batistas, a Igreja Adventista e os Colégios secundários particulares, com matrículas que variam entre 30 e 150 alunos.

Os livros adotados nas aulas primárias dependem muito das professoras, de certas ingerências políticas ou do nível econômico das famílias em que se acham as escolas. Em uma livraria, no corrente ano, a *Cartilha da Criança* de Clari Galvão Novaes Rocha, edição da Cia. Melhoramentos de São Paulo foi a mais vendida, seguida por três outros livros da mesma editora: *Ensino Rápido da Leitura* de Mariano de Oliveira, *Brincar de ler* de Renato Sêneca Fleury e *Cartilha do Povo* de Manuel B. Lourenço Filho.

c) o ensino supletivo

O ensino supletivo é dado pelos Grupos Escolares oficiais e escolas isoladas, geralmente à noite.

Neste setor, conta a cidade também com a "Campanha de Alfabetização e Assistência Social" que, fundada em 1947, já alfabetizou cerca de 6.000 adultos, com ampla repercussão nacional e internacional.

Esta Campanha parte do pressuposto de que a simples alfabetização não eleva o nível de vida do povo. Assim, fornece a seus alunos remédios e cursos de trabalhos manuais.

Tem atualmente a Campanha sede própria, em terreno de 7.000 m² no bairro de Aquidabã, doado pelo proprietário do loteamento, e aterrado pela fundadora da obra, com auxílio da população local. Neste edifício e construções vizinhas, funcionam os cursos urbanos da Campanha, sua farmácia, salão de festas, havendo ainda jardim e horta.

Sobre a fundadora e mantenedora da Campanha, Professora de concurso (2) há farta bibliografia em jornais e revistas do país e do exterior e goza de muito prestígio entre as populações a que ela serve. "É muito ótima..." Para ela "não tem serra, nem mata, nem baixa" foram expressões que ouvimos a seu respeito.

Ultimamente a C.A.A.S.C.I. vem apresentado diminuição de trabalho: tendo chegado a manter 48 cursos supletivos este número foi reduzido no corrente ano a 26. Isto se explica 1.^o) pela dificuldade de recebimento de verbas federais, estaduais e municipais que sustentam a Campanha de ocorrência da conjuntura geral, e 2.^o) pela campanha que os políticos locais fazem à obra, que eles consideram impermeável a seus desejos de incluí-la em sua esfera de influência.

Por outro lado, conquanto nossos informantes tenham sempre se referido elogiosamente à Campanha, algumas restrições sempre são feitas à mesma de ordem geral "em vez de educar adultos devia educar crianças..." ou particular "a Zilma é muito exclusivista" ou "O povo acha que ela é egoísta, quer fazer tudo sozinha..."

(1) Bernardino Monteiro foi político, tendo chegado à presidência do Estado. Graça Guardia e Quintiliano de Azevedo foram professores primários.

(2) Professora de concurso — professora não formada, admitida pelo Estado, mediante concurso.

d) o ensino secundário

Data de 1922 a criação do primeiro estabelecimento de ensino secundário na cidade, ainda hoje em funcionamento. Em 1928, no entanto, a despeito da criação de mais outro ginásio, o número de matriculados neste grau de ensino chegou apenas a 67 alunos (3). Na década de 30 criou-se mais um estabelecimento de ensino secundário, e, em 1945 o quarto colégio que funciona atualmente.

Um dos estabelecimentos é mantido pelo Estado e possui turno no turno, dois por congregações religiosas — uma católica e outra presbiteriana — e outro por leigos muito ligados ao catolicismo local o qual também funciona à noite. Os dois maiores estabelecimentos disputam entre si o galardão de melhor estabelecimento de ensino da cidade.

A situação nos três últimos anos, no ensino secundário, nos mostra que, conquanto o chamado *ginásio* seja o curso preferido, o qual é mantido pelos quatro estabelecimentos que se dedicam ao curso secundário, os demais cursos deste nível vêm crescendo de popularidade a cada ano que passa.

Por outro lado, três dos quatro estabelecimentos têm planejado novos edifícios, sendo que, recentemente, o Colégio oficial inaugurou sua moderna piscina, novo ponto de atração para a cidade, que é a única do Estado, inclusive a Capital, dotada de tal melhoramento.

Outro fenômeno que se observa é que, nada obstante o ensino do Colégio oficial ser, por força de lei estadual, gratuito, em dois turnos, matutino e noturno, talvez o maior rigor que se observa, ao menos no exame de ingresso, nas provas desse estabelecimento leva muitos alunos pobres a frequentar os outros ginásios e colégios.

Há falta de professores secundários. Os colégios mantêm 11, 10, 45 e 32 professores, respectivamente, alguns dos quais recém-egressos de seus próprios cursos.

As atividades extra-curriculares se dá considerável atenção. É motivo de propaganda a conquista de títulos nas Olimpíadas que o Estado realiza periodicamente. Os Colégios possuem bibliotecas, grêmios, jornais escolares, discotecas, sendo que um dos estabelecimentos mantém um atelier de costura e uma escola de marcenaria, e outro possui escola de datilógrafos e um Clube de Correspondência Internacional, ligado à Casa do Estudante do Brasil, que une seus alunos a estudantes secundários de todo o mundo, exceto além da cortina de Ferro.

A inspeção federal ao ensino secundário é feita por intermédio de dois inspetores, um dos quais tem sua residência num município vizinho.

e) ensino superior

Não possui a cidade estabelecimento de ensino superior, porém desde 1952 esboça-se movimento para dotá-la de uma faculdade (4) possivelmente de direito. A idéia se desenvolve tendo sido levantados fundos no montante de 500 mil cruzeiros; a Divisão de Ensino Superior do M.E.C. exigiu que a Sociedade Mantenedora possuísse fundos de pelo menos um milhão de cruzeiros, salvo se esta fôsse a Prefeitura Municipal. Em vista disto transita na Câmara Municipal projeto que visa a criação da Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim.

(3) Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro: p. 219

(4) Cf. Deusdedit Baptista, "O Ensino em Cachoeiro", in Um Município em revista, edição de 1952, pag. 71.

No século passado, dependendo da situação econômica, os cursos superiores eram feitos, assim como os preparatórios, no Colégio Caraça e em Ouro Preto, M.G., na Capital Federal ou em S. Paulo.

Atualmente as preferências se dirigem aos cursos de direito ou odontologia em Vitória, e Medicina, no Rio de Janeiro. Alguns buscam cursos de engenharia inclusive no Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos, S.P., ou fazem concursos para o Banco do Brasil ou Dasp, abandonando os estudos.

Os pais ainda fazem restrições a que suas filhas estudem fora da cidade, o que as leva ao abandono de estudos, no nível médio. As poucas que conseguem quebrar a praxe fazem os mais variados cursos, especialmente os da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória.

Um informante falando a respeito dos estudantes que “não podem” isto é que tendo terminado o curso secundário estão economicamente impedidos de fazer novo curso e que aguardam emprego compatível com seu grau de instrução, assim se referiu: “Há muitos rapazes desempregados, que vivem às custas dos pais. Como eles ficam quase o dia todo sentados nos bancos da Praça Jerônimo Monteiro, diz-se que eles são “contadores” dos paralelepípedos das ruas. “engenheiros” por medir a rua com os passos e “bancários”, do banco do Jardim.”

f) *outras agências de ensino*

Diversas outras instituições fornecem, na cidade, ensino variado e contribuem para a instrução geral.

Entre estas podemos fazer menção ao “Instituto Rio Branco” que ministra curso chamado do Art. 91, isto é curso que habilita seus alunos, maiores de 18 anos, a prestarem exames parcelados do curso ginasial, na forma da lei orgânica do ensino secundário.

O ensino de corte e costura (ver produção) é dado pelos cursos da Escola “José Batista” do Centro Operário de Proteção Mútua, da Campanha de Alfabetização e Assistência Social e do Serviço Social da Indústria (Sesi), além de professoras particulares que ministram também aulas de bordados.

O Sesi além dêste curso a cargo da Escola de Formação Doméstica “Morvan Dias de Figueiredo”, dá-os também de trabalhos manuais, alimentação, higiene e puericultura e enfermagem, além de manter 3 clubes de pequenas donas de casas, 1 de noiva, 7 de donas de casa e 1 de gestantes, através dos quais ministra instrução a seus membros.

O cachoeirense têm, além disto, a sua disposição cursos de datilografia, telegrafia (pela qual o interesse surgiu recentemente em virtude dos elevados vencimentos atualmente pagos pelos Telégrafos), carpintaria ou ginásticas para senhoras.

O ensino musical está a cargo de um Conservatório Musical, da filial de uma Academia carioca de acordeon e das duas bandas de música da cidade uma das quais formou quatro músicos hoje numa corporação do Exército Nacional (ver recreação). A estação de rádio, pelo menos através do programa infantil dominical, dá oportunidade às crianças a que desenvolvam suas aptidões para o canto.

O Aero.Clube, cujo funcionamento se iniciou em 1941, tendo suas atividades amortecidas em 1944 e reiniciadas em 1950, conta com 3 aparelhos de treinamento e uma pista de 1.100 ms., atraindo a atenção dos jovens da cidade. Ainda recentemente planejou ele, com apoio de firma citadina, um “raid” a Recife, Pernambuco. O Tiro de Guerra 220, criado pela portaria ministerial n.º 9.445 de 4 de julho de 1946, fornece instrução

militar, já tendo formado 901 reservistas de 2.^a categoria.

A tropa escoteira da cidade, fundada em 1942, conta atualmente com 3 patrulhas e um grupo de 8 lobinhos; suas reuniões são às 3.^{as} e 6.^{as} feiras, às 19 horas e seus acampamentos se realizam frequentemente na praia de Marataizes. A sede é no Morro de Santo Antônio, porém 35 rapazes de todos os bairros, especialmente do Aquidabã, acorrem a ela. Os escoteiros, cujo desenvolvimento se deve, em grande parte, a um Chefe já falecido, hoje substituído por seu filho, dependem muito para sua sobrevivência da boa vontade da população, pois que sua subvenção municipal é de apenas Cr\$ 300.00 (tresentos cruzeiros) mensais.

O ensino religioso é dado através das Igrejas locais, especialmente por intermédio das aulas de catecismo e escolas dominicais. Um dos Centros Espíritas além desta, mantém um curso de esperanto.

Duas associações estudantis — a Casa do Estudante e a Academia Estudantil Cachoeirense — através de conferências, concursos de oratória, clubes de debates, festividades cívicas, exposições e recitais, em grande número, (menor, porém, que o de reuniões dançantes), auxiliam subsidiariamente as organizações que se dedicam, em Cachoeiro, ao ensino.

As bibliotecas locais — conseguimos relacionar pelo menos 10 bibliotecas semi-públicas (5) conquanto apenas 3 arroladas pela Agência de Estatística — contam com acervo superior a 10.000 volumes. Porém é muito pequena a frequência. Os livros da Biblioteca Municipal estão guardados em uma das salas do Edifício da Câmara e enquanto não se encontra sede para ela (A Casa do Estudante propôs-se a abrigá-la) está sem funcionar. Idêntica é a situação da Biblioteca da C.A.A.S. A Biblioteca da Loja Maçônica “Fraternidade e Luz”, herdeira em 1908 da biblioteca “Grêmio Cachoeirense”, fundada em 1883, contando com aproximadamente 5.000 volumes, e abrindo seu salão de leitura diariamente das 19 às 21 horas, contou, em média, no corrente ano, com apenas um leitor por dia. Objetando-se que tal desisteresse decorria do horário de funcionamento, a biblioteca abriu, em determinado período, experimentalmente de 11 às 16 horas, no entanto, “com resultado negativo”, conforme nos informou o bibliotecário. Neste sentido, mais eficiente é a do Centro Espírita “Jerônimo Ribeiro”, pois contando com pequeno acervo de 210 volumes especializados em doutrina espírita, atendeu, entre 1.^o de janeiro e 23 de julho de 1956 a 101 pedidos domiciliares. Assim sendo, levando-se em conta as pequenas bibliotecas particulares, pode perguntar-se: o que lê o cachoeirense?

Em geral, revistas, jornais, estes chegados no mesmo dia do Rio de Janeiro, exceto aos domingos. O matutino que detinha a maior venda era “O Jornal” dos “Diários Associados”, seguido pelo “Diário da Noite” da mesma cadeia jornalística, principalmente às segundas feiras, em virtude de suas reportagens desportivas, e pelo “Correio da Manhã” e “Diário de Notícias”. Os jornais locais “Correio do Sul” e “O Arauto” vendem sua pequena tiragem integralmente. Entre as quase 200 revistas que o distribuidor local recebe, as de maior vendagem são “Querida”, “Radiolândia”, “Revista do Rádio”, “O Cruzeiro” e “Manchete”, todas do Rio de Janeiro, além das de histórias em quadrinhos, entre as quais não há uma que goze da preferência geral.

Na maior das 3 livrarias locais o proprietário informa que nos últimos meses os livros de maior venda foram as traduções brasileiras de obras

(5) São elas: a Biblioteca Municipal, e da Maçonaria, a da Casa do Estudante, a do Centro Espírita Jerônimo Ribeiro, a Cel. Athayde, do Centro Operário de Proteção Mútua, a da Campanha de Alfabetização e Assistência Social, e 4 em cada colégio secundário da cidade.

de Will Durand, *Manto Sagrado* de Lloyd Douglas, *O velho e o mar* de Hemingway, *O que sabe você sobre petróleo* de Gondim da Fonseca e *Petróleo para o Brasil* de Juarez Távora. Os livros técnicos mandados pelas editoras sobre eletricidade, rádio, mecânica, especialmente automóveis são todos vendidos. O mesmo ocorre com a literatura de cordel (6), vinda, quase toda, do Estado da Bahia. O livreiro malogrou em sua tentativa de vender livros em idiomas estrangeiros, para os quais o público é diminuto.

g) Observações finais

Na cidade são boas as oportunidades de ensino primário e secundário. De acordo com o recenseamento de 1950 cerca de 70% dos moradores da cidade de 5 anos e mais sabiam ler e escrever, índice que para o município era de menos de 50%.

Os prédios escolares, embora de construção antiga, satisfazem aos requisitos pedagógicos de ventilação e iluminação e circulação. Paradoxalmente o prédio mais novo de curso secundário é o que oferece as piores condições, porém, consciente disto, seu diretor planeja novas construções capazes de sanar estas falhas.

O pessoal docente ainda não basta para todas as necessidades das cidades. Algumas professoras primárias descumprem seus deveres porém outras e, em maior número, são exemplos de abnegação (7). Os professores secundários são autodidatas, porém esforçam-se por dar à cidade um ensino médio de elevado nível.

A atitude geral para com a instrução é de sua necessidade. Lamenta-se não haver uma escola de ofícios na cidade, esperando-se que o Sesi crie escola técnica que supra esta falta.

Valorizam-se as festas de formatura e recebimentos de diplomas. Disto se valeu o Núcleo Regional do Sesi para ganhar a estima de seus assistidos. Um informante declarando-se analfabeto, acrescentou que "sua filha tinha diploma de corte e costura..."

Talvez a criação da Faculdade de Direito não seja o meio mais indicado de elevação do nível cultural da cidade. Todavia é tal escola que os cachoeirenses desejam e ela certamente será criada.

(6) Além das clássicas histórias de Lampeão, conseguimos um exemplar de *Invasão*, narrativa dos acontecimentos na zona contestada Norte Espírito-santense, episódio de 1948, pelo escritor João Alves Filho, primeiro trabalho em verso, ao que sabemos, que se reporta ao assunto. Havia também, à venda, "estórias" de Getúlio Vargas, da Cruz de Ana e do Arranca Mundo.

(7) Um exemplo negativo e um positivo ambos no meio rural: Uma professora de ensino supletivo noturno, tendo deixado de dar aulas por um semestre, contratou, no dia do exame, meninos do curso diurno para que fizessem provas em lugar de seus alunos. em outro polo, temos a Professora Alayde Machado, natural do município de Guaçuí, de onde veio para Cachoeiro aos 13 anos. É aleijada das pernas, "imperfeita" como ela diz. Aos 16 anos começou a dar aulas particulares no Bairro do Aquidabã, onde mora, o que fez por 10 anos. Há sete anos, como professora municipal trabalha para a C.A.A.S.C.I. Lecionou 3 anos em Salgadinho, perto de Cobiça e agora está fazendo quatro anos na Escola de Córrego Couro Dantas que ajudou a construir, no alto de uma serra, aonde professoras válidas não querem ir, nem como substitutas por breves períodos. Havia velhas que não conheciam quadro negro e outras que nunca haviam visto uma bandeira, a quem teve de explicar a significação das cores da Bandeira Nacional. Uma descendente de italianos queria que suas filhas, que nunca estiveram em escolas, com 15 dias de aulas escrevessem cartas. Atualmente a frequência diurna é de 50 a 55 alunos, numa matrícula de 60, e a noturna é de 28 a 32 para 35 matriculados. Os alunos não querem mais ir à aula aos sábados, e a frequência "fracassa" entre maio e junho, devido à colheita de café em que moços e velhos estão ocupados. A professora Machado está no 3.º ano básico noturno e pretende ser transferida para a cidade, a fim de concluir os seus estudos.

Enfim, no que diz respeito a ensino, como em quase tudo o mais Cachoeiro de Itapemirim goza de privilegiada situação, comparando-a com as demais cidades do Estado.

6. RECREAÇÃO

A pergunta — que diversões existem em Cachoeiro? os entrevistados geralmente respondem: nenhuma. Alguns rapazes responderam: Cinema e namôro. Mas as respostas não coincidem com a realidade.

Cachoeiro de Itapemirim é centro recreativo para os habitantes da grande área que abrange cidades vizinhas, do sul do Espírito Santo.

a) *Recreação não comercial*

Pela manhã as crianças ficam às portas de suas casas, em todos os bairros, e se entretêm com os mais variados brinquedos infantis. Anotamos os seguintes: jogos de bolas de vidro, piões, de bola, soltar raíais, uso de setas (atiradeiras) para meninos, amarelinhas, pernas de pau, carrinhos de mão, pular corda, picolé para ambos os sexos. Os meninos, em bandos de 5 ou 6 divertem-se a passear, especialmente pela Ilha da Luz, alguns com chicotinhos à mão. E, é sobretudo o rio, com suas pedras à vista, que fornece aos meninos lugar para banhos, passeios de barco e pescarias com varas, não importando qual o dia da semana ou a hora do dia com exceção das de escola, ou dos meninos que trabalham, como engraxates, carregadores de malas, ou auxiliando seus pais, os quais têm assim diminuídas suas horas de lazer.

Já os rapazes, mocinhas e senhores se divertem em jogos de damas e ping-pong, dominó, grupos de conversas, reunidos à Praça Jerônimo Monteiro; os dias de mais movimento neste logradouro são sábados, domingos e feriados. As praxes adotadas neste "footing" refletem o grupo de status a que pertence a pessoa (vide Notas sobre precedência), o mesmo ocorrendo com o namôro (vide família).

Entre outubro e fevereiro é generalizado o veraneio na "Praia" (Marataizes, no vizinho município de Itapemirim) e menos frequentemente em Iriri, no município de Anchieta, ou Guarapari, sede do município do mesmo nome. Os que podem, disse um informante, passam todo o período. Os que não podem vão aos sábados, de trem, ônibus ou caminhões. Esta debandada se reflete na vida geral da cidade: aumento de crimes contra a propriedade, diminuição da matança de animais, amenização do trabalho forense.

Música — É grande o interesse do cachoeirense pela música. Saber tocar piano, e mais recentemente acordeon, faz parte da educação das moças. Cantar em casa ou no trabalho é frequente. Uma escriturária de escola surpreendida pelo pesquisador a cantar, disse-lhe: "Eu estava cantando "Mulher"...". O Sr. Conhece? Aos sábados pudemos ver seresteiros, cantando ao som de violões.

Há duas Bandas de Música que ensaiam às noites de 4.^{as} e 6.^a feiras: A "Lira de Ouro", fundada em 1916 que conta com 20 figuras que tocam os seguintes instrumentos: 4 pistons, 4 clarinetas, 1 bombardino, 1 baritono, 2 saxofones, 1 sax tenor, tuba ou caixa, 1 trompa, 1 requinta, 1 bombo, 1 tambor, 1 caixa e 1 prato; e a Banda 26 de Julho de fundação mais recente, em 1931, composta de 22 figuras, executando suas músicas com 4 pistons, 3 clarinetas, 3 trombones, 1 sax mi bemol, 3 sax alto, 2 baixos ou tubas, 1 baritono e 1 bateria completa (bombo, prato, tarol, tambor e triângulo). O ponto alto da banda, acham seus músicos, "é um garoto, filho do baixista

que é a atração no triângulo'. Ambas as bandas vivendo às expensas de alguns sócios e pequenas subvenções municipais, lutam com dificuldades. A "Lira de Ouro" possui sede própria no Morro de São João que precisa ser reformada; a 26 de Julho é sediada na Basiléia. Na última "festa de Cachoeiro" as bandas não se apresentaram por dificuldades financeiras, para compra de instrumental e uniformes. Parece que a vinda da Banda dos Fusileiros Navais e a pequena verba proposta para as bandas locais causaram certos ressentimentos entre as mesmas. Ultimamente a Cia. de Cimento Barbará está, ao que se diz, planejando formar Banda de Música entre seus empregados.

A radiofusão também encontra receptividade em Cachoeiro. Havia em 1955 — 1.648 aparelhos radio-receptores registrados no município, quando um encarregado de registro tenha calculado em aproximadamente 3.000 o número de rádios, só na cidade, dizendo: "alguns não pagaram. O Sr. sabe... Gente daqui mesmo..." demonstrando a tolerância na cobrança. As estações mais ouvidas são, provavelmente, a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, especialmente nos programas desportivos e aos domingos, à tarde, e a estação local. Esta é a ZYL-9, na frequência de 1.210 quilociclos; contava em 1954 com 2.215 discos, funcionando cerca de 6.000 horas anuais, das 7 às 22 horas. Além dos programas de discos, que preenchem a maior parte dos horários de irradiação, transmite ela 2 jornais falados; 2 noticiosos desportivos; notícias sociais e de hora em hora; um programa de achados e perdidos, que traz à estação grande número de chaves, óculos, documentos e carteiras; entrevistas, crônica diária de Rubem Braga, 2 programas semanais de auditório além de diversos programas religiosos de Batistas, Metodistas e a Ave Maria católica.

Dançar — "brincadeiras" em casas de família, por motivo de aniversários, batizados e casamentos e na Casa do Estudante às tardes de domingos — ou bailes, aos sábados e domingos em clubes é divertimento predileto. É interessante notar que entre as festas folclóricas a que se manteve foi justamente uma dança — o jongo ou caxambu — (2). Entre os clubes que dão bailes também se reflete a precedência: o Caçadores Carnavalescos Clube, fundado em 1900, congrega os grupos de status mais elevado, em que se incluem as famílias consideradas de "sociedade" ou os rapazes que não pertencendo a nenhuma destas famílias "tenham vida pregressa conhecida, não dêem margem a comentários desairosos, e paguem as mensalidades." O Atlético Clube Ita reunindo pessoas do subsequente grupo de status teve suas atividades sociais interrompidas por recente despejo judicial (3) pretendendo sua diretoria construir agora sede própria. O Leopoldina Futebol Clube, em sua maioria de ferroviários, é cognominado "briga de porco". O Cruzador Brasileiro" do lado norte, considerado clube de gente de cor é chamado de "cruza faca".

Os desportos a que os jornais e a estação de rádio dão ampla publicidade, são dirigidos pela Liga Desportiva de Cachoeiro de Itapemirim. Para a prática do futebol esta divide os clubes em 2 divisões, na primeira das quais há campeonato com 12 clubes disputantes 3 de Castelo e 1 de Muqui, municípios vizinhos, além de 5 clubes na 2.^a divisão. Há 5 campos de futebol sendo que atualmente o Estréla Futebol Clube está construindo o primeiro estádio da cidade, com capacidade para 11.000 assistentes em arquibancadas e 900 em cadeiras. Além do campo de futebol pretendem os diri-

(2) Vide, a seguir, festas populares em Cachoeiro.

(3) O A.C. Ita e o Caçadores Carnavalescos Clubes planejam construir amplos edifícios para suas sedes.

gentes do clube construir pistas de corridas, caixas de saltos, quadras de basquete e volei, e edifício com local para levantamento de pesos, 3 vestiários, gabinete médico, secretaria, bar e mictório público. A obra está orçada em Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), um milhão e duzentos mil dos quais já aplicados, mercê da venda de 280 ações de sócios proprietários e de contribuições do comércio local.

Recentemente vem funcionando um novo campeonato de futebol o da Liga Amadorista de Cachoeiro de Itapemirim que, através de sua divisão extra, reúne 9 clubes de amadores recrutados segundo sua profissão: Contadores, Laticínios, Palestra, o time da imprensa, Expressinho — empregados da Leopoldina e Deslandes — bancários que trabalham nesta rua.

Entre os clubes de futebol os mais famosos são o Cachoeiro F. C. — o dos cartolas, fundado em 1916 — e o Estrêla do Norte F.C. — o mais popular. O Leopoldina F.C., com a melhoria do padrão de vida de seus associados, os ferroviários, vem melhorando sua posição entre os grandes clubes, bem como o E.C. Barbará, agora fortemente apoiado pela direção da empresa industrial que lhe dá o nome. Além destes o Olímpico Associação Atlética, o Atlético Club Ita, o Grêmio Santo Antônio, o Aquidabam F.C. são os principais grêmios futebolísticos da cidade, a que geralmente se associa o nome de uma personalidade local. Em jogo comum de futebol os assistentes não ultrapassam a casa dos mil — em geral são de 800 a 1.000, número que se eleva a quase dez mil, por exemplo, em uma partida decisiva entre o Cachoeiro e o Estrêla, tradicionais rivais, ou entre um clube local e categorizado time de fora.

O basquete e o volei são praticados na cidade, em menor escala. Há quadra particular de tênis, pouco usada. O atletismo é praticado em geral como complemento à educação física nas escolas secundárias ou no Tiro de Guerra local, porém a inexistência de pistas próprias dificulta o seu desenvolvimento. O outrora florescente Iole Clube teve suas atividades paralisadas quase, em virtude da seca do rio, que impede o treinamento de remadores. Acredita-se que a inauguração recente da piscina venha incrementar o exercício da natação.

A caça e a pesca amadorísticas já tiveram grandes dias na cidade. Quando as matas ainda não haviam sido devastadas era grande o número de caçadores. Isto pode ser verificado pelo fato de o mais antigo clube social chamar-se Caçadores, bem como pela existência de uma indústria de pios de caça (ver produção) iniciada por amador, para satisfazer a pedidos de amigos. Em 1928 este fabricante informava a Domingos Ubaldo (op. cit., pp. 47-48) a existência, nas matas do município, de antas e tapir, veado mateiro, onças, gatos e cachorros do mato, tatus, preguiça, lagartos, jacarés e cobras de várias espécies, os quais hoje são raramente ou nunca encontrados. Alguns caçadores locais (entre 6 e 10) acampam, frequentemente, nos meses de agosto e setembro, em Nanuque, nas matas do Rio Doce, ao norte do Estado, para realizarem seu "hobby" predileto. A pesca no rio, dentro do perímetro urbano, ainda é muito praticada, especialmente por meninos. Dos adultos, os que podem, estão pescando em barcos próprios, no oceano, em Marataizes. O mesmo Domingos Ubaldo (op. cit., pp 48-50) dá-nos a relação dos peixes existentes no rio em 1928, que transcrevemos no tópico sobre produção.

b) *Recreação comercializada*

Neste tópico podemos examinar o cinema e circos, jogos com apostas e a existência de estabelecimentos substandard que fornecem diversão.

1. Cinema e circos

Há na cidade 3 cinemas, um dos quais dotado de todos os modernos requisitos, exceto ar refrigerado. Dois novos cinemas estão em construção. o que elevará o número destas casas de espetáculos a quatro, tendo em vista que um dos novos cinemas virá substituir um velho que tão logo aquêle seja aberto ao público será fechado. A popularidade do cinema se reflete no fato de que, em todo o município, em 1954, 424.619 espectadores compareceram a 1.519 sessões cinematográficas, enquanto, no mesmo ano, só houve dois espetáculos teatrais. As sessões contínuas de recente introdução, não têm tido êxito esperado, razão por que 2 dos cinemas que as davam três vêzes por semana, suprimiram as das quintas feiras, ao passo que o outro dá duas sessões às quintas e sábados e sessões contínuas a partir de 14 horas aos domingos.

A cidade é frequentemente visitada por circos (entre os quais os mais populares são os que apresentam "picadeiro e palco", ou somente palco, refletindo o gôsto popular pelas representações teatrais pouco comuns) e artistas itinerantes, de certa projeção ou não, que se exibem nos cinemas locais, em sessões mistas, isto é, números de palco, precedidos ou antecidos por projeção de filmes.

2. Jogos com apostas

Há no centro da cidade 2 salões vizinhos e com escada comum de acesso, de bilhares (francês e "sinucas"), dois jogos de futebol de mesa ou jogo de bonecos, frequentados por menores, e nos seus extremos cinco pistas de jogo de bolas, bolim ou jogo italiano de que se realizam campeonatos com apostas.

Parques de diversão, mais ou menos permanentes, com rodas gigantes e barquinhas encobrem a prática de jogos de dados, tiros ao alvo e outros a dinheiro, a que, periodicamente, as autoridades policiais fazem repressão, na forma da lei, decorrente de acontecimentos extraordinários (um crime de morte em um dos parques, a chegada de um novo Juiz de Direito) porém logo relaxada.

Jogos de baralho, do tipo "poquer" são realizados em lugares conhecidos dos "habitués" tôdas as noites, e aos sábados pela tarde e durante todo o domingo. O jogo de víspera, conhecido como bingo, é realizado algumas vêzes por um clube local.

As apostas que se fazem sobre animais se referem a brigas de canários, galos, e mais recentemente, corridas de cavalos em pista reta.

As brigas de canários se realizam na rinha de briga de galo, aos domingos, entre 7 e 9 da manhã. Quando há canários de fora o interesse é maior caso em que as apostas têm o "topo" isto é a saída ou parada inicial de dois mil cruzeiros, chegando até a 10 mil cruzeiros. Cada briga demora em Cachoeiro, até 20 minutos, embora se tenha notícia de canários que, em meios canariocultores mais adiantados, lutam até 40 minutos. Um bom canário de briga custa entre mil e dez mil cruzeiros.

A "Sociedade Avícola de Cachoeiro de Itapemirim" é proprietária da rinha para brigas de galo. É um prédio ao lado da Cooperativa de Laticínios, no bairro do Guandu, com dois "tambores" de lona e couro vermelho para as brigas, local para juizes e "encostadores" isto é donos dos galos que estão a brigar, bancos para apostadores e anfiteatro, em que se refugiam os menores, proibidos de permanecerem na parte térrea. As brigas são realizadas aos domingos desde 9 horas até à noite; às 5.^{as} feiras e 6.^{as} feiras há brigas noturnas. As apostas chegam até 20 contos. As brigas, podendo

terminar em dois minutos, duram em geral de meia hora até hora e meia. Os "galistas", isto é criadores de galos, entre os quais se encontram figuras importantes na cidade, inclusive autoridades, estimam o valor de um galo entre 2 e 3 mil cruzeiros.

A saída da cidade em Vila Rica, em junho último, por ocasião das festas do "Dia de Cachoeiro" inaugurou-se uma pista reta para corridas de cavalos, com 440 metros de comprimento. As corridas são realizadas aos domingos à tarde, utilizando, em geral, como jockeys, crianças. As apostas variam, sabendo-se que a máxima aposta individual foi de 30 mil cruzeiros, e coletiva, isto é sustentada por mais de um apostador, de 45 mil cruzeiros. Há 3 cavalos mestiços e 1 égua reputados bons, cujo valor não conseguimos apurar.

A Loteria Federal, à época da pesquisa, não estava funcionando. Nos últimos 10 anos foram sorteados na cidade prêmios maiores num total estimado em 15 milhões de cruzeiros. Os distribuidores locais recebem 100 bilhetes por extração, dos quais 40 em média, são vendidos na cidade e os restantes redistribuídos por todo o sul do Estado. Na falta da Loteria Federal vendem idêntica quantidade de bilhetes da similar do Estado do Rio, cuja circulação fora dêste é proibida porém tolerada. Do chamado jogo do bicho, cuja existência é confirmada em sucessivos relatórios do Delegado de Polícia, há três bancas na cidade, uma das quais diz-se ser de elemento local que ocupa elevadas funções na administração estadual. Estas, em estando funcionando a Loteria Federal, têm um movimento diário de apostas de 50 a 65 mil cruzeiros, sofrendo "uma quebra de aproximadamente 50% com a suspensão da federal". Há rifas ou "ação entre amigos", inclusive realizadas por autoridades eclesiásticas, em benefício do santuário de Nossa Senhora da Consolação, cuja extração se faz "pela cumbuca", isto é tirando-se os números de uma sacola adrede preparada.

3. Estabelecimentos recreativos "sub-standard"

Como vimos, ao examinar as bases ecológicas da cidade, a "zona" ou área local de prostituição estava localizada na Basileá. Segregada dali, espalhou-se Coronel Borges e Baíminas e Ilha da Luz e pelo Morro do Aquidabam na periferia da cidade, havendo, atualmente, cerca de 9 casas dêste tipo que funcionam diariamente. Nestas há venda de bebidas e frios e danças com eletrola. Uma das casas possui uma grande pista de danças, sendo classificada por um informante como "tipo cabaré". Também no Aquidabam há, aos sábados, domingos e feriados um baile pago, comumente chamado de "pavui". O mesmo informante relata: "Lá só não vale xingar a mãe"... As vezes saem facadas. Só é frequentado por perdidas. "E explica que "perdidas" são meretrizes ou amasiadas.

c) festas populares

Centro de área rural, as festas folclóricas em Cachoeiro refletiam a vida do campo. Com a urbanização estas festas foram abandonando a cidade. Mantiveram-se até 1939 o "boi pintadinho" e até nossos dias o jongo ou caxambu.

O "boi pintadinho", no começo dêste século, saía às ruas nas grandes datas da cidade. Sua última representação se fez em Junho de 1939 (4).

(4) O resumo que se segue foi baseado na notícia redigida por Newton Braga, sob o título "Vamos ver um 'boi pintadinho'", in *Correio do Sul*, edição de 10-6-1939. A propósito desta festa, no Espírito Santo, vide também Guilherme Santos Neves, "Um reis de boi em Conceição da Barra", in *Folclore*, Ano II, n.º 10, p. 8, — e "O 'Reis-de-boi' Capixaba" — in "A Gazeta", 6-1-57.

É festa afro-brasileira e cristã do ciclo natalino cujo “mestre” representa o senhor branco e, em que aparecem o “boi janeiro”, propriedade de Pai João e Mãe Maria, também figuras, com a mulinha. O acompanhamento era feito por 12 a 14 moças vestidas da mesma côr, e 12 a 14 homens com calças brancas e blusas côr de rosa, empunhando cacetes e chocalhos. Havia ainda 3 ou 4 fiscais e 2 garotinhas, representando as borboletas.

O auto começa com o Bemdito.

“Bemdito e louvado seja
O menino Deus a nascer
Este nome de Maria
Que neste mundo aparecer.”

Entram as borboletas. O côro canta:

“Borboleta bonitinha
Saia fora do lugar
Venha adorar Deus Menino
Hoje é noite de Natal.

As borboletas respondem:

“Hoje é noite de Natal
Hoje viemos louvar
Quero que me dão licença
Prás borboletas brincar.”

É a vez de Pai João perguntar:

“Por aqui quem me dá novas
De um amor que já foi meu?

As borboletas dizem_lhe

“Arretira, Papai Velho
Arretira para lá.
Eu sou menina criança
Com velho não quero casar.”

A seguir começa a marujada:

“O mar é volante, a brisa é amorosa
E o céu é azul;
Soltando a vela da barca
Procuro o país do Sul.”

Depois o jôgo de paus:

“Lá vem o vapor a vela
Com todo o vento a popar
Aguenta, marujo, aguenta
Lá é vem o temporal.”

E, prossegue

"Canarinho amarelinho
Fazei-me êste favor
Levai-me esta carta
Na porta do meu amor
Se encontrares conversando
Com outra mais divertida
Pega lá e tome a carta
O segredo fica contigo".

A representação chega ao auge. Ao apito do mestre, entra o Boi ao som do canto

"Lá vem, lá vem, meu boizinho jaraguá
Ele brinca, êle salta, êle sabe brincar."

Há danças à porta das casas; Pai João pede licença "pra nosso boi vadiar." Em determinado momento o boi morre. Pai João e Mãe Maria cantam

"Meu boi morreu
Com dô na mão
Agora mi deu
Dô no coração."

O boi não levanta. Pai João pede ao Mestre que cante:

"Meu boi morreu
Que será de mim.
Em cima daquele morro
Tem um boi dadô
Embaixo tem terreiro
Adonde meu boi vadiou."

O boi se levanta e todos cantam:

"Ora brinca meu boi
Meu boi é bonito, é boi
Meu boi aracá, é boi."

A geral alegria não impede que o boi de novo se deite. Mãe Maria propõe vender o boi ao Mestre por "um tostão". Pai João discorda. Acabam vendendo por "dé réis". Pai João e Mãe Maria a pedido do Mestre, dançam uma "chula". Para que o boi se levante todos cantam

"Alevanta, meu boi, alevanta,
E vamos partir,
Despede de nosso povo
E vamos seguir."

O boi se levanta e entoa-se o canto da retirada:

"Ai que dô, ai que dô no coração
Deixar o povo, deixar o povo
E nós ir para o sertão
Retirada, adeus, que eu vou dar,
Retirada, até para o ano.
Até a noite de Natal."

Porém a representação dramática perdera sua função. Não voltou no Natal seguinte. Mesmo em 1939 uma leitora do jornal — *Correio do Sul* que se assinava Solange, em demonstração de preconceito, verberava a “antiquada e suja apresentação do “Boi Pintadinho”, idéia que acha “infeliz e lamentável”, pois se trata de “palhaçada retrógrada, que depõe contra nossos foros de cidade civilizada” (o grifo é meu). (5)

O jongo, ou caxambu (6) ou simplesmente “o tambor” ainda é dançado, nos meses frios, que coincidem com a colheita da cana, na zona rural, em certos bairros da cidade, por homens e mulheres, principalmente pretos, aquecidos por fogueira. Sua realização depende de licença que a Polícia fornece mediante pagamento. A dança é praticada em todo o vale e no município de Guaçuí, por onde penetrou, via Minas Gerais, com o café, do Vale do Paraíba, de acordo com o roteiro traçado por Alceu Maynard Araujo.

No sábado, 14 de julho de 1956, no Bairro do Guandu, próximo à pista do jogo de bolas, a partir das 20 horas, tivemos ocasião de assistir a um jongo.

O mestre jongueiro era Zacarias Emiliano da Silva, de 77 anos, trabalhador braçal municipal, sertanejo de Nova Cruz no Rio Grande do Norte, há 42 anos em Cachoeiro, onde aprendeu a jogar. Os participantes são chamados de jongueiros, e menos frequentemente de caxambuzeiros. Todos têm direito de tirar “pontos”, versos improvisados. Para isto põem-se as mãos nos dois tambores (“tambu” e o menor “candongueiro”) interrompendo a música. Porém, poucos fazem isto, temendo insucesso ao tirar o novo “ponto”.

A chegada do “Mestre” que se deu às 21 horas, era ansiosamente esperada. Dêle se irradiava o carisma que iria movimentar a brincadeira. A assistência a princípio diminuta e quase que só composta de crianças chegou a 50 pessoas pelas 22 horas. A festa se prolongou até de madrugada.

Os “pontos” cantados dizem respeito, em geral, à vida no campo, aos transportes, a santos da Igreja, às relações com as autoridades, entremeados com sucessos locais e palavras de origem africana. (7)

O Carnaval na cidade quase se restringe aos bailes. Como vimos, na época de sua realização, grande parte da população se refugia do calor em Marataizes, cujo Carnaval é, por assim dizer, complemento do Cachoeirense. Do Carnaval de rua os mais famosos “blocos” são os do Municipal, o do Cruzador e a Babiana. Esta, dirigida pelo citado Mestre jongueiro Zacarias, saía à rua com grandes bonecos, “que nem os do Carnaval de Nice” segundo um informante cantando:

“Chegou, chegou, chegou
Chegou quem nós queria
Chegou a Babiana
Fazendo parte da folia.”

(5) *Correio do Sul*, edição de 21-6-39 em colaboração com Manuel Antônio Franceschini.

(6) A propósito de jongo veja-se Alceu Maynard Araujo — “Jongo” in *Danças e ritos populares de Taubaté*, São Paulo, 1948, p. 26 “O jongo de São Luiz do Paraitinga” in *Fundamentos*, n.º 1 São Paulo, junho de 1948, pp. 44 — 50, “Jongo” in *Revista do Arquivo*, n.º CXXXVIII, São Paulo, 1949, pp. 45-54, e Renato José Costa Pacheco, “Jongos e caxambus no Guaçuí,” in *Páginas de Folclore*, Vitória, 1951.

(7) Vide “O Jongo no Cachoeiro” do A., in *Folclore*, boletim da Comissão Espírito-Santense de Folclore.

Quem foi que disse
Babiana não saia
Babiana tá na rua
Com prazer e alegria..."

Este ano, porém, dificuldades de ordem material e doença do líder do grupo fizeram com que a Babiana não brincasse o Carnaval.

A grande festa da cidade, "a maior festa popular do Espírito Santo" é o "Dia de Cachoeiro". Criado há 18 anos, por inspiração de Newton Braga, vem sendo comemorado, anualmente, no dia 29 de junho, dia consagrado a São Pedro e São Paulo, e consta de um conjunto de festas cívicas, religiosas, artísticas, desportivas, exposições, demonstrações e fogos de artifício, que por 10 dias trazem à cidade milhares de visitantes influenciando seu movimento comercial.

Cada ano é eleito um "cachoeirense ausente n.º 1", que se torna como que o dono da festa. Já foram eleitos — 1942 — Heraclides Gonçalves; 1944 — Trófanos Ramos; 1945 — Iraci W. do Rosário; 1946 Benjamin Silva; 1947 — Nílto Boreli; 1948 — Dr. Francisco Gonçalves; 1949 — Carlos Xavier Silva; 1950 — Dr. José Moisés; 1951 — Rubem Braga; 1952 — Dr. Ruy Gomes de Moraes; 1953 — Cel. João Freitas; 1954 — Hélio Athayde; 1955 — José Ramos Penedo e 1956 — Vitor Finamore, aos quais se tributam honras, seja o escolhido um grande escritor nacional ou um modesto carteiro.

Este ano as festas se desenrolaram entre 23 de junho e 1.º de julho, incluindo 2 festas juninas, 14 bailes ou tardes dançantes, 3 caxambus públicos, 4 programas artísticos, 3 retretas da Banda de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, 4 partidas intermunicipais de futebol, 3 torneios de brigas de galo, 1 corrida "ginkana" automobilística, 4 desfiles e demonstrações escolares, 6 inaugurações diversas, 2 exposições de flôres e plantas, alvorada com salva de tiros e à noite fogos de artifício; e na manhã da festa 14 aviões da Fôrça Aérea Brasileira, (entre os quais 3 a jato) sobrevoaram a cidade.

d) observações finais

São muitas e variadas as oportunidades de recreação em Cachoeiro de Itapemirim. A elas devemos juntar os esforços que fazem outras organizações não dedicadas especialmente a este fim.

O Sesi (Serviço Social da Indústria) através de seu Núcleo Regional promove festas juninas, de conclusão de cursos, além de comemorar o "Dia das Mães", "Semana da Criança" e o Natal.

As escolas promovem festas de formaturas, no mês de dezembro, que são concorridíssimas, além de atividades desportivas durante todo o ano.

A Igreja Católica inclui em suas festas religiosas leilões de brindes e barraquinhas de doces e salgados que correspondem a uma função recreativa.

Assim sendo justifica-se a afirmativa de que entre as funções da cidade está a de centro recreativo, não só para o município como para as vizinhas cidades.

7. PODER

1. Evolução política

Desde a sua elevação à categoria de Vila (vide raízes no passado)

Cachoeiro, (com um território que ia desde a Vila de Itapemirim até as então províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, abrangendo 9 dos atuais municípios espírito-santenses) teve preponderante ação política na Província, mercê da prosperidade da produção açucareira, oriunda de mais de quarenta fábricas, e do café, em que metade da população se empregava, em 1889, com uma produção, crescendo todos os anos, de mais de 200.000 arrobas. (1)

Em 1887, fundou-se, na cidade, o primeiro Clube Republicano da província, e no ano seguinte, nela se realizou o 1.º Congresso Republicano do Espírito Santo.

Em 1894 Cachoeiro manda representante à Assembléia Estadual, posteriormente à Federal, e desde 1908, data em que foi eleito Presidente do Estado o cachoeirense Jerônimo Monteiro (2) até 1928, direta ou indiretamente o Estado foi dirigido por políticos cachoeirenses. Isto não se fez sem lutas, às vezes sangrentas. Na sucessão presidencial de 1920, “pinheiristas” se entrincheiraram, em Bananal, para lutar contra os “monteiros”.

Em 1928 a Capital ganhou, de novo, a hegemonia política sobre o sul, logo interrompida pela Revolução de 30, que transferiu esta supremacia ao Governo Federal, que nomeou interventores (com um breve interregno eletivo) até 1945. Em 1946 os políticos de Cachoeiro conseguiram a nomeação de pessoa do lugar para a interventoria, em governo de pouca duração, em vista mesmo, de novas forças políticas que se haviam formado, com o desbravamento do norte do Estado, e de que depende, hoje, o predomínio político estadual. Os governos subsequentes foram da Capital, se bem que o primeiro governador eleito fôsse natural de Cachoeiro. Em 1954, não um cachoeirense, porém um político do sul, e, como tal, identificado pelos próceres locais com o ideal de predomínio da cidade, foi eleito governador em contraposição a um político da Capital. Três ex-governadores residem, atualmente, em Cachoeiro.

Isto se enquadra dentro da opinião emitida em 1928, por Domingos Ubaldo: “Como uma resultante do seu progresso, da sua capacidade econômica, de sua população que é das maiores dos municípios do Estado e das melhores, como centro de cultura intelectual que é o Cachoeiro de Itapemirim, torna-se natural supor que continue ele a ser o Município líder do Espírito Santo, como São Paulo é o Estado líder do Brasil, por

(1) — José Teixeira de Oliveira — História do Espírito Santo.

(2) Sobre este grande político local, vide Carlos Gomes de Sá, Últimas palavras, Vitória, 1942; Almir S. Gonçalves — Discurso de Posse, Vitória, 1943 e Christiano Dias Lopes — Jerônimo Monteiro, Vitória, 1944.

idênticas razões" (3).

Os partidos políticos, em Cachoeiro, são frouxamente organizados; o trabalho de arregimentação começa às vésperas de eleição. O P.S.D. detém os postos chaves de juizes de paz e escrivães, porém há certo desinteresse por parte dos chefes locais, oriundo, talvez, da derrota que sofrera no plano estadual, em 1954. Nada obstante isto, em princípios de agosto, o PSD realizou uma Convenção Estadual, na cidade. Os demais partidos (PTB, PSP, UDN, PR, PRP, e PSB) giram em torno de um ou dois chefes urbanos. O PCB que, em 1945, conseguiu do total de 10.827, 557 sufrágios, sendo o quarto partido do local, mantém-se clandestinamente, mercê do trabalho, de agitação de um negociante, um pedreiro e um barbeiro, além de um vendedor de jornais estranho à cidade. Convém lembrar que, em 1935, a cidade foi palco de acirradas lutas entre comunistas e integralistas. Um cronista escrevendo em 1-11-1935, assim se expressou: "Desde ontem que a cidade está aqui agitada com o congresso integralista. Ontem, numa emboscada, atiraram sobre um caminhão de integralistas, tendo sido morto um deles". E, no dia 5, o mesmo observador, comenta: "Tivemos a cidade muito agitada durante alguns dias. Além da morte do integralista que noticiei, deram-se duas outras, na estação da Leopoldina, ao chegar o expresso de sábado, desta vez de operários (um chauffeur Zico). Ontem, segunda-feira (4-11-1935) teve lugar o enterro. Jamais houve aqui um cortejo fúnebre tão concorrido: cerca de 3.000 operários... Ao entrar o féretro na necrópole a grande massa levantou o braço direito no gesto simbólico de solidariedade: um por todos e todos por um". (4)

(3) — Domingos Ubaldo — op. cit. p. 234. Esta importância pode ser compreendida no lançamento de candidaturas ao Governo Estadual, que os aspirantes ao posto, mesmo que radicados em Vitória, preferem fazer em Cachoeiro como, com três anos de antecedência, fez candidato que em seu primeiro manifesto eleitoral diz: "Chegou a hora da grande decisão! Precisamos colocar nos postos administrativos do País, homens que estejam à altura das grandes responsabilidades do momento — Patriotas, sinceros, cultos, trabalhadores e honestos. Homens de luta e Espírito Público, que coloquem as causas do povo acima dos seus interesses pessoais.

Aqui no Espírito Santo temos um homem com tôdas essas qualidades — (.....). Projetou-se das camadas mais humildes às mais altas do País. É hoje, sem favor algum, um vulto de prestígio nas mais elevadas esferas políticas do País. Na Câmara dos Deputados, é uma voz respeitada. Apresentou, no ano passado, 26 projetos de grande repercussão nacional. Proferiu doze discursos sobre assuntos de maior relevância. Desenvolve, no momento, a mais intensa atividade no cenário político nacional tendo em vista sempre os superiores interesses do Espírito Santo. Seus projetos mais importantes são: (segue-se uma relação de 16 projetos, pela ementa).

Ai está o muito que (.....) já fez, em tão pouco tempo, em benefício de todos os quadrantes de nosso Estado. Conhecedor profundo dos problemas que mais afligem o povo de nossa terra. (.....) está plenamente capacitado para levar o Estado do Espírito Santo aos seus gloriosos destinos.

Eis, portanto, algumas das razões que nos levaram a lembrar ao altivo e independente povo de Cachoeiro de Itapemirim, no dia de sua festa magna, o nome honrado e limpo de (.....) para futuro governador do Estado.

É no sentido de alertarmos, que fazemos um apêlo aos nossos coestaduanos: quando chamados às urnas, não esqueçamo-lo. Seus ADVERSARIOS iniciaram, nos bastidores, o trabalho para fulminá-lo na caminhada certa para o PALÁCIO ANCHIETA.

Deus há de nos acompanhar nessa peregrinação cívica que vimos de iniciar na encantadora Princesa do Sul, cidade de tão extraordinárias tradições, em busca de melhores dias para o nosso querido Estado.

Salve o futuro governador Deputado (.....) ! Salve os conterrâneos de Cachoeiro de Itapemirim! — Junho de 1956.

(4) Fernando de Abreu — Crepúsculo, pp. 212 e 213.

Têm influência eleitoral os chefes religiosos, (alguns candidatos visitam todos os “centros espíritas”) o escrivão, o médico e os farmacêuticos. Os coroneis que, no passado, tiveram muita influência, já não a detêm. Ainda, recentemente, um “coronel” que não conseguiu eleger-se, teve tamanha decepção que adoeceu e mudou de partido. Os “cabos eleitorais”, com promessas de pagamento, têm uma moderada influência, especialmente, no eleitor rural, que procura levar alguma “vantagem” do seu voto — “dinheiro para passagem, dinheiro para um vidro de remédio...” Mas, nem sempre os candidatos que mais gastam são eleitos (5).

O eleitoral municipal é de 22.000, porém, segundo opinião abalizada, excluídos os analfabetos não deve ir além de 10.000 número que se acredita restará, depois do novo alistamento eleitoral.

O cachoeirense faz questão de proclamar seu “fair-play” em questões políticas. Declara que não aceita campanhas de retaliações pessoais. E uma opinião muitas vezes ouvida, é expressa por um observador local assim: “As lutas políticas são acesas. Mas, passadas as eleições, passa-se como que uma esponja no fato e todos procuram retomar suas atividades normais. Não tem havido recursos eleitorais. Os três candidatos derrotados foram à posse do prefeito eleito.” (6)

2) *Governo Municipal*

Até 1916 o Governo Municipal esteve a cargo da Câmara da Cidade. Neste ano foi criado o cargo de Prefeito, ao qual passaram as atividades executivas, que logo tomaram grande proeminência sobre as legislativas.

Atualmente a Prefeitura Municipal, dirigida por um prefeito, eleito pelo PSD, conta com 9 chefes de serviço, e 153 servidores, entre efetivos e extranumerários.

A Câmara tem 11 vereadores (4 PSD, 3 PSP, 2 PTB e 2 UDN), dos quais 6 da cidade, e 5 representando os distritos (2 de Marapé, 1 de Presidente Vargas, 1 de Vargem Grande do Soturno e 1 de Burarama), e apenas 2 funcionários.

A Prefeitura competem a tributação predial e de indústrias e profissões, regulamentada pelo Código Tributário, o regulamento de construções, em comum acôrdo com a Divisão de Engenharia Sanitária do Centro de Saúde local, e através do Código de Posturas, e a divisão administrativa municipal. Não há planejamento urbanístico da cidade, e o saneamento é meramente fiscal.

O Serviço de Águas e Esgotos é municipal, bem como a regulamentação dos transportes coletivos urbanos, a coleta de lixo, e a direção do matadouro local e cemitério também estão a cargo da Prefeitura.

Análise detida da legislação local nos mostra que, nem sempre, as posturas municipais são seguidas, não só por força de injunções políticas,

Antecipavam-se hoje integralmente a situação descrita pela historiadora Stella de Novaes na fazenda do Capitão Sousa: “As eleições viravam-lhe a cabeça e Francisco perdia o cálculo das despesas; distribuía roupas, calçados e miudezas entre os seus eleitores; atendia a pedidos de auxílios, etc..”

Antecipavam-se, na fazenda, os preparativos das eleições, porque, de longe, vinham, às dezenas, matutos e compadres gozar a hospedagem do chefe e aprender a assinatura do nome. Tornou-se tradicional, em Cachoeiro, o sobre-nome — Sá — dos eleitores do Monte Líbano, porque, sendo o mais breve, facilitava a aprendizagem dos analfabetos. Multiplicavam-se as canetas de flexa e pena embutida...” (op. cit., p. 41a.)

(6) Maria de Lourdes Campos — op. cit. ms datilografado no arquivo do Sesi, p. 2

como também por fôrça de praxes há muito arraigadas na cidade. Estão neste último caso as proibições de "permanência de cães na via pública", despejo de lixo ou resíduos de qualquer natureza, nas ruas, "lavar ou consertar carros nos logradouros públicos", ou a construção obrigatória de passeios nas zonas urbanas, e outras. (7)

3) Polícia

Não tem a cidade polícia municipal. A Milícia, criada em maio de 1920, foi em setembro do mesmo ano dissolvida.

A Delegacia de Polícia local conta com 1 Delegado, 2 escrivães, 1 carcereiro, 4 a 6 inspetores do trânsito, e um destacamento policial com 2 a 4 sargentos, 5 cabos e 26 soldados. Recentemente foi instalado o sistema de policiamento ostensivo ("Cosme e Damião") de que já resultaram conflitos com os estudantes da cidade. A cadeia guarda 15 presos, cujo processamento penal está em andamento. Muitas prisões são "relaxadas" por influência dos "figurões" da política, como os chamou um informante.

Verifica-se que a ação policial se exerce, sobretudo em casos de agressões, com consequentes lesões corporais ou mortes (de dezembro de 1954 a julho de 1956 houve, no distrito da sede, 47 mortes não naturais, inclusive por acidentes de trânsito) e defloramentos, "com promessa de casamento" (De 1948 a julho de 1956 houve 190 exames de corpos de delito para averiguar crimes dessa natureza sendo de notar que é grande o número das ofendidas que não procuram a polícia). O número de furtos e roubos cresce no verão, quando muitos moradores se trasladam para a "praia" (Maratrazes) deixando suas casas sem vigias. A ação policial também se exerce contra o chamado "baixo meretrício", contra a "vadiagem", mas é muito tênue no que toca aos jogos proibidos, sobre os quais só se faz sentir quando há pressão de autoridade judiciária mais alta.

A cidade sedia também o setor n.º 1 da Polícia Rodoviária Estadual (P. Ro.) que se constitui uma sub-inspetoria chefiada por um sub-inspetor assistido por 4 guardas rodoviários. O exame de 25 infrações verificadas em maio de 1956 nos dá o seguinte resultado:

1. Dirigir sem estar devidamente habilitado	8
2. Falta de licenciamento do veículo	5
3. Confiar direção de veículo a pessoa não habilitada	4
4. Empregar veículo de carga no transporte de passageiro ..	2
5. Não conduzir documentos de porte obrigatório	2
6. Não estar quite com o Iapetec	1
7. Não estar matriculado no Iapetec	1
8. Falta de matrícula no veículo	1
9. Dirigir contra mão em curva	1

Isto mostra que a obrigatoriedade de prestar exame para motorista e de pagamento de taxas de emplacamento ou do Instituto são as determinações legais menos respeitadas na cidade, ainda mais se atentarmos para o fato de que as "pessoas conhecidas" só são autuadas depois de advertidas por duas ou mais vezes.

(7) Vide Código de Posturas — Lei n.º 208 de 12-12-1952, editado pela Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, 1952.

4) Justiça

Em 1868 lei provincial elevou Cachoeiro de Itapemirim a termo judicial da Comarca de Itapemirim. Em 1876 o termo foi elevado a Comarca, com a denominação de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim, extinta em 1878, e restabelecida em 1884. Os limites primitivos da Comarca têm sido, sucessivamente, diminuídos com a criação de novas comarcas nos vizinhos municípios. Atualmente a Comarca, que é de 2.^a Entrância, abrange o Município do mesmo nome e do de Rio Novo do Sul.

Possui duas varas: a primeira que se encarrega do Cível, Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho e Justiça Trabalhista; e a segunda a cujo cargo estão as questões de menores, órfãos, ausentes, interditos, proventória, resíduos, crime, juri e execuções criminais; o serviço eleitoral está a cargo da 1.^a vara. A justiça é auxiliada, na sede, por cinco cartórios, e nos distritos por um cartório do registro civil e tabelionato, e o ministério público é representado por 2 promotores. Há 17 advogados em exercício na Comarca, além de causídicos de outras comarcas que, eventualmente, nela advogam.

No período de um ano (de junho de 1955 a junho de 1956) foram registradas as seguintes demandas:

1. trabalhistas — 34 ações, em sua maioria reclamando por falta de pagamento de ordenados;

2. inventários — 85;

3. ações cíveis — 183, em sua maioria de executivos fiscais, promovidas pelas agências locais de Institutos de Previdência e atribuídas à burocracia dos mesmos, havendo também elevado número de ações de despejo e pedidos de pensões alimentícias.

4. ações penais — 104, em sua maioria denúncias baseadas no Art.^o 129 do Código Penal (agressões e ferimentos leves), algumas precatórias de outras comarcas, pois Cachoeiro como o maior centro do sul do Estado é ponto de refúgio para criminosos foragidos, e somente uma denúncia por delito de imprensa e uma pela contravenção chamada "jogo de bicho".

No período de férias forenses, variável de ano para ano, diminui sensivelmente o movimento da Comarca, o que ocorre também no verão, época em que, segundo já vimos, inúmeros moradores se radicam em Marataízes, e, no mês de junho, por causa da Festa de Cachoeiro.

Em Cachoeiro se diz, com orgulho, que em sua cidade não há falências. As 3 que se registraram, nos últimos anos, foram motivadas por comerciantes de fora. Da mesma maneira se observa que não há questões entre herdeiros, e questões de terras, pois as propriedades estão muito subdivididas, e a maior parte com documentação regular.

Os despejos que, em geral, não são requeridos por falta de pagamento, e sim para fins diversos especialmente reforma e uso próprio, são explicados pelo congelamento do preço dos imóveis, determinado pela Lei do Inquilinato, nada obstante e crescente alta do custo de vida.

Paradoxalmente, a elevação dos salários tem contribuído para a desorganização da família, com aumento de pedidos de pensões e de desquites. Um informante nos disse: "O ferroviário que ganhava 2 (mil cruzeiros) está ganhando 8 e 10, e arranja 2, 3, 4 mulheres. Em cada estação ele tem uma... O Ministério Público pediu a intervenção da Igreja Católica e dos Pastores e tem conseguido êxito..."

Acredita-se que mais da metade das questões trabalhistas oriundas, em geral, do desconhecimento da legislação específica sejam resolvidas sem demanda, por conciliação, extra-autos, do promotor público local. O número de questões tem diminuído, não obstante o número elevado de

empregados do comércio e os 2.000 operários, o que se atribui a acomodação entre patrões e empregados, frente às novas leis, depois de um período inicial de conflito.

d) *Relações com a estrutura externa* (8)

O Governo Estadual mantém, na cidade, escolas, postos de saúde, um distrito de construções de estradas, secções do fomento agrícola, órgãos policiais, judiciários e arrecadadores (uma inspetoria e uma recebedoria regional) além de ser o proprietário de 2 fábricas arrendadas e de uma estrada de ferro.

O Governo Federal ao lado de uma estação de 3.^a classe do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, do Tiro de Guerra e da sede da 6.^a Delegacia de Recrutamento do Ministério da Guerra, que abrange também as juntas de alistamento, dos municípios de Rio Novo do Sul, Itapemirim e Iconha, a que cabe o alistamento militar e a orientação e coordenação de juntas, possui 3 órgãos arrecadadores: 2 coletorias e uma delegacia seccional do imposto sobre a renda.

As autarquias de previdência (Iapi, Iaptc, Iapc e Iapb) além de serviços assistenciais, são notadas, na cidade, pelo grande número de executivos fiscais, às vészes de importância mínima, contra firmas que não mais existem ou negociantes que já morreram.

A estrutura externa, estadual ou nacional, é no momento presente nitidamente de conflito. Dependendo muitas das instituições da cidade, para sua sobrevivência, de auxílios e subvenções dos governos estaduais e federal, e não sendo pagas estas subvenções, surge o problema.

O soldado, como representante fardado do poder estranho, entra em constante choque com os locais. Um informante comentando os homicídios não resolvidos de um boêmio popular — Cabana e de Manuel Paulo — este morto por um soldado à paisana, numa mesa de jôgo, desabafou: “Nesta terra não há justiça, nem lei...” A situação é reclamada, também, por um cantador de jongo:

“A polícia me prendeu
Delegado me soltou
Deixa de prender malandro
Prá prender trabalhador...”

A intervenção recente da Cofap (Comissão Federal de Abastecimento e Preços) no mercado (9), açougues e comércio cerealista da cidade não causou menos mal estar, o mesmo ocorrendo com recente determinação do IBC (Instituto Brasileiro do Café) sobre exportação de cafés finos, que o município não produz, situação que se agrava com a seca de 7 anos, que “tem arrasado o pequeno produtor”. A este propósito foi significativo o discurso de improviso que um fazendeiro político do PSD, fez perante o Ministro da Agricultura, por ocasião do último “Dia de Cachoeiro” na Cooperativa Leiteira local, que, em resumo foi, mais ou menos assim: “V. Excia. acha que os lavradores não falam. Eu vou falar. Há três tipos de lavradores: “Os médicos, advogados e outros que têm fazenda só para

(8) Para o conceito de estrutura externa, veja-se Fernando Altenfelder Silva — *Análise comparativa de alguns aspectos da estrutura social de duas comunidades do vale do São Francisco*, Curitiba, 1955, p. 200.

(9) O pesquisador, no mercado, foi identificado como fiscal da Cofap, e não teve pouco trabalho para desfazer o engano.

serem chamados de lavradores e receber da coletoria a ficha territorial. Os fazendeiros que têm meeiros e mesmo que haja seca recebem a sua parte. Eu estou entre estes. E, há os pequenos lavradores que pegam na enxada e quando precisam trabalham a Cr\$ 35,00 por dia, a seco. Estes é que devem ser auxiliados. O Banco deve prorrogar os seus contratos de empréstimos. Fiz ofícios a respeito, ao Governo Estadual e Federal e ninguém respondeu...”

Não obstante isto, e talvez por isto mesmo, é que o político de fora é tão bem recebido em Cachoeiro, desde o século XIX. Os jornais fazem referências constantes a banquetes, encomendados do Rio, para recepcionar o Presidente da República ou o Governador do Estado. O Capitão Barata, vitorioso da Revolução de 1930, foi recebido na cidade em 14-6-1931 com “discursos, músicas, fogos e vivas” e, em 1936 dava-se um banquete de 80 talheres ao então interventor federal (10)

8. *Notas sobre precedência*

Neste capítulo vamos tentar levantar os grupos de “status” que existem na cidade estudada, isto é as situações que dão ao indivíduo por si ou em grupo, precedência sobre os demais grupos da sociedade em que vive.

Usamos, preliminarmente, na pesquisa o método subjetivo sugerido por Broom e Selnich (1). Levantamos, infelizmente a esmo, uma relação de sessenta pessoas da cidade. À falta de catálogo telefônico (o local tem um número diminuto de assinantes) ou de outra relação de habitantes selecionamos, no caso, o nome de 50 pessoas o qual apareceu, nos jornais locais, em números especiais dedicados ao “Dia de Cachoeiro” deste ano, inclusive anunciantes e incluímos 10 nomes de operários, também escolhidos, ao acaso, dentro da relação do Serviço Social da Indústria (Sesi). Com isto pudemos escolher 5 juizes (um agente de estatística, uma assistente social, um jornalista, um radialista e um professor secundário) pessoas com profundo conhecimento dos moradores locais, e lhes pedimos que colocassem os 60 nomes, já então fichados, numa ordem de precedência, agrupando-os em camadas.

Embora a amostra fôsse muito pequena, e portanto, estatisticamente não significativa, ela nos sugere algumas hipóteses de trabalho:

1.^a) O exercício de funções administrativas estaduais, federais, municipais ou autárquicas, mesmo elevada, salvo a de Juiz de Direito, não dá ao indivíduo status elevado.

2.^a) A riqueza, igualmente, por si só, não confere ao indivíduo ‘status’ elevado;

3.^a) O mesmo não ocorre com relação ao exercício de funções intelectuais: o bacharel em direito, o médico, o jornalista, o padre e o pastor ocupam funções de prestígio na cidade;

4.^a) O simples exercício de mandato político, mesmo aliado à riqueza, não coloca o indivíduo nos mais elevados postos da escala social;

5.^a) O exercício de função manual — o operário (e, nisto houve acôrdo unânime) coloca o indivíduo, automaticamente, na mais baixa camada social;

6.^a) o indivíduo, mesmo rico, cujo comportamento social é reprovável

(10) Fernando de Abreu — op. cit, pp. 19 e 337.

(1) Leonard Broom & Philip Selnich “How to make a reputational study of stratification” — Sociology, p. 472, N. York, 1955.

perde status. Por exemplo, o amigado, mesmo que seus filhos sejam da "alta", não o é;

7.^a) O binômio família tradicional — educação superior parece ser mais forte que o família tradicional — riqueza na conceituação de status. A combinação família tradicional — educação superior — riqueza parece ser a socialmente mais aceitável na cidade, para ter-se elevado status.

Ainda como hipótese de trabalho, poderíamos dizer que, em Cachoeiro, a situação é intermediária entre a existência de grupos de status e de classe (2). O período de confusão e de redefinição de situações faz com que haja certos padrões de tolerância neste setor. Exemplo disto está nas condições de ingresso no clube da "classe alta" local (ver recreação).

Assim, reconhecidamente há, em Cachoeiro, a "classe baixa" ou "ze-povinho" e a "classe alta" ou "sociedade", sendo o critério nitidamente econômico para o primeiro e econômico-social para a segunda. Entre estas, pululam fluidamente os que querem subir, não havendo fortes barreiras à mobilidade, constituindo uma como que classe intermediária. Porém, dentro da "sociedade" há um pequeno número, que faz parte das famílias que o consenso diria "importantes", e aqui, consequentemente, se sobrepõe às demais.

Uma situação em que os grupos de status se justapõem é no "footing" da praça Jerônimo Monteiro, aos sábados, domingos e feriados: enquanto que, pela rua, sobre os paralelepípedos andam moças e rapazes da "sociedade", como que mostrando seu direito de interromper o trânsito, na calçada andam os rapazes e moças do tipo médio e as empregadas (chamadas "choferes de fogão" além de algumas prostitutas avulsas, ou no dizer de uma informante "a gente inferior". Do outro lado da rua, na calçada andam os noivos e solteironas, enquanto que na porta dos bares formam-se grupos de rapazes "da sociedade".

As relações interracialis também nos mostraram que, em Cachoeiro, a cor ou a nacionalidade não impedem o indivíduo de ascender socialmente. Os pretos, em geral, são identificados com a classe baixa, por razões de ordem econômica: dois pretos ocupam posições elevadas, na cidade, e são comumente identificados como da "sociedade". É verdade que a ordem religiosa local só aceita brancas como noviças, e que o intercasamento com pretos é, em geral, condenado, porém, estes preconceitos de marca (3) não invalidam o que dissemos. Os poucos estrangeiros da cidade estão distribuídos pelos diversos grupos de status — comerciantes judeus e sírios (chamados de turcos) têm sido aceitos na "sociedade". Um chinês do Cantão, dono de uma lavanderia, conquanto não seja da "sociedade" é muito conhecido nas rodas desportivas como "galista", o mesmo ocorrendo com o japonês Sukissa Nakau, horticultor, apelidado por todos de Mario, cujo prestígio decorre de ser "faixa marron" na luta do "judo". O mesmo ocorre aos descendentes de colonos italianos, que ocupam as mais elevadas posições na vida da cidade.

(2) Veja-se Max Weber "Class, status, party", in *From Max Weber: Essays in sociology*. N. York, 1946.

(3) Veja-se Oracy Nogueira in *Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas*, São Paulo, 1955.

RECEPÇÃO AO SÓCIO PROF. IVO AMANCIO DE OLIVEIRA

Discursos do Prof. NELSON ABEL DE ALMEIDA

Snr. Ivo Amâncio de Oliveira:

É neste ano de 1956 marcado de tantos acontecimentos, é nesta semana de maio assinalada de sentimentos tão dispares e paradoxais, é neste 23 de Maio, data que regista o início de uma civilização em uma terra fértil, e hospitaleira, que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo abre, de par em par, as suas portas para vos acolher, para agazalhar e recolher as primícias do vosso espírito de escól.

Sois, em demasia, conhecido nesta querida cidade de Vitória; e porque tendes dedicado, há quase um quarto de século, o vosso tempo precioso à educação da mocidade espírito-santense, já o vosso nome de intelectual emérito, e abalizado, transpôs os limites desta ilha pequenina, tendo se projetado nas lindes, as mais afastadas, do rincão que a Corôa de Portugal doou a Vasco Fernandes Coutinho.

Possível é que, em vossa modéstia, em vossa vida de professor, e professor sempre voltado para as cousas do ensino, para o labor diuturno e interminável das aulas, jamais houvesse entrado em vossas cogitações o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, decana instituição cultural do Estado, guarda avára das tradições capichabas, e também juiz imparcial, sereno e inexorável dos que construíram o seu passado, dos que comandam o seu presente e dos que preparam os dias vindouros da terra e da gente de Maria Ortiz.

Possível é, Snr. Ivo Amâncio de Oliveira, que jamais o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo houvesse entrado em vossas cogitações de professor e intelectual; poucos são os lares de que dispõem professôres e intelectuais, sempre absorvidos no preparo das lições, sempre preocupados em esclarecer dúvidas alheias, e também as próprias.

Para vós, a "Casa de Domingos Martins" deveria ser a estrêla inacessível, o ideal distante que jamais vos havia de chegar às mãos.

Compreendo, porque assim tereis de considerar este sodalício; compreendemos, todos os que privam da vossa amizade e da vossa cultura, a razão desse vosso entendimento. É que sois sumamente, extremamente modesto, mas modesto sem afetação disso, sem espírito preconcebido, o que concorre para admitirdes, em vossa pessoa e em vossa cultura, um demérito que não existe e que outros não vêem.

Nós, os do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, entretanto, sabemos, porque sentimos e vemos, que o sol irradiava calor e tem brilho, muito embora alguma nuvem audaciosa tente, ou queira, de quando em quando, encobri-lo; daí porque os que formam a comunidade capichaba, os que integram este sodalício, de pronto e por instinto, sabem onde encontrar um sol, onde achar uma luz que irradie cultura, que reflita e demonstre pendor para os estudos históricos e para a vida de meditação.

E, nesta comunidade imensa, o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, vos encontrou, Snr. Ivo Amâncio de Oliveira, porque sois professor, porque pontificais na cadeira de Português do Colégio Estadual do Espírito Santo e na do Colégio Americano, porque bem manejaes a língua de La Fontaine, porque bem conheceis os segredos da língua de Horacio e de Vergilio, porque bem familiarizado estais com as belezas da língua de Lord Byron.

A estas qualidades de professor, mas professor culto e admirado, por vossos alunos e por vossos amigos, estão aliadas a de exemplar chefe de família e de homem que vive no temor de Deus.

Snr. Ivo Amâncio de Oliveira:

Hoje, quando integrais, definitivamente, os quadros dêste sodalicio, está êle em festas.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, prazerosamente, eu vos abraço e vos saúdo.

Vinde, e trabalhai conosco pela história e pela geografia desta terra acolhedora, que é a terra de vossa querida companheira, que é a terra de vossos filhos.

23-5-1956.

"TRABALHO, SANGUE E RUINAS"

(Discurso de posse) — IVO AMÂNCIO DE OLIVEIRA

Minhas senhoras, meus senhores:

Informa-nos conhecido professor de português dos nossos dias haver deixado certo poeta no álbum de uma senhora, a seguinte quadra:

Culpa tivestes, vós, senhora, por quererdes
O meu humilde verso aqui; mas pouco importa.
Numa roseira em flor, por entre as folhas verdes,
É natural haver alguma folha morta.

Não fôra profanar tão delicada composição poética, e eu parodiaria hoje esta quadra, dirigindo-me aos doutos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo:

A culpa tendes vós, senhores, por quererdes
Um humilde como eu aqui; mas pouco importa
Numa roseira em flor, por entre as folhas verdes,
É natural haver alguma folha morta.

Efetivamente, senhores, tivestes a bondade injustificável de convidar para o vosso convívio de homens entendidos em assuntos históricos e geográficos, a um professor secundário que apenas tem lecionado a jovens ainda inexperientes. Um professor de meninos, portanto. — Vossa bondade (embora, ao que parece, eu vos não magoe) faz-me recordar a do sândalo, que, mesmo depois de abatido, ainda perfuma o machado que o feriu.

Não o faz porque quer, o sândalo; mas a sua natureza de árvore aromática esparge indistintamente o que ela tem de melhor e mais agradável: — o seu delicado perfume. Tão natural é a vossa bondade, senhores, que nem mesmo desta vez a soubestes reprimir: baixastes os vossos olhos até a minha humilde pessoa, sem que eu disso tivesse conhecimento. E já que vos abalançastes a tanto, tende paciência comigo. Suportai por alguns minutos o prosaico da minha linguagem de professor. Pois aceitei a vossa proposta, mais pela consideração de que sois merecedores, do que pela pretensão estólida de me julgar digno dela. E, confiado em que assim procedereis, entremos, sem mais rodeios, no assunto que me traz a esta tribuna.

Recomendou-me o ilustre presidente desta casa alicerçasse eu a minha insignificante palestra de posse num fato qualquer da História do Espírito Santo. A princípio estremei. Pois reconheci que me seria mais fácil discorrer sobre qualquer assunto sobre as matérias que leciono. Mas depois, reflexionando que o meu esforço me poria em contacto mais direto com inteligências superiores, expus-me ao sacrifício. E, movido pela delicadeza do vosso convite, aqui estou. (E a propósito não sei qual seria maior: se o orgulho de figurar entre vós, como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; se a felicidade de poder abeberar-me nesta fonte de cultura intelectual por vós alimentada, ou se a certeza de estar

entre corações de sentimentos elevados, puros e quase santos.)

Mas, voltendo à incumbência recebida de falar sobre qualquer fato histórico do Espírito Santo, devo confessar que, para isto, me vali do livro de José Teixeira de Oliveira — História do Estado do Espírito Santo — editado em 1951. Nesta obra há um capítulo que me impressionou de modo particular. É o capítulo III, intitulado: *Trabalho, Sangue e Ruínas*. Que ninguém me estranhe esta escolha! Ela não é o resultado de um “tropismo ancestral para o infortúnio”, na expressão poética de Augusto dos Anjos. O que a este assunto me impele, é o desejo e a alegria de verificar que o *trabalho*, como o *sangue* (ou seja o sacrifício), purifica o nosso espírito, ainda que nos atire aparentemente em ruínas. Pelo que toca ao trabalho, nada mais verdadeiro do que o lema da bandeira espirítossantense: *Trabalha e Confia*. E se alguém me objetasse com o exagero neste particular, eu responderia que pessoalmente tenho sido testemunha ocular, há uns bons 20 anos, do espírito de trabalho do povo capixaba — o qual se nota facilmente através do progresso aqui verificado em tão curto prazo. Poderíamos, sem muito esforço, apontar provas incontestáveis de progresso nestes 20 anos. Continuaríamos a mostrar no setor educacional o que toda gente vê e observa talvez melhor do que nós. Referir-nos-íamos inicialmente a cada colégio notável do interior do Estado vindo culminar com os desta Capital. Passariamos em seguida às escolas superiores, lembrando a Faculdade de Direito, a de Odontologia, a Faculdade de Filosofia e a Escola de Engenharia, todas elas frequentadas por um número considerável de estudantes de várias idades e procedências. Poderíamos discorrer largamente sobre o melhoramento desta Capital, levando em consideração os edifícios públicos e particulares de maior destaque que aqui têm surgido imponentes; as casas de diversões, variadas; algumas até luxuosíssimas. Poderíamos... não; não poderíamos; pois o trabalho a que se refere Teixeira de Oliveira no capítulo da história espirítossantense que escolho para esta conferência, não é o trabalho no sentido do esforço para um fim útil; mas o trabalho, no sentido de “tribulação”. Efetivamente há para este vocábulo os dois sentidos, que cumpre aqui discriminar. Entre várias opiniões abalisadas ouso apontar aqui a dos que tiram o vocábulo *trabalho* do gaélico *treab*, lavar; e a dos que o filiam no latim hipotético *trabaculu*, de *trabe*, trave, estorvo. O douto professor Maximino Maciel escreve em sua Gramática Descritiva: *Tribulare* — *trabalhar*. Na expressão de Moisés, ao descrever em Gên, a criação do mundo. Deus pôs o homem no jardim do Eden para o lavar (referindo-se aqui ao “esforço para um fim útil”). E, conforme o mesmo Moisés, Deus impôs ao homem, depois do pecado, o sacrifício de ganhar o pão com o suor de seu rosto (referindo-se desta vez ao *trabalho* no sentido de tribulação). Pois a Vasco Fernandes Coutinho, o mal sucedido donatário da então Capitania do Espírito Santo, ocorreu o *trabalho* nesses dois sentidos. Vindo para aqui, Coutinho traria para a colonização deste Estado “raras pessoas, que estariam dispostas a se transportar para o Brasil. Terra para lavar Portugal tinha de sobra. A não serem alguns degredados, alguns criminosos em busca de homizão, ou funcionários reais, ninguém se animaria a enfrentar as dificuldades ilimitadas que o Brasil oferecia aos seus desbravadores. E dos que vinham para cá muitos acariciavam a idéia inebriante de se enriquecerem com ouro e pedrarias. Só aí temos para o donatário desta capitania o trabalho decorrente da responsabilidade a fazer progredir. E contra o mesmo donatário o *trabalho* ou seja, a tribulação de lidar com gente reles, perversa e ambiciosa. Em gente perversa ou desfibrada (como devem ser os criminosos e os degredados) que confiança se poderia ter? De gente comodista e ambiciosa (como soiam ser os funcionários reais) e de seres aventureiros

que sonhassem com minas de ouro) que se poderia esperar? Já o apóstolo S. Paulo nos adverte contra a ganância do dinheiro, escrevendo: "Radix enim omnium malorum est cupiditas", ou seja, "a avidez é a raiz de todos os males". A ganância, pois, dos portugueses encarregados de auxiliar a Vasco F. Coutinho, foi indiscutivelmente um tropeço na colonização da capitania.

Se até com relação à literatura (verdadeiro alimento do espírito) pôde Medeiros e Albuquerque dizer, em trocadilho feliz, que portugueses para aqui trasladados prefeririam "minas de ouro" a "rimas de ouro", que não dizer com relação ao dever penoso de lutar por uma civilização no seio de matas espessas entre selvagens perigosos? Religião e patriotismo, estariam, por certo, na mente dos portugueses vindos para o Brasil, relegados a um plano secundário. E, sem tais incentivos para o espírito, não há nem pode haver o desinteresse pessoal que acarretaria o progresso de uma província. Ficava-, pois, por esse lado, desajudado e só o donatário a quem coube o dever de colonizar o Espírito Santo. E um trabalho de colonização deveria, não há dúvida, ser um trabalho de conjunto, para não dizermos de equipe.

Trabalho, por conseguinte, muito acima das forças de um homem só. E Vasco Fernandes Coutinho foi esse homem.

Sofreu tribulações. A sua vida aqui deve ter sido uma série ininterrupta de preocupações, as mais diversas. Em outros termos: deve ter tido, como donatário, uma vida verdadeiramente trabalhosa.

II

Quanto ao sangue a que se refere o título *Trabalho, Sangue e Ruínas*, tem este infelizmente sua origem na própria condição humana. Afasta-se, não raro, o homem dos preceitos da moral e da religião para dar saciedade aos anseios da carne: o orgulho, a valdade, a ambição, a inveja e quejandas fraquezas são cousas próprias do espírito humano. E humanos eram os que acompanharam Vasco Fernandes Coutinho ao Brasil. Basta dizer que D. Jorge de Menezes, substituto de Coutinho, durante a estada d'este em Portugal, tinha perfil moral sobreposse desairoso, que a tradição recolheu e a história registrou. Escolha infeliz, provocou tal cidadão ressentimentos entre os moradores que se consideraram diminuídos pela presença de tal personagem. Valente, é exato, mas cheio de paixões incompatíveis com a compostura de uma autoridade. Além de violento, de índole inconstante, e leviano, Jorge de Menezes era um depravado. Se para governar o Brasil não pôde o Reino de Portugal escolher pessoa melhor do que Jorge de Menezes, que, sobre ser violento, era leviano, inconstante e depravado, como lançar mão de um punhado maior de homens honestos que lhe ajudassem, ou de uma multidão de homens humildes, que, na qualidade de operários ou de colonos, pudessem alicerçar o progresso da capitania? Onde já se viu entenderem-se homens ruins em benefício de um Estado, País ou Nação?

Ademais, esta época, que sucedeu aos grandes descobrimentos, acentua José Teixeira de Oliveira, foi uma época particularmente propícia ao crime.

O Espírito Santo de então tinha também de pagar o seu tributo de sangue. E três foram as circunstâncias que favoreceram o desastre: — a frouxidão de costumes; a tolerância de Coutinho, mais propenso à indulgência do que à disciplina; e a concorrência de criminosos aqui homiziados. Isto sem contar as ameaças do índio — pesadelo constante, inimigo de todas as horas. De tal conjunto de circunstâncias ruins, milagre teria sido, e muito grande, a inexistência de *sangue* derramado no solo desta terra

abençoada. — Se o donatário pudera conter os excessos oriundos desse caos, outrotanto já não se observava na gestão de D. Jorge de Menezes, época em que uma só frase poderia resumir a confusão: — “Ninguém queria ser governado”.

Se houve alguma prosperidade aqui, esta proveio “em grande parte do trabalho dos índios escravizados”. Mas desse mesmo estado de cousas decorria a reação dos índios não escravizados, isto é, dos que, em estado de liberdade, “passavam a vingadores de seus irmãos, assaltando engenhos e homens, trazendo o silêncio e a morte aonde o trabalho e o entusiasmo erguiam um baluarte de civilização”. O homem que habitava as florestas do Espírito Santo era particularmente feroz. O padre Manuel da Nóbrega afirma que os próprios cristãos ensinavam os gentios a furtarem-se a si mesmos e a venderem-se por escravos”. (Disto provinha (e nem podia ser de outra forma) a vindita rápida e violenta: davam-se as mãos, pois, para aniquilarem o estrangeiro invasor, Aimorés, Tupiniquins e Goitacazes. Leiaamos, para maior clareza, uma página de Brito Freire, transcrita por José Teixeira de Oliveira:

— “Pela grande soltura com que viviam lá os nossos, tratando os bárbaros como se foram mais bárbaros do que eles, vieram eles a parecer mais portugueses que nós. E encobrindo o ódio costumado a Nação dominante, com a vontade oculta n os ofendiam, com a obediência manifesta nos obrigavam. — Até que exasperou de todo os índios, a intolerável servidão. E, mais gemendo do que falando, cansados ou receosos de se queixarem, por verem as suas queixas sem remédio, encobriam-nas com silêncio, enquanto juntaram das vizinhas montanhas, com tão raivosa resolução, tão imensas turbas, que, descendo sobre os nossos, lhes destruíram as fazendas e mataram, entre outros, ao mesmo D. Jorge”.

Sangue, pois, como vemos, foi o que correu abundantemente aqui, como que para selar uma civilização futura nesta parte do Brasil.

Senhores, o maior de todos os acontecimentos na história do mundo foi, não há dúvida, o advento do cristianismo que revolucionou tudo o que havia de melhor sobre religião e fé. Entretanto quem pregara aqui a doutrina com a palavra e o exemplo, operando milagres e salvando vidas, foi justamente o que maior humilhação sofreu sendo crucificado ignominiosamente entre dois ladrões. — Não seria, pois, de estranhar que a capitania do Espírito Santo tivesse tido, por sua vez, um momento de amarguras cruciantes na época a que nos remontamos para focalizar algo de interessante na sua história.

A respeito do sacrifício de Jesus na cruz do calvário, em resgate da humanidade, escreveu o autorizado apóstolo dos gentios em sua epístola aos Hebreus: “— Et omnia paene in sanguine mundantur secundum legem: et sine sanguinis fusione non fit remissio” — o que em vulgar significa: “— E quase todas as cousas, segundo a lei, se purificam com sangue: e sem derramamento de sangue não há remissão”. Entre parênteses: ninguém estranhe estas citações que faço da Bíblia Sagrada: Pois até o nosso admirável Rui, em sua Réplica, tratando de assuntos puramente linguísticos, fez nada menos de 15 citações bíblicas, extratadas de 11 livros diferentes da Escritura Sagrada o que bem mostra terem sido familiares ao nosso ilustre patricio as páginas do Livro Santo.

Mas, como iam os dizendo, o derramamento de sangue, em casos destes, costuma ser indispensável, pois o sangue representa a vida e aquêle que se sacrifica por um ideal elevado, não raro, se vê constrangido a empenhar a própria vida, para levar a termo a sua obra. Esta tem sido a atitude dos heróis, em todas as épocas da humanidade. Esta foi a do próprio Cristo que se entregou em resgate da humanidade perdida. Assim procedeu

Tiradentes que se sacrificou com heroísmo pela causa que abraçou. E com a mesma serenidade, Domingos José Martins encarou a morte, desassombrado, certo de que valia mais a Liberdade, por que morria, do que o sangue que por ela sacrificava.

"Felizes os povos que não têm história", disse alguém, querendo significar com isto que tais povos vivem em paz.

Mas neste mundo de tribulações ninguém poderá viver em paz a não serem os ociosos, os comodistas, os indiferentes, os improdutivos. E esta não poderia ter sido a atitude do Espírito Santo, já que o brasileiro, de modo geral, sempre se deixou arrastar pela sensibilidade, no que diz respeito às cousas grandiosas da vida. E se a capitania do Espírito Santo não procurou com as próprias mãos as aventuras que a levaram a ruínas, pelo menos foi vítima de circunstâncias já aqui canhestramente mencionadas, mas das quais logrou reerguer-se para ser o que hoje é na vida da Federação Brasileira.

Estado pequeno, pobre, sacrificado, inexpressivo, sem nenhuma significação na vida nacional — digam o que quiserem desta terra — porque o mesmo se faz com relação ao nosso querido e gigantesco Brasil — mas o que é fato, o que é positivo, o que salta aos nossos olhos, o que ninguém poderá escurecer, é o progresso que aqui se tem verificado e de que eu próprio tenho sido modesta testemunha, de alguns anos a esta parte. Poderia até algum pessimista dizer-me que o Espírito Santo tem progredido durante a noite, quando os capixabas dormem. E eu seria capaz de o admitir, porque o mesmo se diz de nossa querida pátria. Mas isto viria confirmar que este Estado, embora pequeno, não fica inferior a nenhum dos outros da comunidade brasileira. Terminando o capítulo que escolhi para esta parolagem, escreve José Teixeira de Oliveira: — "Os que não morreram em combate, restrita minoria, fugiram aterrorizados para as capitanias vizinhas ou pereceram na floresta. Os selvícolas reduziram o trabalho de mais de um decênio a pouco mais de uma tapera. O "vilão farto" de que tanto se orgulhava o donatário, convertera-se em ruína, depois de ter sido a terra da dor e da morte para os que teimavam em salvá-lo". Sem embargo disto, concluo eu, a figura mitológica da Fenix que renascia das próprias cinzas tem o seu simile verdadeiro na história do Espírito Santo.

Reduzida a pouco mais de uma tapera a prosperidade do Espírito Santo de então! Mas as ruínas que provêm de *Trabalho* e *sangue* não constituem desdouro para ninguém. Se proviessem de ociosidade e covardia, então sim. Mas ruínas decorrentes de *trabalho* e *sangue*, isto é, de *esfôrço* e *sacrifício da própria vida*, representam, não raro, o prêmio do heroísmo.

III

Consideremos agora o final do título — Trabalho, Sangue e Ruínas — que achei por bem focalizar aqui e que me atrevo a comentar perante tão conspícuos estudiosos da história do Espírito Santo.

Vimos acima os elementos e as condições que contribuíram para o fracasso inevitável da capitania. Culpa da terra? Não, porque a terra é dadivosa; não há aqui nenhum dos cataclismos que soem inutilizar certas regiões do globo, como a sêca, por exemplo, no nordeste do nosso próprio território. Culpa dos capixabas? Também não, porque capixabas naquele tempo não havia. Mesmo porque nem brasileiros existiam ainda. Aos que, por pessimismo, costumam alegar que nesta terra infeliz até Vasco Fernandes Coutinho morreu na miséria, é bom que se façam tais considerações. Não há terra infeliz nem gente menos digna aqui do que noutra parte. A terra não teria culpa de ser estéril, se o fôsse. E no seio de qualquer

povo há sempre gente boa, honesta e trabalhadora, ao lado de elementos inúteis, nocivos e, por vêzes, perniciosos. De mais a mais, as ruínas a que chegou a capitania doada a Vasco Fernandes Coutinho não a poderiam fadar a eterno ostracismo. De grandes nações, de homens afamados e de empreendimentos elevados, facilmente poderemos aduzir exemplos que nos patenteiam vitórias posteriores, quer do ponto de vista material, quer do ponto de vista moral, intelectual ou espiritual. Num trabalhinho inexpressivo com que pretendi concorrer a uma das cadeiras de francês da Escola Normal de Pedro II, tive oportunidade de escrever acêrca da pátria de Napoleão: — “Ce n'est pas la première fois que la France s'est alliée à l'Angleterre en des lutttes sanglantes pour la liberté. Considérons l'effort et l'énergie qu'elle a dépensés dans la guerre de 14 et nous nous convaincrions encore davantage du très connu et traditionnel héroïsme de son peuple. Ce n'est non plus la première fois, dans son histoire, que la France est tombée sous la puissance de l'ennemi. Mais le peuple français a su multiplier ses efforts pour redresser le nom respectable de sa patrie.

E a França tem conseguido, neste particular, o mais invejável êxito após as mais fragorosas derrotas, derrotas que a teriam mergulhado para todo o sempre em ruínas, não fôra o espírito lutador de seu povo. É que das derrotas costuma provir novos surtos de progresso, numa como reacção contra o infortúnio. — Como exemplos de homens célebres, cujo fim foi ruína e miséria, poderíamos pejar páginas e páginas se nô-lo permitisse o tempo e se nos sobrasse lazer para os buscar nos arcanos da História. Bastaria que se lembrasse o nome de um Sócrates, de um Camões, de um Napoleão e de outros vultos dessa envergadura que se espalham pelas mais diversas atividades do espírito humano, para nos lembrarmos de como, após as mais icárias quedas, soem passar a uma posteridade gloriosa aquêles que esposam as grandes causas.

Movimento estupidamente fracassado, não obstante a simpatia de que se revestiu, foi indiscutivelmente e da Conjuração Mineira, a qual na expressão de Viriato Correia não passou de uma dolorosa “tragédia de almas”. Lágrimas, suicídio, debilidade mental, fôrca e esquartejamento — eis no que deu o sonho daqueles nossos ingênuos e santos patricios que lutaram temerariamente por uma pátria livre. — Mas nem por isso deixou o Brasil de sacudir o pesado jugo português. Pois assim como, após fracassos, quedas ou derrotas, em que se têm mergulhado, homens, empreendimentos e Nações têm voltado à tona, parecendo com isto adquirirem até impulso mais forte para o progresso, do mesmo modo o Estado do Espírito Santo, após trabalhos insanos, sacrifícios duros, e provações desesperadoras, conseguiu fazer vingar em seu solo o início de uma civilização que se vem firmando através dos séculos e que se projeta para além num futuro por certo promissor mas que infelizmente a nossa curta visão de pouco mais de meio século jamais poderia perceber.

Ai está, senhores, o que vos poderia dizer da História do Espírito Santo. É esta insignificância que acabais de ouvir. Mas *nihil novi sub sole* já dizia o velho sábio Salomão. E, com sinceridade o digo, nada de novo debaixo do sol do vosso saber histórico, poderia eu apresentar-vos aqui sobre o Espírito Santo que fôsse realmente digno da vossa benévola atenção. E nisto vai uma das ironias da vida: em vez de estar em casa estudando uma página de Dante, lendo uma fábula de Fedro ou apreciando a beleza poética de um episódio dos Lusíadas, estive por lá a rabiscar estas linhas com as quais estou prendendo inutilmente a atenção de homens mais doutos do que eu.

Mas vindo do glorioso Estado de Minas Gerais, de que muito me orgulho, e de que sou filho pelo nascimento e pelo coração, não deixo

de pertencer também, e com muita honra, ao não menos glorioso Estado do Espírito Santo. A êste me sinto radicado por afinidade e por gratidão, dada a felicidade que me tem acompanhado nesta terra tão querida para mim. Aqui encontrei uma companheira, capixaba de nascimento e de coração, e que muito me tem estimulado pelo seu exemplo de trabalho e paciência verdadeiramente cristã. Aqui nasceram os meus três filhos, os quais (modéstia à parte) são meninos de tẽmpera pacífica e bom coração; de índole capixaba, ou seja, de índole alguma cousa acima do vulgar, pela bondade. Aqui cheguei à posição que ocupo, a qual, embora humilde, me rodeou de amigos sinceros e de valor. Aqui me fiz professor de gerações de jovens com os quais muito tenho aprendido em troca do pouco que lhes tenho ensinado. Com efeito, dois dos mais conceituados colégios de Vitória me abriram, sem reserva, as suas portas. Aqui é que cultivei o pouco que aprendi das matérias que leciono, há mais de 20 anos. Aqui é que fiz o meu modesto curso de bacharel em Direito, estimulado pela palavra sincera de amigos verdadeiros.

E agora, nesta mesma terra, homens de cultura alguma cousa acima do vulgar, me convidam, bondosamente, para me irmanar com êles como membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

Pensando em algumas dessas verdades, tão gratas para mim, é que, um dia, tangido pelo coração, rabisquei estas palavras às quais, sem ser poeta, nem mimado das musas, me atrevi a dar a forma de soneto. Publicou-o bondosamente em outubro de 1945 a Vida Capixaba. E vou lê-lo agora com a vossa permissão, para terminar esta palestra; mas lembrando-vos de que não é a minha escassa cultura que fala, nem a minha curta inteligência. E sim o meu coração agradecido de mineiro que muito deve a esta terra abençoada e a êste povo feliz. Seu título é:

HINO AO ESPÍRITO SANTO

Salve Espírito Santo idolatrado!
Terra de povo forte e venturoso!
Ês — como Portugal — jardim formoso
Em nossa pátria “à beira-mar plantado”.

Tuas fontes, rios flores e um punhado
De graças, num conjunto harmonioso.
E êste teu solo, sempre generoso,
Ao forasteiro acolhe de bom grado.

Teu nome, dentre todos o mais santo,
Ê certamente a causa dessa glória
Que faz de ti o mais feliz recanto!

E o teu passado tem a sua história
Que se resume, como por encanto,
No nome desta capital: — Vitória.

RECEPÇÃO AO SÓCIO PROF. GUILHERME SANTOS NEVES

Discurso do Prof. PLACIDINO PASSOS

Um motivo, que se justifica, impede vir a esta tribuna, nesta hora, o ilustre orador oficial desta Casa, o nobre consócio Dr. Nelson Abel de Almeida.

Eis por que me encontro aqui e atendendo ao honroso convite, que é uma ordem, do digníssimo presidente desta Associação Histórico-Geográfica, Dr. Ceciliano Abel de Almeida.

Irei enfastiar-vos, sem dúvida, por alguns minutos, como humílimo orador, em sessão tão solene, pois, só aos mestres da palavra cabe prender, com agrado, a atenção de um culto auditório.

Para corresponder, porém, a tão honrosa confiança que em mim se deposita e desobrigar-me de tão difícil tarefa que me é cometida, qual a de receptionar um novo sócio que ingressa neste cenáculo, com as luzes do seu alto saber, confio no melhor da minha apoucada inteligência e no zelo que sempre dedico ao desempenho de encargo de agigantado vulto, esforçando-me, assim, para satisfazer à vossa preciosa atenção, certo, embora, de que vou abusar da vossa delicada paciência e causar enfado com palavras descoloridas e sem estilo.

Srs. — É árdua a minha incumbência de saudar um mestre a transpor o majestoso pórtico d'este Grêmio Histórico, cuja fundação se efetuou no dia 12 de junho de 1916, promovida por um valoroso grupo de intelectuais e patriotas, com o fim de preencher uma lacuna no Estado, quando outros da Federação já o possuíam. Seguiu-se, assim, o que se fez, no Brasil, em 1838, quando "uma Comissão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujos serviços à Pátria têm sido inestimáveis", segundo afirmação do Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto que, no dia da fundação d'este Instituto, pronunciou o seguinte no seu substancioso discurso, referindo-se à lacuna existente entre nós: — "É a que nós, meus senhores, nos lembramos de convidar-vos a preencher, fundando uma associação que nos traga para conhecermos porque devemos amar o Brasil, desejando a harmonia e o desenvolvimento que constituem o lema de nossa Bandeira e a opulência da sua grandeza material, representada no auriverde pavilhão, portador espiritual das nossas tradições gloriosas; uma associação que nos faça robustecer a consciência do motivo por que devemos ter o culto a este glorioso Estado onde as glórias passadas parece que se entrelaçam com a grandeza presente e fornecem elementos para confiarmos no mais ridente porvir. Sim, porque não é tão incolor, como se supõe, a história do Espírito Santo."

Imposta, portanto, a necessidade da existência de uma agremiação histórica no Estado e promovida a sua fundação, destinada ao estudo da história e geografia do Espírito Santo, constituiu-se de associados que não têm se descurado de zelar, com carinho, o que é nosso: as nossas fronteiras, as nossas magnificências, as nossas relíquias, as nossas tradições e o triunfo dos nossos heróis; de se dedicar ao estudo das cousas da terra capixaba, do seu desenvolvimento, dos seus fatos notáveis e de suas notórias ocor-

rências, defendendo, igualmente, o patrimônio material, moral, social e intelectual do rincão espírito-santense, pois este é o sublime ideal do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, onde se levanta também o altar do culto cívico ao passado.

E vem esta agremiação, cenáculo de nossas tradições, se desenvolvendo num surto decisivo de prosperidade, dada a capacidade administrativa de suas várias diretorias, dado o interesse patriótico dos seus associados, dedicando-se muitos deles ao seu progresso, numa constante atividade, sustentando seus magnos princípios, comprovando a sua vida de realizações.

Há 41 anos vem este Instituto cumprindo o seu sublime ideal, atendendo à sua elevada finalidade, comemorando solenemente as datas cívicas, realizando conferências histórico-geográficas, investigando fatos, cousas, lugares; defendendo as tradições da terra capixaba, preenchendo seu quadro social com a aquisição de valiosos elementos, recebendo-os com especiais homenagens; conservando seu patrimônio, mantendo relações com as associações congêneres, enfim, impondo-se com os seus estudos e as suas investigações como uma verdadeira associação científico-literária.

Meus Senhores. Quando ingressei neste Instituto, em 15 de novembro de 1928, — um modesto professor primário, com um simples e diminuto cabedal de conhecimentos — trazido pela mão amiga e boa de Heráclito Amâncio Pereira, que foi um dos fortes obreiros desta Casa, e cujo pai, o prorecto educador que foi Amâncio Pereira — outro entre os grandes — como dizia, cujo pai guiou-me os primeiros passos no caminho da honra e do saber, recepcionou-me, aqui, o grande e insigne mestre que é o Dr. Alarico de Freitas, então orador oficial deste Instituto.

Senti-me envaidecido ao ser elevado da minha humildade por tão grande honra, entrando para o convívio de conspícuos homens de cultura, e saudado por um brilhante intelectual e nobre valor da terra capixaba.

Hoje, nesta hora, alteado a esta tribuna, por um convite honroso, já disse, que é uma ordem, do eminente homem que dirige atualmente os destinos desta Casa, o muito digno consócio Dr. Ceciliano Abel de Almeida, e em virtude do motivo que justifica o impedimento do brilhante orador oficial, o consócio Dr. Nelson Abel de Almeida, está-me cabendo a magna honra de recepcionar um preclaro mestre, outro valor que enobrece a intelectualidade espírito-santense, Dr. Guilherme Santos Neves.

Envaidecido me sinto, elevado novamente da minha humildade, e quase que embaraçado por me faltarem os predicados especiais para tão superior encargo, o que suprirei, todavia, com o poder que me estimula e me encoraja.

Dr. Guilherme Santos Neves. — Esta Casa se engalana e seus membros se rejubilam para vos receber com especial homenagem e carinhoso aprêço, certos de que os vossos legítimos títulos são valiosas credenciais que vos habilitam, realmente, a entrar neste recinto, sentar em suas poltronas e conviver aqui, enaltecendo este Grêmio Histórico e engrandecendo-o com o vosso apreciável e prestante curso.

Meus Senhores. — O Professor Dr. Guilherme Santos Neves é genuinamente espírito-santense. Filho de tradicional família capixaba.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, em 1930, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

É membro da Academia Espírito-Santense de Letras, ocupando a cadeira, cujo patrono é o venerável jesuita José de Anchieta.

Ninguém ignora a bagagem cultural que possui o recepiendário. Todos conhecem certamente o conjunto das obras que o valorizam, produto da sua erudição e da sua apreciável capacidade intelectual. Observam a sua intensa atividade no meio educacional, no meio literário, no meio jorna-

lístico e no meio jurídico; tomam conhecimentos de seus estudos sociais, estudo das tradições do povo, do seu intenso trabalho de perquirir e de colecionar.

A sua importante tese de concurso, "À Margem do Mais que Perfeito" é uma erudita peça da sua valiosa bagagem, a qual o elevou, merecidamente, em 1950, à cátedra de português do Colégio Estadual do Espírito Santo, nesta cidade, onde vem pontificando com proficiência e onde fez o seu curso secundário, ao tempo de Ginásio do Espírito Santo.

Mereceu a tese justos elogios da Comissão Examinadora.

É mestre da mesma matéria em outros estabelecimentos de ensino secundário desta Capital e leciona na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a cadeira de Literatura Portuguesa.

Lançou outros trabalhos e interessantes como "Cancioneiro Capixaba de Trovas Populares", "Cantigas de Roda" (dois volumes) com a colaboração do Professor João Ribas da Costa; "Nau Catarineta", "Alto Está e Alto Mora", "Fisionomia Folclórica Vitorriense", "Da Interjeição Imperativa, primeira forma elementar da Linguagem" e outros.

Publicou cinquenta números do Boletim Folclórico, como seu Diretor, e mundialmente conhecido. Ainda de sua autoria se espera a publicação de dois livros: um rimário de Camões e uma análise de uma das obras de Camilo Castelo Branco.

Foi Diretor, vários anos, de "Vida Capixaba".

É Secretário Geral da Comissão Espírito-Santense de Folclore e pertence a diversas sociedades etnográficas no Brasil e no exterior.

Participou de vários certames folclóricos com a contribuição dos seus importantes estudos e trabalhos no assunto. Foi presente ao 1.º Congresso Brasileiro de Folclore realizado no Rio de Janeiro, em 1951; ao 2.º Congresso Brasileiro de Folclore, em Curitiba, no ano de 1953; ao Congresso Internacional de Folclore e Congresso Internacional de Americanistas, em São Paulo, no ano de 1954 tendo sido eleito Secretário de uma das Comissões de trabalho; ao 3.º Congresso Brasileiro de Folclore, realizado agora na Bahia, tendo sido orador oficial, falando em nome das Comissões Regionais de Folclore.

De sua carta publicada em uma seção de "A Gazeta", referindo-se à sua participação como membro da delegação capixaba a esse Congresso, extraímos o seguinte: — "Levamos para o Congresso vários trabalhos; levamos o Mapa Folclórico do Estado (festejos populares); levamos nossas idéias e sugestões para os debates no importante conclave, e, acima de tudo, o entusiasmo pela causa do Folclore Nacional, tão mal reconhecida e tão mal parada e amparada hoje em dia em nossa terra. Confiamos, assim, que não deslustraremos as tradições de cultura de nossa gente capixaba, certos de que lá fora melhor hão de avaliar e valorizar a nossa capacidade e o nosso esforço sem alarde".

No Congresso Folclórico realizada em São Paulo apresentou congadas de algumas de nossas regiões, com números de danças típicas, toadas e cantigas originais, comparecendo os seus componentes vestidos a caráter.

Organizou junto ao Museu Capixaba um museu folclórico, onde se encontram, em exposição, instrumentos rústicos e objetos de vários tipos que relembram o passado e as tradições da nossa gente; relíquias e outras antiguidades típicas.

Ilustre mestre recipiendário. — Em festa e com manifesto júbilo vos recebe este Instituto, reconhecendo os seus membros o vosso valor cultural. Preenche, assim, com uma pedra branca, mais um claro no seu quadro social, certo de que contará com um dedicado elemento, um associado entusiasta que, com a sua preciosa colaboração, muito se interessará pelo

desenvolvimento da instituição de modo que ela se destaque sempre com as suas constantes atividades e se projete lá fora para que se avalie e valorize, com melhor julgamento, a grandeza da terra capixaba, a cultura dos seus filhos, a capacidade do seu povo, agindo nos vários setores de trabalho construtivo, enfim, a sua vida de operosidade e progresso.

Está, pois, de parabéns o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo com a valiosa aquisição que faz, aceitando em seu seio, com real agrado, o ilustrado Professor Dr. Guilherme Santos Neves que, nesta hora, transpõe, triunfante, os umbrais dêste templo de civismo.

Nossas congratulações. Sêde bemvindo.

A "CASACA" — INSTRUMENTO MUSICAL INDÍGENA

(Discurso de posse) — GUILHERME SANTOS NEVES

A muitos há de parecer, talvez, fora de propósito o tema desta minha palestra, como oração de ingresso a este alto cenáculo da nossa história.

Que interesse histórico poderá ter o estudo sobre a "Casaca" — instrumento musical usado outrora pelos nossos índios e ainda vigente nas festas do nosso povo simples? Que valor histórico poderá apresentar a descrição e a localização desse objeto rústico das nossas Bandas de Congo.

O tema — é evidente — prende-se mais à Etnografia e ao Folclore, do que propriamente à História. Mas, se assim é, — tem por sem dúvida cabimento aqui, neste Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o assunto de que vou tratar. Pois não são ciências irmãs — a História, a Etnografia e o Folclore? Não é certo que o Folclore é uma ciência histórica? E, sob certos aspectos, Etnografia e Folclore não são a mesma ciência?

Ismael Moya, em seu livro "Didáctica del Folklore" (Buenos Aires, 1948, p. 151) põe, lado a lado, a História e o Folclore: "La historia y el folklore se complementan, se sostienen, se entrelazan". "El folklore no solamente es un perfil de la historia, a veces se convierte en índice orientador sobre el origen de los acontecimientos." E prossegue: "La historia oficial es la relación cronológica de los hechos y se basa en documentos de responsabilidad reconocida: leyes, decretos, sentencias, partes de guerra, comunicaciones, proclamas, tratados, biografías, correspondencia. Pero, coexistiendo con ella, como un río que corriera paralelo a otro mayor y más frecuentado, discurre otra historia que no ha recibido la consagración de las altas aulas" — É o folclore.

Aqui, neste mesmo recinto, na noite de 27 de julho de 1953, o ilustre Professor Manuel Diégues Junior teve ensejo de frisar bem frisado, em sua bela conferência "História e Folclore do Nordeste", que "História e folclore andam tão próximos, de mãos juntas, que nem sempre se pode separá-los" (...) "Um traço comum os une — a tradição. História e folclore se baseiam na tradição" (...) "Tanto a história como o folclore é o povo que os faz, que os constroi, que os edifica".

Justificado, assim — a meu ver — a cabibilidade do tema desta palestra dentro dos estudos históricos — peço vênha para ler o meu despretensioso trabalho: A "*Casaca*" — *instrumento musical indígena*.

Chama-se "CASACA", no Espírito Santo, um instrumento idiófono, formado geralmente de um cilindro de madeira (numa de cujas extremidades se esculpe uma cabeça) escavado numa das faces em que se prega uma lasca de bambu com talhes transversais, sobre os quais se atrita pequena vara ou haste de pau. (V. figura 1)

Esse instrumento é também conhecido, entre nós, pelos nomes de *casaco*, *canzaca*, *canzá*, *ganzá*, *caracará*, *reque-reque* e *reco-reco*.

Canzá ou Ganzá

Quer entre o povo, quer entre os autores, divergem os nomes e significados dos termos *canzá* e *ganzá*, ora considerados “reco-reco”, ora “chocalho”, ou tidos indistintamente como sinônimos.

Desfilemos aqui algumas opiniões:

Jacques Raimundo, em “O negro brasileiro” (Rio, 1936, p. 61) diz que “*ganzá* é um elemento feito de uma cabaça com pedras miúdas ou pequenos pedaços de metal”. Portanto, *ganzá* — *chocalho*.

O mesmo autor, logo a seguir, informa que “no Rio de Janeiro, como noutros lugares, diz-se de preferência *canzá*, mas diverge o instrumento na forma e na finalidade: consta de um cilindro de taquara, sobre cuja superfície, golpeada em gomos, se passa um pedaço de madeira ou uma lâmina de metal, tirando-se sons fortes e ritmados; chama-se-lhe também *reco-reco*”.

Luciano Gallet estabelece certa confusão com respeito ao que se deva entender por *ganzá* ou *canzá*. À página 62 de seus “Estudos de Folclore” (Rio, 1934), estampa a foto de um *ganzá* (reco-reco) tirado à coleção Artur Ramos (a mesma que aqui inserimos, Fig. 2); mas, à página 85, dá o *ganzá* como chocalho, em nota breve ao “Côco de Ganzá” — “Boi Tungão”.

Renato Almeida, em “História da Música Brasileira” (Rio, 1942, p. 114), sem indicar a localização, define “o *ganzá*, *canzá* ou *caracaxá*, espécie de *maracá* indígena” como “um cilindro de folha de Flandres, fechado, e com um cabo. Contém grãos ou seixos que soam agitando-se”. Portanto, *canzá* — *ganzá* — *chocalho*.

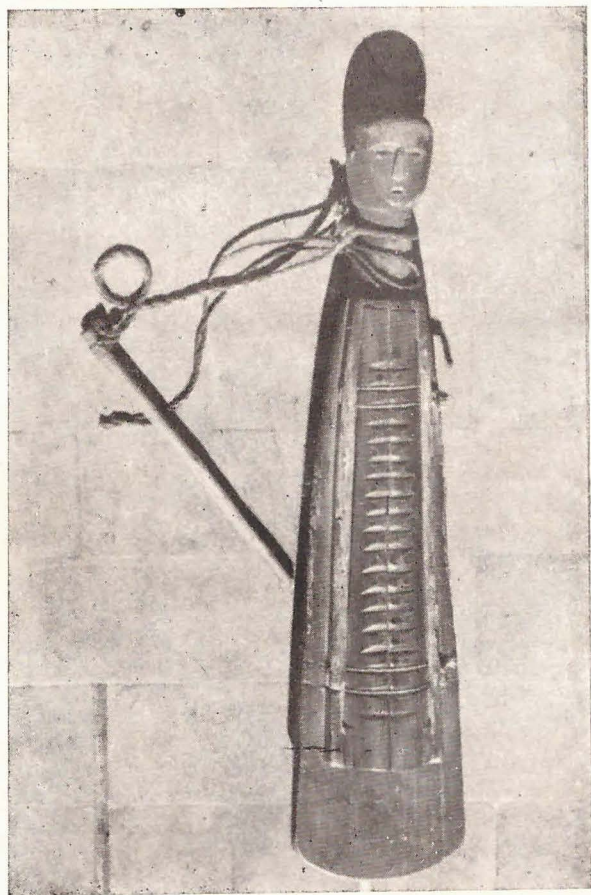
Logo a seguir, o mesmo autor informa: “Edison Carneiro fala de um *ganzá* ou *canzá*, gomo de bambu com talhos transversais”. De fato, lá está em “Religiões Negras” (Rio, 1936, p. 112) de Edison Carneiro, o informe citado pelo autor de “História da Música Brasileira”. Logo, *ganzá* — *canzá* — *reco-reco*.

Mário de Andrade sempre entendeu o *ganzá* como *chocalho*. Pelo menos é o que se pode apurar das referências a tal instrumento em seus livros, por exemplo, a “Pequena História da Música” (Ed. Martins. S. Paulo, 1951, ps. 186 e 192). Nesta última página, até cita o *ganzá* ao lado do *reco-reco*. Ressalte-se, outrossim, que a um dos seus livros de folclore tencionava ele dar o nome de “Na pancada do Canzá”. Essa “pancada” aí jamais poderia exprimir o rascar do *reco-reco*, mas possivelmente, o bater ou sacudir do chocalho nas mãos do músico. Assim, para Mário de Andrade, *ganzá* ou *canzá* — *chocalho*.

Oneyda Alvarenga, em notas aos instrumentos referidos no seu livro “Música Popular Brasileira” (P. Alegre, 1950, p. 308), define *ganzá* ou *canzá*: “chocalho consistindo num pequeno tubo fechado, de folha-de-Flandres”. Logo, também Oneyda Alvarenga entende — *canzá* ou *ganzá* como *chocalho*. Mas, a seguir, sem localizar, diz a autora: “A designação *ganzá* é aplicada também ao *reco-reco*”.

Alceu Maynard Araújo, em seu “Documentário Folclórico Paulista” (S. Paulo, 1952) distingue o *canzá* do *reco-reco*, pondo-os lado a lado, em desenhos que constam da página 49, ao tratar da “Congada” de Piracaiá. Em carta que nos escreveu sobre o assunto, a nosso pedido, (28-4-953), informa que, em São Paulo, *canzá*, mais frequente do que *ganzá*, é *chocalho*.

No “Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa” (9.^a ed. S. Paulo, 1951), ora sob a supervisão de Aurélio Buarque de Holanda, lê-se: “*Ganzá* — (Bras. Nordeste) caixa de folha-de-flandres, munida de cabo e com seixinhos, a qual, produzindo som quando agitada, serve de instrumento musical”. Logo, no nordeste, *ganzá* — *chocalho*. Mas, no ver-



(Figura 1) — A “Casaca” — instrumento musical capixaba.

bete *Canzá*, manda-se ver *Reco-reco*; e neste, além da definição, acrescenta-se: “é também chamado *reque-reque*, *canzá* ou *ganzá*, *caracará*, *querequexé*... Assim: *canzá* — *ganzá* — *reco-reco*.”

Em Maceió, durante a IV Semana Nacional de Folclore, em janeiro de 1952, tive em mãos um *ganzá* ou *caracará*, como lá chamam a uma espécie de chocalho. Servia êle de instrumento para marcar o agitado ritmo do “côco alagoano”. Um cilindro de folha-de-flandres ou de metal branco, de uns 0,35 de comprimento por 0,06 de diâmetro, fechado nas extremidades, contendo pedacinhos de chumbo que o movimento da mão chaco-lejava. Em dois pontos dos extremos, na parte extrema do cilindro, na mesma direção, encarapitavam-se, soldados a êle, dois pequenos balões do mesmo metal — os *maracazinhos*, também contendo seixos ou partículas de chumbo.

Também no Rio Grande do Norte, segundo informe de Mestre Câmara Cascudo em carta que nos dirigiu (20-3-953): “o nosso *ganzá* por aqui é o maracá, de cuia ou folha de flandres”. Portanto, para Cascudo, *ganzá* — *chocalho*.

O mesmo informa Diegues Junior, com base em Artur Ramos, segundo carta que nos escreveu (23.6-953). Em nota sobre “Música Negra” (in “Diário de Notícias” de 17-5-53) considera, como se vê da ilustração ali estampada, o *ganzá* como *chocalho* e o *canzá* como *reco-reco*.

Por fim, Flausino Rodrigues Valle, em seus “Elementos de Folklore Musical Brasileiro” (Brasília, 1943, p. 81), ao tratar dos instrumentos músicos dos negros, cita, com base em Luciano Gallet, o *ganzá* “hoje espalhado por todo o Brasil, nas músicas populares, carnaval e dança” e “conhecido sob o nome de: *reco-reco*”. Assim, *ganzá* = *reco-reco*.

Aqui no Espírito Santo, além de se considerar *canzá* como *reco-reco*, também se aplica o termo ao *chocalho*. Tal o que ocorre em Conceição da Barra e São Mateus, ao norte do Estado, onde *canzá* é uma espécie de *chocalho*, formado com tampinhas de cerveja (“champinhas”, como se diz por aqui), e usado na dança-dramática do “Ticumbi”. Aliás, há referência expressa ao *canzá* nos cantos dêsse famoso Baile de Congo

“Olha, povo devoto,
Segura o pandêro e viola e *canzá*,
Que na barriga de reis de Congo
Eu vô sapatá...”

Apura-se, pelo exposto, esta desconcertante variedade de sinonímia:

Canzá — *ganzá* — *chocalho* (Renato Almeida, Oneyda Alvarenga)

Canzá — *ganzá* — *reco-reco* (Edison Carneiro, Pequeno Dicionário, ver adiante opinião de Artur Ramos)

Canzá — *reco-reco* (Jacques Raimundo, Diégues Junior, Pequeno Dicionário)

Canzá — *chocalho* (Mário de Andrade, Alceu Maynard Araujo)

Ganzá — *reco-reco* (Oneyda Alvarenga, Flausino Rodrigues Vale)

Ganzá — *chocalho* (Mário de Andrade, Jacques Raimundo, Luciano Gallet, Câmara Cascudo, Diégues Junior, Oneyda Alvarenga, Pequeno Dicionário).

Ou, localizando apenas os dois termos — *canzá* e *ganzá* — em diversas áreas do país, segundo os dados referidos:

Canzá — *chocalho*: São Paulo, Espírito Santo.

Canzá — *reco-reco*: Rio de Janeiro, Alagoas, Espírito Santo

Ganzá — *chocalho*: São Paulo, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte.

Ganzá — *reco-reco*: São Paulo, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte.

Mas, afinal: chocalho ou reco-reco?

Dentro do sentido do vocábulo africano — *ganzá* — originário, segundo Jacques Raimundo (op. cit. p. 61) do quimbundo *nganza* — *cabaça* — o mais certo é que *ganzá* fôsse, de início, apenas um tipo de chocalho africano, como o *maracá* dos indígenas. Depois, por força de circunstâncias e confusões várias, hoje em dia talvez inexplicáveis, passou o termo, em certas áreas geográficas do país, a significar também *reco-reco*. (*)

Hoje em dia, não nos parece possível garantir que um sentido suplantará o outro, dado o uso frequente de ambos os instrumentos (*ganzá* — *reco-reco*, *ganzá* — *chocalho*) na moderna música popular brasileira. Nem mesmo se poderá supor que o *canzá* passe a significar apenas o *reco-reco*, e o *ganzá* o *chocalho*, segundo a distinção feita por vários autores, inclusive Diégues Junior.

Talvez seja apenas admissível prever que o termo *reco-reco*, mais expressivo por sua forma onomatopaica, irá substituir e absorver, com o tempo, o de *ganzá* ou *canzá*, reservando-se, então, um destes — ou ambos — para significar apenas *chocalho* ou *maracá*.

Procedência

Vejamos agora a questão da procedência do *canzá* ou *ganzá* apenas como *reco-reco*, que é o que aqui nos importa.

Afirmava Artur Ramos, em seu livro “O negro brasileiro” (Rio, 1943, p. 164) que “Dos instrumentos idiófonos, o negro importou o *ganzá* ou *canzá*, feito de cana com orifícios e talhos transversais” Nessa obra se estampa fotografia do *canzá* ou *ganzá* — *reco-reco*, a mesma que se vê da figura 2 deste nosso trabalho.

Em que pese ao valor e autoridade de tal entender, para nós, data venia, o vocábulo *ganzá* ou *canzá* é que nos veio da África, possivelmente indicativo do tipo de chocalho com que é denominado em alguns pontos do Brasil, inclusive no Espírito Santo, região norte. João Ribeiro incluiu o *ganzá* na pequena relação de termos oriundos do *ambundo*, língua de Angola e Congo. (V. “Dicionário Gramatical”, Rio, 3.^a ed. 1906, p. 217).

Mas o instrumento de cana com gomos ou talhos transversais, depois geralmente chamado *reco-reco* — este deve de ser indígena, embora não neguemos a existência de outros instrumentos rascantes ou atritadores nas “terras viciosas” da velha África.

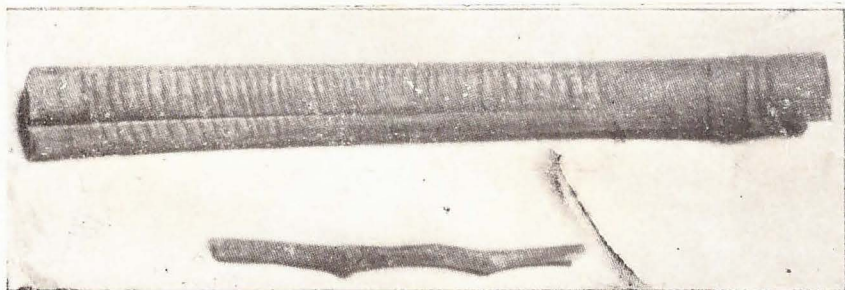
As razões desta nossa suposição explanam-se e se reforçam no que se segue.

Caracará — Reco-reco

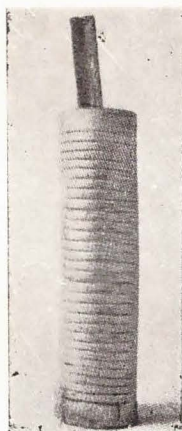
Vimos que Renato Almeida (op. loc. cit.) dá o vocábulo *caracará* como sinônimo de *maracá*, portanto como *chocalho*. Já no Pequeno Dicio-

(*) Poderíamos conjecturar, por exemplo, que do termo cassaco, usado pelos índios do Espírito Santo (como veremos adiante), resultou, por nasalização, *canzaco* ou *canzaca*, como aliás ainda se ouve em recantos deste Estado. Daí para *canzá*, com apócope, seria um passo.

A transformação de *ganzá* em *canzá* poderia dar-se pelo mesmo fenómeno que mudou *muganga* (de *ma* _ *nguangua*) em *mucanca* (cfr. João Ribeiro, op. cit. p. 220). Registre-se ainda, para indicar a indiferença no uso do *_g* ou do *_c*, o vocábulo *mungunzá* também pronunciado *mugunzá* ou *mucunzá* (cfr. Jacques Raimundo, “O elemento afro-negro na Língua Portuguesa”, Rio, 1933, p. 146).



(Figura 3) — O “Caracacha” dos índios guató.



(Figura 2) — “Ganzá” — Coleção Artur Ramos.

nário Brasileiro da Língua Portuguesa”, como se viu, *caracaxá* é um dos nomes do *reco-reco*.

Para roborar este último conceito, veja-se o que nos informa o etnólogo alemão Max Schmidt, em seus “Estudos de Etnologia Brasileira” (Brasília, S. Paulo, 1942) acerca de instrumento com igual nome, por ele examinado na cidadezinha de Rosário, próxima a Cuiabá, no Mato Grosso, lá pelo ano de 1900 ou 1901:

“Pouco depois fez-se um intervalo em que foi servida aguardente, e, então, agrupou-se em torno do altar certo número de dançantes, formando semi-círculo para começar a dança do “cururu” tão conhecida em Mato Grosso. Parte dos que dançavam acompanhava na “viola” os versos ali mesmo improvisados pelos cantores. Outra parte dos presentes seguia o ritmo *por meio de um pau que roçava numa ripa de bambu*, instrumento que denominavam “*caracacha*” (p. 14).

A página 115 se estampa, como figura n.º 27, o “caracacha” dos guatós, pertencente ao Museu de Berlim (veja-se a figura n.º 3 deste nosso trabalho) instrumento obtido pelo etnólogo germânico de indígenas do Mato Grosso, como se vê pelo seguinte tópico, à página 114, no capítulo “Entre os índios guatós”:

“A festa que começou ao escurecer esteve a princípio alegre e solene... Os homens apareceram em círculo dançando o cururu ritmicamente. Mequi e eu, sentados ao pé do tronco, fazíamos música, isto é, ele brandia as cordas da viola com melancólica inspiração, e eu fazia o possível para contribuir com a minha parte no “*caracacha*”, *instrumento recém-adquirido*”.

Mais adiante (p. 223), ao desfilar o vocabulário dos guapós, cita o autor, entre os “elementos etnográficos” (n.º 29) o “caracacha” (instrumento de música feito de bambu torneado) — “*magaragats'a*” — termo ligado a “*vagaats'a*” — *dançar*.

Esses índios guatós, que o etnólogo alemão encontrou em Mato Grosso, eram semi-civilizados, guardando ainda quase todos os velhos costumes dos seus maiores. Veja-se o que nos diz Max Schmidt, à página 125 do seu precioso livro:

“Certamente que a influência brasileira já chegou mesmo até este canto, pois os machados são de pedra, bem assim as pontas das lanças com que matam o jaguar. A saia de chita da mulher e as calças dos homens usadas como panos da costa são de fabricação européia. Aqui e ali encontra-se uma panela de ferro, uma caneca de folha ou uma velha lata de conserva. *Afora isso, todos os objetos são legitimamente indígenas*”.

Nestas condições, o *caracaxá* usado entre os índios guatós do Mato Grosso deve de ser “objeto legitimamente indígena”, com denominação apropriada em sua mesma língua bárbara: *caracacha*.

Caracaxá, portanto, vocábulo indígena, indica — não o maracá, mas — o *reco-reco* primitivo, tal como se define no “Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”, e se denomina o popular instrumento em

Mato Grosso e em algumas localidades do Espírito Santo. (*)

Sua origem — como a *casaca* espírito_santense — é indígena.

Dai por que entendemos se deveriam esclarecer ou retificar certas opiniões difundidas em livros, acêrca dos instrumentos musicais dos índios e negros, que perduram ainda na moderna música brasileira.

A “Casaca” no Espírito Santo

A mais remota referência a este instrumento, em terras do Espírito Santo, colhemo-la no livro de F. Biard, “Voyage au Brésil” ou “Deux années au Brésil” (Paris, 1862), onde há menção expressa ao velho instrumento musical, usado, então, pelos índios de Santa Cruz, como o refere o viajante francês, que por aqui andou em 1858.

Interessado em ver de perto “les Indiens”, Biard conseguiu afinal, no Rio de Janeiro, um esperto “signorX”, que o trouxe até cá. Já ao saltar aqui em Vitória, teve o curioso francês oportunidade de ver “pour la première fois des Indiens agglomérés dans une sorte de faubourg” (p. 124) Mas foi em Santa Cruz, lá por perto da “rivière Sangouassou” que se lhe ofereceu melhor ensejo de ver, anotar, desenhar e até fotografar os “índios”, e conhecer-lhes os hábitos e costumes. Em dezembro daquele mesmo ano de 1858, presenciou êle breves aspectos da festa de São Benedito, registrando o encontro com uma autêntica banda de Congo, à frente o seu “capitão”, tendo à mão um bastão enfeitado, e que “não cessava de dançar durante tôda a cerimônia; o portador da pequena imagem de São Benedito (que, diz Biard, “je ne sais pourquoi est nègre”) imagem resguardada do tempo por amplo guarda-chuva vermelho; as “velhas devotas que, em tórno do santo, dançavam “le cancan”; os músicos, — uns, batendo o tambor “pequeno tronco de árvore ôco, coberta uma das extremidades por um pedaço de pele ou couro de boi”, e outros músicos, “rascando com um pequeno bastão um instrumento feito dum pedaço de bambu denteado de alto a baixo”. (p. 197)

Ilustra o registro de Biard um desenho, por êle feito, (e que aqui reproduzimos fig. 4) no qual se vêem, embarcando numa canoa, as figuras principais dessa primitiva *banda de Congo*, inclusive os músicos com seus tambores e *casacas* (p. 199) .

Outra referência velha ao mesmo instrumento musical, no-la dá o Padre Antunes de Sequeira, em seu valioso e informativo livro “Esbôço Histórico dos Costumes do Povo Espírito_santense” (Rio, 1893). Lá está, à página 42, no seguinte tópicó:

“Conquanto já esteja o dialeto dos *motuns* — mais mansos que os *pancas*, habitantes dos fundos do rio Doce — corrupto, todavia em 1863, quando por ali viajei, pude colher algumas pala-

(*) Em recente estudo acêrca dos festejos populares em Cuiabá, Rubens de Mendonça transcreve estas quadrinhas improvisadas num “cururu”:

— “Ora pois que desafôro!
Cala a bôca ó peladinho
Que aqui mesmo co'a viola
Vou te quebrar o focinho!...

— “Então venha, malcriado!
Com o teu “côxo” de pinho,
Que aqui tenho o “caracaxá”
Prá surrar um barbadinho...”



(Figura 4) — Banda de Congo de Santa Cruz

bras, que um intérprete verteu em nossa língua. (...) Nas danças acocóro-se todos em círculo, batendo com as palmas das mãos nos peitos e nas côxas, e soltando guinchos horríveis. Fazem caretas e trejeitos, acompanhados de uma música infernal!

"Os instrumentos dessa *desarmonia* são: os *cassacos*, um bambu denteado, corrida a escala por um ponteiro da mesma espécie; tambores feitos de pau cavado, às vèzes ôco por sua natureza, tendo em uma das extremidades um couro, pregado com tarugos de madeira rija. A êles juntam o som produzido por um cabaz, cheio de caroços ou sementes do mato, hoje grãos de feijão e milho".

Êsses dois registros do século passado — de Biard e do Padre Antunes — vêm crescer e encorpar a suposição de que a *casaca* é, de fato, um velho instrumento musical de origem indígena, mau grado a opinião de tantos autores de alto renome e nota.

Localização do instrumento no Espírito Santo

Em 1952, em decorrência do Ato n.º 15, de 18 de agôsto daquele ano, baixado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado — o qual acrescentou às atribuições dos professores primários a de colaboradores e informantes da Comissão Espírito-santense de Folclore — procedeu esta a dois inquéritos: um — sobre "festas populares dramatizadas"; o outro — acêrca do instrumento musical, tema desta palestra.

O 2.º questionário foi enviado a 258 professoras sediadas em vários grupos escolares do interior do Estado, as quais, dentro do prazo fixado para a devolução, o entregaram à Secretaria de Educação e Cultura que, por sua vez, os encaminhou à Comissão de Folclore.

Através dos questionários devolvidos, em número de 197, pôde-se, mais ou menos, localizar, em vários recantos do Espírito Santo, o instrumento musical entre nós denominado: *casaca*, *canzaca*, *cassaco*, *canzá*, *caracaxá*, *reque-reque* e *reco-reco*.

Está assim distribuído o instrumento, nas localidades e municípios capixabas, segundo a sua designação:

CASACA	— Vitória e Goiabeiras (Mun. capital) — Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida, Pitanga, Putiri, Campinho e Serra (Mun. Serra) — Caieira Velha, Riacho, Barra do Riacho, Santa Rosa, Sauaçu e Aracruz (Mun. Aracruz) — João Neiva e Ibraçu (Mun. Ibraçu) — S. Silvano e Patrão-mór (Mun. Colatina) — Fundão e Timbuí (Mun. Fundão).
CANZACA	— Nova Almeida.
CASSACO	— S. Silvano e Novo Brasil (Mun. Colatina) — Ibraçu e Pendanga (Mun. Ibraçu) — Nova Almeida (Mun. Serra).
CANZÁ	— Nova Almeida — Anchieta
GANZÁ	— Nova Almeida
CARACAXÁ	— S. Silvano.
REQUE-REQUE	— S. Silvano.
RECO-RECO	— Vitória e Goiabeiras (Mun. Capital) — Aribiri e Vila Velha (Mun. Espírito Santo) — Boa Vista, Piranema e Cariacica (Mun. Cariacica) — Pitanga, Manguinhos, Jacaraípe, Nova Almeida, Putiri, Campinho e Serra

(Mun. Serra) — Iconha — Viana — Anchieta — Guapari — Santa Teresa — Santa Leopoldina — Alfredo Chaves — Alegre — Ibitaçu — Muqui — Cachoeiro de Itapemirim — Afonso Cláudio e Laranja da Terra (Mun. Afonso Cláudio) — S. Silvano, Novo Brasil, Patró-mór, S. Gabriel da Palha e Colatina (Mun. Colatina) — Linhares — São Mateus — Conceição da Barra — Fundão — Itaguaçu e, possivelmente, em todo o Estado.

O inquérito folclórico a que a Comissão Espírito-santense procedeu em 1952 — o primeiro que se fez até hoje no Espírito Santo, em torno de um instrumento musical — teve, naturalmente, suas omissões, não podendo, por isso, seus resultados ser levados a todo o rigor.

Apesar, porém, de não terem sido devolvidos todos os questionários; de alguns deles não trazerem informações claras e completas; de ter havido, por parte de algumas professoras, ou desinteresse ou falta de experiência e prática em tal pesquisa — a verdade é que, em sua maior parte, vale o inquérito pelo pioneirismo que o consagra, pela boa vontade das inteligentes informantes, e pelos resultados satisfatórios obtidos, o que permite prever, noutras pesquisas ulteriores, melhores e mais proveitosas colheitas.

Outras informações decorrentes do inquérito e de observação própria

A *casaca* não se utiliza isoladamente. Em regra geral se usa como integrante das chamadas *Bandas de Congo*, agrupamento de músicos rústicos, que entoam velhas e tradicionais cantigas, ao som de *casacas*, tambores, caixas, puitas ou cuicas, chocalhos e triângulos ou ferrinhos. (Ver adiante fotografias de algumas dessas Bandas e seus figurantes).

Também em grupos de *Jongos* e *Caxambus* se pode encontrar o instrumento, bem como no rito fúnebre da “*encomendação das almas*”, como ocorre (segundo informação do inquérito) no município de Afonso Cláudio, por exemplo.

As festas de que participam as “*Bandas de Congo*” e, conseqüentemente, a *casaca* — são, em sua maioria, festas de santos: cortada e puxada de mastro de S. Pedro, S. Sebastião e principalmente S. Benedito.

A designação que se dá aos músicos que tocam a *casaca* difere conforme o lugar e o nome do instrumento. Em área maior é a de *tocador de reco-reco* ou *recorrequista*. Depois — *casaqueiro*, *canzaqueiro*, *conquista*, *casquista* e *folgador*.

A vareta que rasca os talhos da *casaca* não tem nome apropriado.

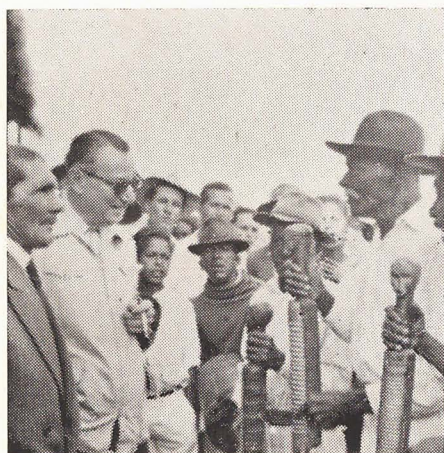
A *casaca* pode ser segura verticalmente ou inclinada para a frente ou para trás, como se pode ver pelos clichês estampados adiante.

Difere o formato do instrumento conforme a área de sua utilização. Na maioria das localidades, o *reco-reco* assume a forma generalizada no Brasil: o cilindro de bambu ou taquara denteado numa das faces. Na área compreendida pelos municípios de Aracruz, Serra e Fundão — a *casaca* é feita como da definição inicial deste trabalho. O bambu ou taquara, denteado em comprida lasca, entra como cobertura da caixa de ressonância escavada no cilindro de pau. Mas a característica principal da *casaca* — que a torna sem símile no Brasil — é a *cabeça esculpida* a canivete ou facão, à semelhança de *ex-votos*. No lugar dos olhos põem, por vêzes, tentos ou sementes de côr, ou pequenas esferas ou partículas de chumbo. Pintam-se-lhe os olhos, boca e faces da cabeça ou toda a *casaca* com tinta comum ou de frutas do mato. Algumas trazem inscrições ou letras indicativas de frases ou do nome de seus possuidores.

O formato da peça (vê-se pelas fotografias) ora é cilíndrico, da



(Figura 5 e 6) — Figuras de Bandas de Congo (Serra e Caeira Velha — Aracruz)



mesma largura em todo o corpo, ora apresenta ligeiro alargamento na parte inferior, como um leque entreaberto.

Como se vê, a *casaca* é instrumento musical, mas ao mesmo passo, objeto de arte popular. Por isso, já tivemos oportunidade de sugerir a pescadores — figuras integrantes de Bandas de Congo — da praia de Manguinhos e de Jacaraípe, que se dessem ao fabrico dessas peças interessantes, cuja procura por folcloristas e colecionadores tem sido muito intensa ultimamente. Não são poucos os que me pedem que lhes remeta um exemplar. Posso assegurar aqui que a nossa *Casaca* figura nos museus de folclore de Alagoas, do Paraná e do Distrito Federal, e no próprio Museu Nacional no Rio — presentes da Comissão Espírito-santense de Folclore. Também na Bahia e no Rio de Janeiro existem, em coleções particulares (Caribé, Rubem Braga, Mário Lago e outros) exemplares da bela e curiosa peça musical do Espírito Santo.

Minhas senhoras e meus senhores:

Para a posse solene nesta Casa de Domingos Martins, exigem os seus Estatutos uma conferência que foque assunto histórico ou relacionado com a História.

Daí por que esta palestra se cingiu, quase exclusivamente, ao tema escolhido, sem extravios literários ou divagações de retórica, que a tornariam talvez mais suportável...

Bem sei as deficiências que o trabalho apresenta, digno, por sem dúvida, de melhores e maiores estudos e investigações.

Perdoai-me, afinal, se ele desmereceu do rol brilhante de conferências aqui pronunciadas por eminentes consócios, membros ilustres desta Casa ilustre.

RECEPÇÃO AO SÓCIO DESEMBARGADOR CÂNDIDO MARINHO

Discurso do Prof. NELSON ABEL DE ALMEIDA

Snr. Desembargador Cândido Marinho da Silva:

É sempre motivo de júbilo, de justas alviças a entrada de um novo sócio para este sodalício, a fim de integrar o quadro dos batalhadores anônimos da Casa de Domingos Martins.

Cabe-me, por ser o orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, a honra insigne de vir trazer ao eminente intelectual que, nesta hora solene, passa a ser um dos nossos as boas vindas de todos nós, dizendo-lhe da satisfação com que o recebemos, dizendo-lhe da nossa estranheza por vê-lo só agora entre nós.

E saúdo a Cândido Marinho da Silva com indizível alegria, na certeza de que, nesta Casa, ele não será um contemplativo, ele não se manterá inativo, ele não assumirá uma atitude apática, nem se contentará com o simples título de sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, pois homem bem vivido e bem experimentado na vida, não está mais no tempo de se sentir ofuscado por esse acontecimento.

Muitos perguntarão — quais as credenciais dêsse pernambucano de nascimento, mas capixaba de coração, para integrar o quadro de sócios da Casa de Domingos Martins? Outros indagarão — que fatos assinalaram a vida do nosso novo consócio?

Não é intuito meu fazer, nesse momento, a biografia de Cândido Marinho da Silva, entretanto, devo, em rápidas pinceladas, mostrar o que tem sido em amor à causa pública, à Justiça e ao Direito, a vida do consócio que vem integrar o nosso quadro social, visto como ele viveu momentos históricos decisivos para a nossa pátria, ele assistiu ao fim de um regime, o fim da chamada República Velha e o alvorecer da República Nova, realmente nova em tudo, porque nova nos métodos adotados para galgar posições, nova nos meios de enganar os amigos, nova nos processos usados de torcer a verdade.

Cândido Marinho, a despeito de ser um magistrado, teve uma vida movimentada.

Natural de Pernambuco, onde nasceu a 11 de março de 1885, na cidade de Goiana, é filho legítimo do Coronel Manoel Marinho da Silva e de D. Thereza L. de Jesus Marinho.

Terminado o seu curso ginasial, ingressa na veneranda Faculdade de Direito do Recife, de onde sai bacharel em ciências jurídicas e sociais no ano de 1910, iniciando a sua vida pública no longínquo Estado do Pará, como Promotor Público e Consultor Jurídico do Município de Altamira.

Mais tarde, ainda no Pará, vai o nosso preclaro consócio exercer a função de Juiz Municipal das Comarcas de Xingú e da Vigia, função da qual se exonerou para regressar a Altamira, a fim de exercer a advocacia anos seguidos.

Espírito irrequieto, sempre interessado pelo bem estar coletivo, Cãn.

dido Marinho, ao tempo do Governo do ilustre Lauro Sodré vai chefiar o Partido Republicano Federal, desfrutando de incontestável prestígio tanto no seu município, como no da Capital.

Chefe político de valor, ajudou Cândido Marinho, com a sua influência em toda a região do Xingú, a ascensão do Dr. Antonio de Sousa Castro à governadoria do Pará, como sucessor de Lauro Sodré.

Não demorou muito, veio o rompimento de Cândido Marinho com o Governador Sousa Castro, rompimento esse que determinou uma empolgante campanha que, pela imprensa, o então chefe político Cândido Marinho, por seis meses consecutivos, moveu a Sousa Castro. Homem de caráter e de fibra, para levar a efeito essa campanha despiu-se Cândido Marinho de todas as funções públicas que desempenhava, quer como Promotor Público e Consultor Jurídico de Altamira, quer como político, visto como era o chefe do partido situacionista no seu município, membro da Comissão Executiva Federal e Delegado do Partido em sua comuna.

E em fins de 1922, finda a campanha política que empreendera contra Sousa Castro, Cândido Marinho regressa aos seus pagos, regressa à terra natal, onde também a sua atuação vai ser destacada.

Agora, na terra natal é Cândido Marinho nomeado Promotor Público da Comarca de Vitória de Santo Antão, não demorando muito a sua promoção para a Comarca da Capital, exercendo, sucessivamente, as suas funções nas 3.^a, 2.^a e 1.^a Promotorias, onde foi encontrá-lo o ano de 1930 tendo tido atuação de realce no momentoso processo criminal decorrente do assassinato de João Pessoa, visto como lhe coube a árdua tarefa de, juntamente, com o Desembargador João Paz, investigar o sensacional crime, promovendo a responsabilidade do seu autor.

A despeito de ter apresentado, contra o autor daquele crime, uma denúncia que é um monumento jurídico de saber, Cândido Marinho não foi considerado *persona grata* pela Revolução triunfante, vendo-se na contingência de deixar a sua terra, de vir para o nosso convívio amigo.

Aqui, no Espírito Santo, foi, de início, Promotor Público em Alegre; mais tarde ingressou na magistratura espírito santense para honrá-la, para dignificá-la com a sua cultura e com a sua integridade.

E então distribuiu justiça em Afonso Cláudio, Colatina, Mimoso e Vitória, sempre promovido por merecimento de uma Comarca para outra.

Na Comarca de Vitória pontificou Cândido Marinho, por anos seguidos, fazendo de cada advogado, que pleiteava na Terceira Vara, um amigo seu pela retidão de seu caráter e pela lhanesa de seu tratamento, fazendo de cada advogado um admirador seu pela sua cultura aprimorada.

O ano de 1946 iria ficar assinalado na vida de Cândido Marinho, eis que assumindo o Governo de Pernambuco o eminente Dr. José Domingues da Silva, quis ele que Cândido Marinho, então Juiz de Direito em Colatina fôsse superintender uma Secretaria de Estado, possivelmente a de mais responsabilidade — a Secretaria de Interior e Justiça —, pasta política por excelência que, ao ensêjo da reconstitucionalização do País teria de ser gerida por um magistrado.

Era a reparação de Pernambuco ao filho ilustre que, um dia, quando se iniciava a longa noite da ditadura no Brasil, se vira na contingência de abandonar a terra natal.

E não demorou muito, concordaram os partidos políticos pernambucanos em que Cândido Marinho fôsse gerir a Secretaria de Segurança Pública, cumulativamente com a pasta do Interior e Justiça. Chegou mesmo Cândido Marinho, por algum tempo, a exercer a elevada função de Interventor Federal, em Pernambuco, na ausência do Dr. José Domingues, quando este foi ao Rio de Janeiro cuidar de interesses de seu Estado.

A época, entretanto, era de instabilidade política, a qual decorria de

ambições desmedidas e insopitadas, e que determinou não continuasse o Dr. José Domingues a testa do Governo Pernambucano. E com êle, coerente com o seu passado de lealdade, caiu Cândido Marinho que, de pronto, regressou à sua movimentada e irrequieta Comarca de Colatina.

—(x)—

Cândido Marinho, em sua vida, não tem sido só Promotor Público ou Magistrado.

Não; êle tem vivido a sua época, tem se identificado com ela e, também tem se dado, de corpo e alma, com brilho, ao exercício de outras atividades culturais.

Jornalista, Cândido Marinho foi redator de “A Província”, velho órgão da imprensa pernambucana, onde manteve, por largo tempo, sob sua responsabilidade, uma coluna jurídica, tecendo comentários oportunos, relativos a julgados da Justiça Pernambucana. Tinha “A Província”, como diretor, o eminente e consagrado sociólogo Gilberto Freire.

Aqui, na imprensa capixaba, tem dado a sua colaboração a vários jornais, publicando em “A Gazeta” uma série de artigos sob o título “O Poder Judiciário”. Em “A Tribuna”, desta Capital, sob o título “A Composição dos Tribunais” publicou uma outra série de artigos, versando assunto jurídico de relevância.

Ao ensêjo do Decreto 167 de 5 de Janeiro de 1938, que restabeleceu o Juri, abolido pela Carta Constitucional de 1937, escreveu obra de fôlego e de real mérito — O Novo Juri —, ainda inedita, mas que mereceu do seu prefaciador — o Ministro Ary Franco — os mais destacados encômios.

Agora está Cândido Marinho aposentado, como Desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e, a despeito disso, ainda não ensarilhhou armas, eis que ainda trabalha, ainda exerce a advocacia, para êle “a carreira mais sedutora”.

Aí está o consócio que, hoje e neste momento solene, passa a integrar o quadro de sócios efetivos dêste Instituto.

Não é um desconhecido que chega até aqui, mas um autêntico intelectual, um homem que viveu e viu uma fase histórica impar na vida do Brasil e do Espírito Santo.

A Cândido Marinho as saudações do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e, também o abraço fraternal e amigo de nós outros que, aqui, mourejamos e que dele, e do seu espírito de escol, muito esperamos em favor da Geografia e da História capixabas, da Geografia e da História desta terra a que êle tem ligado o seu coração de pai e de avô.

DOMINGOS JOSÉ MARTINS

(Discurso de Posse) — DES. CÂNDIDO MARINHO

Subo às alturas desta tribuna de tantas tradições nobilitantes — para me habilitar ao convívio desse sodalício que se me afigura uma galanteria de cordialidade e de austeridade — trazido pela mão desse egrégio homem de pensamento — que é o Professor Eurípedes Queiroz do Valle — a quem as nossas letras jurídicas tanto já devem, não menos que o Estado do Espírito Santo, pelo amor e pela dedicação infatigável com que encara e defende, de continuar o seu desenvolvimento e o seu progresso.

II

Cabe-me — snr. Presidente — falar sobre o insigne patrono deste Instituto — DOMINGOS JOSÉ MARTINS — o herói e o mártir que foi — por honra e glória deste Estado — uma das figuras principais da Revolução pernambucana de 1817, tão rica, aliás, de vultos eminentes cujos nomes aureolados fulgem nas páginas da história; mas, para o fazer, para me desincumbir menos mal da tarefa que tomei aos ombros, outro remédio não encontrei que não o de reproduzir às vezes por outras facetas, senão por outras palavras, tudo aquilo, ou parte daquilo que — a propósito dessa memorável Revolução e do papel que nela tivera DOMINGOS MARTINS — foi escrito desde então, e até hoje, por historiadores, psicólogos, literatos e observadores. Esta cautela — que é muito de guardar contra possíveis atentados à verdade histórica — serve, por igual, de anteparo de minha responsabilidade neste momento, para o caso de não desempenhar, a preceito e a contento, a missão que me corresponde, qual a de versar assunto de tamanha importância.

DOMINGOS MARTINS, foi, na verdade e sem possível dúvida honesta, a figura central da memorável Revolução; e o cunho da sua personalidade impressionante e inconfundível deixou nela os traços mais fortes e empolgantes.

— RUI disse, certa vez, que “não conhecia duas grandezas tão visinhas pela sua altitude, tão semelhantes pelas suas lições, tão paralelas na sua eternidade, como a JUSTIÇA e a MORTE. Ambas tristes e necessárias, ambas amargas e salvadores, ambas suaves e terríveis, são como dois cimos de névoa e de luz, que se contemplam nas alturas imaculadas do horizonte. Em vão se agitará derredor dessas duas fatalidades inevitáveis tudo o que é mesquinho e efêmero no homem e na aglomeração social; as misérias da baixesa, da ambição e da crueldade; os apetites dos partidos, os cálculos, as irresponsabilidades e os triunfos dos déspotas, as fraquezas, os interesses e as traições dos intérpretes da lei, sacerdotes infieis do seu culto, que os renegaram nas crises da provação”. Isto, escreveu Rui. E vem a propósito dizer que o sacrifício do herói espírito-santense — arcabuzado no Campo da Pólvora, hoje Praça dos

Mártires, da Bahia, a 12 de Junho de 1817, pelo “crime” de amar a liberdade e desejar a independência de sua Pátria — se acomoda ao pensamento do mestre insigne, porque a morte de Domingos Martins nas condições conhecidas, e de tantos lances dramáticos, como a sua vida, teria de encontrar na justiça da história a reparação necessária que, mais tarde, o levaria, como a tantos outros, ao altar da Pátria, para a nossa veneração, tanto quanto para estímulo perene das gerações futuras.

III

OLIVEIRA LIMA — prefaciando a História da Revolução de Pernambuco, edição comemorativa do seu primeiro centenário, em 1917 — começa dizendo que ela foi “a única revolução brasileira digna deste nome e credora de entusiasmo pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá fóros de ensinamento cívico, e pela realização prática que por algum, embora pouco tempo, lhe coube, tendo sido, a um tempo, um movimento demolidor e construtor, como nenhum outro entre nós, e como nenhuma outra, em grau superior, na América Hespanhola”. A despeito disso, historiadores houve que — fraudando a verdade dos fatos, por subserviência ao poder triunfante, e para agradar a vassalagem da corôa foragida e aqui refugiada — lançaram à face dos pernambucanos, e dos brasileiros envolvidos na peleja gloriosa, o labéio de “ingratos” ao tímido rei destornado, que proscrevêra o regime colonial e abrira os nossos portos a tôdas as nações amigas”. Há, entretanto, neste passo, a considerar que os sentimentos de brasilidade, de independência e de liberdade eram uma constante no espírito varonil daquele nobre povo, afeito à luta contra os invasores bátavos, uma dura e prolongada luta de 24 anos, sem embargo das habilidades do Conde Maurício de Nassau, que aliás se revelou verdadeiro estadista no decênio em que governou o *Brasil Holandês*, sediado em Pernambuco. Insubmisso e indômito, o povo pernambucano, antes, muito antes, já vinha dando provas inequívocas dos seus anseios de liberdade, quando, do senado da Câmara de Olinda, a voz trovejante de Bernardo Vieira de Melo, a 10 de Novembro de 1710, clamava pela República, como forma de governo digna de um povo livre. De modo que a Revolução de 1817 foi, ainda que a longo prazo, uma sequência lógica do estado d'alma e da rebeldia — inata dos pernambucanos que — vencidos pela traição de alguns dos conspiradores e sofrendo embora os horrores dos mais truculentos castigos — sete anos depois, em 1824, se levantavam, novamente, em armas, empolgando a alma cívica dos nordestinos com a Confederação do Equador, que se instalou no Recife com irradiação por outras Províncias, para a execução de um governo autenticamente democrático. Fracassado o grande movimento de redenção liberal, a barbaria reinante, como em 1817, cevou o seu ódio imponente no sangue generoso dos revolucionários, punindo, inexoravelmente, com a morte a figura imortal de *Frei Caneca*. Ainda assim, em 1848, a revolução Praieira, de que fôra chefe o intrépido desembargador Joaquim Nunes Machado — morto em combate em plena rua, quando, à frente de uma coluna de bravos, se dirigia, impávido e resolutos, ao Palácio das Princesas, para depôr o governante atrabiliário e despótico, foi outra demonstração do inconformismo com o despotismo.

IV

Um povo assim, com êsse instinto de liberdade e essa bravura invencível, evidentemente não podia ser jamais estigmatizado de *ingratidão* à corôa fugitiva. A propósito, o dr. Maximiliano Lopes Machado — na sua Introdução à História da Revolução de 1817 — descreve as circuns-

tâncias tragi-cômicas em que D. João — de carácter tímido e indeciso — aportou ao Brasil, corrido de sua Pátria e do seu trono à simples notícia da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, o genial guerreiro — estadista que encheu de glórias a França imortal.

A proscrição da colônia era uma fatalidade inevitável, diante da só permanência da corôa e da sua vassalagem entre nós, depois de extinto o seu reinado na metrópole portuguesa; e a abertura dos portos brasileiros ao convívio e ao comércio internacionais era condição essencial da nossa própria existência e da sobrevivência mesma da corôa em fuga.

Foi ato, pois, de extrema necessidade para o próprio D. João, tanto quanto a instalação dos órgãos governamentais existentes, então, na extinta Metrópole, para através dêles se arrecadarem os impostos, tanto quando as rendas decorrentes do nosso intercâmbio com as nações estrangeiras e, destarte, prover as despesas da administração. O Brasil, portanto, é que — com a sua imensa riqueza natural, com as suas indústrias ainda que incipientes e a decisão do seu povo heróico — acolheu e pôz a salvo a Côrte portuguesa, cujos destinos na Europa eram incertos e vários. E cabe, aqui, ressaltar que a Revolução de 1817 — tão rica de idealistas e de ideais democráticos — deita suas raízes nos ensinamentos do Aerópago de Itambé, fundado pelo sábio naturalista Manoel de Arruda Câmara, cuja irradiação mental foi de tal modo forte que, a seguir, se fundavam as *Academias* do Paraíso, de Suassuna e do Cabo, todas elas centros de cultura do espírito e de penetração das idéias que, ao raiar do século XIX, venceram o despotismo assim na Europa, como nos Estados Unidos e na América Hespanhola. A clarividência e o patriotismo do Bispo d. José Joaquim de Azeredo Coutinho — fundando o seminário de Olinda — con- correram de maneira decisiva para a educação do povo e, pois, para a propagação das novas idéias que avassalavam o mundo civilisado.

V

CARLOS XAVIER — pernambucano emérito, da illustre prosápia dos Paes Barretto e a quem tanto devem as letras dêste Estado — escreveu na sua notável obra denominada *Feridos do Brasil*, a propósito do assunto, que — “Em Pernambuco, sobretudo, as expansões patrióticas se faziam sentir. Os descendentes dos herois da guerra batava se inflamavam na de 1710. Esta foi sufocada, é certo, mas sufocadas não fôram as idéias democráticas e o antagonismo reinante entre os brasileiros perseguidos, em seu próprio solo e portugueses perseguidos. Pernambuco que aliás, é o primeiro lugar do Brasil, na ordem topográfica, onde tocam os europeus e os americanos septentrionais, atraiu os espíritos livres, já então mais ou menos cultivados, para o que grande fôra o serviço prestado pelo Bispo D. Azeredo Coutinho, com a criação do Seminário de Olinda. O povo vibrava indignado contra a metrópole mad-rasta e rezam as tradições que u'a conspiração se tramou em 1800, sob o protetorado de Napoleão, sendo por tal motivo aprisionado Francisco de Paula Cavalcanti. Governava Pernambuco o fraco Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que não era um desonesto; mas, indolente e sem energia, permitiu a fraude e, comodamente administrando, deixou que seus auxiliares exercessem o despotismo costumado, não dando ouvido às queixas que lhe levavam os oprimidos contra impostos exagerados. Por outro lado, ainda não havia desaparecido a rivalidade entre brasileiros e portugueses, que ficara em Pernambuco, após a guerra dos Mascates. Fundaram-se lojas maçônicas, areópagos importantes e várias sociedades nativistas.

Arruda Câmara organisou o areópago de Itambé ao qual se juntaram o de Cabo e Paraíso. O Gôverno imperial tivera conhecimento dos acontecimentos, mas o futuro Marques da Praia Grande supunha que os inde-

pendentes se divertiam. Estes, porém, trabalhavam, ao contrário do que ingenuamente acreditava o Governador de Pernambuco. E o labor mais eficaz se tornára desde 1814, quando viera residir no Recife Domingos José Martins, ex-sócio da importante firma londrina *Dourado Dias & Cia.*, com a qual honradamente liquidara seus negócios, como gerente, em cuja qualidade, para proveito da empresa, viajara, fundando filiais em Lisboa, Rio, Bahia, Maranhão e Ceará. Era um grande espírito ilustrado, com seletio convívio, brilhantemente educado na Inglaterra, cuja história, política e administrativa, estudara. Na velha Albion, travara conhecimento com Hipólito José da Costa e estivera em íntimo convívio com o General Francisco Miranda, da Venezuela, que se batera, na independência americana e que lhe inflamara muitas vêzes o arraigado patriotismo. Eloquentes, rico, atraente, em pouco tempo tornou-se popular o heróico filho de Itapemirim, e, aliando-se ao núcleo brilhante dos patriotas pernambucanos, soube, com a sua facilidade de palavra, aumentar os elementos existentes. Os ânimos estavam preparados para a explosão, a 6 de Abril, quando um fato, talvez ocasional: o espancamento de um soldado brasileiro, do batalhão dos *Henriques*, serviu de pretexto, a fim de precipitá-la.

A *Ordem do dia* de 4 de Março acelerou os acontecimentos e, em 10 dias, a revolução dava aos patriotas a posse da Capital. As medidas tomadas — acrescenta o des. Carlos Xavier — decorreram da denúncia do ilhéu alcuñado de Carvalhinho, levada ao ouvidor José da Cruz Ferreira e, por este, ao Governador. “Convocado, então, o Conselho — do qual fôra excluído o único brasileiro, brigadeiro José Peres Campêlo — foram condenados a prisão Domingos Tenório, José de Barros Lima, Pedro Pedroso, Souza Teixeira, José Mariano, Padre João Ribeiro, Antonio Cruz, Domingos Martins e Domingos Theotônio. Precipitadamente, foram detidos Domingos Martins e outros civis pelo Marechal José Roberto. Quando, porém, o brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa foi efetuar a prisão dos militares, a começar por Domingos Theotônio, a situação mudou e, aos gritos de traição, José dos Barros Lima (O Leão corado), auxiliado por José Mariano, puxou da espada e cravou-a no peito do prepotente militar, travando-se então, a maior confusão, no meio da qual foi morto o próprio tenente Manoel Alexandre Aquino, ajudante de ordens de Caetano Pinto. Solto o glorioso mártir espírito santense pelo tenente Antonio Henriques, veio aclamado pelos patriotas. No auge do entusiasmo, oficiais e soldados arrancaram as armas reais das barretinhas e, a 6 de Março, após o brado enérgico de Pedro Pedroso, foi proclamada, pela primeira vez no Brasil, a República Federativa, sendo eleitos a 7, no edifício do Erário, dentre os mais dignos cidadãos, os cinco membros que deveriam compôr o governo provisório. O Ministério eclesiástico recaiu no Padre João Ribeiro Pessoa Montenegro, literato de merecimento e inteligência esclarecida, herdeiro legítimo das idéias científicas e democráticas de Arruda Câmara. Para Ministro da Guerra, foi escolhido Domingos Theotônio Jorge. Coube a pasta da Agricultura a Manoel Corrêa de Araujo, abastado fazendeiro. Para Ministro da magistratura foi eleito o célebre autor do *Preciso*, o talentoso advogado José Luiz de Mendonça, que era, segundo Tollenare um jurisconsulto cheio de conceitos e cuja presença atraíra para o partido a gente de mais peso.

O Ministro do Comércio foi Domingos José Martins que — além da competência e da operosidade — se distinguia pela sua probidade profissional. Continuou a secretariar a administração José Carlos Mayrink e, depois, o Padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, o célebre Padre Miguelinho, que redigiu a brilhante proclamação em que, aliás, se salientou pelos sentimentos de Justiça e de generosidade”. Instaurou-se, assim, um governo democrático em que todos os direitos individuais, e os de propriedade, eram respeitados, o que dá bem a idéia dos arraigados senti-

mentos cívicos e da firmeza dos princípios políticos que animavam os vencedores. Desgraçadamente, as defecções e as traições dos comprometidos na revolução gloriosa, não permitiram que tal governo se firmasse. A tirania da realza, aliada à traição e à covardia dos maus brasileiros, bloqueiou o porto do Recife, ao mesmo tempo que, por terra, fazia seguir da Bahia para Pernambuco o famoso General Cogominho de Lacerda. Diante dessa situação premente, Domingos Theotonio torna-se ditador e assume o comando das forças na Capital, enquanto Francisco de Paula dirige as forças destinadas a Ipojuca e Domingos Martins as que se dirigiam a Serinhame, no propósito de enfrentar as tropas de Cogominho. Colhido de surpresa, quando se achava numa cabana com o bravo Padre Souto, foi prêso pelo Cap. Antonio dos Santos, que, à frente de um troço de soldados, fazia reconhecimento das posições inimigas. E, prêso, foi levado à presença de Cogominho e, a seguir, remetido para a Bahia, onde chegou a 9 de Junho e já a 11 a comissão militar, nomeada pelo Conde dos Arcos, lavrara a infame sentença, condenando Domingos Martins à *morte natural, cruelmente!* Sentença bárbara e atroz, sem forma nem figura de Juizo, que — no dia seguinte, 12 de Junho de 1817, era executada no famoso Campo da Pólvora.

Homem forte, valoroso, de inabalável convicção democrática nunca temeu aos perigos, nem tremeu diante da morte, ao fitar os seus verdugos. Ao contrário, com a mesma serena bravura de sempre — como que desprecebido da gravidade daquele momento supremo — pronunciou a deradeira frase, que não poudo concluir pelo brusco gesto do capelão que o assistia, uma frase que condensa tôda uma vida de herói; que exprime a sua firmeza, a sua coragem, o imenso destemor da morte: *vinde executar as ordens do vosso sultão; eu morro pela liberdade.*

“Diante disso”, e “depois disso”, o lugar de Domingos José Martins não podia ser outro, senão no altar da Pátria.

E ELLES ERAM ASSIM...

ALONSO FERNANDES DE OLIVEIRA

Por NELSON ABEL DE ALMEIDA

Já se vai afastando na bruma do passado aquêlê dia longínquo da minha primeira investidura nas elevadas e árduas funções, de orador oficial do nosso querido Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Agora, uma vez mais, a bondade dos meus ilustres consócios a magnanimidade dos insígnies membros da Casa de Domingos Martins reconduzem-me a esta mesma função, em um pleito que, se muito me exalta, também muito me comove e muito me adverte das graves responsabilidades que cercam um cargo tão eminente.

Cumpre-me agradecer a todos os que sufragaram o meu nome a gentileza do gesto; envidarei esforços para não decepcionar os que em mim confiaram. E praza ao Senhor que assim aconteça.

— (x) —

Os estatutos desta Casa estabelecem que, nesta máгна sessão, ao orador oficial compete fazer o elogio dos consócios desaparecidos no ano anterior.

Não discuto, não é de minha atribuição discutir o dispositivo estatutário. Certo é que, nesta sessão solene, ligam-se o passado e o presente da nossa terra, visto como tanto exaltamos a figura do nosso patrão, a figura admirável de Domingos José Martins, como também exaltamos os vultos daqueles que nos dias atuais, tudo fizeram pelo engrandecimento do magnífico rincão que é o Estado do Espírito Santo.

Não é pois, senhores, esta hora a das lamentações; aqui ninguém maldiz a morte porque já disse historiador de notável saber que a morte é *“preferível à decadência das funções, ao enfraquecimento senil, ao desvario da razão, ao sofrimento das longas doenças e a êsse lento morrer vivo que é para alguns um infindo tormento”*.

Aquele nosso querido companheiro desaparecido no ano de 1952, graças a Deus, não foi vítima dêsse *“enfraqüecimento senil”*, dessa *“decadência das funções”* ou dêsse *“desvario da razão”*.

Assim aconteceu com Alonso Fernandes de Oliveira.

Êste nosso eminente consócio, nascido em 26 de março de 1893 era filho daquele professor inesquecível — Adolfo Fernandes de Oliveira e de D.^a Luiza Soares de Oliveira.

Foi aqui, aqui nesta ilha, possivelmente ali na Capixaba, que Alonso de Oliveira abriu os olhos para a vida e daí o seu amor, a sua dedicação a esta cidade

Com um mestre em casa não foi preciso que Alonso de Oliveira emigrasse para outros pagos, se ausentasse de sua terra querida a fim de fazer os seus cursos primário e secundário.

E filho de professor, o jovem Alonso sentiu-se seduzido pela profissão

paterna tendo se laureado professor normalista pela nossa tradicional Escola Normal "Pedro II".

Era também Alonso de Oliveira bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, diplomado pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro.

Aqui na terra natal desempenhou o nosso eminente consócio, com devotamento e elevado espírito público, as funções de professor primário, de inspetor escolar, Juiz de Direito e Chefe de Polícia, além da de Professor Catedrático de uma das cadeiras de Direito Civil da nossa veneranda Faculdade de Direito.

Não serviu o capixaba ilustre apenas ao Espírito Santo; sentiu-se atraído por outras terras e, por algum tempo, viveu em São Paulo, ali exercendo os cargos espinhosos e difíceis de Delegado de Polícia de carreira e de Promotor Público.

Em tôdas estas funções Alonso de Oliveira serviu com sacrifício, serviu com honestidade. Foi, enfim, um homem inteiro, um varão exemplar.

De espírito sereno e calmo, amando sobretudo à vida intelectual, o nosso ilustre consócio deixou o traço de seu talento na imprensa capixaba e na paulista.

O antigo "Diário da Manhã" dêste Estado, o "Correio de Assis" e a "Folha do Povo", jornais das cidades paulistas de Assis e de Campinas guardam, em suas edições, os ensinamentos de Alonso de Oliveira.

Modesto ao extremo não gostava de se fazer notado, mas nem por isso era Alonso de Oliveira um indiferente ao progresso da humanidade, ao progresso de sua terra.

Entusiasta do rádio, tinha a sua estação de amador. E hoje, quando nos céus capixabas vibram os acordes irradiados pela nossa querida Canaan, quando as notícias saídas desta emissora chegam aos rincões do Estado é possível, é quase certo mesmo o esquecimento votado ao nome de Alonso Fernandes Oliveira, um dos fundadores e presidente da Rádio Clube do Espírito Santo.

Membro da Academia Espírito Santense de Letras ocupava Alonso de Oliveira, naquele sodalício, a cadeira n.º 2 que tem como patrono o cientista brasileiro e espírito santense Graciano dos Santos Neves, tendo sido eleito unânimemente para a vaga do inolvidável jornalista e magistrado Afonso Correia Lirio.

E escritor de mérito, Alonso Fernandes de Oliveira publicou, em 1939, "Manual do Juri" obra que prima pela clareza.

Deixou inéditos o livro "Contos Juvenis", o romance "Uma Tempestade na Primavera" e um livro de poesias. Gostava de se esconder sob o pseudônimo de ADRIANO HENRIQUES.

E como poeta não era possível a Alonso de Oliveira deixar de cantar a sua cidade querida, a sua Cidade Presépio, em interessante poesia por ele musicada.

Ei-la:

"Docemente reclinada
Em verdejantes montanhas,
Tens a beleza encantada
Que não têm terras estranhas.
Es da terra capixaba,
A rainha, a Capital.
Teu encanto não se acaba
— Ó minha Terra Natal!

Estribilho:

Minha — "Cidade Presépio"!

— A terra cheia de glória,
Que a todos prende e seduz.
— És tu, — formosa Vitória!

II

Tens a teus pés a baía
Onde te miras vaidosa...
É soberba a penedia,
A te guardar, magestosa!
Ilhas risonhas enfeitam
Este porto gracioso,
Onde os olhos se deleitam,
Ante o cenário famoso!

Estribilho:

Minha — “Cidade Presépio”!
— A terra cheia de glória,
Que a todos prende e seduz,
— És tu, — formosa Vitória!

III

No passado a tua história,
Mostrou dos teus o valor:
— Cobriu-te o nome de glória,
Ao expulsar o invasor!
No passado. — no presente,
Ou no dia — de amanhã,
Foste e serás — o fremente:
— Coração de Canaan!”

Versado na língua de La Fontaine, Alonso de Oliveira traduziu e metrificou muitas poesias de Filon

E foi assim, sem cabotinismo, sem exageros, que Alonso Fernandes de Oliveira serviu à sua terra e enobreceu à sua gente

Prosador, cronista, poeta e compositor poucos sabiam o que êle era, o que êle valia

Hoje todos lhe prestam a reverência de sua admiração e de sua saudade e todos sentem que as colunas mestras da terra capixaba sustentam a nossa civilização, a nossa tradição e trabalham pela grandeza do Estado sem alardes, sem demagogias, anônimamente e morrem com a serenidade de um Sócrates, legando à esposa querida e aos filhos chorosos um nome honrado e digno

Foi assim que Alonso de Oliveira serviu à sua terra; foi assim que êle deixou de existir entre nós.

DESEMBARGADOR MANOEL DOS SANTOS NEVES

Por NELSON ABEL DE ALMEIDA

A “Casa de Domingos Martins”, esta casa que é o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, fundada, graças à inspiração feliz de capixabas ilustres para, permanente e incansavelmente, estudar e pesquisar, investigar e esmiuçar a história e a geografia do nosso pequenino Estado, esta casa aureolada abre, hoje, as suas portas para solenizar uma vez mais a data da sua fundação, para relembrar aos contemporâneos esta figura de chefe e de condutor, que foi Domingos José Martins.

O 12 de Junho, em cada ano, deveria ser, para nós, os deste Instituto, um dia de justas alviças, um dia de justificadas alegrias; o 12 de Junho, em cada ano, para nós, os deste Instituto, deveria nos proporcionar o ensêjo e a oportunidade de, reunidos ao pé da lareira quente e acolhedora, contarmos aos nossos jovens e às nossas crianças, a história heróica da nossa terra, o valor incomparável da nossa gente.

E seríamos felizes se, nesta sessão magna, pudessemos entoar hosiannas aos céus, pelas bênçãos que têm descido sobre o nosso povo, sobre a nossa terra.

Tal, entretanto, não acontece porque, em cada 12 de Junho, os nossos olhos lacrimejam, as nossas vozes tremem e os nossos pensamentos ficam conturbados, eis que ao nos voltarmos para o ano que se passou, sentimos todos que ele foi, como os outros anos, inexoravelmente, rude golpeando-nos fundamente, ao arrebatar do nosso convívio um companheiro e amigo, um consócio dedicado e um enamorado desta casa e da terra capixaba.

E daí porque, como em oportunidade outras já salientei, entendo que esta sessão é, antes de tudo uma hora de saudade, uma hora de evocações, pelo carinho com que relembramos os membros deste sodalício, desaparecidos no ano anterior.

—(x)—

Exercendo esta pesada função de orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, desde algum tempo, tenho sempre supplicado ao Senhor que nos permita, um dia, podermos festejar o nosso 12 de junho faalndo dos esplendores e da grandeza desta casa.

Deus, na sua sabedoria infinita, porém tem entendido de modo diferente e, assim, cumpre-nos, em cada ano, o dever doloroso de fazer o elogio, como o determina a nossa lei fundamental, daqueles que deixaram um claro nas nossas fileiras

Neste ano social que, ora termina, viu o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo desaparecer um dos seus membros mais eminentes, um dos seus sócios mais destacados, um dos mais ilustres filhos da terra capixaba — o Desembargador Dr Manoel dos Santos Neves.

Lá na lendária cidade de São Mateus, lá na “Cidade Solitária”, em cujas pedras irregulares ainda ressoam as pisadas de Anchieta — o “Santo do Brasil”, lá na lendária e eterna enamorada do rio Cricaré, num sobrado

senhorial, nasceu, aos 12 de Outubro de 1868, Manoel dos Santos Neves, filho de uma das mais tradicionais famílias daquela terra, que se orgulha e se envaidece de ter sido e ainda ser o berço de homens, cuja pujança intelectual tem atravessado as fronteiras da terra de Maria Ortiz, ecoando na paisagem agitada da metrópole brasileira.

O destino do jovem mateense estava, entretanto, previamente, estabelecido; o jovem mateense seria mandado à cidade do Salvador e ali, na velha urbs de Tomé de Souza, iria êle fazer o seu curso de humanidades no sempre lembrado, e relembrado Colégio Abilio, do inesquecível e conhecido educador brasileiro, que foi o Barão de Macaúbas.

E adolescente, e enamorado da ciência jurídica, segue o jovem espírito santense para a província de Pernambuco, para a velha cidade de Duarte Coelho — a velha Recife —, a fim de completar a sua formação intelectual, para alcançar a sua laurea de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. E estava escrito que, como Rui, o grande filho da Bahia, Manoel dos Santos Neves, iniciaria o seu curso de direito no Recife e o completaria na velha e tradicional Faculdade de Direito de São Paulo.

Completado o curso jurídico o jovem bacharel, que não esquecia o Espírito Santo, que era um enternecido do estado que lhe servira de berço, regressa à terra natal e, em 31 de Outubro de 1890, era nomeado Promotor Público da Comarca de São Mateus. Era, assim, o representante da sociedade e o seu mais intransigente defensor na sua querida cidade. E nesse cargo iria Manoel dos Santos Neves aprimorar a sua cultura jurídica com tal entusiasmo que, dentro em pouco, seria êle removido para a comarca da Serra, outro velho tronco da intelectualidade espírito-santense.

E menos de um ano após a sua investidura na árdua função de Promotor Público, o nosso consócio era nomeado juiz municipal da comarca de Araruama, no Estado do Rio, nomeação esta de Julho de 1891.

Agora, magistrado não esquece o Dr. Manoel dos Santos Neves o seu querido Espírito Santo, não esquece a sua longínqua São Mateus, esta cidade que é vaidosa da sua origem, que é orgulhosa dos filhos que tem dado ao Espírito Santo, esta cidade que sabe o quanto vale e o quanto tem feito pelo progresso deste território que vai do Mucuri ao Itabaipana; e 1892 já vê Manoel dos Santos Neves, juiz de direito da Comarca de São Mateus. Aí, nesse cargo, dando lustre às letras jurídicas espírito-santenses e sendo uma garantia para os seus jurisdicionados, permaneceu o ilustre morto durante catorze anos, isto é, até dezembro de 1907, quando passou a integrar o Tribunal de Justiça do Estado, como um dos seus mais proeminentes membros.

Conhecendo o valor da cultura jurídica do Desembargador Manoel dos Santos Neves, o Governo do nosso Estado o designou como um dos seus representantes, no primeiro congresso brasileiro, incumbido da elaboração do Código de Águas. E o delegado espírito-santense, que não era um contemplativo, que não desejava apenas ser um assistente naquele certamen, elaborou e apresentou substanciosa tese jurídica, a qual intitulou "*Direito de Águas*", trabalho êsse que recebeu de seus pares e dos juristas brasileiros uma real consagração, pois além de ser um dos primeiros trabalhos, sobre tão complexa e controvertida matéria jurídica, contém êle conceitos e soluções que, pela sua objetividade e pela sua originalidade, causa admiração aos cultores do direito em nossos dias.

Homem de cultura polimorfa, apaixonado do Espírito Santo, e dos seus problemas, o nosso ilustre consócio participou, com uma atuação destacada, da primeira comissão designada para estudar e achar uma solução digna para pôr um termo à pendência de limites entre Bahia e o Espírito

Santo.

Quando Heraclito Pereira, Carlos Xavier e outros espíritos idealistas e sonhadores pensaram em uma Faculdade de Direito para o nosso Estado, o Desembargador Manoel dos Santos Neves formou ao lado deles e, também foi um dos sonhadores e idealistas, vindo a integrar o corpo docente da nossa veneranda Faculdade, como professor de uma das cadeiras mais complexas — Direito das Obrigações.

Infelizmente, porém, por algum tempo, como todo o Brasil, o Espírito Santo viveu um longo período sob o guante da ditadura, quando a lei e o direito viveram esmagados e pisados pela prepotência e pela violência, quando os direitos de cada um nada representavam, nada eram; infelizmente, por algum tempo, como todo o Brasil, o Espírito Santo viveu longo período, no qual era preciso se ser de bom cerne para se suportar os golpes da violência e da truculência e foi nesse tempo que a nossa veneranda Faculdade passou a ser mantida pelo Estado. E o Governo de então não podia compreender porque um Manoel dos Santos Neves não se dobrava à sua vontade, não concor dava com os seus métodos e com a sua moral revolucionária, e não podendo compreender isso que se chama verticalidade de atitudes em um adversário seu, o Governo de então, para transformar a velha Faculdade em instituto mantido pelo Estado exigiu que fôsse afastado de sua cátedra o jurista eminente, o professor que honraria qualquer Faculdade de Direito do Brasil, pelo seu saber e pela clareza de suas preleções. E não sendo um egoísta, e não pensando em si, mas pensando no Espírito Santo, Manoel dos Santos Neves, como muitos de seus antigos companheiros, não foi um obstáculo à encampação da Faculdade de Direito pelo Estado, dando assim um exemplo de raro desprendimento aos que, não podendo ser condóres, tinham inveja dos que o eram.

Capixaba intransigente, denodado defensor da autonomia de sua terra, inconformado com o regime que se inaugurou no Brasil, em 1930, e cujos frutos aí estão, Manoel dos Santos Neves, quando da reconstitucionalização do país, em 1934, forma ao lado dos que combatiam a ditadura, dos que lutavam contra aqueles que se compraziam em esmagar direitos sagrados e, sem ser político, deu êle o seu nome ilustre para compor a chapa de deputados federais à Assembléia Nacional Constituinte. E o povo capixaba deu-lhe expressiva votação, manifestando-lhe a sua admiração e o apreço em que o tinha. E não fôsse o recurso às célebres sobrecartas transparentes, usado pelo governo da época, certo Manoel dos Santos Neves teria sido um dos representantes do Espírito Santo, na segunda Assembléia Constituinte Republicana, e teria mostrado ao Brasil o bom quilate da cultura jurídica espírito-santense.

Membro do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, tal era a força moral e o respeito que infundia aos seus pares que, durante doze anos, isto é, de 1919 a 1931, foi a presidência do nosso mais alto Colégio Judiciário ocupada pelo eminente juiz e nosso insigne consócio. E depois de ter servido à Justiça de sua terra, por mais de quarenta e quatro anos, pondo no exercício de tão magna função a sua cultura de escol, a sua dedicação incomparável, a sua probidade inatacável e a sua inteligência ímpar, ainda hoje recordadas pelos que o conheceram e com êle privaram, depois de uma existência à serviço da Justiça da sua terra e do Brasil aposentou-se no cargo de presidente do Tribunal de Justiça.

Juiz, proferiu sentenças que primavam pela justeza e pela sabedoria; desembargador os seus votos impressionavam pela clareza e pela erudição.

E depois de uma existência bem vivida, de bons reais serviços prestados ao seu querido Espírito Santo, no dia 28 de Janeiro do corrente ano, cercado do carinho dos seus, na capital da Repúblicaa, deixou de pulsar

o coração do grande e eminente jurista, que foi Manoel dos Santos Neves.

Aos seus filhos deixou um nome honrado, legou uma tradição que eles hão de continuar, que eles não desmentirão jamais.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, nesta hora de saudade, curva-se, com respeito, numa homenagem merecida e numa revelância ao ilustre capixaba, que tanto dignificou a sua terra, que tanto enobreceu o berço natal.

FLORENTINO AVIDOS

Por NELSON ABEL DE ALMEIDA

Árdua, e difícil é a tarefa imposta ao orador oficial de uma instituição veneranda, como o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, porque é, ao seu orador oficial que, nas horas mais graves e mais solenes, cumpre interpretar os sentimentos do sodalício, cumpre falar em nome de seus pares.

E, há mais de um decênio exercendo uma tal função, tenho chegado, anualmente, a esta tribuna, à sua eminência, para a tarefa ingrata de fazer o elogio dos consócios desaparecidos no ano anterior.

Tenho tido sempre dificuldades em encontrar dados, e informes, que me permitam uma biografia à altura dos méritos daqueles que, em vida, tanto fizeram pela nossa Casa, tanto trabalharam pela nossa terra, tenho sentido dificuldades em sopitar as minhas emoções e os meus entusiasmos, a fim de que serenas sejam as minhas palavras e imparciais os meus conceitos, maxime quando eles se dirigem a consócios que, na vida pública do Espírito Santo, têm tido uma destacada atuação, têm sofrido críticas as mais variadas.

Se tenho andado bem, ou se tenho andado mal no exercício desta elevada função, a que me conduziu a bondade dos meus prezados companheiros, nem eu mesmo sei.

Informa-me, porém, a consciência de que tenho procurado cumprir com o meu dever, correspondendo à confiança e à estima dos que têm me concedido os seus sufrágios.

É o nosso pequenino Estado uma família só; aqui não há clima para ódios, para vinganças pessoais, para campanhas difamatórias. E os que têm pretendido plantar, em nosso ambiente social, a política do ódio e da vingança, da injúria e da maledicência, têm experimentado o repúdio dos nossos maiores.

E porque tem sido, invariavelmente, assim, em todos os tempos, é que os nossos homens públicos, logo que deixam o cenário dos vivos, são analisados com serenidade, têm as suas vidas estudadas com meticulosidade, são benditos pelos que ficam.

E porque assim tem sido, invariavelmente, é que todo o Espírito Santo, neste ano de 1956, trajou-se de luto para lamentar o desaparecimento, em 28 de Fevereiro último, de Florentino Avidos, destacado membro deste sodalício, destacada figura da vida social espírito-santense.

Era o nosso pranteado consócio natural do município de S. João Marcos, no Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu a 18 de Novembro de 1869.

Assim, este varão ilustre ligado ao Espírito Santo por tantos motivos, tendo tanto influido na sua vida política e tanto contribuído para o seu progresso, não era espírito santense de nascimento.

Concluídos os seus cursos primário e ginásial ingressou Florentino Avidos na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, hoje Escola Nacional de

Engenharia da Universidade do Brasil, ali se diplomando engenheiro civil.

Agora, terminado o curso superior, teria Florentino Avidos de caminhar para a vida pública, de cuidar de bem servir à sua Pátria, de construir família, enfim de mostrar que a sua vida, na terra, não seria uma página em branco, inexpressiva.

Para sua companheira amantíssima, e dedicada, foi encontrar no solar da família Monteiro, aquêle vulto feminino, pleno de virtudes, que foi D.^a Henriqueta de Souza Monteiro.

Nasceram, do seu consórcio feliz, cinco filhos, alguns já falecidos, mas todos dignos do nome de seu ilustre pai; nasceram do casal Florentino Avidos-Henriqueta Monteiro Avidos cinco filhos, de nomes Moacir, Durval, Silvio, Alcino e Inah.

A êstes filhos, soube Florentino Avidos educar, com esmero, e carinho, mormente, tendo-se em vista que bem cedo ficou êle sem a companheira querida, sem aquela que deveria imprimir aos caracteres daquelas cinco creanças o sinal heráldico de educação ímpar.

O nosso Estado ainda conserva, na memória, os nomes de Moacir e Silvio Avidos, o primeiro engenheiro e o segundo médico, ambos profissionais que fizeram de suas vidas um autêntico sacerdócio, que enaltecera a sua terra e enobreceram a sua gente.

Moacir Avidos foi o engenheiro de competência invulgar, foi o auxiliar de tôdas as horas de seu venerando pai, quando êste exerceu a mais alta magistratura do Estado; Moacir Avidos foi o engenheiro de reconhecida capacidade que, na Alemanha, fiscalizou a fundição da estrutura desta ponte que, nos dias atuais, liga a Ilha de Vitória ao continente — a Ponte Florentino Avidos.

E Silvio Avidos foi o médico humanitário, competente e amigo que, ainda hoje, Colatina homenageia pelos serviços ali prestados, lamentando houvesse a sua vida sido tão curta.

Os outros filhos do nosso pranteado consócio ainda vivem, ainda honram o nome e a memória do varão ilustre, que foi Florentino Avidos.

Logo no início de sua vida pública o nosso eminente consócio foi engenheiro da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, hoje Leopoldina Railway. E quem hoje se utiliza dessa ferrovia mal imagina que aquêle trecho, entre Cachoeiro do Itapemirim e Soturno, de construção perigosa e difícil, mas que chama a atenção pela beleza da paisagem que se descortina lá do alto daquêles viadutos, quem hoje se utiliza dessa ferrovia mal imagina, repito, que o seu trecho mais difícil teve os seus trabalhos de construção dirigidos pelo engenheiro competente, que foi Florentino Avidos.

Mas o nosso consócio, também palmilhou os domínios da indústria chegando a fundar, em Cachoeiro do Itapemirim, uma torrefação de café e, na cidade de Natividade, em Minas Gerais, organizou uma usina para beneficiar arroz.

Espírito voltado para o progresso, Florentino Avidos, ainda, com dois amigos, fundou uma empresa particular para dotar a Princesa do Sul — Cachoeiro do Itapemirim, de luz elétrica, com usina na tão conhecida Ilha da Luz, empresa esta, mais tarde, encampada pela municipalidade.

No Governo Nestor Gomes desenvolveu Florentino Avidos as suas atividades nesta Capital, sendo afinal o sucessor daquêlê Presidente na suprema magistratura estadual.

O seu quadriênio foi farto em benefícios para o Estado; o seu quadriênio foi pleno de realizações.

Assim é que, na cidade de Colatina, uma ponte, e ela ainda lá está, liga a margem norte à margem sul do Rio Doce, permitindo o desbravamento daquêlas regiões ainda virgens, e hoje transformadas em

cidades e distritos que estão pleiteando a sua autonomia municipal.

Sentindo a necessidade de estradas, para o Estado, determinou o Presidente do período 1924-1928 fôsem feitos os estudos para a construção de uma estrada de ferro, ligando esta capital à tradicional cidade de Aracruz, assim como também mandou proceder aos necessários estudos para uma outra estrada de ferro que, saindo de Colatina iria ter a Nova Venécia, entroncando-se na extinta Estrada de Ferro São Mateus, tendo sido incumbido destes estudos o nosso ilustre consócio — engenheiro Ceciliano Abel de Almeida.

Ainda, Florentino Avidos também cogitou, e mandou explorar uma estrada de ferro que percorreria o vale banhado pelo rio Panças, próximo de Colatina, o que concorreu para a penetração pioneira de uma das mais ricas regiões da terra de Domingos Martins.

Sob o seu quadriênio Vitória, a nossa querida Cidade Presépio, também mereceu o seu cuidado e vieram, para ela, reformas e rasgaram-se ruas, planificaram-se avenidas, ergueram-se edifícios públicos.

Foi a época em que, para aqui, a fim de se poder cumprir o plano imaginado e arquitetado pelo grande Presidente, vieram engenheiros como Augusto Barata, Sebastião Frageli, Mario Bandeira e tantos outros.

Era, na presidência Florentino Avidos, a repetição da presidência Jerônimo Monteiro.

Houve um surto de progresso, para o Espírito Santo, delinea-se o futuro promissor que haveria de estender o seu manto abençoado sobre a donataria de Vasco Fernandes.

O ilustre estadista, que foi Florentino Avidos, não se descuidou do problema dos limites do Espírito Santo e, por intermédio do Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto e do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida, firmou com o nobre Estado da Bahia um contrato, a termo que, diga-se de passagem, pode ser, uma vez mais, reexaminado a fim de que os limites entre as duas grandes unidades da Federação fiquem, afinal, constituídos, por um marco natural e tradicional — o Rio de Mucury.

E, como se tivesse a visão do futuro, dos dias que haveriam de surgir, para tormento do pequenino Espírito Santo, provocados pelo grande e magnífico visinho de oeste, Florentino Avidos, faz chegar, até São Mateus, a necessidade imperiosa que há em se prosseguir com a estrada de ferro ali existente, para o oeste despovoado, sempre em demanda da tradicional e inconfundível Serra dos Aimorés, que passa tão longe, mas que alguns inocentes desejam tenha como picos culminantes o Penedo, o Morro da Penha, o Morro de Santa Clara e outros maciços, aqui da beira do mar.

Sem dúvida que, se a visão profética de Florentino Avidos, por outros mais houvesse sido sentida, a estas horas não nos estariam dizendo de um acôrdo que, para muitos, parece consultar os nossos legítimos interesses, quando em verdade só tem permitido e possibilitado um estado de euforia indifarável aos que não contavam com uma tal solução

E esta solução, indiscutivelmente, seria outra se se tivesse ouvido a Florentino Avidos que, embora sem ser capixaba, advogava o desbravamento, ainda que a custa de ingentes sacrifícios, daquela região, que hoje se diz — Região Contestada.

Infelizmente, muito demoramos a empreender a nossa marcha para oeste, embora, houvessem sido pioneiros espírito-santense os que a desbravaram e colonizaram.

Terminado o seu mandato presidencial é Florentino Avidos levado, ao Senado da República, pelos sufrágios do povo espírito-santense; e, afinal, veio a Revolução de 1930 com o seu acervo de bens e com uma boa parcela de males

Agora, Florentino Avidos volta às suas funções de modesto engenheiro do Ministério da Agricultura, dignificando aquele cargo, como já havia ilustrado outras funções públicas que desempenhára.

A vida, de ora em diante, só lhe reserva amarguras. É que, hoje, Moacir Avidos, o filho diléto e engenheiro de escól, desaparece ferido de traiçoeira moléstia, e desaparece longe da terra estremecida, longe de seus olhos de pai amantíssimo; amanhã será Silvio Avidos, o médico abnegado, que o há de preceder na morte.

Mas Florentino Avidos, homem profundamente cristão, recebe tais e tão dolorosos golpes, com resignação, vendo neles a vontade do Senhor.

Hoje, nesta hora soleníssima, nesta hora de emoção e de muita saudade, podemos proclamar que Florentino Avidos serviu bem à terra de adoção, à terra de sua companheira querida.

Os seus últimos dias ele os viveu com modéstia, mas com dignidade, rico de virtudes e pobre de bens, até que a 28 de Fevereiro passado, com oitenta e sete anos, deixou esta vida, bendito pelos seus amigos, abençoado de Deus, pranteado por todos nós.

Sobrevivem-lhe três filhos — o Dr. Durval Monteiro Avidos, o General Alcino Monteiro Avidos e Senhora D.^a Inah Monteiro de Araujo —, os quais, legítimos herdeiros de um nome de escól, hão de dignificá-lo pelos dias em fora.

Também trese netos deixou Florentino Avidos, trese jovens que se devem sentir orgulhosos do avô que tiveram.

MINHAS SENHORAS. MEUS SENHORES:

Esta Casa, na modéstia desta sessão solene, acaba de apontar, à mocidade de nossos dias, à mocidade do Espírito Santo, uma vida plena de trabalhos à coletividade, uma vida repleta de exemplos; esta Casa, na modéstia desta solenidade, fez timbre de mostrar, e de indicar ao povo capixaba, um homem que bem soube dirigir o Espírito Santo, que sempre pautou os atos de sua vida dentro da honra, que sempre, em tôdas as horas, foi honesto, foi digno.

Hoje, nesta hora, Florentino Avidos pertence ao nosso passado; hoje, por paradoxal que pareça, ele continúa presente, continúa sendo um exemplo para o presente inquieto que todos estamos vivendo.

DARIO ARAUJO
MONSENHOR LUIS CLAUDIO DE FREITAS ROSA
FRANCISCO CLÍMACO FEU ROSA
HERACLITO AMÂNCIO PEREIRA

Por NELSON ABEL DE ALMEIDA

Quando mais uma administração se inicia na "Casa de Domingos Martins", voltam-se os meus olhos para o passado, numa tentativa inócua de fixar quadros, de reviver fatos, de recordar espírito santenses ilustres, com os quais convivi e que tanto fizeram por este venerando Instituto.

E, sem que o queira, vejo-me em 1939 quando, pela primeira vez, tive a honra insigne de participar de uma diretoria do Instituto, na segunda presidência Arquimimo Matos, no biênio 1939-1941.

Mais tarde, no biênio 1943-1945, fui, pela bondade dos meus pre-sados consócios, eleito adjunto de orador, cabendo-me a difícil e árdua tarefa de traduzir o pensamento desta Casa, sempre que ocorresse a ausência do seu orador oficial, o eminente Desembargador Celso Calmon.

Praticamente fui, naquêlo biênio, o orador do Instituto, eis que o titular eleito não pudera, por motivo de saúde, participar da vida ativa do nosso Augusto Sodafício.

A partir de 1945, têm os meus pares, nesta Casa, consentido permaneça eu no exercício das funções de seu orador oficial, o que muito me comove e muito me desvanece.

Reeleito agora, ainda uma vez, para tão honroso cargo, o qual, sem dúvida, por um outro seria exercido com mais proficiência, quero, aqui, trazer aos companheiros do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, o meu muito obrigado pela honra que me conferiram, prometendo-lhes envidar o máximo de meus esforços para não os decepcionar.

—(x)—

Prescrevem os estatutos da "Casa de Domingos Martins", na alínea b do seu artigo 43 que, ao seu orador oficial compete fazer, nas sessões aniversárias, os elogios dos sócios falecidos durante o ano.

Como se vê, o dispositivo estatutário é imperativo e natural é que assim seja, visto como uma das finalidades do Instituto é o culto ao passado da gléba espírito-santense, é apontar à gente da terra de Maria Ortiz os seus mais destacados valores, dentre os quais, sem dúvida, se incluem os que compõem esta Casa, os que integram o quadro de seus associados.

Não vou discutir aqui, se o dispositivo regimental é bom ou mau, mesmo porque, a mim, só me cabe cumpri-lo.

Li em alguém, que *"há em todos os povos antigos e modernos o costume de honrar os seus mortos. Os gregos estendiam-os com a face para o oriente, onde se levanta o sol; os cantabros enterravam-no sob um mon-*

tão de seixos; os garamantes deitavam-nos nas praias para que fôsem perpetuamente banhados pelas ondas; os latinos curvavam os cadáveres dos seus e encerravam as suas cinzas em urnas; os africanos do deserto expõem-nos ao sol que mumifica os corpos, e os nossos antepassados, os indígenas da América, colocavam o guerreiro morto em uma fôssa com as suas armas e alimento para que elle pudesse empreender a sua viagem longínqua. Os ritos e os costumes cercam de grandeza e de respeito o terrível enigma do desaparecimento. Os povos civilizados levantam em honra de seus mortos illustres monumentos de pedra, de ferro e de bronze; os povos que se civilizam só os lamentam com hinos e orações”.

O Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, dentro da sua modéstia mas ao calor da sua lareira cívica, quer, nesta hora, recordar os illustres consócios, no ano transacto, desaparecidos.

E o Instituto os recorda agora, para apontá-los ao povo espírito-santense, como exemplos de amor e de dedicação a esta terra querida.

—(x)—

Regista o Instituto, neste ano social que acaba de expirar o desaparecimento de quatro, dos seus illustres membros — Dario Araujo, Mon-senhor Luiz Claudio de Freitas Rosa, Francisco Climaco Feu Rosa e Heraclito Amâncio Pereira.

É possível, é quasi certo não estejam as minhas palavras, à altura do valor de cada um dêsses nossos pranteados consócios.

Causas múltiplas concorrem para o fato, a começar pela incapacidade de quem tem de fazer o elogio dêsses sócios, aliada essa incapacidade à dificuldade de coligir dados biográficos dos mortos illustres, ainda que junto às suas famílias diletas, a fim de não lhes provocar sangue nas feridas que ainda estão bem vivas.

—(x)—

Conheci Dario Araujo quando era eu, ainda aluno do antigo Ginásio Espírito Santense, hoje Colégio Estadual do Espírito Santo.

A êsse tempo era elle modesto funcionário público, mas homem leal e de caráter ilibado.

O Estado do Espírito Santo vivia, então, sacudido por uma luta política, motivada pela successão do eminente Bernardino Monteiro, luta política essa que culminaria com a eleição do Coronel Nestor Gomes, como candidato de conciliação.

Mas a conciliação fôra, apenas, aparente, porque uma revolta no Quartel de Polícia determinou a Intervenção Federal no Estado e, afinal o reconhecimento, como legítimo, do governo chefiado pelo Coronel Nestor.

Dividiu-se o Espírito Santo em dois grupos — bernardinistas — e jeronimistas.

Dario Araujo era jeronimista convicto, não abrindo mão das suas convicções políticas. E pagou por isso, pois foi demittido da função pública que exercia no Estado.

Naquêle tempo a estabilidade do funcionário público, em seu cargo, a despeito do seu tempo de serviço, era um mito, não era tomada na devida consideração.

Mas Dario Araujo não se lamentou, não se bandeou por um prato de lentilhas e, para continuar fiel às suas idéas, aceitou modesto emprêgo na Estrada de Ferro Vitória a Minas, ali trabalhando por muitos anos.

Um dia, quando a tempestade amainou, voltou o nosso consócio à

sua função pública.

Desde que ingressou, nesta Casa, como seu sócio assistente e depois efetivo, em 1941, Dario Araujo sempre esteve presente, quer às nossas sessões ordinárias, quer às nossas sessões solenes.

E se Dario Araujo não foi, rigorosamente, um historiador, nem por isso deixou de ter o seu espírito sempre aberto às concepções mais nobres e mais elevadas da vida, estando sempre pronto a colaborar neste Instituto, para que ele se tornasse, cada dia, mais respeitado.

Foi, sem dúvida, um interessado no passado espírito-santense e, os seus filhos aí estão, seguindo o exemplo de seu progenitor, bem servindo ao Espírito Santo e, incansavelmente, trabalhando pelo seu constante engrandecimento.

—(x)—

Nesta triste peregrinação que, ora estamos fazendo, com o recordar os nossos mortos queridos, sentimos ter de registar a figura boníssima de Monsenhor Luiz Claudio de Freitas Rosa, o inesquecível Padre Luiz Claudio, como era ele mais conhecido.

Natural do velho e tradicional município da Serra, descendente de venerando tronco da terra capixaba, o nosso ilustre consócio, desde a sua infância, sempre mostrou o quanto havia de generosidade em seu coração.

Filho extremoso, era de se ver o carinho, a veneração que sempre votou àquela que lhe deu o ser, à D.^a Rosinha, matrona respeitável e por todos, nesta cidade, querida e admirada.

O Padre Luiz Claudio jamais a abandonou; foi um modelo de amor filial.

Homem culto, tendo revelado o seu pendor para o magistério, acabou por ilustrar o corpo docente da nossa querida Escola Normal "Pedro II", como catedrático da cadeira de Geografia, cargo em que se aposentou.

A sua cultura, o seu espírito de justiça fizeram-no respeitado e querido de todas as suas alunas.

Ainda, depois de aposentado, ainda no ano passado era de comover o carinho, de que era cercado o Padre Luiz Claudio, quando era encontrado por algumas daquelas antigas meninas, suas ex-alunas da Escola Normal.

E a todas ele abraçava, com aquela afabilidade muito sua; e a todas ele se dirigia com uma palavra carinhosa, com aquele jeito muito seu de afagar o rosto de cada uma.

Também ex-alunos teve o Padre Luiz Claudio; e quantos casais, deste Estado querido, não foram abençoados por ele, e quantas crianças, destes casais nascidos não foram, por ele, tornadas cristãs.

Aqui, Senhores, nesta hora de contrição, não é de mais lembrar o amigo dos desprotegidos da sorte, que foi o Padre Luiz Claudio.

Ele foi um verdadeiro, um grande perdulário da caridade, distribuindo tudo, tudo o que lhe caía nas mãos com os pobresinhos do Senhor.

E quando Vitória ainda era aquela cidade, em que todos se conheciam e se saudavam nas ruas e nos bondes, vêzes sem conta, o Padre Luiz Claudio era quem pagava a passagem de todos os passageiros.

Também, quando viajava daqui para a Serra, ou da Serra para aqui, quantas vêzes não mandou parar o ônibus, para fazer embarcar um pobre de Deus que, a pé, caminhava pela estrada ensolarada, responsabilizando-se pela passagem.

Era assim o Padre Luiz Claudio, que era Monsenhor para a Igreja, mas continuava o Padre Luiz Claudio para os seus ex-alunos, para todos

os seus amigos.

E o nosso querido consócio, embora não parecesse, sempre lutou por melhores dias para o Brasil. Por isso mesmo, quando se cuidou de reintegrar o País nos quadros constitucionais, o Espírito Santo o mandou, como um dos seus representantes, pela União Democrática Nacional, à Assembléia Constituinte de 1946.

Lá se foi para o cenário nacional, para o tablado da política moderna que, às vèzes, amargura os corações dos patriotas sinceros e possibilita triunfos aos aventureiros, lá se foi para o cenário nacional o nosso inesquecível Padre Luiz Claudio. E, sem dúvida, deve êle ter tido as suas amarguras, experimentado as suas desilusões, encontrado as suas decepções, que o seu coração de santo não se deve ter amoldado às truanices de nossos dias.

Vigário Geral da Diocese, como sacerdote, o Padre Luiz Claudio foi modelar, foi um exemplo de virtudes.

Serrano da velha têmpera, amigo e amante da sua gléba, quiz dormir o seu último sono, na terra amiga onde passou a sua meninice, sob a vigilância constante e eterna do velho Mestre Alvaro.

E a sua vontade foi feita. Por que contrariá-lo, se êle nunca contrariou a ninguém?

—(x)—

Francisco Climaco Feu Rosa, o Dr. Feu Rosa para alguns, o Feu para outros, foi também um dos nossos companheiros, desaparecido neste ano social.

Era êle natural da Serra, filho do casal João Pedro Rosa — Vitória Feu Rosa.

Concluido o curso primário, Francisco Feu Rosa matriculou-se na Faculdade de Direito, da Universidade do Brasil, diplomando-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, no ano de 1918.

Em 1917 fui, quando segundo anista do Ginásio Espírito Santense, conhecer o nosso ilustre consócio como professor catedrático de Aritmética e Algebra daquêle tradicional estabelecimento, lecionando ainda Desenho, dada a falta de professor desta matéria.

Era o Dr. Francisco Feu Rosa um apaixonado do ensino e, ainda estudante, colaborou com meu pai no Externato Vitorienze, estabelecimento do qual foi vice-diretor.

Mas, por ter concluido o seu curso de Direito, entendia o nosso consócio de que devia se dedicar, de corpo e alma, à profissão de sua escôlha. Exerceu, então, por algum tempo, a advocacia nesta Capital, tendo daqui se transferido para Anchieta e depois para S. Pedro de Itabapoana; com a transferência da séde da comarca de S. Pedro para Mimoso do Sul, foi o nosso confrade se fixar nesta última cidade.

Ali, em 1933, foi êle, como toda gente, envolvido pela política e, afinal eleito deputado à Assembléia Constituinte Estadual pelo Partido Social Democrático.

Naquela hora amarga do Espírito Santo, quando a terra de Domingos Martins se viu engolada pelo entusiasmo contagiante do Partido da Lavoura, quando muitos dos eleitos pela bandeira do Partido Social Democrático se contagiaram, também dos ideais pregados pelo Partido da Lavoura, visando reconquistar o Espírito Santo e evitar que fôsse eleito governador o Interventor Federal, de então — o Snr. João Punaro Bley —, Francisco Climaco Feu Rosa manteve-se fiel à bandeira do seu Partido, pois entendia que êsse era o seu dever, embora, possivelmente, o seu coração de capixaba

estivesse desejoso de ajudar na reconquista.

Na Assembléa Constituinte não foi um inoperante, como foi moda, ao tempo, dizer-se dos representantes do povo.

Exerceu a liderança de seu Partido e, com o golpe incruente de 1937, passou a ser advogado e professor da nossa querida Faculdade de Direito, prelecionando a cadeira de Ciências das Finanças.

Presidiu o Instituto da Ordem dos Advogados do Espírito Santo e, no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (Secção do Espírito Santo) foi conselheiro e tesoureiro, exercendo essas funções com uma dedicação e uma probidade pouco comuns, em nossos dias.

Também a Francisco Feu Rosa coube exercer a árdua função de Procurador da Prefeitura Municipal de Vitória.

Meticuloso em seus pareceres, era um estudioso do direito, não se descuidando na defesa das causas que patrocinava.

Quando da celebração do Quarto Centenário do Povoamento do Sólo Espírito Santense, em 1935, foi o nosso eminente confrade quem, na Assembléa Estadual, pronunciou, como líder do Governo, a oração oficial, discurso éste que ilustra as páginas da nossa revista.

Filho extremosíssimo, não poupou esforços para dar conforto à velhice de seus pais; pai amorosíssimo Francisco Feu Rosa só pensava em ver os seus filhos felizes.

As suas últimas horas, antes do ataque que o fulminára, éle as passou entretendo-se com uma netinha.

— (x) —

A via-crucis do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo não devia parar aí. Um outro companheiro teria de tombar, vencido pela moléstia que, de há muito, lhe minava o organismo. Estava escrito que Heraclito Amâncio Pereira, o secretário perpétuo do Instituto, iria ser vencido, quando tudo indicava que éle ainda permaneceria ao nosso lado por muito tempo.

Para Vitória, e para os seus alunos e ex-alunos, como para os meios educacionais capixabas e para a nossa Casa, o prematuro desaparecido de Heraclito Pereira foi um impacto, que a todos desorientou e desolou.

Nascido na velha Vitória, filho de um venerando, e autêntico mestre — o Professor Amâncio Pinto Pereira —, depois de concluir o seu curso primário foi, como outros, cursar Heraclito Amâncio Pereira o Ginásio Espírito Santense.

E quando o Padre Camilo Loureiro deixou o Estado, provocando a vaga na cadeira de Geografia do venerando estabelecimento de ensino, o jovem Heraclito Pereira foi conquistá-la com a sua tese — Modificações atuais da superfície terrestre.

No Ginásio Espírito Santense, depois Ginásio do Espírito Santo e, atualmente, Colégio Estadual do Espírito Santo, foi também Heraclito Pereira secretário e, em 1951, quando se aposentou estava exercendo a sua diretoria.

Proclamava, e com que envaidecimento o fazia, o fato de, no seu tempo, ter sido o mais jovem professor catedrático do Brasil.

Ex-aluno do Colégio Estadual, tinha o nosso eminente confrade verdadeira obsessão pelo estabelecimento, não admitindo que nenhum outro lhe fôsse superior.

Lembro-me ainda, do seu envaidecimento, quando, em 1951, ao tempo do governo Jones dos Santos Neves e ao ensêjo do início da construção

do edifício do Colégio Estadual, ora em vias de conclusão ao formar no batalhão de ex-alunos do Colégio, como seu porta-bandeira, numa passeiata feita pela cidade e da qual participaram, também as ex-alunas do Colégio.

Já professor catedrático do Colégio, e com a responsabilidade de chefe de família, entendeu o nosso destacado consócio de iniciar o seu curso de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, para o que se matriculou na Faculdade Nacional de Direito.

E concluindo o seu curso, advogou, por algum tempo, abandonando logo o exercício da profissão, que não se coaduna com o seu temperamento irrequieto e insatisfeito.

Possuido de verdadeira mania, pelo engrandecimento e pelo progresso do nosso, e seu querido Estado, sonhou um dia com uma Faculdade de Direito para o Espírito Santo.

E a despeito de tôdas as vicissitudes ela aí, está, respeitada, conceituada, dando ao Brasil e ao Espírito Santo, grandes advogados, grandes juristas, grandes magistrados.

Não foi em vão o sonho de Heraclito Pereira; a sua Faculdade, que era menina de seus olhos, não perecerá mais.

Quando Garcia de Resende, Alarico de Freitas, Elpidio Pimentel pensaram na Academia Espírito Santense de Letras e foram bater às portas de Dom Benedito Paulo Alves de Souza, solicitando o seu apóio para a empresa, Heraclito Pereira enfileirou-se àquelles idealistas, formou com eles o grupo de fundadores daquela veneranda instituição, sendo, mais tarde, escolhido vice-presidente pelos seus confrades, cargo em que a morte o foi encontrar.

Neste Instituto, ingressou êle em 12 de Junho de 1922. O orador oficial de então — o Dr. Alarico de Freitas —, nosso eminente consócio, hoje residindo na Capital Federal, saudou-o com as seguintes palavras — *“O Professor Heraclito Pereira, que também hoje entra em nosso recinto como sócio efetivo do Instituto é um dos espiritos mais investigadores e notáveis do moderno movimento intelectual do Espírito Santo. Cultura especializada nos estudos geográficos e etno históricos, revive em suas páginas o mesmo carinho que o velho professor Amâncio Pereira — seu illustre pai — imprimiu às coisas e aos fatos da nossa querida terra”*.

E, desde então então, Heraclito Pereira não para de pesquisar, de esca-rafuchar a história capixaba, de anotar velhos livros, de escrever memórias.

E de todos conhecido o seu trabalho — A IMPRENSA NO ESPÍRITO SANTO —, trabalho bem cuidado, de paciência beneditina; trabalho tão meticoloso que, quem quiser estudar a ação social da imprensa, em nossa terra, no passado, terá de recorrer àquele trabalho do nosso sempre lembrado consócio e mestre.

Por longos anos, Heraclito Pereira revolveu a história do Espírito Santo, deixando obras inéditas, que continuarão aguardando o momento oportuno de serem publicadas.

Mas Heraclito Pereira não era só historiador e geógrafo; era também um estilista sóbrio e elegante, manejando a língua com rara elegância e sem pedantismo.

Foi, ainda membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, neste Estado, e da Associação de Imprensa.

Era sócio correspondente de várias instituições culturais do país, dentre as quais podem ser destacadas a Academia Matogrossense de Letras, o Instituto Genealógico de São Paulo, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Para bem se conhecer a Heraclito Pereira, para bem se aquilatar da sua personalidade e dos seus sentimentos, necessário era se manter con-

vivência com êle que, no fundo, a despeito de seu espírito irrequieto e incompreendido, era extremamente sensível à amizade de seus amigos, chegando a extremos para corresponder a essa amizade.

Ainda é cêdo, para bem julgá-lo; certo é que o Espírito Santo perdeu um eterno enamorado seu e o nosso Instituto um dos seus membros mais ilustres e eminentes.

—(x)—

Pálidas foram as palavras com as quais, em nome da “Casa de Domingos Martins”, evoquei os nossos companheiros desaparecidos.

Mas, êles hão de viver sempre na nossa saudade, êles serão marcos destacados do passado espírito-santense.

ESTATUTOS
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO

(Fundado em 12-6-1916)

Do Instituto, sua natureza e fins

CAPÍTULO I

Artigo 1.º — O Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Espírito Santo fundado em 12 de Junho de 1916 e com sede nesta Cidade de Vitória é uma associação civil de caráter cultural e científico tendo por objeto o estudo da História e Geografia pátria e especialmente do Espírito Santo

Artigo 2.º — O Instituto procurará atingir os seus fins:

a) — coligindo, conservando, classificando livros, documentos, cartas geográficas, plantas e qualquer outro elemento de informação histórica ou geográfica organizando com eles uma Biblioteca, um Arquivo, uma Mapoteca e um Museu;

b) — mantendo relações com as associações congêneres, com Bibliotecas, Arquivos e Museus nacionais e estrangeiros;

c) — mantendo uma Revista para divulgação de seus estudos e atividades e publicações de trabalhos e documentos de interesse histórico e geográfico sobretudo para o Espírito Santo;

d) — promovendo reuniões, conferências, congressos, e inquéritos sobre assuntos históricos e geográficos de interesse geral;

e) — patrocinando e incentivando e subvencionando investigações e pesquisas cujas finalidades coincidam com as suas, conferindo prêmios a trabalhos e estudos de reconhecido valor científico;

f) — organizando e orientando, de acordo com as autoridades municipais, serviços de informações sobre os respectivos municípios;

g) — mantendo ou contribuindo para manter, no Estado, cursos de História e de Geografia.

CAPÍTULO II

Artigo 3.º — O Instituto será dirigido por uma Diretoria eleita bi-anualmente e composta de um Presidente, um primeiro vice-presidente, um segundo vice-presidente, um terceiro vice-presidente, um Secretário geral, um Sub-secretário, um Tesoureiro, um Bibliotecário, um Orador e um vice-Orador. O Presidente, os Vice-Presidentes, o Secretário geral e o

Tesoureiro serão eleitos e podem ser reeleitos. Os demais cargos serão de livre escolha do Presidente.

§ 1.º — A Diretoria será auxiliada por quatro Comissões Permanentes com as denominações de Comissão de História, Comissão de Geografia, Comissão de Finanças e Comissão de Revista e Publicações. Essas Comissões terão o mesmo mandato e serão eleitas com a Diretoria constituindo-se de três membros. Além dessas o Presidente do Instituto poderá nomear tantas Comissões Especiais quantas se fizerem necessárias ao desenvolvimento das atividades culturais do Instituto. Estas terão a duração e as atribuições que lhes forem determinadas no ato de sua constituição.

§ 2.º — As Comissões Permanentes poderão ter o seu Regimento próprio.

§ 3.º — Vagando qualquer cargo eletivo da Diretoria ou das Comissões Permanentes, o sucessor eleito completará o mandato. Se a vaga ocorrer no último semestre dêste a sucessão se fará por indicação da Diretoria.

§ 4.º — São condições para ser eleito membro da Diretoria e das Comissões Permanentes:— a) — pertencer o candidato à classe dos sócios efetivos; b) — estar no gozo de todos os direitos estatutários; c) — residir na Capital.

§ 5.º — Para os cargos de Presidente e Vice-Presidentes deve ainda o candidato ter demonstrado interesse e dedicação pela vida do Instituto revelados sobretudo pela sua atividade, assiduidade e frequência a mais de metade das sessões e reuniões do ano anterior ao da eleição.

CAPÍTULO III

Dos Sócios

Artigo 4.º — Os sócios do Instituto serão de cinco categorias:— Efetivos, em número de 100; Assistentes, em número de vinte; Honorários; e Benfeitores.

§ 1.º — Serão *Efetivos* os que, eleitos na forma dos presentes Estatutos, residirem no Estado; *Correspondentes* os que residirem ou passarem a residir fora do Estado; *Honorários*:— a) — O Governador do Estado, o Presidente da Assembléia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça; b) — os sócios efetivos ou correspondentes com serviços relevantes ao Instituto; c) — os efetivos que tenham desempenhado por mais de 10 anos ininterruptos, cargos da Diretoria; d) — as pessoas notáveis pela sua cultura e saber nos domínios da História, da Geografia ou Ciências afins; *Beneméritos* os que concorrerem, de modo positivo e de maneira excepcional, para o engrandecimento moral ou cultural do Instituto ou os que lhe fizerem donativos superiores a vinte mil cruzeiros; *Assistentes* os, que possuindo todas as condições para sócio efetivo, não tenham entretanto a idade ou o tempo de residência no Estado exigido pelos Estatutos. Satisfeitas essas condições serão promovidos à classe dos efetivos sempre que haja vaga nesse quadro. Os sócios assistentes gozarão de todos os direitos e franquias estatutárias menos o de votar e ser votado.

§ 2.º — São condições indispensáveis à admissão de sócios:— a) — ser o candidato brasileiro; b) ter mais de 25 anos de idade; c) — residir no Estado há mais de cinco anos; d) — ser a proposta subscrita, pelo menos, por três sócios efetivos; e) — estar a proposta instruída com a ficha bio-bibliográfica do candidato de acordo com o modelo oficial do Instituto e por ele preenchida e assinada; f) — vir acompanhada de algum trabalho ou estudo já publicado (Livro, folheto ou artigos) que revele da parte do candidato conhecimento ou interesse pelas cousas da História

e da Geografia do Espírito Santo; g) — que a proposta assim instruída não sofra qualquer impugnação justificada dos sócios ou sofrendo, não seja ela rejeitada pela Assembléia geral.

§ 3.º — Os sócios Beneméritos e Honorários não estarão sujeitos às exigências do parágrafo anterior. Apenas a proposta deve ser subscrita e justificada por mais de 15 sócios efetivos e instruída com a ficha bibliográfica referida na letra c do § anterior.

Artigo 5.º — Apresentada a proposta, o Presidente, verificando estar a mesma regularmente instruída, anunciará a sua apresentação e a porá em mesa por 10 dias para estudo e exame dos associados. Findo esse prazo e não havendo impugnação será ela considerada aceita por despacho da Presidência que fará as comunicações necessárias e designará dia e hora para a recepção e posse solene do candidato. Havendo impugnação o Presidente a submeterá à Assembléia geral podendo, antes desta se manifestar, se necessário, proceder a investigações para melhor instruir o plenário.

§ 1.º — Não será tomada em consideração a proposta ou admissão de sócio feita por aclamação, se dentro das 48 horas seguintes os proponentes não satisfizerem as exigências estatutárias.

§ 2.º — A recepção e posse dos novos sócios serão sempre solenes. Após o discurso de recepção do representante do Instituto terá a palavra o recipiendário. No caso de posse de mais de dois sócios numa só reunião estes poderão delegar a qualquer deles o encargo de proferir o discurso de agradecimento. As orações deverão ser escritas e serão publicadas na Revista do Instituto. Nessas orações devem ser evitados os assuntos políticos, religiosos ou quaisquer outros capazes de perturbar a ordem das sessões e a cordialidade entre associados.

§ 3.º — De posse da comunicação de sua aceitação poderá o candidato, antes mesmo da posse solene e obrigatória, comparecer a qualquer sessão do Instituto e exibindo o ofício de comunicação tomar posse provisória para efeito de gozar, desde logo, de todos os direitos e prerrogativas, com exceção apenas do de ser votado o que só adquirirá depois da posse definitiva.

§ 4.º — A posse dos sócios Correspondentes poderá ser tomada por procuração.

§ 5.º — No ato da posse o candidato prestará o seguinte compromisso:— “Prometo promover o engrandecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, respeitando os seus Estatutos e pondo a seu serviço a minha inteligência, trabalho e dedicação”.

Artigo 6.º — Os novos sócios estarão obrigados a uma jóia de 50,00 cruzeiros, a uma taxa de 30,00 pelo Diploma e à anuidade de 120,00 que poderá ser paga em prestações semestrais.

§ 1.º — Os sócios Correspondentes estarão obrigados apenas à jóia e os que forem elevados à categoria de Honorários a uma taxa de 30,00 para o novo Diploma.

§ 2.º — Estão isentos de anuidade:— a) — os sócios Beneméritos; b) — os sócios Honorários; c) — os sócios Correspondentes e d) — os sócios Efetivos com mais de 20 anos no Instituto.

§ 3.º — As contribuições previstas neste artigo serão revistas anualmente pela Diretoria.

CAPÍTULO IV

Dos deveres dos Sócios

Artigo 7.º — São deveres dos sócios:— a) — cumprir os presentes Estatutos e concorrer para que os demais associados o cumpram; b) — exercer com dignidade e solicitude os cargos, encargos e comissões com que fôr distinguido; c) — comparecer, com assiduidade, às reuniões do Instituto justificando as suas faltas; d) — concorrer com a sua inteligência, saber e prestígio pessoal para a prosperidade da Instituição; e) — indenizar os prejuizos e danos que causar aos livros, móveis e pertences do Instituto; f) — pagar, dentro de 20 dias, a contar da data em que receber a comunicação oficial de sua aceitação, à Tesouraria, a importância de sua jóia e Diploma e 10 dias após a sua posse, a anuidade; g) — participar à Secretaria as mudanças de endereço.

CAPÍTULO V

Dos direitos dos Sócios

Artigo 8.º — São direitos dos sócios:— a) — votar e ser votado; b) — propor, apreciar e impugnar a admissão de novos sócios; c) — assistir às sessões; d) — propor, discutir, apreciar e impugnar idéias, sugestões, indicações e projetos; e) — servir-se da Biblioteca, Arquivo e demais serviços que forem sendo criados; f) — colaborar na Revista sem se afastar dos fins e orientações dela; g) — receber gratuitamente os Estatutos, a Revista e as publicações oficiais do Instituto; h) — obter licença até 120 dias em cada ano nos casos de ausência ou enfermidade sua e de pessoas de sua família; i) — investir-se de todos os direitos e prerrogativas estatutárias mediante posse provisória, na forma do § 3.º do artigo 5.º destes Estatutos.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Artigo 9.º — As eleições da Diretoria e das Comissões Permanentes serão realizadas por escrutínio secreto e terão lugar no primeiro dia útil de Maio do último ano do mandato. Com a antecedência, no mínimo, de 48 horas o Presidente convocará a Assembléia geral. Esta deverá instalar-se com o mínimo de 15 sócios. Não comparecendo esse número se entenderá adiada a convocação para o dia imediato, às mesmas horas, podendo então instalar-se com qualquer número.

§ 1.º — Instalada a Assembléia proceder-se-á à eleição. Cada eleitor votará em uma só cédula contendo os nomes dos candidatos à Diretoria e às Comissões Permanentes. A chamada dos votantes será feita, mediante lista organizada pela Secretaria com audiência do Tesoureiro.

§ 2.º — A apuração se fará imediatamente por escrutinadores nomeados pelo Presidente. Não serão computados votos dados a candidatos que não reúnem as condições estatutárias (§ 4.º do art. 3.º). Procedida à apuração o Presidente proclamará o resultado e fará as comunicações necessárias aos eleitos, às autoridades, à Imprensa e às Instituições congêneres do Estado e do País.

§ 3.º — A posse solene da Diretoria eleita se dará no dia 12 de Junho, data do arcabuzamento do patrono do Instituto, o herói espírito-

santense Domingos José Martins, e comemorativa da sua fundação. No programa de festividades deve ser incluída, sempre que possível, uma romaria cívica ao seu monumento.

CAPÍTULO VII

Das atribuições da Diretoria

Artigo 10) — Cumpre à Diretoria:— a) — respeitar e fazer respeitar os presentes Estatutos; b) — reunir-se por convocação do Presidente ou da maioria de seus membros; c) — orçar anualmente a receita e despesa do Instituto com audiência da Comissão Permanente de Finanças; d) — promover o progresso e desenvolvimento do Instituto, e e) — resolver os casos omissos nos presentes Estatutos e na forma por elle estabelecida.

Artigo 11) — Compete ao Presidente:— a) a direção geral do Instituto e sua representação em juízo e fora d'elle, por si ou por mandatário; b) — convocar, presidir, dirigir, suspender e adiar tôdas as sessões do Instituto, assim da Diretoria como de Assembléia geral, mantendo a ordem e o respeito aos Estatutos; c) — nomear e dispensar os membros da Diretoria de sua livre escolha, os membros das Comissões Especiais e bem assim os empregados e auxiliares administrativos; d) — autorizar todos os pagamentos podendo exigir o visto do Secretário geral; e) — designar dia e hora para as sessões, conferências, palestras e congressos; f) — organizar as ordens do dia e a pauta dos trabalhos das sessões; g) — apresentar no fim do biénio, no dia da posse da nova Diretoria o relatório de sua gestão; h) — designar um ou mais sócios para representar o Instituto em Congressos científicos, solenidades públicas, festas cívicas, torneios literários, etc; i) — superintender a publicação da Revista fixando-lhe a orientação; j) — conceder licenças e férias aos sócios, empregados e auxiliares administrativos; l) — resolver os casos omissos nos presentes Estatutos quando disserem respeito à administração interna do Instituto; m) — abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros necessários às atividades do Instituto; n) — promover, por todos os meios ao seu alcance, o engrandecimento do Instituto.

Artigo 12) — Compete ao 1.º Vice-Presidente:— a) — substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos; b) — presidir a Comissão de História.

Artigo 13) — Compete ao segundo Vice-Presidente:— a) — substituir o primeiro Vice-Presidente; b) — presidir a Comissão de Geografia.

Artigo 14) — Compete ao terceiro Vice-Presidente:— a) — substituir o segundo Vice-Presidente; b) — presidir a Comissão de Finanças.

Artigo 15) — Ao Secretário geral compete:— a) — substituir o Presidente quando ausentes ou impedidos os Vice-Presidentes; b) — superintender todos os serviços da Secretaria; c) — inventariar e trazer em dia o inventário dos manuscritos, documentos, livros e objetos pertencentes ao Arquivo, Biblioteca, Mapoteca e Museu; d) — organizar e publicar o cadastro dos sócios; e) — conservar o edificio do Instituto e ter sob sua guarda e fiscalização as suas coleções, objetos, móveis e pertences; f) — secretariar as sessões e ler o expediente; g) — receber, expedir e arquivar a correspondência mantendo-a em ordem e em dia; h) — adquirir o material necessário ao expediente da Secretaria; i) — propor medidas destinadas à melhoria e aperfeiçoamento dos serviços a seu cargo; j) — prestar aos sócios informações e esclarecimentos sobre seus deveres e direitos; l) — apresentar ao Presidente, na primeira quinzena de Maio de cada ano, um relato circunstanciado das atividades da Secretaria.

Artigo 16) — Ao Sub-Secretário compete:— a) substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos; b) — redigir as atas das sessões servindo-se das notas e dados que lhe forem fornecidos ou das que tiver recolhido quando substituir o Secretário geral; c) — expedir avisos e comunicações aos sócios; d) — realizar o trabalho ou incumbência que lhe fôr distribuído pelo Secretário geral.

Artigo 17) — Ao Tesoureiro compete:— a) — substituir o Secretário e o Sub-Secretário nas suas faltas e impedimentos; b) — arrecadar, escriturar e guardar a receita e fundos do Instituto podendo recolhê-los a Banco idôneo; c) — satisfazer as despesas autorizadas pelo Presidente, documentando-as devidamente; d) — escolher auxiliares de sua confiança e sob sua responsabilidade para o serviço de cobranças, arbitrando-lhe comissão razoável aprovada pelo Presidente; e) — manter em dia a escrituração de seus livros; f) — apresentar, sempre que requisitado pelo Presidente ou pela Diretoria, o quadro geral da arrecadação e despesas efetuadas; g) — solicitar a nomeação de auxiliares para o serviço interno da Tesouraria; h) — requisitar o material necessário ao seu expediente; i) — comunicar ao Secretário geral o nome dos sócios em débito; l) — apresentar, na primeira quinzena de Maio de cada ano, o relatório das atividades da Tesouraria; m) — prestar à Comissão de Finanças todos os informes e esclarecimentos que forem solicitados; n) — promover o progresso econômico e financeiro do Instituto.

Artigo 18) — Ao Bibliotecário compete:— a) — substituir o Tesoureiro em suas faltas e impedimentos; b) — dirigir a Biblioteca e Arquivo; c) — receber, agradecer, registrar e catalogar os livros, obras e publicações que forem adquiridas ou oferecidas ao Instituto; d) — propor a compra de livros; e) — conservar em bom estado os livros e coleções da Biblioteca e Arquivo; f) — requisitar o material necessário ao seu expediente; g) — organizar o Regimento interno da Biblioteca submetendo-o à aprovação da Diretoria; h) — não emprestar nem permitir a saída de livros e exemplares raros da Biblioteca; i) — adotar um sistema prático e rápido de catalogação de livros podendo usar índices e fichários.

Artigo 19) — Ao Orador compete:— a) — falar sempre que possível em nome do Instituto, nas recepções dos novos sócios, nas sessões de aniversário e sempre que o Instituto se fizer representar em alguma solenidade pública; b) — fazer o elogio dos sócios falecidos.

Artigo 20) — Ao Vice-orador compete substituir o orador em suas ausências e impedimentos.

§ Único) — O Vice-orador será substituído em seus impedimentos e ausências pelo consócio indicado pelo Presidente.

CAPÍTULO VIII

Das atribuições das Comissões Permanentes

Artigo 21) — Compete à Comissão de História:— a) dar parecer sobre livros, memórias, documentos e publicações que se refiram à História; b) — sugerir medidas de defesa e proteção ao patrimônio histórico do Estado; c) — velar para que se conservem no Estado as suas relíquias e riquezas históricas, propondo e sugerindo ao Governo medidas tendentes a impedir a sua evasão; d) — organizar o Calendário Histórico e Cívico do Estado e bem assim um Dicionário Onomástico; e) — incentivar, por todos os meios, o estudo da História.

Artigo 22) — Compete à Comissão de Geografia:— a) — opinar sobre livros, memórias, documentos e publicações que se referirem à Geo-

grafia e Ciências conexas; b) — manter relações com o Instituto Nacional de Geografia e seus Conselhos Regionais; c) — organizar um Dicionário da Geografia Espírito-santense; d) — incentivar, por todos os meios, o gosto e o cultivo da Geografia.

Artigo 23) — Compete à Comissão de Finanças:— a) examinar e opinar sobre as contas que forem submetidas ao seu conhecimento; b) — elaborar os projetos orçamentários; c) — propor e sugerir medidas ou providências para a boa orientação da vida financeira do Instituto.

Artigo 24) — Compete à Comissão de Revista e Publicações:— a) — colher e selecionar a matéria para a Revista; b) — sugerir a publicação de artigos, trabalhos e documentos que mereçam divulgados; c) — orientar o serviço de publicidade e divulgação das atividades do Instituto; d) — eleger entre seus membros o seu Presidente.

CAPÍTULO IX

Das Reuniões

Artigo 25) — O Instituto se reunirá:— I) — ordinariamente no dia 12 de cada mês; II) — extraordinariamente para festejar ou comemorar as efemérides e acontecimentos de maior significação histórica; III) — em Assembléia geral:— a) — no primeiro dia útil de Maio do último ano do mandato para eleição de sua nova Diretoria e Comissões Permanentes; b) — no dia 12 de Junho daquele mesmo ano para posse solene da Diretoria eleita; c) — sempre que se faça necessário a Juízo da Diretoria ou do Presidente; d) — quando convocada por dois terços dos sócios efetivos.

§ 1.º — A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 2.º — As reuniões ordinárias e de assembléia geral se realizarão:— em primeira convocação com um número de sócios nunca inferior a 10 e em segunda e última que se subentenderá sempre para o mesmo dia, uma hora após, com menor número desde que não seja inferior a cinco. Não se obtendo esse último *quorum* far-se-á nova convocação que deliberará então com qualquer número.

§ 3.º — As reuniões para a eleição da Diretoria e Comissões Permanentes se farão na forma do art. 9.º destes Estatutos.

Artigo 26) — Nas reuniões do Instituto o Presidente ocupará a cadeira principal no centro da mesa tendo a sua direita o Secretário Geral e à esquerda o Orador Oficial. Só poderão participar da mesa os Chefes dos Poderes Públicos Federais e Estaduais quando comparecerem pessoalmente. Os sócios Honorários e Beneméritos, as autoridades constituídas ou seus representantes e os convidados especiais ocuparão os lugares de honra que lhes forem reservados.

Artigo 27) — Nas reuniões ordinárias os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:— a) — instalação da mesa e abertura da sessão; b) — leitura e apreciação da ata anterior; c) — leitura do expediente; d) — apresentação de propostas, requerimentos e indicações; e) — ordem do dia, debates e votação; f) — encerramento da sessão.

§ 1.º — As sessões extraordinárias obedecerão à ordem que for organizada de acordo com a matéria objeto da convocação.

§ 2.º — As reuniões do Instituto não deverão exceder de duas horas e os discursos de 20 minutos. Para a apresentação ou encaminhamento de propostas, requerimentos e indicações terão os seus autores cinco minutos. Esses prazos poderão ser razoavelmente dilatados pelo Presidente até

dez minutos se a importância, relevância e urgência do assunto o exigirem.

CAPÍTULO X

Da Receita e sua aplicação

Artigo 28) — A Receita do Instituto se constituirá:— a) das jóias, taxas e anuidades dos sócios; b) — dos donativos; c) — da receita resultante da venda de sua Revista e das obras que publicar; d) — das festividades que promover com tal objetivo; e) — dos alugueres ou taxas de ocupação de suas dependências; f) — das subvenções que lhe forem concedidas; g) — dos legados e heranças; h) — dos juros e prêmios de seus depósitos.

Artigo 29) — A Receita do Instituto será aplicada:— a) — na aquisição do material necessário ao seu expediente; b) — na publicação de sua Revista; c) — na publicação de trabalhos de seus associados que merecerem divulgados, mediante parecer da Comissão de Revista e Publicações; d) — no pagamento de salários de seus empregados; e) — na compra de livros, mapas, estantes e móveis; f) — no pagamento dos prêmios que instituir para incentivar o estudo da História e da Geografia espíritosantense; g) — no pagamento do seguro dos bens do Instituto; h) — na conservação e reparos de sua sede e mobiliário; e i) — nas despesas necessárias e úteis ao desenvolvimento de suas atividades culturais.

CAPÍTULO XI

Das penalidades

Artigo 30) — Os sócios do Instituto pelas omissões e faltas que cometerem estarão sujeitos às seguintes sanções:— a) advertência; b) — suspensão de direitos; c) — perda do cargo ou função; e d) — eliminação.

§ 1.º) — A pena de advertência será aplicada nos casos de:— a) — incontinência de linguagem nas sessões; b) — desatenção e irreverência para com a pessoa e idéias dos consócios; c) — ausência de cordialidade e compostura no convívio social.

§ 2.º) — A pena de suspensão de direitos será aplicada nos casos de:— a) — falta que comprometa o bom nome do Instituto; b) — falta de pagamento de anuidade nos prazos estipulados; c) — reincidência em falta punida com pena de advertência; d) — ausência, não justificada, às sessões, por mais de ano. Essa pena não poderá exceder de seis meses. No caso de falta de pagamento da anuidade a suspensão se prolongará até que se satisfaça a obrigação não podendo, entretanto, exceder de um ano, caso em que se terá como renunciado, automaticamente, a qualidade de sócio.

§ 3.º) — A pena de perda do cargo ou função se aplicará quando o titular, sem motivo justificado, faltar a mais de cinco sessões seguidas ou quando não desempenhar a função ou encargo que tiver aceito nos prazos ou prorrogações que lhe forem assinados ou no prazo de trinta dias quando não houver prazo fixado.

§ 4.º) — A pena de eliminação será aplicada:— a) — no caso de falta grave contra a honra e bons costumes; b) — no caso do desinteresse pela vida do Instituto demonstrado pela ausência ou falta, não justificada, por mais de um biénio; c) — no caso do sócio correspondente se alheiar, por completo, da vida do Instituto por mais de três anos seguidos, deixando, de qualquer modo, de com êle se corresponder. Nesses dois últimos

casos a aplicação será automática.

§ 5.º — As penas serão aplicadas pelo Presidente. Com exceção das de advertência haverá, das demais, recurso voluntário para a Diretoria, interposto pelo acusado dentro de cinco dias da data em que tiver conhecimento da mesma. Das decisões da Diretoria sobre a aplicação da pena de eliminação por falta grave contra a honra e bons costumes poderá haver recurso extraordinário para a Assembléa geral, dentro de 10 dias.

§ 6.º — A exceção das penas de advertência e das de caráter automático nenhuma outra poderá ser aplicada sem audiência prévia do paciente, no prazo de 10 dias.

CAPÍTULO XII

Da Escrituração

Artigo 31) — Para escrituração e registro de suas atividades o Instituto terá os seguintes livros:— a) — um para a matrícula dos sócios e registro de suas atividades culturais de acôrdo com o modelo oficial; b) — um para a escrituração de sua Receita e Despesa em forma mercantil a cargo do Tesoureiro; c) — um para registro geral de livros e publicações que derem entrada no Instituto, de acôrdo com o modelo organizado e a cargo do Bibliotecário; d) — um para atas das sessões ordinárias; e) — um para atas das sessões extraordinárias; f) — um para atas das reuniões da Diretoria a cargo da Secretaria; g) — um para termos de compromisso e posse dos associados; h) — um para protocolo de correspondência expedida; i) — um para registro de legados e donativos a cargo da Secretaria; e j) — um para registro de presença dos sócios às sessões; e l) um para inventário geral de móveis e pertences do Instituto.

§ Único) — Poderão ser adotados tantos livros auxiliares, pastas, catálogos e índices quantos se fizerem necessários ao desenvolvimento e boa ordem dos serviços internos do Instituto.

CAPÍTULO XIII

Da reforma dos Estatutos

Artigo 32) — Os presentes Estatutos poderão ser reformados ou alterados desde que:— a) — a proposta de reforma ou alteração esteja subscrita por dois terços, no mínimo, dos sócios efetivos e quites, ou pela totalidade dos membros da Diretoria; b) — não tenha por fim alterar o caráter cultural e científico do Instituto.

§ 1.º — Recebida a proposta o Presidente a submeterá a uma Comissão especial de cinco membros, se possível estranhos à proposta, para, dentro de 20 dias examinar e dar parecer sobre a legalidade e oportunidade da reforma ou alteração.

§ 2.º — Favorável o parecer da Comissão, será a proposta anunciada e posta em mesa, por trinta dias, para exame e apresentação de emendas e sugestões. Findo esse praso designará o Presidente a sessão para discussão e votação.

§ 3.º — Aprovada a proposta e a sua redação final, será a mesma registrada no Cartório competente para os efeitos legais.

§ 4.º — Tratando-se de simples alteração de dispositivos, os prazos dos §§ 1.º e 2.º poderão ser reduzidos à metade ou a um terço conforme a natureza da alteração.

CAPÍTULO XIV

Artigo 33) — Os sócios do Instituto não responderão, mesmo subsidiariamente, pelas obrigações do Instituto.

Artigo 34) — O Instituto não manterá discussões ou polémicas, pela imprensa, e exclui de suas atividades assunto ou matéria de natureza política ou religiosa.

Artigo 35) — Nenhum associado será obrigado a cumprir ordem ou deliberação que não tenha sido dada ou tomada de acôrdo com os presentes Estatutos.

Artigo 36) — O Instituto poderá ceder os salões ou dependências disponíveis de sua sede para estudos, conferências e festas de caráter cívico ou literário a entidades estranhas mediante entendimento com a Presidência e pagamento prévio de uma taxa destinada a indenizar as despesas com os serviços extraordinários a serem prestados pelo Porteiro e auxiliares administrativos da Casa, nessas ocasiões.

§ Único) — As taxas a serem pagas não poderão ser inferiores a 50 cruzeiros se a ocupação se der em dia útil nem a cem cruzeiros em domingo ou feriado.

Artigo 37) — Os casos omissos nos presentes Estatutos serão resolvidos:— a) — pelo Presidente se urgentes e disserem respeito à vida interna e administrativa do Instituto; b) — pela Diretoria, com recurso para a Assembléia geral nos demais casos.

§ Único) — Na solução dos casos omissos se deverá obedecer aos princípios gerais de direito ou à praxe seguida em associações congêneres.

Artigo 38) — Dissolvido o Instituto, o que só poderá ser levado a efeito por dois terços dos sócios efetivos e mediante o mesmo processo adotado para a reforma dos Estatutos (art. 32 e seus §§), o prédio de sua sede será devolvido ao patrimônio do Estado, na forma da escritura de doação, a sua Biblioteca, Arquivo, Museu e móveis à Academia Espírito Santense de Letras ou na sua falta a Instituição cultural congênere, legalmente instituída e com sede nesta Capital.

Artigo 39) — O Secretário Geral regulará, em Portaria aprovada pela Diretoria, as atribuições e deveres dos empregados e auxiliares administrativos do Instituto.

Artigo 40) — Fica mantido o primitivo escudo do Instituto. Os diplomas dos sócios obedecerão ao modelo que fôr aprovado pela Diretoria.

Artigo 41) — Os presentes Estatutos entrarão em vigor logo depois de registrados no Cartório competente, ficando revogado o anterior.

Aprovados em sessão de 12 de Maio de 1953.

Cidade de Vitória. Estado do Espírito Santo, sala das sessões do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, na Avenida da República n..... aos 12 dias de Maio de 1953.

Eurípides Queiroz do Valle — Presidente e Relator

Arnulfo Mattos

Placidino Passos

Cícero Moraes

Augusto Emílio Estelita Lins

Wlademiro da Silva Santos

Norbertino Bahiense

Francisco Climaco Feu Roza

Américo W. Ribeiro de Oliveira

João Manoel de Carvalho

Jair Etienne Dessaunne

Américo Ribeiro Coelho

Francisco Eugênio de Assis

Manoel Xavier Paes Barreto Filho

Vicente Loureiro

Dario Araujo

Fernando Duarte Rabelo

Darcy Martins de Mattos

Heráclito Amâncio Pereira

Cristiano Ferreira Fraga

Advertência final

O presente número desta Revista compreende, além do valioso ensaio do consócio Professor Renato José Costa Pacheco — “Estudo sociológico de uma comunidade — Cachoeiro de Itapemirim”, os discursos pronunciados nas sessões solenes de posse dos novos sócios Professores Ivo Amâncio de Oliveira e Guilherme Santos Neves e Desembargador Cândido Marinho.

A Comissão de Revista e Publicações tem o maior empenho em divulgar, através desta Revista, todos os trabalhos originais e inéditos lidos em sessões do IHGES, e para isto solicita lhe sejam encaminhadas, pelos interessados, cópias dos mesmos.

Continuamos, neste número, a série das orações proferidas pelo Professor Nelson Abel de Almeida — orador oficial do Instituto — nas homenagens prestadas pela “Casa de Domingos Martins” aos seus sócios falecidos.

A fim de assinalar a passagem do IV Centenário da Chegada de Frei Pedro Palácios ao Espírito Santo — que ora se comemora em todo o Estado — o próximo número desta Revista será, em parte, dedicado ao registro dêsse acontecimento de tão marcante relêvo histórico.

